

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

MATHEUS DUMS

A PRÁXIS POLÍTICA DOS INTELLECTUAIS ORGÂNICOS DO MOVIMENTO
POPULAR DE LUTA -MPL-PG PELO DIREITO À MORADIA NO MUNICÍPIO DE
PONTA GROSSA

PONTA GROSSA
2026

MATHEUS DUMS

A PRÁXIS POLÍTICA DOS INTELECTUAIS ORGÂNICOS DO MOVIMENTO
POPULAR DE LUTA -MPL-PG PELO DIREITO À MORADIA NO MUNICÍPIO DE
PONTA GROSSA

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Área de concentração Cidadania e Políticas Públicas. Linha de Pesquisa: História, cultura e cidadania.

Orientadora: Professora Dra. Silmara Carneiro e Silva

PONTA GROSSA

2026

Dums, Matheus

D896

A práxis política dos intelectuais orgânicos do Movimento Popular de Luta MPL-PG pelo direito à moradia no município de Ponta Grossa / Matheus Dums.

Ponta Grossa, 2026.

222 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de
Concentração: História, Cultura e Cidadania), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Silmara Carneiro e Silva.

1. Movimentos sociais. 2. Ocupação. 3. Parque das Andorinhas. 4.
Hegemonia. 5. Ericson John Duarte. I. Silva, Silmara Carneiro e. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa.
História, Cultura e Cidadania. III.T.

CDD: 301.1

TERMO DE APROVAÇÃO

MATHEUS DUMS

“A práxis política dos intelectuais orgânicos do Movimento Popular de Luta - MPL-PG pelo direito à moradia no município de Ponta Grossa”.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa, 30 de abril de 2026.

Assinatura pelos membros da Banca

Documento assinado digitalmente
 **SILMARA CARNEIRO E SILVA**
Data: 02/05/2026 15:24:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Silmara Carneiro e Silva - UEPG – PR - Presidente

Documento assinado digitalmente
 **SANDRA MARIA DE ALMEIDA CORDEIRO**
Data: 03/05/2026 18:53:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Sandra Maria Almeida Cordeiro - UEL-PR - Membro Externo

Documento assinado digitalmente
 **LUIZ ALEXANDRE GONCALVES CUNHA**
Data: 05/05/2026 09:14:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha - UEPG-PR - Membro Interno

Dedico ao meu irmão mais novo, Davi Nunes Pilz, o qual sempre demonstrou afeto de forma genuína por mim, além de sempre me ouvir lendo os meus fichamentos acadêmicos.

AGRADECIMENTOS

À minha professora orientadora, Dra. Silmara Carneiro e Silva. Primeiramente por todo aprendizado que pude obter durante o processo de mestrado através dos núcleos de estudo e outras matérias conduzidas pela professora, bem como da própria construção da dissertação. Agradeço pelas oportunidades que esse processo me proporcionou. Continuo nutrindo amizade e admiração, esta última se explica por sua habilidade intelectual, didática, de produção acadêmica e interventiva (como práxis autêntica). Você é a minha principal referência no espaço acadêmico.

À minha família, a qual sempre me apoiou de todas as formas e espero retribuir um dia. Principalmente aos meus pais e irmãos.

À minha namorada, Raphaela dos Santos, a qual nutro afeto e esteve ao meu lado durante este processo de construção dessa dissertação.

Às minhas amigas, principalmente Caroline Schmidt e Paula Rodrigues Machado, que me apoiam desde o início da minha graduação.

Às lideranças do MPL-PG e a todos os ocupantes da Ericson John Duarte, que sem os quais não seria possível nem mesmo a realização desta pesquisa. Agradece-se a estes também pela luta por moradia digna e pela alteração na correlação de forças em favor dos “de baixo”.

À banca examinadora da dissertação, nas figuras da professora Dra. Sandra Maria Almeida Carneiro e do professor Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, que além da avaliação também participaram contribuindo da construção através das sugestões realizadas na banca de qualificação.

À comunidade acadêmica da Universidade Estadual de Ponta Grossa e à própria instituição, que através da atuação no seu dever de ofertar educação pública em nível superior, pude realizar esta etapa da minha vida. Destaco a atuação fundamental dos movimentos sociais pela educação, sem os quais a universidade pública, de qualidade, transparente e participativa, não existiria.

Idiotas e nefandos eram aqueles que não acreditavam na eficácia taumatúrgica das frases feitas, como: “Deus disse”, “a Pátria quer”, “As leis imperscrutáveis que guiam a humanidade dizem”, etc. e, portanto, agiam e falavam com sua cabeça, sem dúvida errando às vezes, mas prontos a reconhecer o erro e corrigi-lo, contentes se conseguiam alcançar um fim, ainda que minúsculo, conquanto que, ainda que em sua pequenez, fosse atingido com seus próprios meios, fosse fruto de suas ações e não da sua excessiva obediência à vontade dos outros.

(Antonio Gramsci, 1975, p.132).

RESUMO

A luta por direitos é parte inerente à luta pela hegemonia e se inscreve como uma maneira de resistência às diferentes formas de opressão experimentadas no âmbito da sociedade capitalista. Nesse processo, se inscreve a luta pelo direito à moradia em diferentes contextos. No município de Ponta Grossa-Paraná, o Movimento Popular de Luta (MPL-PG) é atualmente um dos movimentos protagonistas na luta pela garantia do direito à moradia de grupos subalternos no espaço local. É esse movimento que dirige politicamente a Ocupação Urbana Ericson John Duarte (também chamada de “Comunidade Ericson John Duarte”, “Ocupação Andorinhas” ou “Ocupação no Parque das Andorinhas”), maior ocupação urbana de Ponta Grossa. Considerando essa realidade, a presente pesquisa teve por objetivo geral compreender a práxis política dos intelectuais orgânicos do MPL-PG na luta pelo direito à moradia no município de Ponta Grossa-PR. A pesquisa é de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com fases bibliográfica, documental e de campo. Com os resultados da pesquisa buscou-se contribuir com o debate sobre formação e práxis dos intelectuais do MPL-PG na luta pelo direito à moradia, por consequência publicizando a práxis “dos debaixo”, de um grupo subalterno e suas lideranças e suas potencialidades em face da luta pela hegemonia no espaço local. Os resultados das entrevistas realizadas junto dos sujeitos da pesquisa indicam que as lideranças do MPL-PG são reconhecidas como centrais na direção do movimento e exercem função de intelectual orgânico ao organizarem as ações da Ocupação Ericson John Duarte, produzirem coesão interna e articularem alianças externas. A orientação estratégica que mais se repete é a conquista da moradia digna, operando principalmente pela ação direta de ocupação e pela mobilização, com menções pontuais à disputa eleitoral como possibilidade tática. Ao mesmo tempo, emergem limites relacionados à desagregação de militantes e à disputa do consenso interno, o que reposiciona como tarefa a escuta ativa e a formação política junto às famílias para sustentar o avanço do processo e ampliar e fortalecer a luta pela hegemonia no contexto das lutas do movimento.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Ocupações; Parque das Andorinhas; Hegemonia; Ericson John Duarte.

ABSTRACT

The struggle for rights is an integral part of the struggle for hegemony and constitutes a form of resistance against the various forms of oppression experienced within capitalist society. The struggle for the right to housing in different contexts forms part of this process. In the municipality of Ponta Grossa, Paraná, the Popular Struggle Movement (MPL-PG) is currently one of the leading movements in the struggle to guarantee the right to housing for marginalised groups in the local area. It is this movement that has been politically leading the Ericson John Duarte Urban Occupation (also known as the “Ericson John Duarte Community”, “Andorinhas Occupation” or “Occupation in Parque das Andorinhas”), the largest urban occupation in Ponta Grossa. Given this reality, the overall aim of this research was to understand the political praxis of the organic intellectuals of the MPL-PG in the struggle for the right to housing in the municipality of Ponta Grossa, Paraná. The research is qualitative in nature, exploratory and descriptive in character, comprising bibliographic, documentary and fieldwork phases. Through the research findings, we sought to contribute to the debate on the formation and praxis of MPL-PG intellectuals in the struggle for the right to housing, thereby publicising the praxis of ‘those at the bottom’—a subaltern group—and highlighting their leadership and potential in the face of the struggle for hegemony in the local sphere. The results of the interviews conducted with the research subjects indicate that the leaders of the MPL-PG are recognised as central to the movement’s direction and act as organic intellectuals by organising the actions of the Ericson John Duarte Occupation, fostering internal cohesion and forging external alliances. The most frequently cited strategic objective is the attainment of decent housing, achieved primarily through direct occupation and mobilisation, with occasional references to electoral contests as a tactical possibility. At the same time, limitations emerge regarding the fragmentation of activists and the struggle for internal consensus, which re-emphasises the need for active listening and political education amongst families to sustain the progress of the process and to broaden and strengthen the struggle for hegemony within the context of the movement’s struggles.

Keywords: Social Movements; Occupations; Parque das Andorinhas; Hegemony; Ericson John Duarte.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Diagrama da dinâmica da hegemonia do grupo dominante.....	52
Figura 2	Crise hegemônica.....	54
Mapa 1	População residente em favelas por unidades da federação 2022-Brasil.....	74
Mapa 2	Município de Ponta Grossa com a condição de moradia e de áreas habitacionais.....	100
Figura 3	Linha do tempo da FNL e do MPL em Ponta Grossa (incluindo a Ocupação Ericson John Duarte.....	126
Quadro 1	Lideranças do MPL-PG e a nomeação à partir de figuras mitológicas gregas.....	130
Quadro 2	Lideranças do MPL-PG por ordem pontuação de acordo com as indicações.....	131
Quadro 3	Categorias de análise da pesquisa.....	133
Quadro 4	Caracterização das lideranças do MPL-PG pesquisadas.....	133
Quadro 5	Elementos significativos das trajetórias da militância política das lideranças do MPL-PG pesquisadas.....	136
Quadro 6	Atributos de uma liderança do MPL-PG na visão dos sujeitos pesquisados.....	145
Quadro 7	Visão dos sujeitos acerca dos motivos de suas indicações como lideranças do MPL-PG.....	152
Quadro 8	Ações das lideranças pelo MPL-PG.....	154
Quadro 9	As principais estratégias e táticas do MPL-PG.....	161
Quadro 10	Os principais aliados do MPL-PG.....	166

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
ADPF	Arguição de Preceito de Descumprimento Fundamental
ANSUR	Articulação Nacional do solo Urbano
CAFe	Comunidade Acadêmica Federada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBB	Comissão de bairros de Belém
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CMHIS-PG	Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Ponta Grossa
CMP	Central de Movimentos Populares
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
COHAB-LD	Companhia de Habitação de Londrina
COHAPAR	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ
CONAM	Confederação Nacional de Associações de Moradores
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
DPE-PR	Defensoria Pública do Estado do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
EUA	Estados Unidos da América
FAFERJ	Federação de Associações de Favelas do Rio de Janeiro
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FLM	Frente de Luta por Moradia
FNL	Frente Nacional Luta Campo e Cidade
FNL-PG	Frente Nacional Luta Campo e Cidade de Ponta Grossa
FORT	Frente de Organização dos Trabalhadores
FRACAB	Federação Riograndense de Centros Comunitários e Associação de Bairros

Geur	Grupo de Estudos Urbanos e Regionais
IFPR	Instituto Federal do Paraná
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LGBTQUIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pan/Poli e Não-binários; além de outras identidades
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MCVA	Minha Casa Verde e Amarela
MDF	Movimento de Defesa do Favelado
MDA	Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MDHC	Ministério Direitos Humanos e Cidadania
MES	Movimento Esquerda Socialista
MES-PG	Movimento Esquerda Socialista de Ponta Grossa
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MNRU	Movimento Nacional de Reforma Urbana
MPL	Movimento Popular de Luta
MPL- PG	Movimento Popular de Luta de Ponta Grossa
MPM	Movimento Popular por Moradia
MPPR	Ministério Público do Paraná
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTC	Movimento Sem-Teto do Centro
MTD	Movimento de Trabalhadores e Trabalhadores por Direitos
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
MUV	Movimento Unificado de Favela
ONGs	Organizações Não Governamentais
OODC	Outorga Onerosa do Direito de Construir
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCI	Partido Comunista Italiano
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Projeto de Lei

Planhab	Plano Nacional de Habitação
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PROLAR	Companhia de Habitação de Ponta Grossa
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
Secovi-PR	Sindicato da Habitação e condomínio do Paraná
SINDUEPG	Sindicatos, especialmente Sindicato dos Docentes da UEPG
SINTESPO-PG	Sindicato dos Trabalhadores Em Estabelecimentos Estaduais de Ensino Superior de Ponta Grossa
SMFDS	Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social
SNHIS/FNHIS	Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDC	Transferência do Direito de Construir
TJPR	Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
UAM-PA	União das Associações de Moradores dos Municípios de Porto Alegre
UAM-PG	União das Associações de Moradores de Ponta Grossa
UBS	Unidade Básica de Saúde
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
ULC	Unificação das Lutas de Cortiços
UMM	União dos Movimentos de Moradia
UMP-PR	União por Moradia Popular do Paraná
UMT	União de Moradores e Trabalhadores
UNMP	União Nacional de Moradia Popular
UTFPR	Universidade Tecnológica de Paraná
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A PRÁXIS POLÍTICA DOS INTELECTUAIS NA DISPUTA PELA HEGEMONIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA MARXISTA GRAMSCIANA	23
1.1 A DISPUTA PELA HEGEMONIA E A QUESTÃO DOS INTELECTUAIS	24
1.2 A PRÁXIS POLÍTICA DOS INTELECTUAIS ORGÂNICOS VINCULADOS ÀS CLASSES SUBALTERNAS NA DISPUTA PELA HEGEMONIA.....	46
2 O MPL-PG NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELO DIREITO À MORADIA NO BRASIL.....	63
2.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA POR MORADIA NO BRASIL.....	65
2.2 LUTA POR MORADIA E AS OCUPAÇÕES URBANAS NO PARANÁ.....	78
2.3 O CONTEXTO DAS LUTA POR MORADIA NA CIDADE DE PONTA GROSSA-PARANÁ.....	91
2.4 FRENTE NACIONAL LUTA CAMPO E CIDADE (FNL) E MOVIMENTO POPULAR DE LUTA (MPL) EM PONTA GROSSA.....	111
2.4.1 Caracterização da Frente Nacional Luta Campo e Cidade (FNL).....	111
2.4.2 Caracterização do Movimento Popular De Luta (MPL).....	115
2.5 A OCUPAÇÃO ERICSON JOHN DUARTE: HISTÓRIA, CARACTERIZAÇÃO E PRINCIPAIS AVANÇOS JURÍDICO, POLÍTICOS E SOCIAIS.....	117
3 A PRÁXIS POLÍTICA DOS INTELECTUAIS ORGÂNICOS DO MPL-PG NO CONTEXTO DA OCUPAÇÃO ERICSON JOHN DUARTE NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA NA LUTA PELO DIREITO À MORADIA.....	128
3.1 A RELAÇÃO COM OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS, A PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONALIZADA, A PRECARIEDADE DAS CONDIÇÕES DE VIDA E A PRÁXIS CRÍTICA E COLETIVA COMO ELEMENTOS CARACTERIZADORES DA TRAJETÓRIA DE	

	MILITÂNCIA DAS LIDERANÇAS DO MPL-PG.....	133
3.2	AS PRINCIPAIS AÇÕES, ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DA PRÁXIS POLÍTICA DAS LIDERANÇAS DO MPL-PG ENQUANTO INTELECTUAIS ORGÂNICOS NA LUTA PELO DIREITO À MORADIA.....	145
3.2.1	Atributos e ações das lideranças do MPL-PG enquanto intelectuais orgânicos.....	145
3.2.2	Estratégias e táticas do MPL-PG na luta pelo direito à moradia no município de Ponta Grossa das lideranças pelo MPL-PG.....	156
3.3	ENTRE PROCESSOS DE DESAGREGAÇÃO E DE FORTALECIMENTO: O MPL-PG NA DISPUTA PELA HEGEMONIA NA SOCIEDADE POLÍTICA EM PONTA GROSSA.....	170
3.3.1	A desagregação como consequência do enfraquecimento do consenso interno do movimento interno.....	170
3.3.2	A hegemonia político-cultural e a disputa do consenso interno na Ocupação.....	175
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	187
	REFERÊNCIAS	192
	APÊNDICE A - ESTADO DO CONHECIMENTO COLHIDO E PLATAFORMAS, BASE DE DADOS E REPOSITÓRIOS.....	214
	APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	220

INTRODUÇÃO

As linhas convergindo onde você está
Eles devem ter movido o enquadramento
As folhas estão pesadas ao redor dos seus pés
Você ouve o trovão do trem
De repente você se dá conta de que eles estão chegando
ao seu alcance

(Pink Floyd, 1969).

A realidade se altera a cada instante. As pessoas se movem, a realidade ganha novos contornos, somos impactados e estamos inseridas na mesma realidade. Assim, quando se faz uma pesquisa, tanto se busca apreender o movimento do real quanto procura-se que esta possa contribuir para alterar o próprio movimento da realidade (em uma pesquisa engajada) de acordo com os interesses dos grupos subalternos. E com a presente dissertação fruto de pesquisa, pretende-se, contribuir com o debate acadêmico acerca do tema da práxis política dos intelectuais¹ voltada ao campo dos movimentos sociais de luta pelo direito à moradia. A referida luta apresenta desafios em face da não reparação histórica do acesso à terra e da ausência de uma reforma urbana capaz de mudar o cenário de desigualdades de acesso à moradia nas cidades brasileiras.

Todos os seres humanos são intelectuais, pois todos pensam e têm cérebro; mas nem todos exercem a função de intelectual, pois não existe função humana que não necessite de atividade intelectual, então esta referência se deve à imediata função social exercida pelo sujeito (Gramsci, 2004). Assim, se define pela função que desempenha no processo de transformação ou conservação. Para Gramsci, o intelectual fundamental para a transformação social é o partido político revolucionário, enquanto organizador e ferramenta dos grupos subalternos na disputa e conquista da hegemonia (Martins, 2011a). Com efeito, um intelectual pode se constituir de diferentes formas, entre elas, um movimento social. De forma sintética, intelectual orgânico para Gramsci podem ser jornais, pessoas, partidos políticos, movimentos sociais, entre outros sujeitos que possuem vínculo e ou emergem de determinado grupo social e realizam a função de direção, construção de alianças com outros grupos políticos e de reforma moral de sua classe (Santos, 2009).

Busca-se, com a presente pesquisa, contribuir para os estudos do tema dos movimentos sociais, enquanto intelectuais, a partir da perspectiva marxista-gramsciana, com foco na atuação de movimentos sociais na luta pelo referido direito no município de Ponta

¹ Um debate um pouco mais aprofundado sobre o termo está no item desta dissertação “1 A práxis política dos intelectuais na disputa pela hegemonia: uma análise a partir da perspectiva marxista gramsciana”.

Grossa. Em nível pessoal o interesse pela temática da política sempre esteve presente na formação deste pesquisador, desde a infância, pelo gosto por acompanhar as eleições para representantes do executivo até a vida adulta quando esse interesse é retomado, principalmente, após a crise econômica que atingiu o Brasil a partir de 2013, com mais intensidade, a partir do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016 e a prisão de Luíz Inácio “Lula” da Silva em 2018. Tais eventos ocorreram sem que de fato este entendesse o que estava acontecendo no país, ficando, de certa forma, atordoado e buscando apreender a situação. Posteriormente, floresceu o interesse por entender os avanços de grupos conservadores na correlação de forças local-nacional-internacional. Nesse processo, este pesquisador produziu seu Trabalho de Conclusão de Curso - TCC em Serviço Social na Universidade Estadual de Ponta Grossa, denominado “Análise da conjuntura sociopolítica das ocupações da Frente Nacional Luta Campo e Cidade (FNL) em Ponta Grossa-Paraná (PR) de dezembro de 2021 a novembro de 2022.” Dentre as referidas ocupações, a que resistiu e avançou no processo de sua regularização foi a Ocupação² intitulada Ericson John Duarte.³

Segundo Lelis (2016) uma ocupação pode ser entendida como ação direta organizada com finalidade de dar função social à propriedade. Caminha (2018) destacou a ocupação urbana como forma alternativa à lógica capitalista de relações e desafio de propriedade. Além dessas definições uma ocupação pode ser uma condição do local que pode ser regularizada juridicamente (IBGE, 2024); pode ser ainda identificada tanto como favela quanto ocupação irregular. Lelis (2016) aponta favela e ocupação como equivalentes nas ações, mas carga simbólica diferente.

Assim, no caso da Ocupação Ericson John Duarte, área ocupada pelo MPL-PG e lócus da presente pesquisa, mesmo que os ocupantes tenham conquistado juridicamente o termo de cessão, a área ainda não está regularizada e as pessoas ainda não possuem o título da posse, sendo que a maioria das residências têm estruturas precárias, sem contar que não dispõem de água tratada e esgoto. A referida Ocupação, iniciou em dezembro de 2021,

² De forma mais profunda isso será abordado no subitem “2.4 O MPL-PG: início da primeira Ocupação em ponta grossa; perspectiva teórica e outros apontamentos”.

³ Nesse momento, o pesquisador retomou sua militância no MES/PSOL (havia começado a militar em 2019, interrompendo a militância no mesmo ano), pontua-se que sempre foi uma militância esporádica e de poucas ações em comparação aos outros militantes da cidade, atuando mais na elaboração do Plano de Comunicação do MPL-PG. O Plano de Comunicação do movimento ainda em construção tem como objetivos prioritários: pressionar pela execução imediata das obras na ocupação; ampliar o número de militantes de contribuir com a formação da opinião pública (sugestão que realizei), formar comunicadores populares nas bases, impedir abusos e realizar denúncias, registrar a história do MPL através de documentário, realizar campanhas articuladas com universidades e coletivos culturais, ampliar sentimento de pertencimento com boné e outras questões simbólicas e constância nas atividades nas redes sociais (MPL-PR, 2925).

conduzida num primeiro momento pela Frente Nacional de Campo e Cidade de Ponta Grossa (FNL-PG). Após divergências entre os membros locais e as direções nacionais e regionais da FNL, os dirigentes da referida ocupação passaram a integrar o Movimento Popular de Luta da cidade de Ponta Grossa (MPL-PG), havendo assim uma “troca de bandeira”.

A atuação do MPL-PG foi fundamental no processo de regularização do terreno para que as famílias ocupantes tivessem direito à posse. O referido movimento social, mesmo com um conjunto de adversidades e repressão policial, se manteve tensionando o Estado na direção de seus interesses, a ponto de conseguir interferir na correlação de forças no cenário local, de modo a avançar na direção da conquista acima mencionada.

Ressalta-se que a insuficiência habitacional do município de Ponta Grossa e a incapacidade das políticas habitacionais de atender às demandas por moradia de seus munícipes foram e ainda são fatores determinantes para a existência das ocupações em seu território urbano, a exemplo da Ocupação Ericson John Duarte. A luta por moradia empreendida pelas famílias ocupantes da referida Ocupação constituiu a pauta central do movimento social da FNL em seus primeiros anos e continua sendo, atualmente, a pauta do MPL-PG. Nesse processo, o movimento conquistou alguns avanços, a exemplo da conquista de acesso à água tratada e energia elétrica, acesso a outros serviços públicos no território, como à Unidade Básica de Saúde (UBS) mais próxima e ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e mais recentemente a possibilidade de regularização fundiária e obtenção do título da posse. Para tanto, foi assinado um termo de cessão, que garante a permanência dos moradores que compactuam com o processo de estrutural por meio da regularização fundiária. O termo é o primeiro e fundamental passo para a regularização fundiária da localidade. Esse processo envolveu lutas e disputas, inclusive com a presença de repressão policial. A condução e as táticas adotadas pelo MPL-PG foram fundamentais no decorrer desse processo. A atuação de ambos os movimentos - FNL e MPL-PG - foi capaz de alterar aspectos importantes na correlação de forças locais, no que se refere à luta pelo direito à moradia no município (Dums, 2022). Esse processo de luta pelo direito à moradia protagonizado pelos intelectuais orgânicos do MPL-PG, motivaram a escolha do objeto da presente pesquisa. Assim, fez-se mister a compreensão da práxis política desses intelectuais orgânicos.

Partindo da perspectiva teórica-epistemológica marxista-gramsciana, considera-se que a pesquisa contribui academicamente para a difusão das categorias teóricas gramscianas no campo das pesquisas na área das ciências sociais aplicadas, em especial, no que se refere aos conceitos de hegemonia e intelectuais. A pesquisa também atende a uma lacuna que se

apresenta no nível de produção acadêmica em relação a práxis política de intelectuais no contexto de disputa pela hegemonia no campo de lutas por moradia, lacuna essa identificada no estudo do conhecimento realizado em torno de seu tema junto às seguintes bases de dados: a plataforma Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Banco de Teses e Dissertações do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UEPG, o Repositório de Teses e Dissertações e Monografias da biblioteca mesma universidade e as plataformas “Scispace” e “Consensus” (resultados detalhados do estudo do conhecimento encontra-se no **Apêndice A**). Em síntese, o referido estudo indica que diversas produções científicas abordam a relação entre intelectuais e a disputa pela hegemonia. Entretanto, identifica-se uma lacuna quanto a pesquisas sobre a práxis política de intelectuais orgânicos em contextos de movimentos sociais de luta por moradia, o que respalda o requisito de originalidade da presente pesquisa.

Além da justificativa acadêmica para a realização da pesquisa, considera-se também sua relevância institucional, uma vez que se trata de uma pesquisa desenvolvida na linha de pesquisa História, Cultura e Cidadania, que entre seus objetivos se propõe a colaborar com a produção do conhecimento sobre a realidade local e regional, contribuindo para o seu desenvolvimento.

Quanto à justificativa social da presente pesquisa, esta se funda na necessidade emergente de compreender a práxis política das lideranças do MPL-PG, afim de colaborar com a visibilidade do movimento no espaço local e também para potencializar a ação do próprio movimento na disputa de poder. Pretende-se ainda, com seus resultados, colaborar para futuros estudos que possam contribuir com a atuação do MPL-PG, sobretudo, para auxiliar na luta pelo direito à moradia, além de outros direitos e ainda no processo de reflexão sobre o *modus operandi* do movimento em questão, e também para a análise da realidade, mediante o fortalecimento e a criação de novas estratégias na direção da viabilização de um projeto nacional-popular do grupo subalterno⁴, conduzindo as lutas frente o desejo de efetivação de um projeto ético-político voltado para a superação do capitalismo, conforme objetivos postos pelo próprio movimento.

⁴ Para a conquista da autonomia e do protagonismo dos grupos subalternos, é necessária a atuação de seus intelectuais orgânicos na formulação de uma cultura que possibilite a disputa e construção de uma nova hegemonia. Para a construção de uma nova hegemonia, se utiliza das crenças populares e a partir da síntese com a filosofia da práxis em um processo dialético, traça-se o programa socialista. A construção e articulação crítica da filosofia da práxis e das crenças populares (portanto o senso comum ou a chamada filosofia dos não filósofos) é um passo necessário para se ter como resultado a contra-hegemonia, é um potencial contraditório (Xu; Cortese; Zhang, 2014).

No caso da presente pesquisa, compreende-se o MPL-PG como partido, conforme a acepção gramsciana, ou seja, enquanto um intelectual. Assim, tem-se a importância do estudo de suas lideranças enquanto intelectuais orgânicos ao movimento e de sua influência na direção de seu projeto de hegemonia e na sua própria organização, enquanto condição *sine qua non*, para tanto. O intelectual, nesta perspectiva, tem a capacidade de produzir consenso, mas não pela atividade professoral, mas pela organização e pela apreensão que o próprio movimento social tem ao longo de sua práxis política.

Diante do exposto, tem-se como pergunta de partida para esta pesquisa: Como se dá a práxis política empreendida pelos intelectuais orgânicos do MPL-PG na luta pelo direito à moradia no município de Ponta Grossa-PR? Como objeto da pesquisa têm-se, por consequência: a práxis política dos intelectuais orgânicos do MPL-PG na luta pelo direito à moradia em Ponta Grossa-PR.

O objetivo geral da presente pesquisa é compreender a práxis política dos intelectuais orgânicos do MPL-PG na luta pelo direito à moradia no município de Ponta Grossa-PR. Seus objetivos específicos são: Refletir sobre as categorias hegemonia, grupos subalternos, intelectuais e práxis política na perspectiva marxista-gramsciana; Contextualizar o MPL-PG em face dos movimentos sociais de luta pelo direito à moradia no Brasil, no Estado do Paraná e no município de Ponta Grossa; Identificar os intelectuais do MPL-PG e suas principais frentes de ação política na e pela Ocupação Ericson John Duarte e Analisar as estratégias e táticas adotadas pelos intelectuais do MPL-PG na luta pelo direito à moradia em favor dos moradores da Ocupação Ericson John Duarte no município de Ponta Grossa.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, com fases bibliográfica, documental e de campo. Com a pesquisa qualitativa busca-se apreender o significado que os sujeitos atribuem às suas experiências sociais (Martinelli, 1999). Seu caráter descritivo-exploratório permite que na fase de exploração seja realizada inicialmente uma aproximação ao objeto da pesquisa, seguida de sua problematização e descrição a partir de seus diferentes aspectos. (Lüdke; André, 1986). A pesquisa descritiva procura delinear as características de uma determinada população ou fenômeno. Como sugestão para esse tipo de pesquisa tem-se que seja descrito os sujeitos, a reconstrução dos diálogos, detalhamento dos comportamentos observados (Lüdke; André, 1986). A presente pesquisa, neste sentido, explorou, problematizou e descreveu como se caracteriza a práxis política dos intelectuais vinculados ao MPL-PG, conforme previsto em um de seus objetivos específicos.

Em relação à pesquisa bibliográfica, foi realizada revisão de literatura, a qual serviu de base ao trabalho. De acordo com Pizzani et al. (2012) esta pode ser realizada em livros,

periódicos, artigos de jornais, sites e outras fontes. Como a perspectiva teórico-epistemológica da presente pesquisa é marxista-gramsciana, a pesquisa bibliográfica lançou mão de contribuições diretas de Antonio Gramsci e de autores marxistas-gramscianos como Buci-Glucksmann (1980), Del Roio (2018), Duriguetto (2014), Liguori e Voza (2017) Nogueira (1998), Schlesener (2018), Silva (2014), Simionatto (2009), além do próprio Gramsci (1982, 1999, 2004, 2012, 2018, 2023a e 2023b). A referida pesquisa voltou-se para as categorias gramscianas de hegemonia, intelectuais (tradicionais e orgânicos), Estado Ampliado, sociedade civil, grupos subalternos, cultura, filosofia, práxis política, entre outras. Para a categoria de movimentos sociais utilizou-se de autores como Maria da Glória Gohn (2011, 2015, 2016, 2019 e 2020); Giovanni Semeraro (2014) e Miranda (2011). Em relação às táticas e as estratégias, foram utilizados o marxista Vladimir Ilyich Ulianov, conhecido por Lênin (Lênin, 2023) e ainda Marta Harnecker (2012).

Também foram levados em consideração para a fundamentação teórica produções científicas presentes em diferentes bases de conhecimento, entre elas teses, dissertações e artigos científicos que tratam do tema da presente pesquisa. Dentre os artigos referenciados na pesquisa destacam-se três que foram produzidos pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais, ao qual o presente pesquisador está vinculado, os quais abordam a incidência das categorias gramscianas na produção acadêmica brasileira. Trata-se dos seguintes artigos: “Perfil quantitativo das categorias teóricas gramscianas dos artigos do Mapa do International Gramsci Society do Brasil” (Boutin et al, 2018) e “Uma unidade de multiplicidade: categorias teóricas e âncoras em artigos do mapa bibliográfico de Gramsci – IGS/BR” (Silva; Mendes; Navarro, 2019) e “Categorias teóricas âncoras do pensamento de Antonio Gramsci em artigos do mapa bibliográfico de Gramsci no Brasil” (Silva; Souza; Junior, 2020).

A pesquisa documental se caracteriza por trabalhar com fontes que ainda não foram analisadas, por exemplo, leis, relatórios, cartas e outros materiais (Pimentel, 2001). Nesta pesquisa foram utilizados, entre outros documentos, a Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 2022); Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001 (Brasil, 2001); Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 (Brasil, 2016); Arguição de Preceito de Descumprimento Fundamental (ADPF) 828 (Brasil, 2021); Comunicado do processo estrutural da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Ponta Grossa Ocupação Andorinhas/Ocupação Ericson John Duarte (Paraná, 2024b); Lei nº 14.229, de 05 de maio de 2022 (Ponta Grossa, 2022a) e a Lei nº 14.504, de 14 de dezembro de 2022 (Ponta Grossa 2022c), entre outros.

Em relação à pesquisa de campo, seu universo foi composto pelo conjunto de

intelectuais pertencentes ao MPL no município de Ponta Grossa-PR. A seleção dos sujeitos (amostragem) da pesquisa foi realizada através da técnica Bola de Neve (Vinuto, 2014), iniciada por um sujeito considerado a semente, o qual foi o líder do MPL em Ponta Grossa, que indicou outros líderes, os quais foram compondo o conjunto de sujeitos da pesquisa até a exaustão dos mesmos no universo pesquisado.

A exaustão pode ser atingida quando os indicados começam a se repetir, pela quantidade de indicações ou de informações necessárias, sendo este o critério adotado por esta pesquisa. Como critério alternativo, considerou-se o limite de 15 sujeitos, ponto de saturação das possibilidades de análise considerando a quantidade de material coletado para análise do pesquisador, em face dos limites do próprio pesquisador e do cronograma de desenvolvimento da pesquisa. A participação dos sujeitos foi voluntária, mediante assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). A exaustão dos indicados culminou num total de 11 (onze) sujeitos, destes foram realizadas entrevistas com 8 (oito) sujeitos. Entre esses sujeitos estão membros da diretoria do MPL-PG, militantes da base do MPL-PG e lideranças da Ocupação Ericson John Duarte. Para a não identificação dos sujeitos, seus nomes foram substituídos por figuras mitológicas gregas.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram seguidos os procedimentos e cuidados éticos da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 (Brasil, 2016). A resolução trata sobre procedimentos éticos a serem seguidas pelas Ciências Sociais e pelas Ciências humanas, considerando a ética em pesquisa e dignidade humana, dentre outros elementos, traz sobre as normas aplicáveis em pesquisas das ciências humanas e sociais, especificamente sobre a utilização de dados obtidos diretamente com os sujeitos ou de dados que possam identificar ou trazem riscos a vida destes. No seu artigo 3º, são apresentados os princípios éticos em pesquisa nessa área, dentre eles estão, de forma geral: reconhecimento da liberdade e autonomia dos envolvidos na pesquisa, defesa dos direitos humanos, respeito aos valores culturais, sociais morais, recusa a preconceito, garantindo que os sujeitos entendam as implicações e as consequências da pesquisa (Brasil, 2016, art. 3º).

Tais cuidados são necessários, principalmente, com a condução e com as informações obtidas nas entrevistas. Conforme exposto na metodologia, a pesquisa passou por autorização da liderança do MPL-PG e por apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa para a sua aprovação e sendo adotado o TCLE para participação dos sujeitos, os quais participarão de forma voluntária e não identificada, podendo desistir de sua participação a qualquer tempo. Para tanto, a pesquisa passou pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual de Ponta Grossa, através de protocolo efetivado através da Plataforma Brasil, tendo sido

aprovada através do parecer nº 7.487.608, em 04/04/2025.

Junto aos sujeitos participantes da pesquisa foram aplicadas entrevistas semiestruturadas. Conforme Trivinõs (1987) as perguntas da entrevista devem estar relacionadas ao tema e ao referencial teórico da pesquisa, e a partir dela novos questionamentos, o que permite ao pesquisador realizá-los conforme o andamento do diálogo impresso entre o entrevistador e o entrevistado. É adequada a entrevista semiestruturada para essa questão, pois como apontado por Flick (2009) este instrumental de coleta de dados é composto por um roteiro prévio (com as questões necessárias para a realização da pesquisa) e que é ao mesmo tempo flexível à situação para colher melhores resultados. Em relação aos cuidados na aplicação da entrevista destaca-se a necessidade da criação de uma atmosfera agradável e de respeito ao entrevistado. Deve-se explicar cuidadosamente o que se espera da entrevista e para o que ela servirá e utilizar uma linguagem condizente com o momento e o sujeito entrevistado (Flick, 2009).

A análise das informações coletadas junto dos sujeitos da pesquisa foi realizada através da técnica de Análise de Conteúdo (AC), conforme Bardin (2016). Trata-se de um conjunto de técnicas que analisa os processos de transmissão e recepção de informações (de material jornalístico até discursos políticos, por exemplo), empregando como objeto a linguagem. Possui três fases: pré-análise – há a separação de documentos, separação desses e formulação de hipóteses; exploração: realiza-se leitura flutuante, elabora-se objetivos e estabelecida unidade de codificação; na última e terceira fase acontece a inferência e interpretação dos resultados (Bardin, 2016).

A estrutura da dissertação se deu de acordo com os objetivos específicos, da seguinte maneira: Além das considerações iniciais, a pesquisa conta com três capítulos e as considerações finais. O primeiro capítulo realizou uma reflexão sobre categorias marxistas gramscianas, apontando como necessidade a disputa pela hegemonia para a superação da condição de subalternidade de determinados grupos sociais. Este capítulo foi dividido em dois subitens. O primeiro abordou a disputa pela hegemonia e os intelectuais orgânicos vinculados às classes subalternas e, o segundo, a práxis política propriamente dita, desses intelectuais no âmbito dos movimentos sociais.

O segundo capítulo analisou o MPL-PG no contexto dos movimentos sociais de luta pelo direito nas três esferas da união (União, estado e no município), sendo dividido em quatro subitens. Os três primeiros abordaram a luta por moradia dos movimentos sociais no contexto de cada esfera, iniciando pela nacional até chegar ao municipal e por fim, o último subitem tratou da perspectiva teórico-política do MPL-PG e outros apontamentos acerca do

referido movimento em sua atuação na luta por moradia em Ponta Grossa.

O terceiro e último capítulo analisou a práxis política dos intelectuais orgânicos do MPL-PG a partir do conteúdo das entrevistas realizadas junto dos sujeitos da pesquisa. Seu primeiro subitem apresentou o perfil, a história e as percepções das lideranças do movimento sobre a sua práxis política; o segundo subitem descreveu e analisa práxis política das lideranças do MPL-PG, a partir das categorias empíricas que emergiram do real investigado.

Com os resultados desta pesquisa pretendeu-se contribuir para a compreensão acerca da dinâmica da práxis política dos intelectuais do MPL-PG, colaborando para a prática social e política do referido movimento, por meio da análise da disputa pela hegemonia enquanto um movimento social urbano. Do ponto de vista acadêmico a pesquisa visou contribuir para o campo das pesquisas que abordam as práticas de movimentos sociais no interior do Paraná, acrescentando ainda elementos ao debate sobre formas de luta pela construção uma nova hegemonia a partir das táticas efetivadas pelo MPL-PG. Trata-se, portanto, de colaborar para a visibilidade da atuação do referido movimento e de sua importância para a organização das famílias ocupantes na luta pela moradia no espaço local. Com isso, a presente pesquisa teve ainda por intenção contribuir para a formulação de novos problemas de pesquisa sobre a temática dos intelectuais na perspectiva gramsciana e mesmo acerca do MPL-PG.

1 A PRÁXIS POLÍTICA DOS INTELECTUAIS NA DISPUTA PELA HEGEMONIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA MARXISTA GRAMSCIANA

De acordo com Silva; Mendes; Navarro (2019) Gramsci inicia seus estudos através da interpretação idealista hegeliana de Benedetto Croce, rompendo com seu caráter especulativo, que restringia a dialética histórica a conceitos puros. Sua base epistemológica ocorre em uma perspectiva de identificação-articulação, o que indica a noção de unidade de diversidade do pensamento marxiano, a qual conforme a elaboração de seu conjunto de categorias teóricas.

Do conjunto de categorias elaboradas pelo autor, o presente capítulo tem por objetivo refletir sobre as categorias hegemonia, grupos subalternos, intelectuais e práxis política em sua acepção.

A escolha dessas categorias se justifica pela forma com que o autor sardo as articula em torno de seu projeto revolucionário. A superação da condição de subalternidade se apresenta para Gramsci (2023a) enquanto necessidade dos grupos subalternos que precisam disputar a hegemonia nos diferentes contextos nos quais estão inseridos. A referida superação depende de movimentos de luta em direção à construção de uma nova hegemonia. Para tanto, conforme proposto pela perspectiva gramsciana, faz-se necessária a construção de uma nova cultura política que possibilite aos sujeitos o alcance das condições necessárias para a construção de um novo Estado, que pavimente o caminho para a sociedade regulada, a qual é resultado da autodeterminação dos sujeitos livremente organizados (Gramsci, 2023a). Em perspectiva revolucionária, a vida em sociedade exige uma práxis política consciente e coletiva que busque transformar a realidade, buscando acabar com privilégios e com os protagonismos das massas (Semeraro, 2014).

Um exemplo de práxis revolucionária tratada por Gramsci são os Conselhos de Fábrica, os quais foram organizados na Itália durante o período do chamado Biênio Vermelho. Os referidos conselhos são considerados por Gramsci como um espaço de preparação dos operários para o exercício da função de dirigentes, enquanto classe distinta e organizada, na medida que se propunham a uma nova vivência social, econômica e política. Para o autor, um novo poder só poderia ser estabelecido quando a classe estivesse preparada política e culturalmente. E essa experiência histórica dos Conselhos preparava o operário a ser gestor do processo produtivo, por meio da união do trabalho manual e intelectual. São espaços de educação recíproca, disciplina e formação de consciência/personalidade de classe por meio da experiência fecunda e comunitária de trabalho (Schlesener, 2018).

As possibilidades de superação das diferentes situações de subalternidade vivenciadas pela classe trabalhadora dependerão de quão eficaz for a ação de seus intelectuais orgânicos na disputa pela hegemonia, também da capacidade desses de fazer emergir novos intelectuais orgânicos, capazes de auxiliar na construção da autonomia do grupo ao qual pertencem e ou se vinculam e também da própria dinâmica da luta de classes (Galastri, 2012).

A fim de problematizar essa dinâmica da disputa pela hegemonia a partir da práxis política dos intelectuais orgânicos vinculados às classes subalternas, o presente capítulo aborda suas ações no âmbito dos movimentos sociais, considerando que o foco da presente pesquisa é a sua prática no âmbito de um movimento social, no que se refere à luta pelo direito à moradia, sem perder de vista a dimensão da disputa pela hegemonia. Para tanto, está estruturado em dois subitens. O primeiro intitulado “A disputa pela hegemonia e os intelectuais orgânicos vinculados às classes subalternas” e o segundo “A práxis política dos intelectuais orgânicos vinculados às classes subalternas no âmbito dos movimentos sociais”.

1.1 A DISPUTA PELA HEGEMONIA E A QUESTÃO DOS INTELECTUAIS

Schlesener (2018) aponta que inspirado em Lenin e a partir das particularidades da realidade italiana em que vivia, especificamente da questão meridional, Gramsci elabora de forma inovadora a concepção de hegemonia. No Dicionário Gramsciano⁵, hegemonia é apontada com valência aos termos de supremacia e preeminência, podendo ser utilizado em vários contextos, na literatura, psicologia e até linguística. A variação do conceito vai desde um significado mais restrito, de direção e em oposição o domínio até um sentido amplo que englobe direção mais domínio. É este último sentido que é utilizado nesta pesquisa. O autor italiano escreve que uma classe é dominante de dois modos, quando é dirigente e dominante. Dirigente das classes aliadas e dominantes das classes adversárias. Para isso e antes de chegar ao poder a classe pode e deve ser dirigente. A hegemonia, portanto, acontece com o equilíbrio da força e do consenso (ou seja, direção mais domínio) (D’Anna, 2017).

Para Lênin (2023), a estratégia e as táticas de um movimento são as formas de operacionalização da luta por hegemonia. Para a definição da estratégia, é mister a compreensão do processo histórico e da formação social que o movimento está inserido, sendo o conjunto das táticas a mediação entre o projeto socialista (alcance da hegemonia; horizonte) e as ações imediatas executadas no presente, reconhecendo a conjuntura.

⁵ O Dicionário Gramsciano busca apresentar o pensamento de Gramsci a partir de mais de 600 verbetes do seu período carcerário, construído por diversos autores que se debruçam sobre o pensamento, prática e obra do autor sardo (1926-1937) (Liguori; Voza, 2017).

Gramsci apresentava uma nova ideia sobre política: não mais um momento abstrato da força, mas constitutiva da hegemonia, da construção de consensos, da direção moral e intelectual. Ao invés de momentos, ou de golpes revolucionários, dava primazia a momentos extensos e densos de revolução. Sustentado nisso, construiu sua teoria e a compreensão do Estado Integral (em momento que a política se socializa ultrapassando o espaço parlamentar). Essa nova fase da política para Gramsci era fruto das novas tecnologias e da mudança do padrão de acumulação capitalista, mas que acontecia especialmente pela complexificação do aparato estatal e de suas funções, se espalhando para o aparato privado e adentrando a igualmente complexificada sociedade civil (Nogueira, 1998).

O Estado que Gramsci analisa, diferente de épocas anteriores, era um Estado forte e complexo. Para o enfrentamento deste Estado⁶, também defendia a necessidade de uma teoria para governar, dirigir e administrar (Nogueira, 1998). Para Gramsci (2012) o Estado se amplia abarcando a sociedade civil. Nas palavras do autor: “[...] Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia encorajada de coerção”. (Gramsci, 2012, p. 248). Com a incorporação da sociedade civil na esfera estatal ocorre a sua ampliação, passando a ser chamado de Estado Integral (Gramsci, 2012) ou de Estado Ampliado (Buci-Glucksmann, 1980).

Este Estado mais complexo necessitava de uma nova forma analítica e de um conjunto categorial que fosse possível captar a dinâmica de dominação, indo além da ideia de “monopólio legítimo da violência”, devendo se harmonizar a busca de consensos realizada. O ato de governar então envolvia o consenso organizado através de associações políticas, que são privadas e deixadas à iniciativa da classe dirigente (Nogueira, 1998).

O espaço dessas associações, da dimensão civil do Estado, é base material da hegemonia política e cultural. O Estado e a sociedade civil passam a ser vistos em uma unidade dialética, não como simples opostos, onde o primeiro cumpre a função da coerção e o segundo do consenso. O exercício normal da hegemonia se caracteriza pela combinação equilibrada de força e consenso, fazendo com que a força pareça apoiada pela maioria (Nogueira, 1998).

O grupo dirigente ou mesmo o Estado deveria (ou já que se realiza) a perspectiva maquiaveliana correspondentes à dúplice natureza do Centauro maquiavélico (Nogueira, 1998). O Centauro Maquiavélico (Quíron)⁷ é uma figura: “[...] ferina e humana, da força e do

⁶ O Estado é um espaço de dominação. Trata-se de a unidade histórica das classes dirigentes, o qual estabelece uma unidade jurídica e ideológica que se espalha por toda a sociedade. Tal unidade é resultado das relações orgânicas entre sociedade civil e sociedade política (Simionatto, 2009).

⁷ Quíron, na mitologia grega, não era um centauro comum, pelo contrário, pois não era selvagem como os outros.

consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade) [...]” (Gramsci, 2012, p. 34).

Buci-Glucksmann (1980) aponta que Estado estrito significa sociedade política, ou seja, aparelho de coerção (exército e burocracia) e dominação. Já sociedade civil, seria o espaço dos aparelhos privados de hegemonia, operando o consenso através de escolas e igrejas (por exemplo). A soma da sociedade política mais a sociedade civil resulta no Estado Ampliado, ou nas palavras de Gramsci, Estado Integral. Esta separação é puramente didática.

De acordo com Silva (2014) a análise das relações entre o Estado estrito e a sociedade civil se dá a partir de como tais se põem na correlação de forças em cada tempo histórico e ou conjuntura. A função de hegemonia no contexto dessas relações se expressa, entre outras questões, no e pelo processo de formação da opinião pública, enquanto estratégia de potencialização da hegemonia política. A massa é assim educada através dos aparelhos privados de hegemonia para o consenso.

O conjunto de aparelho privados de hegemonia são chamados de sociedade civil, encarregado de difundir e consolidar uma visão de mundo, cuja direção intelectual e moral, se consubstancia em suas dimensões ética e educativa. Ética, porque visa adequar a ação individual e coletiva com a visão de mundo da classe; educativa porque depende da difusão e assimilação pelo coletivo social, feito por meios educacionais e não-educacionais. Trata-se de uma educação eminentemente política (Buci-Glucksmann, 1980).

A direção moral e cultural da sociedade se dá na sociedade civil. Nela estão englobados o senso comum, as artes, as ciências e a direção ideológica da sociedade através dos aparelhos privados de hegemonia (Gramsci, 1982) e também a formação da opinião pública e consequentemente o fortalecimento da hegemonia.

A conquista da hegemonia, enquanto direção política e cultural proposta pela classe trabalhadora, exige a superação do corporativismo, das distinções de funções produtivas e a formulação de alianças políticas estratégicas. O critério metodológico sobre a hegemonia se manifesta como domínio e como direção intelectual e moral; um grupo social domina os adversários que visa liquidar ou inclusive submeter a força armada, e dirige os grupos afins e aliados; um grupo social deve ser dirigente antes de conquistar o poder governamental (as

Era considerado superior por conta de seu conhecimento, bondade e habilidade. A utilização deste mito pode ser justificada pelo pensamento marxista de Michael Löwy, aponta a necessidade de um novo mito (que seria o surrealismo), mas reconhece a potência dos mitos clássicos. O autor aponta que o mito é uma das formas de reencantar o mundo burguês, uma forma de superar o espírito mercantilista e o realismo capitalista-industrial. Pontua também que os mitos oferecem “[...] um reservatório inesgotável de símbolos e alegorias, de fantasmas e demônios, de deuses e víboras (Löwy, 2002, p.25). De acordo com a mitologia grega, os príncipes, e inclusive Aquiles, recebiam a educação baseada na figura de Quíron, pois deveriam saber usar a sua natureza animal, em outras vezes a natureza humana.

condições necessárias para a conquista do poder), mesmo mantendo o poder “deve continuar a ser também ‘dirigente’” (Gramsci, 2023a, p.63).

D’Anna (2017) descreve que sob a ótica gramsciana a relação entre hegemonia e sociedade civil tem três momentos ou níveis de análise: o primeiro é ligado estreitamente à estrutura; o segundo é a relação de forças políticas e o terceiro é a relação de forças militares (dimensão da coerção utilizada pela ordem estabelecida).

No primeiro momento, como elucidado por Imbornone (2017), parte-se da constatação de que existe uma estreita relação entre as forças sociais e a estrutura. Neste nível da correlação de forças, verifica-se que os diversos agrupamentos sociais têm cada um uma função e uma posição na produção.

O segundo nível tem diversas fases que culminam numa fase mais abertamente política, na qual as ideologias germinadas entram em embate restando apenas uma ou mesmo uma combinação, tendendo a se impor e a se difundir, determinando a ordem social, econômica, política e moral. Nesta fase o grupo subalterno pode elevar-se à hegemonia político-intelectual na sociedade civil e se tornar dominante na sociedade política (D’Anna, 2017).

A terceira fase, das relações de forças militares, é o momento mais elevado em que o conflito se traduz em conflito bélico. É utilizada a força física e coercitiva do aparato do Estado para defender determinada forma social (D’Anna, 2017).

Segundo Costa e Prado (2017) há um conjunto de artimanhas que servem à sedimentação do discurso hegemônico. Desse conjunto se destacam as seguintes: a incorporação de demandas democráticas pela lógica da diferença; a vinculação entre demandas políticas presentes nos discursos antagônicos à hegemonia a demandas presentes no discurso hegemônico, enfraquecendo a democratização da vida e o expurgo da diferença, que se caracteriza pela construção da invisibilidade e/ou criminalização de movimentos sociais dificultando a legitimidade das suas ações e a construção do apoio político às duas demandas. Amparados em Mouffe, os autores ainda apontam que a construção de uma nova hegemonia, de uma contra-hegemonia ou mesmo de um projeto hegemônico democrático radical depende dessa lógica adversarial e da construção de um ponto de equilíbrio do máximo de avanço da revolução democrática em diversos campos e capacidade de direção e da reconstrução desses campos pelos grupos subordinados (Costa; Prado, 2017). Toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica, pois todo exercício do poder nas sociedades ocidentais tem como base o processo de reflexão sobre determinada questão, também da formulação e da fixação de valores, conhecimentos, práticas sociais e concepção de mundo, assim se afirma que a

compreensão da realidade social e mesmo a difusão de ideias é profundamente política. Nesse processo, de natureza profundamente política, de construção e manutenção da hegemonia se situa a atuação dos intelectuais.

O intelectual, nessa perspectiva, atua na forja de condições para expansão da própria classe para a conquista da hegemonia.

O conceito gramsciano de intelectual advém da análise concreta da gênese e do desenvolvimento da dinâmica de funcionamento da formação econômica e social italiana no contexto europeu, suas contradições, seus limites e suas possibilidades. E é justamente por isso que ele pode servir como parâmetro epistemológico aos que pretendem compreender a função dos intelectuais na hodierna realidade brasileira e, ao mesmo tempo, como um guia à ação sociopolítica e educativo-cultural. (Martins, 2011, p. 135).

Gramsci formula ao conceito de intelectuais não de forma a priori, mas a partir da realidade material que estava inserido, verificando as disputas que as classes sociais realizavam com horizonte no estabelecimento de um bloco histórico, que é um conjunto de forças estruturais e superestruturais que se expressa no conjunto de produção (Martins, 2011).

Não se deve pensar a função do intelectual de forma imediata entre este e a produção, pois é mediada por dois tipos de organização social: sociedade civil e pela sociedade política. Existem duas formas de intelectuais apontadas por Gramsci (2004), o tradicional e o orgânico. O primeiro acredita que suas ideias não são vinculadas a determinados interesses de classe, se posicionando como independentes e autônomos. Os intelectuais tradicionais não acompanham as mudanças sociais necessariamente; já os intelectuais orgânicos possuem vínculo com a classe, e por isso expressam e cristalizam na sua produção a vontade coletiva. Os intelectuais orgânicos possuem vínculo com a classe, já os tradicionais se consideram autônomos.

Schlesener (2018) descreve como características dos intelectuais na Itália a formação religiosa católica-jesuíta, caráter jacobino do pequeno burguês e o saber enciclopédico de acadêmicos e professores universitários. Essa característica dominante entre esses intelectuais se refere ao intelectual tradicional. Ele aparece de forma independente em relação a sua classe, geralmente associado a instituições históricas. O que caracteriza um intelectual tradicional é não estar organicamente ligado a um grupo, não estar organizado ou se entender como independente deste (Gramsci, 2004).

Como exemplo próximo da formação de uma vontade coletiva da Reforma religiosa ocorrida na Itália significou cum reforma intelectual e moral, pois passou pela laicização da vida, valorização da vida e do trabalho e a negação do universalismo da Igreja de Roma. O

contato dos fiéis direto com Deus, mediado pelo pastor, rompeu com a hierarquia católica e permitiu a formação de Estado territoriais. No caso da Alemanha, a Reforma potencializou o poder da nobreza e em outros lugares possibilitou e/ou fortaleceu a gestão de revoluções burguesas e até mesmo para o jacobinismo (Gramsci, 2012).

No contexto de formação da burguesia italiana, embora se desenvolva na Itália que era centro de irradiação do renascimento, esta classe não conseguiu se firmar como classe hegemônica e orgânica para enfrentar o processo de reorganização e fortalecimento, que culminou em uma contrarreforma (Schlesener, 2018).

Os católicos na Itália sempre tiveram grande influência ideológica sobre a população do país, principalmente pela localização de sua sede. A Igreja católica se beneficiou diversas vezes ao longo da história das fraquezas da burguesia, mesmo que a burguesia fosse anticlerical, pois não tinha força para se contrapor às ações do clero. O período de aproximação política entre os liberais e o clero culminou com o pacto Gentiloni (recebe esse nome por conta do conde Vincenzo Gentiloni, que foi o idealizador do pacto presidida a instituição que presidia questões eleitorais dos católicos) em 1913, mesmo ano das primeiras eleições com sufrágio universal. O pacto ocasionou uma subordinação indireta do Estado em relação à Igreja (Schlesener, 2018).

Gramsci (2004) afirma que o intelectual tradicional é vinculado a formas herdadas de formações anteriores ao capitalismo, a exemplo das igrejas, militares e sistema escolar. Pertencendo a determinado setor ou entidade não diretamente de classe ou grupo, assim pode apresentar tanto uma orientação em prol de grupos subalternos ou de em benefício da classe dominante. Pode-se separar os intelectuais a depender da função diretiva e organizativa, portanto, educativa, isto é, educativa. A exemplo do camponês que entra em um partido, este não entra para aprender novas técnicas de cultivo, pois estas questões podem ser resolvidas em um sindicato profissional. No partido político os elementos de um grupo socioeconômico superam essa fase e tomam atividades mais gerais. O intelectual orgânico não pode ser reduzido a vontade e capacidade de produzir consenso, mas toma corpo e significado na peculiar função conectivo-organizativa: o efeito do consenso está incorporado nas formas diferentes que realiza na função de fundo (o que vale para partidos, intelectuais burgueses, dos operários, entre outros). Sobre o partido político este tem a mesma função na sociedade civil do que a do estado na sociedade política, serve como mecanismo de fusão de intelectuais tradicionais e orgânicos. ⁸ Martins (2011) aponta que o termo “orgânico” é referente ao

⁸ Em relação a discussão sobre a questão dos intelectuais, Gramsci aponta dois questionamentos no seu caderno 4. O primeiro ponto é sobre o problema se os intelectuais seriam um grupo social autônomo, e segundo se todo

engajamento vital [engajamento histórico, de acordo com os interesses de classe alterando a realidade de forma criadora] do intelectual com as classes fundamentais de uma determinada formação social. Orgânico é o compromisso ativo dos intelectuais que podem ter com as classes no processo de disputa pela hegemonia em determinada totalidade.

O grupo que busca desenvolver o domínio, além de criar seus próprios intelectuais orgânicos, busca a assimilação dos intelectuais tradicionais. Os intelectuais do grupo dominante têm por função a hegemonia e o governo político, sendo a direção da imprensa de acordo com o grupo, além do disciplinamento dos grupos que não os apoiam (Gramsci, 2004).

A relação entre mundo social e os intelectuais não é imediata, mas sim mediada pelo tecido social de acordo com a função que ocupam na superestrutura [reflexo das relações sociais de produção, onde a classe dominante realiza a função de dominação cultural; estando articulado dialeticamente com a estrutura-relações de produção].

Temos como exemplo o empresário capitalista como uma forma de intelectual ou uma camada de intelectual orgânico criado, para dar homogeneidade nos campos político, econômico e social. É uma elaboração superior pois possui capacidade de direção e técnica. Além da capacidade técnica na área, deve conhecer pelo menos as áreas de produção econômica próximas da sua, devendo ter a aptidão de organizador das massas, criando as condições para que seu grupo ou classe se expanda, crie autonomia e chegue a hegemonia (Gramsci, 2004). Como órgão máximo responsável por educar as massas e divulgar suas reivindicações estaria o partido revolucionário (Santos, 2009). Assim, o intelectual orgânico torna-se especialista, organizador e tem vínculo com a classe.

Ao analisar a segunda questão, Gramsci responde com profundidade a primeira. Se questiona qual seria o limite máximo do entendimento de intelectual. Permanecendo a dificuldade de identificar o critério correto, Gramsci então aponta o erro mais comum metódico, que seria buscar o caráter da atividade em sua natureza, no que está intrínseco, e não no sistema complexo geral das relações sociais. Isso significa saber olhar para as funções organizativas e conectivas intelectuais, que seriam as funções que desenvolvem (historicamente determinadas) nos processos de construção de hegemonia (Voza, 2017).

A atuação dos intelectuais através da difusão de ideias, fixação de valores e práticas sociais ocorre por meio de todos os membros de sindicato, partido político ou organização

grupo social teria sua categoria de intelectuais. E esse segundo questionamento se desdobra em outro, que seria: identificar e delimitar o conceito de intelectual sobre o primeiro ponto, pontua que todo grupo social ao se originar em sua função primordial no mundo da produção econômica, produz seus intelectuais. A exemplo do capitalista que cria economistas, cientistas da economia política. Com finalidade de conferir homogeneidade e consciência da função do grupo no campo econômico (Voza, 2017).

social ou mesmo o Estado. Assim sendo o intelectual, desde uma organização política, instituição ou até mesmo uma pessoa. Tem-se a distinção do “grande intelectual”, que é o que produz novas concepções de mundo e a massa de intelectuais que realiza a difusão das concepções. Para se buscar a hegemonia a classe e/ou grupo que busca a hegemonia além de criar seus intelectuais orgânicos deve atrair outros intelectuais para o grupo que está vinculado (Leite; Arcoverde, 2017).

Outra observação acerca dos intelectuais é a identificação de intelectuais progressistas engajados politicamente, ao mesmo tempo não orientados pela categoria de classe, quer dizer, não revolucionários e assim não orgânicos. O engajamento dos intelectuais progressistas tem o foco na investigação de determinado problema social decorrente do funcionamento e dinâmica da sociedade de classes, mas não se considera a atuação como classista e orgânica pois tal prática não ocorre pela identidade de classe, mas de outras questões como de gênero, etnia, orientação sexual, etc. não se tem assim o horizonte de eliminação do elemento determinante de classe, das contradições de classe ocasionadas pela dinâmica com o capital. Assim, pode se dizer que Gramsci foi um intelectual orgânico das classes subalternas, defendendo o engajamento político dos intelectuais, mas também atuou por meio da ação sindical, partidária e também da prática educativa-cultural (Martins, 2011).

A difusão de ideias é um processo que se efetiva não somente pela coerção do Estado (sociedade política), mas pela produção de consensos sociais gerados, difundidos e fixados pela sociedade civil, portanto de nítida função educativa (Martins, 2011). Sobre a dimensão educativa, Martins aponta que ocorre através dos intelectuais, os quais não são necessariamente o indivíduo com formação educacional tradicional, pode ser diplomado ou não. O intelectual a que se refere o autor sardo trata-se, conforme visto anteriormente, de uma pessoa, grupo social ou mesmo organização social, que tenha condições e possibilidades de realizar análise crítica da dinâmica da sociedade e que produza uma visão de mundo e vontade de agir de acordo com essa visão, garantindo que dinâmica social ocorra de acordo com os interesses das classes subalternas. Essa dinâmica se efetiva em um processo coletivo de dimensão educativa que envolve intelectuais e a massa (em um sentido dinâmico e não amorfo) (Martins, 2011a).

Na prática educativa-política que ocorre da relação dialógica entre base e intelectuais, tem a finalidade de fornecer autonomia do pensamento e a partir dessa relação a formação e difusão de uma filosofia crítica. Olsaretti (2014) frisa que a filosofia não deve ser concebida como domínio exclusivo de pequenos grupos de intelectuais dedicados à descoberta de novos conceitos. Pois a difusão de conceitos bem estabelecidos na massa, é um fato filosófico mais

original e importante de qualquer descoberta realizada por um “gênio” filosófico. Um verdadeiro movimento filosófico só pode ocorrer quando se tem vínculo com as massas e se torna uma cultura de base ampla. Para a elaboração teórica destes intelectuais é necessário que estes sejam capazes de expressar o que as massas vivenciam, mas não conseguem elaborar e articular teoricamente por conta do cotidiano ou pela ideologia.

É fundamental a relação entre intelectual e hegemonia, essa forma inovadora de conceber a relação e a contribuição do intelectual para a construção da hegemonia foi proposta por Antonio Gramsci. Segundo Duriguetto (2014, p. 267):

A questão dos intelectuais ocupa uma posição estratégica nos escritos do comunista sardo. Ela é tratada, no desenvolvimento de suas análises, em relação aos processos de formação da hegemonia e ao conceito de Estado. Em Gramsci, os intelectuais e sua função no âmbito da vida social não são conceituados como sujeitos e ações distantes das determinações do mundo real, como um grupo “autônomo e independente”. Em contraposição às teorias que, na sua época, separavam a política da ciência (Weber, 1993) ou que concebiam os intelectuais como uma camada social independente (Mannheim, 1986), Gramsci desenvolve uma interpretação original da função dos intelectuais nos processos de formação de uma consciência crítica por parte dos subalternos e na organização de suas lutas e ações políticas.

Portanto, há uma posição estratégica da questão dos intelectuais em Gramsci visto que esses têm participação decisiva na formação de consciência crítica e da organização e das ações políticas realizadas. Os intelectuais tradicionais se veem como independentes, a exemplo dos filósofos idealistas ou mesmo não estão organizados em algum órgão ou grupo. Os intelectuais tradicionais não acompanham o desenvolvimento da sociedade (visto que não expressam uma vontade coletiva como os intelectuais orgânicos). Todo trabalho exige um mínimo de qualificação técnica e um mínimo de atividade intelectual criadora, portanto, todos são intelectuais, mas apenas alguns têm a função social de intelectuais. Isto ocorre pela forma que o trabalho está inserido nas relações sociais (Gramsci, 2004).

Sobre os intelectuais, está ligado muitas vezes a universidades e escolas os intelectuais tradicionais, são: diletantes e abstratos. O novo intelectual, também rigoroso com seu conhecimento, é crítico e seu trabalho de reflexão procura entender os problemas no processo histórico (Schlesener, 2018).

O autor italiano analisou as contribuições dos intelectuais na conexão entre a sociedade civil e a sociedade política. A relação entre intelectual orgânico e a “base” é uma relação dialética no sentido que a interação da organização, da direção e da espontaneidade da base deve dar a direção do partido (Buci-Glucksmann, 1980). O intelectual orgânico dos grupos subalternos deve superar a hegemonia burguesa e estes grupos devem colocar em prática um projeto societário por meio do sujeito coletivo da universalidade ético-política, se tem o seu papel social que gera mudanças se dá ênfase ao papel da política neste processo

(Silva; Mendes; Navarro, 2019). A mudança nas formas e nos modos de se pensar não ocorre pela educação verbal e livre, mas sim em um contexto de luta política (Simionatto, 2009). A práxis é a unidade dialética entre teoria e prática que transforma a realidade. Esta unidade não é algo mecânico, mas um devir histórico (Liguori; Voza, 2017).

De acordo com Reed (2013) é a unidade entre base e o topo que torna possível a filosofia da práxis, em uma unidade semelhante à teoria e a prática. Além disso, o progresso intelectual deve ocorrer para que isso não fique restrito a um pequeno grupo de intelectuais. A liderança não pode consistir em repetir mecanicamente fórmulas científicas; mas deve se aplicar politicamente nas relações reais e específicas vividas, levando em conta os sentimentos e concepções de mundo; não negligenciando o elemento da espontaneidade que pode ser canalizado. Assim, é necessário que as lideranças sejam capazes de sentir, compreender e entender a mentalidade popular e realidade; deve-se conectar dialeticamente isto com leis mutáveis da história e uma concepção superior de mundo, a filosofia da práxis (Reed, 2013).

Além disso, os intelectuais orgânicos se diferem da classe a que estão vinculados, ao mesmo tempo que não são completamente externos, pois mesmo tendo a articulação, possuem certa autonomia relativa tendo uma consciência mais nítida da realidade social, por conta da produção de um pensamento radical, racional, rigoroso e revolucionário. Outro ponto a se destacar é que uma das funções dos intelectuais na disputa pela hegemonia é de cooptar outros intelectuais de outras classes, podendo ser tanto os tradicionais quanto os orgânicos, essa cooptação é entendida como transformismo (Martins, 2011).

Uma das grandes contribuições de Gramsci foi a de verificar e descrever o fenômeno do transformismo, em que o conteúdo da mentalidade burguesa se expressa nos mais triviais fatos políticos e se constitui na história italiana na mais importante estratégia da burguesia para se consolidar no poder. O transformismo se apresenta como característica política que se traduz no desrespeito aberto aos compromissos políticos assumidos junto à população; assim membros da sociedade política ao chegar ao poder, renegavam as ideias e programas de ação que propagavam enquanto simples cidadãos. Esse fenômeno se estendia por toda a vida política da Itália, mantendo a força política no executivo, no legislativo, ligado às frações da burguesia dominante na Itália refletindo uma política clientelista de oportunistas que barganhava para se manter no poder. (Schlesener, 2018).

Diferente dos intelectuais orgânicos da burguesia, os intelectuais orgânicos do proletariado deveriam organizar as classes subalternas para o processo de luta para a libertação das condições de exploração e da direção ético-política, da construção de um novo

bloco-histórico, orientadas pelos interesses das classes dominadas e dirigidas (Martins, 2011).

A atuação do intelectual na sociedade responde a necessidades colocadas pela ordem estabelecida, assim o regime burguês é impregnado de intelectuais, que para o sistema se manter, é necessários políticos, funcionários e cientistas (Schlesener, 2018). Leite e Arcoverde (2017) descrevem que a burguesia opera através da politização sociedade civil, o que solicita uma nova forma de disputa de poder, em que o consenso e coerção (podendo dominar militarmente outro grupo social; com repressão policial ou mesmo criminalização da pobreza) deverão ser direcionados para que seja legitimado um conjunto de práticas e ideias que buscam tornar-se geral o interesse particular (a forma em que a burguesia já se realiza). Assim a burguesia no capitalismo teria dentre outras tarefas a destruição ou modificações de formas na organização estatal das classes subalternas que visem a superação da hegemonia capitalista (Leite; Arcoverde, 2017).

Considerando os contextos nacionais, os grupos de intelectuais muitas vezes aliados aos Estados, acabam por imprimir em conjunto com este, novas iniciativas econômicas, políticas e culturais, apresentando o Estado como absoluto. Assim a função dos intelectuais também é entendida de forma absoluta e superior, justificando sua existência de forma abstrata (Schlesener, 2018).

A exemplo de intelectuais que o mundo capitalista cria, podendo criar até mais de uma camada destes, os cria em para exercer as funções científicas ou econômica, social e política do grupo, a exemplo: organizador de uma nova cultura, cientista político, criação de um novo direito. Produz assim intelectuais para funções burocráticas, coercitivas com outros grupos e diretivas de seus interesses. Além disso, o grupo de intelectuais não é ligado diretamente à atividade econômica, mas sua atividade é mediada pelo tecido social na superestrutura, sendo assim os “funcionários” para conservação do grupo no caso dos intelectuais ligados ao capital (Leite; Arcoverde, 2017). A relação estrutura-superestrutura evolui para diferentes momentos de relação de forças, um quadro modelo de desenvolvimento da força social: uma relação de forças estreitamente ligada à estrutura, objetiva e independente da vontade do ser (Galastri, 2012).

A política se destaca como mediadora entre a filosofia superior e o consenso. Assim, o intelectual orgânico é um agente transformador, pois o intelectual orgânico não se define pelo conhecimento formal, é o sujeito que é comprometido com seu próprio grupo pela elevação cultural e política (Silva; Mendes; Navarro, 2019). Gramsci combate o intelectualismo, a rigidez do saber enciclopédico, pois o conhecimento pressupõe dinâmica na relação, envolvimento, sentimento e paixão (Schlesener, 2018).

Categorias que são ferramentas possíveis desta transformação na forma cultura e da política aplicadas pelos intelectuais da burguesia são as categorias taylorismo/fordismo. Ao se buscar desvendar por trás da experiência fenomênica como simples conjunto de método para a organização do trabalho, tem em sua essência enquanto projeto societal e elaborado pela intelectualidade da burguesia industrial um conjunto de princípio que deveria persuadir ou coagir os trabalhadores a introjetarem este ideário e modo de vida adequado a necessidade econômica de industrialização. Não basta apenas os trabalhadores se submeterem a linha de série, mas ter um estilo de vida e social (Silva; Mendes; Navarro, 2019).

Na concepção gramsciana o fordismo tem como meta o equilíbrio psicofísico de um novo tipo de trabalhador. Era regido pela hegemonia industrial que esperava do operário a máxima produtividade, incluindo inspeções no âmbito familiar verificando como isso afetava o nível de produtividade. Também pode ser aliada essa análise a categoria trabalho de Marx, em que se retira a concepção de trabalho e sua finalidade do trabalhador, imundos operações mentais e corporais marcadas pelo tempo e movimentos alheios a sua vontade em que destrói o ser, sobretudo em sua subjetividade, destituindo-o como sujeito de sua criação, mediante o exercício do controle da vida privada do trabalhador (Silva; Mendes; Navarro, 2019).

Assim só se supera a condição de subalternidade pela luta associada ao grupo de intelectuais orgânicos. Esse grupo de intelectuais (pode se ter camadas de intelectuais) da homogeneidade e consciência da função social, econômica e política do grupo (Gramsci, 2012).

Gramsci chama a atenção para os intelectuais considerados práticos, que realizavam uma combinação com o materialismo, dá-se de exemplo Marx e Engels, que produziram um arsenal teórico a partir de suas experiências concretas. A filosofia da práxis possuía duas grandes tarefas: combater as ideologias modernas em sua forma mais sofisticada, sendo capaz de produzir seu próprio grupo de intelectuais independentes (orgânicos, além de atrair os tradicionais) e educar as massas, que na época possuía uma educação medieval. Desta forma são fundamentais essas duas tarefas para a construção da hegemonia - educar as massas e combater as ideologias modernas. Esta última, seria em parte uma tarefa dos intelectuais de alto nível envolvidos nas formas mais elevadas de produção intelectual, a exemplo do Iluminismo e da Reforma feita por Lutero.⁹

⁹ Nesta última, Gramsci reconhece que se teve triunfo na reforma intelectual pela prática imediata da comunicação com as massas, dando origem a vasto movimento nacional-popular, mas que só posteriormente deu origem a uma cultura superior. Já o iluminismo foi considerado uma reforma mais completa pois também abrangeu as grandes massas do campo, também não sendo acompanhada de forma imediata pelo florescimento imediato de uma alta cultura, mas houve na ciência política e na ciência do direito (Olsaretti, 2014).

Schlesener (2018) aponta uma crítica ao intelectual típico da sociedade burguesa, caracterizando-o como pedante, distante do mundo da produção. Neste, é o operário que tem um papel mais preciso e indispensável. Esse tipo de intelectual, o tradicional, não é o mesmo tipo de intelectual burguês da fase revolucionária, que procriou momentos de intensidade crítica e efervescência cultural. Eram embebidos do Iluminismo, de uma consciência unitária, também de caráter internacional, sensível às dores e desgraças, sendo a melhor preparação para a revolta violenta na França.

O intelectual orgânico emerge de sua própria classe ou grupo social, estando a ela ligado de forma orgânica, ou seja, na forma organizativa, tendo como funções a direção política, a partir de seus interesses, a exemplo de líderes de movimentos sociais que promovem alianças e negociam para que o grupo social a que pertence tenha sua visão de mundo universalizada. Os intelectuais vinculados às classes subalternas produziram uma nova cultura emancipadora (Gramsci, 2004).

Os intelectuais orgânicos personificam nas lutas reais a catarse do grupo vinculado. Para substituir o senso comum e as velhas concepções é necessário repetir os argumentos, visto que a repetição é um meio mais didático de agir sobre a mentalidade popular. O segundo ponto é trabalhar para a criação de elites intelectuais de novo tipo, que surjam e permaneçam em contato com ela, que permite a modificação ideológica de uma época (Gramsci, 1999).

O grande intelectual deve deixar a atuação de gabinete e dos estudos dos fatos do passado, mas deve participar ativamente das lutas de seu período histórico. Nesta criação hegemônica, especialmente sobre o papel do intelectual orgânico (Gramsci, 1999).

A hegemonia é assim alcançada por uma combinação de coerção e consenso (liderança intelectual e moral). A tomada de poder até pode ser conseguida por meio da força coercitiva. Assim, o grupo dominante deve realizar a manutenção do poder equilibrando e concedendo as demandas de grupos aliados e em certa medida dos grupos dominados também. Isso requer a negociação constante dos grupos sociais e das relações sociopolíticas. É necessário que se crie uma consciência coletiva para que determinada aliança social se mantenha; assim esse processo dinâmico consiste na aliança do grupo dominante com seus aliados; combinação de forças; realização de coerção nos grupos dominados (que pode estar acompanhado de consenso e mesmo da aceitação da relação- um consenso passivo) e da difusão da visão de mundo do grupo dominante (Xu; Cortese; Zhang, 2014).

Leite e Arcoverde (2017) afirmam que a filosofia da práxis é um projeto crítico e eficaz contra outras visões de mundo; apontam que a capacidade de uma classe ou grupo construir hegemonia depende da possibilidade de produzir a própria visão de mundo, além de

sua própria função da hegemonia. Uma das correntes em disputa para ganhar o consenso das massas como parte da visão de mundo hegemônica é social-liberalismo (após a queda do muro de Berlim), que se mantém fiel aos preceitos neoliberais, que seria uma forma de “resposta” da esquerda institucional ao neoliberalismo como forma de ceder e concorrer sob nova conjuntura. A filosofia da práxis é apontada pelos autores como a única capaz de unificar e elevar a pessoa no senso comum para um nível de visão superior. Tal visão de mundo deve ser revolucionária e autônoma que vise a destruição da velha hegemonia (Leite; Arcoverde, 2017).

Como Navarro (1999) aponta, um dos representantes do pensamento social-liberal é Anthony Giddens, conhecido pela sua teoria da Terceira-Via¹⁰. Apesar de reconhecê-lo politicamente, Navarro (1999) não o reconhece como um verdadeiro representante do social-liberalismo. A Terceira via de Giddens seria um caminho da social-democracia, em substituição aos antigos partidos social-democratas. De forma sintética, a Terceira Via é uma posição intermediária entre a social-democracia clássica e o neoliberalismo. A social democracia estaria apoiada no protecionismo, keynesianismo e controle estatal da economia e a posição neoliberal seria do fundamentalismo de mercado, contra a ação estatal na proteção social e na economia (Navarro, 1999).

Essa terceira via pode ser aplicada tanto por uma conjuntura política em partidos à esquerda que afirmam não ser possível implementar seu programa de forma completa (como no caso do Partido dos Trabalhadores no Brasil) ou por opção do partido (como o New Labour). Bianchi aponta um exemplo dessa proposta da Terceira Via realizada pela social-democracia europeia, como forma de costura política, ocorrendo nos anos 1980 com a aliança de estruturas sindicais com a burguesia modernizante da França. Atingido pelo avanço neoliberal, a escola regulacionista/intervencionista (keynesiana) teve que recuar em suas proposições. Fazendo com a escolha do mal menor reproduza a situação (Bianchi, 2004).

Álvaro Bianchi (2004) fala especificamente que o neoliberalismo é uma das estratégias de passivação do Estado e das forças produtivas. Assim, o neoliberalismo se refere tanto a reestruturação produtiva para manutenção da taxa de lucros, quando essa dimensão política como uma forma de revolução passiva para fragmentar e imobilizar a classe operária.

A visão da economia política da terceira via é de progresso da técnica, das formas institucionais e da sociedade do salário. E, para superar as crises econômico-políticas, como a que se arrasta desde 2008, deve-se restaurar a norma e as condições da reprodução ampliada

¹⁰ Um dos políticos/estadistas a iniciar com esta forma de política social e econômica, foi o ex-Primeiro Ministro da Inglaterra, Tony Blair (de 1997 a 2007).

do capital (o processo do capital se expande, pela extração da mais valia; aumentando o capital constante-meios de produção e o capital variável-salários) (Bianchi, 2004).

A crise apresenta conflitos latentes e traz ao palco sujeitos sociais. Ela não deve ser espaço de adequação às regras, mas de transformações políticas e sociais (Bianchi, 2004).

Existe uma possibilidade de uma leitura complexa das relações de força, falando especificamente de uma leitura mais simples, social, política e militar (Galastri, 2012).

O intelectual orgânico é criado de acordo com a necessidade do grupo e com função da superação da condição de subalternidade no de um grupo não dominante, sendo construídos níveis de hierarquização e mesmo de especialização, tendo a função de condução material e política de determinados grupos.

Na primeira vez que o termo aparece nos Cadernos do cárcere¹¹, este sentido continua em maior ou menor parte, ocorre como referência à linguagem militar, em especial aos oficiais subalternos (ocupam de patente inferior). Gramsci opõe grupos dirigentes e grupos subalternos e seu estudo ocorre com finalidade de uma estratégia política revolucionária. Gramsci ao longo de seu amadurecimento deixa de usar o termo “classe” aos subalternos e sim grupos, provavelmente por conta da falta de agregação não constitui classe, são grupos heterogêneos com diversos níveis de subalternidade e não unificados. O termo grupos subalterno então engloba tanto classes quanto as não classes (Simionatto; Siqueira, 2024).

A história dos grupos subalternos é necessariamente desagregada e episódica e a tendência de união desses grupos só se concretizará com uma vitória política permanente. Os grupos subalternos são formados pelo conjunto das massas, mas sem possuir agregação de classe, não estão unificados em classes sociais, para que ocorresse essa agregação era necessário formar agregações que intervissem politicamente nas relações forças sociais vigentes. A unidade histórica fundamental é derivada da relação de estado e sociedade civil, assim não são unificadas e não podem ser enquanto não puderem se tornar Estado (Galastri, 2012).

São considerados subalternos os grupos explorados e destituídos dos meios suficientes para sobreviver. Ao buscar entender quem são os subalternos, desvelam-se os processos histórico-culturais da hegemonia que suprimem e/ou apagam a sua existência e história (Simionatto, 2009).

¹¹ Os Cadernos do Cárcere se dividem de acordo com as indicações próprias de Gramsci, em cadernos especiais e cadernos miscelâneos. Os primeiros, que de forma geral foram produzidos posteriormente, reuniu as notas em temas específicos; em relação ao conjunto dos cadernos miscelâneos, está reunido um conjunto de apontamentos de temas diferentes. Publicados tais cadernos pela Editora Brasileira em seis volumes, sendo datados e numerados de acordo com os critérios utilizados na edição organizada por Valentino Guitarra em 1975 (Coutinho, 2023).

Por Gramsci utilizar o termo grupos subalternos em diferentes momentos históricos pode parecer que o termo é estéril ou genérico, mas isso pode ser respondido com duas respostas complementares: que o campo analítico se estende inclusive para zonas coloniais, para a Itália Meridional e para a própria América Latina. Portanto, é utilizada de acordo com a particularidade e as relações de poder de cada local. Na sua análise não dilui a concepção de classe operária, mas acrescenta (naquele momento da análise) a existência de grupos subalternos (como o campesinato no caso da Itália). Então que se apresenta, em sua análise, a necessidade de uma frente única (entre camponeses e operários) contra a dominação burguesa (Del Roio, 2018).

A expressão grupos subalternos também quer dizer das camadas sociais que também não podem ser definidas como classes propriamente dito, como no caso de um grupo de intelectuais. As classes dominantes têm sua unidade no Estado, que é resultado das relações orgânicas entre sociedade civil e sociedade política. Por não serem unificadas (por definição) as classes subalternas, não conseguem se tornar Estado. Por isso a necessidade de organização e da formação de um novo Estado dos grupos subalternos. Esses momentos necessários são apontados e conhecidos pela filosofia da práxis e pela política. É o intelectual orgânico que faz história junto com seus grupo, por meio da práxis, que também acaba sendo especialista nos assuntos dos acontecimentos (da história). O Estado (formado pelo grupo dirigente e ao mesmo tempo em disputa), ao longo do tempo busca bloquear a emancipação dos grupos subalternos através da constituição de sua hegemonia (Del Roio, 2018).

A falta de unidade entre ação e teoria dos grupos subordinados, não elaborando (pelo menos naquele período) uma filosofia correspondente ao seu estágio, uma filosofia com base na atividade prática, uma filosofia que explicita a ação prática do grupo. Sendo alguém de inserção ativa na vida prática, construtor, organizador e continuamente persuadindo. É necessária uma relação dialética entre as massas de intelectuais e massa popular, visto que o elemento popular nem sempre compreende ou sabe, mas sente; já a camada intelectual sabe, nem sempre compreende e menos ainda “sente” (Leite; Arcoverde, 2017).

A história dos grupos subalternos e da sociedade civil está relacionada e só será unificada quando estes grupos se tornarem Estado. Apenas a vitória permanente dos grupos subalternos romperá com a dominação dos grupos dominantes. Além disso, um grupo só pode superar sua subalternidade quando sair da fase econômico-corporativa e se elevar a fase da hegemonia político-intelectual na sociedade civil e acender a dominante na sociedade política. Para isso, é necessário a construção de novos modos de pensar, passando do modo de pensar do senso comum ao bom senso; o que pode ser realizado através da filosofia da práxis

(Duriguetto, 2014).

As classes sociais não são grupos delimitáveis em qualquer tempo e espaço, nem mesmo um simples conjunto de indivíduos localizáveis no processo de produção. A categoria subalterna, nos artigos pesquisados, pelos autores, obteve três tipos de abordagem: enquanto uma metodologia de historiografia subalterna; a produção em si (que existe, mas não age em conjunto) de uma história das classes subalternas e uma elaboração de estratégia política de transformação apoiada na existência e desenvolvimento histórico dos grupos subalternos (Silva; Mendes; Navarro, 2019).

Sobre a utilização de classes e grupos subalternos, se tem a hipótese que Gramsci começou a utilizá-las, partindo da questão operária em direção a níveis mais altos de complexidade e generalidade, na busca de definição científica que contemplasse elementos que pudessem compor uma nova sociedade (Galastri, 2012).

A compreensão e formulação de uma nova visão de mundo e disseminação de uma nova cultura no coletivo, na visão gramsciana, ocorre pelo engajamento dos intelectuais orgânicos com os grupos subalternos. Assim, é possível interagir com estes, construindo de forma conjunta organizações e forças sociais para a formulação de novos blocos históricos que se oponham ao bloco hegemônico burguês. A formação de um bloco histórico favorável aos interesses das classes subalternas depende de uma correlação de forças propícias, que produza condições para uma nova forma de relações sociais oriundas da reforma moral e intelectual, que se expresse de forma efetiva em uma nova estrutura socioeconômica que não a capitalista (Martins, 2011).

A luta pela hegemonia, portanto, na visão gramsciana, não se faz descolada da cultura. A compreensão de Gramsci de cultura o diferencia de marxistas que acreditavam que as necessidades reais, compreendidas como as diferenças sociais, políticas e econômicas levariam o proletariado, automaticamente, a optar pelo socialismo; e de outros que acreditavam que a renovação cultural deveria se dar, mas de maneira tradicional e burguesa (Schlesener, 2018).

A compreensão gramsciana de cultura, especificamente entre 1918 e 1920, como criação histórica e da própria personalidade, uma identidade de classe, que se expressa em executar e pensar bem; uma noção ligada à organização política, portanto, modo de pensar e agir que elabora no dia a dia. A noção de cultura está, portanto, intimamente relacionada à luta de uma nova ordem social, possibilitando uma nova individualidade, cidadania e liberdade. Noção permeada da relação dialética entre teoria e prática, de práxis; se contrapondo as noções burguesas e até mesmo as noções marxista-leninistas. Essa noção

socialista se contrapõe à noção burguesa de cultura (Schlesener, 2018).

Portanto, além dessa função educativa-cultural, os intelectuais orgânicos buscam alterar a realidade por outras duas funções básicas: científico-filosófica, educativo-culturais e políticas. Assim, o intelectual orgânico das classes subalternas pode ser o indivíduo ou organização social que assume inúmeras tarefas, vinculadas às suas diferentes funções, as quais são articuladas dialeticamente (Gramsci, 2012).

Quando o intelectual realiza essas três funções, voltadas à reprodução do modo de vida social ao nível da subjetividade, da intersubjetividade e da prática social, se caracteriza como um conservador, diferente do intelectual orgânico das classes subalternas que atua numa direção revolucionária. Sua função é produzir, difundir e intensificar na dinâmica social uma visão de mundo capaz de se transformar em força social com potencial necessário para promover uma mudança profunda na vida social (Martins, 2011a). As tarefas de cunho científico-filosófico, neste caso, têm o objetivo de compreender a dinâmica da vida societária, sua economia e relações sociais, sua formação, limite, contradições e possibilidades. Também caberá ao referido intelectual formular uma visão de mundo condizente com as necessidades e interesses históricos do grupo subalterno, uma nova cultura, ou seja, imprimindo as condições de produção de um novo bloco histórico (Martins, 2011). Para tanto, deve-se questionar a visão de mundo hegemônica, elevando o patamar de compreensão da realidade e apresentando alternativas para essa hegemonia. Essa função científico-filosófica só se realiza se articulada à função educativo-cultural, a qual é responsável pela difusão desses conhecimentos na direção da elevação cultural das massas (Gramsci, 2012). Nesse processo, considerando que a construção da hegemonia é feita numa relação pedagógica, a partir da qual o intelectual tanto ensinar quanto aprender, a filosofia da práxis fornece-lhe os instrumentos necessários para o desempenho das referidas funções, de modo a constituir a sua atividade intelectual e política, sua metodologia, elaborando assim seu próprio pensamento crítico, numa relação de indissociabilidade entre o intelectual e o simples. O ponto de partida é sempre o senso comum a ser criticado e quando isso ocorre se tem uma nova filosofia (Reed, 2013). Santos (2009) apresenta que cada grupo social deve possuir um intelectual que articulado com o partido tem por função representá-lo, contribuindo para a superação do senso comum em direção à construção do bom senso no próprio grupo.

Olseratti (2014) aponta que os grupos subalternos possuem uma filosofia, uma concepção do mundo de forma rudimentar. Além disso, o senso comum e suas crenças têm o poder de alterar as forças materiais para a produção da história. Mas, uma vez inconscientes

desse potencial, assimilam a filosofia oficial, ou ideário, formando um senso comum que sustenta o ideário dominante, mantendo uma visão de mundo, sujeita à visão de mundo dominante.

Falando ainda sobre o senso comum, este é apegado ao que existe, também está habituado a compreender a realidade por meio de oposições dualistas sem compreender a realidade como contraditória. Por medo do desconhecido renuncia-se, neste estado, aos riscos da mudança, em troca de segurança. Não apenas o liberalismo alimenta o senso comum, mas também o reformismo que tem apego à ordem estabelecida. No reformismo, por conta de uma leitura positivista que polui a compreensão marxista, existe certa fatalidade fora da vontade da atuação do ser humano, o que produz inércia na militância e um horizonte de conformação às pequenas conquistas. A política social-democrata tem uma posição de conservação da ordem em relação à política revolucionária, contribuindo para o sistema instituído (Schlesener, 2018).

O senso comum dos grupos subalternos não deve ser excluído totalmente deste processo visto que o grupo subalterno também desempenha um papel pedagógico na luta pela hegemonia; a sua desconsideração e ou exclusão do processo de disputa pela hegemonia, levaria a um suposto purismo intelectual e moral dos intelectuais, seria nesse caso presumir que estes têm o monopólio da verdade e que esta seria imposta aos ignorantes. Assim, é fundamental a crítica dos grupos subalternos para a geração de uma política revolucionária e que seja realmente representativa de uma vontade coletiva nacional-popular. A exemplo desse processo, Reed (2013) menciona a relação da Reforma Protestante (reforma intelectual e moral) com a Revolução Francesa (de uma política feita também pelos de baixo): sendo uma filosofia que também é política e uma política que também é filosofia.

Para os grupos subalternos a educação, cultura, organização e difusão do saber, é a independência das massas dos intelectuais. Assim, é necessário intensificar a ação na cultura contra os intelectuais de carreira. Gramsci pretendia abolir o domínio também de burocratas e intelectuais tradicionais, pois para o autor sardo na sociedade socialista não deveria existir privilégio de casta ou categoria, pois todos os cidadãos dessa sociedade saberiam controlar o que antes seus mandatários os obrigavam. Neste novo estado de coisas, o revezamento de funções públicas e em amplos debates servem para frear o desenvolvimento de um regime autoritário (Schlesener, 2018).

É um preconceito de intelectuais considerar que uma concepção de mundo será destruída exclusivamente por críticas de caráter racional. Quem conserva a força das sucessivas retomadas teóricas é a fidelidade das massas populares, que se apropriam da teoria

mesmo sob formas primitivas e supersticiosas. As lutas pela hegemonia não se restringem a concepções de mundo abstratas, são consubstanciadas também por questões materiais que dão suporte para essas ideologias, as quais são asseguradas pelos aparelhos privados de hegemonia. Ou seja, a luta pela direção da sociedade tem como pressuposto a disputa pelos aparelhos privados de hegemonia (Leite; Arcoverde, 2017).

Assim, o ponto de partida é a filosofia espontânea dos grupos subalternos, é o senso comum, historicamente necessário para organizar as massas, estando de acordo com seus sentimentos espontâneos. Não se trata de introduzir uma forma científica em cada um, mas demonstrar que todos são filósofos, renovando uma atividade já existente por meio da crítica. Assim se começa de uma filosofia e de uma prática já realizada e difundida (Reed, 2013).

Como identificado por Schlesener (2018), existe diferença entre os conceitos de filosofia, ideologia e hegemonia. A filosofia feita pelos grupos dominantes é uma construção ideológica, já o senso comum é uma ideologia dos grupos sociais subalternos que mantém o status de subalterno. Enquanto a filosofia seria uma noção sistemática e coerente, o senso comum seria amorfo, incoerente, de noções contrastantes e que é aceito sem a devida crítica.

A filosofia elaborada deixa vestígios ou sedimentações no senso comum, este último é um corpo mutável de opiniões, noções etc., que fica enriquecido se acrescentado outras fontes, como noções científicas e opiniões filosóficas que se tornam costumes. Dito de outra maneira, o senso comum é o folclore da filosofia¹². Esse caráter do senso comum que é desconexo e irrefletido apresenta desvantagens na utilização teórica e também como ferramenta de mobilização política (Olsaretti, 2014), mas nem por isso deixa de ser importante na disputa pela hegemonia, como demonstrado neste texto.

Apontando para um componente do pensamento dos grupos subalternos demonstra que o folclore deve ser superado dialeticamente pela filosofia da práxis durante o curso da contra-hegemonia. Das ordens ideológicas, o folclore é o mais fragmentário e inarticulado; já a filosofia estaria no outro polo, como mais coerente e sistemática (tanto a burguesa como a socialista); junto com a religião, o folclore é colocado como representante da ordem tradicional e mais resistente a mudança, é um conhecimento anacrônico e sempre ligado à religião e ao senso comum e à cultura dominante. O senso comum está ligado à tradição do conhecimento herdado do passado e absorvido acriticamente, mas se distingue do folclore e

¹² O folclore é o universo de representações ideológicas em que moral, religião, ciência e filosofia se misturam e se estratificam, ganhando diversas formas. Onde podem conter elementos de criatividade para romper com a subalternidade. A nova cultura dos grupos subalternos deve fazer desaparecer o destaque entre cultura moderna e cultura popular ou folclore (Del Roio, 2018).

da religião por ter um núcleo de bom senso que é movido pela razão prática em oposição à autoridade tradicional. Apesar desse conteúdo contraditório, assistemático e retrógrado o senso comum, folclore e religião possuem propriedades culturais que são fluidos e maleáveis e prosperidade sociais que se opõem às concepções oficiais de mundo que se deixam abertas a ressignificação e para a direção da contra-hegemonia. Assim, o pensamento do subalterno não é simplesmente uma falsa consciência, ele fornece pontos de referência para o pensamento e a ação da nova hegemonia.

Reed (2013) aponta que Gramsci apresentou em seus Cadernos do Cárcere, como um empreendimento, a formulação de uma estratégia de contra-hegemonia. Para isso buscou, dentre outros temas, compreender conceitualmente e historicamente como se formula o pensamento das massas; ou seja, como se forma o sentido do mundo, as atividades do cotidiano e, principalmente, a política a partir da perspectiva dos subalternos. Averiguada a natureza e o significado do folclore, do senso comum e da religião como formas díspares de consciência, mesmo que de forma geral esse conjunto de filosofias tenham, características negativas, seu alinhamento ideológico com a filosofia da práxis permitirá, na visão de Gramsci, a saída do capitalismo. Portanto, levando em conta os interesses e as tendências dos grupos subalternos, tornando estes coerentes com a práxis, é possível avançar na luta pela hegemonia, numa perspectiva contra-hegemônica. Este é um fator decisivo e o processo de tornar coerente ideologicamente a visão dos subalternos é uma das funções dos intelectuais. Neste caso, dos intelectuais orgânicos que são os líderes e organizadores dos grupos subalternos (Reed, 2013). Quer dizer, neste sentido, que a filosofia é a racionalidade teórica e subjetiva, sendo crítica, reflexiva e sistemática; fornecendo uma direção mais coerente aos subalternos na luta pela hegemonia. A filosofia da práxis é a forma de pensamento que mais propicia mover as pessoas para o modo de viver além do capitalismo; contém elementos fundamentais para construir uma concepção total e integral do mundo, uma filosofia total das ciências naturais; capaz de dar vida a uma organização integral; ou seja, tornar uma civilização totalmente integrada (Reed, 2013).

Tal operação deve se dar no partido revolucionário de massa, desenvolvido por intelectuais orgânicos dos grupos subalternos, que cultivam e mobilizam politicamente baixo para cima o potencial socialista presente nas massas; esse processo pode-se dar pela crítica em que elementos presentes no ideário que tinham caráter incidental e mesmo secundário, pode ser considerado primário e torna se núcleo de uma articulação ideológica e teórica; nesse processo dialético a velha vontade coletiva é dissolvida em seus elementos contraditórios na medida que os seus elementos subordinados se desenvolvem socialmente; em suma, que toda

a realidade é construída na relação entre os seres humanos que modifica a realidade; a crítica feita ao existente; podendo colocar preocupações antes periféricas agora no centro da ação política orientada para sustentar uma alternativa (Reed, 2013).

Reed (2013) afirma ainda que, da síntese entre o senso comum/tradicional e a filosofia da práxis, surge essa nova forma hegemônica, em que nenhum dos dois lados é passivo ou determinada teoria seja imposta, mas é concebida por um processo de acomodação recíproco que se desdobra em algo novo. Para tanto, desde o início, deve-se apresentar a filosofia da práxis como uma forma crítica de superar a visão de mundo dominante existente, associada à criação de uma visão de mundo emancipatória ligada ao espírito popular, elevando assim o senso comum ao bom senso (Olsaretti, 2014).

Del Roio (2018) relembra que a história das classes subalternas é necessariamente desagregada e episódica. Então surge a questão: como unificar ou como se forma uma vontade coletiva dos grupos subalternos? É necessário, para a emancipação política dos grupos subalternos, conforme visto anteriormente, que estes criem a própria cultura, produção da própria identidade de classe, organização e disciplina interior, apropriação da própria personalidade. Com essa consciência superior se compreende o próprio valor histórico, função na vida, os próprios direitos e deveres (Schlesener, 2018).

A compreensão das categorias gramscianas, tratadas neste texto, é necessária para sustentar a análise ao decorrer desta dissertação. Ao tratar hegemonia, subalternidade, intelectuais, cultura e práxis, Gramsci permite compreender a política como um processo histórico e relacional, que não se limita ao Estado estrito, pois se realiza também no interior da sociedade civil, nos aparelhos privados de hegemonia e na formação da opinião pública, isto é, na produção de consensos e na disputa pela direção intelectual, moral e cultural da sociedade, terreno este no qual emergem os movimentos sociais – tais como o pesquisado nesta dissertação.

Dessa forma, as lutas sociais não aparecem apenas como respostas imediatas às condições materiais, mas como processos mais amplos de formação política, cultural e humana, nos quais se disputa a direção societária.

Nessa perspectiva, a centralidade da organização política e cultural dos grupos subalternos é elemento fundamental para enfrentar a subalternidade. Em Gramsci, hegemonia não é apenas convencimento “pelo alto”, pois envolve direção e domínio, em um equilíbrio entre consenso e força, o que desloca a análise de uma compreensão estreita de política como simples tomada do poder por via insurrecional.

Para tanto, a construção de uma nova concepção de mundo se torna tarefa concreta

que precisa romper com o senso comum dominante, reorganizar valores, produzir unidade e dar forma coletiva a interesses que muitas vezes aparecem dispersos. É nesse movimento que os intelectuais orgânicos, vinculados às classes subalternas, desempenham papel decisivo, não como sujeitos externos, mas como parte da própria luta, atuando na mediação entre experiência vivida, elaboração crítica e organização.

A práxis política, compreendida como unidade entre reflexão e ação, evidencia que a transformação da realidade exige tanto organização material das lutas quanto elevação cultural e intelectual dos grupos subalternos. Afim de que uma nova hegemonia se constitua, a disputa precisa avançar no terreno da cultura, da educação, das ideias e também das emoções, porque é nesse plano que se consolida a direção moral e cultural, e que se constrói a disposição coletiva de enfrentar a ordem vigente.

Assim, processos educativos, formativos e organizativos passam a ser parte do próprio conflito social, possibilitando a emergência de uma vontade coletiva popular. A luta política se apresenta, portanto, como luta econômica, cultural e moral ao mesmo tempo, exigindo atuação articulada nas diferentes dimensões da vida social.

É com base nesse referencial, comprometido com a defesa dos interesses dos grupos subalternos, que se permite a análise da práxis política dos intelectuais orgânicos vinculados às classes subalternas na disputa pela hegemonia. Busca-se compreender como organização política, produção cultural, formação humana e atuação educativa se articulam no interior das lutas sociais, destacando o papel desses intelectuais na construção de consensos, na crítica do senso comum e na elevação da consciência crítica, sem supor um “purismo” intelectual que descole a direção política da base.

Dessa forma, o próximo item examina como essa práxis se materializa concretamente, evidenciando seus limites, contradições e potencialidades no enfrentamento à ordem capitalista e na construção de um projeto contra-hegemônico.

1.2 A PRÁXIS POLÍTICA DOS INTELECTUAIS ORGÂNICOS VINCULADOS ÀS CLASSES SUBALTERNAS NA DISPUTA PELA HEGEMONIA

É a partir da organização política que os grupos sociais explicitam sua concepção de mundo e constroem suas lutas. A organização expressa uma forma efetiva de união e solidariedade de seres humanos, diferente das organizações políticas capitalistas que se tem apenas agregados e não indivíduos unidos (Schlesener, 2018).

A nova cultura é força transformadora para os grupos subalternos. A organização da cultura deve se dar da mesma maneira que se procura organizar atividade prática.

A raiz do papel da cultura na revolução tem influência do idealismo de Croce, Gramsci reconhece o valor instrumental dessa filosofia visto que Benedetto Croce chama a atenção para importância dos fatos da cultura e dos grandes intelectuais na vida orgânica e histórica da sociedade civil e do Estado. O pensamento gramsciano aponta para indissociável relação entre conhecimento histórico, práxis política, luta cultural e formação humana. A questão da formação é pensada como estratégia de uma classe se fazer hegemônica, que se produza uma nova cultura que altere o modo de vida, agir e sentir. Envolve assim a práxis política em dada organização socialista. Assim, a difusão da cultura deveria estar associada à atividade política, a elevação cultural permite uma ação mais eficaz e a ação realizada permite novas análises, tanto sobre as consequências quanto se a teoria realmente estava correspondendo ao movimento da realidade. É com isso, tratando os seres humanos de forma a não suspeitar de sua capacidade de pensar, mesmo que nem todos tenham as condições de elaborar ideias com coerência e lógica (devido ao não acesso a formação educacional tradicional), se estabelece na perspectiva da filosofia da práxis um compromisso político pelo socialismo de maneira a não reproduzir posturas paternalistas entre os intelectuais e o povo. Nesta perspectiva todos pensam e participam da vida, da sociedade e de seus problemas (Vieira, 1999).

Como forma de superar o Estado capitalista é necessário a união em associações políticas, criação de órgãos de educação e de associações de cultura que possibilitem e ampliem a participação no patrimônio do pensamento construído, também das experiências intelectuais e da beleza construída no passado e no presente. A ação revolucionária precisa estar associada à tarefa de retomada e reinterpretação do pensamento histórico produzido, para que se tenha uma noção exata da força dos grupos e expô-los através da ação. Somente assim pode-se gerar uma individuação de classe (Schlesener, 2018).

Assim, a tarefa para mudança social é política e cultural. Refere-se a ter um modo completamente novo de agir e pensar, não de forma individual e desagregada, mas sim uma práxis política coletiva. O conhecimento da história é condição necessária à criação de uma nova personalidade, de uma identidade de classe independente em relação à classe burguesa. Esse processo educativo também envolve uma redefinição das noções de cultura, ideologia, personalidade e caráter (Schlesener, 2018).

Gramsci (2004) apontava a cultura, expressa e codeterminada pela matéria, heterogênea e aberta a modificação pelo resultado das lutas pela hegemonia, sendo o terreno pelo qual os seres humanos se movem, adquirem consciência de sua posição e lutam por modificações da situação na sociedade. Assim, a luta de classes é mais do que meramente

uma luta econômica, mas também uma luta pelos corações e mentes, por suas atitudes, concepções de mundo e crenças. Ou seja, a luta pela hegemonia depende de uma práxis política articulada às diferentes dimensões da vida social – à economia, à cultura, à história. A filosofia da práxis é uma filosofia vivente. É concebida na relação entre subjetividade e objetividade, entre estrutura e superestrutura. Neste sentido, a revolução envolve então um novo conjunto de padrões, uma nova forma de pensar e viver em contraponto à ordem do capital. Assim, o proletariado deve além de se organizar política e economicamente, mas também culturalmente.

Assim a reforma intelectual e moral proposta por Gramsci está ligada a um programa econômico que depende do desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular, ou seja, articulado à dimensão política e cultural das massas.

Para os trabalhadores é necessário que a luta política tenha uma renovação cultural, que signifique a sua consciência organizada. Para isso, é fundamental que trabalhadores e todos os grupos subalternos participem do patrimônio cultural produzido por meio do trabalho realizado em fábricas, jornais, associações de cultura, sindicatos e partidos, as quais produzem uma nova cultura em um processo que permita a construção de uma nova ordem social (Schlesener, 2018).

Com o questionamento de Medeia na Tragédia de Eurípedes “Oh, por que Júpiter não imprime sobre o rosto de cada homem o sinal invisível do seu caráter? “Apresenta-se o desejo póstumo de todos os ludibriados” (Gramsci, 2019, p. 4). A dor de Medeia ocorre pela dor de ser enganada é acrescida da própria ingenuidade. A exclamação de Medeia aponta a culpa dos deuses por não fornecer aos seres humanos elementos para que se pudesse agir de forma certa, possibilitando compreender quem realmente não a engana, separando o que é máscara de honestidade e o que é rosto (Gramsci, 2019).

Se tivesse uma postura crítica, de questionamento e mesmo de buscar pensar por si próprio, evitando cair em armadilhas, poderia se atingir o desejo de Medeia. Trazendo essa questão para o âmbito político dos grupos subalternos, é também uma das funções dos intelectuais orgânicos vinculados aos grupos subalternos, no âmbito de sua práxis política, fornecer elementos para seus membros passem a agir de acordo com os interesses do grupo, ao saber discernir no cotidiano da práxis política, o que são máscaras e o que são rostos. Esses elementos são as ferramentas fornecidas pela filosofia da práxis por meio da elevação intelectual e moral.

Desta forma, a nova cultura se baseia em entender as próprias necessidades, agindo pela própria vontade, sem subordinações ou ideias preestabelecidas e com independência da

ordem constituída (Schlesener, 2018)

É na dialética entre filosofia da práxis e o sentimento popular, que os elementos da vida concreta vivenciada pelo grupo subalterno e mesmo as suas paixões se tornam elementos de diálogo entre a teoria e os elementos de seu cotidiano. Para tanto, a interação entre lideranças e grupo subalterno torna-se fundamental para que esse processo dialético se realize e direção e ação política se disciplinem a fim de que a teoria reflita e se oriente pela paixão popular. Quando não se tem essa dialética, a relação entre liderança e o grupo subalterno passa a ser puramente formal e burocrática, muitas vezes vazia e minando a construção da nova hegemonia (Reed, 2013).

Reed (2013) ressalta que a nova hegemonia das classes subalternas é a paixão política que foi reflexivamente anexada. Assim é a paixão, as emoções de forma geral que são o elo entre os problemas pessoais e as questões políticas, são fonte de energia para mobilização; reconhece-se que nem sempre a paixão é beneficiada, pode ser que ela mine a crítica à hegemonia burguesa. Requer, neste sentido, que a paixão tenha preparação ideopolítica e assim floresça de forma orgânica, livre de manipulações. O vínculo entre liderança e base é também fundamental para a identidade coletiva do grupo. Essa relação deve ser orgânica, de coesão onde o sentimento se torna compreensão e conhecimento, e assim se torna uma real e ativa representação dentro do movimento da história. Uma união em que o conhecimento abstrato do intelectual é vinculado à experiência e sentimento do povo; ao mesmo tempo esse sentimento do povo, através dos intelectuais que atuam como mediadores, se funde com a teoria, com a política e com a cultura formando na história uma direção consciente (Reed, 2013).

Uma das formas para desvencilhar as aspirações socialistas latentes é conseguir realizar o recorte do problema e oferecer soluções de uma forma que esteja em contato com os sentimentos e de adesão popular. Assim, essa rearticulação dos elementos presentes na consciência deve fazer com que os temas e interesses ideológicos devem adquirir novo significado ou coerência (processo que geralmente é realizado pelos intelectuais). É uma recombinação de temas familiares. À exemplo disso se tem durante o movimento por direitos civis nos Estados Unidos da América (EUA) a rearticulação de vocabulário cristão, que era familiar e pontos de referência a luta pela liberdade tornando possível a agenda política. Obviamente que neste processo o modo de pensar não pode estar descolado do mundo concreto, visto que isso resultaria em uma nova forma de alienação dos grupos subalternos (Reed, 2013).

A função educativa-cultural do intelectual orgânico será efetivada na medida que se integrará organicamente ao povo, em seus espaços e ações, sentindo o que o povo sente, assim compreendê-lo e realizar a mobilização revolucionária. Assim pode educar a classe que esteja vinculado organicamente, elevando a consciência popular até promover uma catarse¹³, mediante a qual se alcança uma nova consciência em si e do mundo, rompendo a passividade no mundo e empreendendo ações para modificação das relações sociais (Martins, 2011a). A catarse é um processo eminentemente educativo-político articulado com a vida social e econômica é indispensável, a partir da qual se dá a elevação moral e intelectual até atingir o nível de solidariedade (Martins, 2011b).

O processo de catarse se articula, portanto, com a construção da hegemonia. Trata-se de um processo político prático, que envolve progresso filosófico e supõe uma unidade intelectual. É só com a catarse concretizada que a classe pode ser capaz de ser Estado. Quando não ocorre o estágio de elevação cultural e o grupo social não tem iniciativa, não se avança no processo de conscientização político crítico em direção à construção de uma outra hegemonia. Quando a catarse não ocorre, a própria luta começa uma série de derrotas, tornando-se força formidável de resistência moral, e dessa forma se constitui a massa de manobra (Luiz, 2013).

Gramsci (1999) aponta que catarse é a transformação espiritual que se transforma a partir da prática mediada pela atividade teleológica, a partir da qual o grupo deixa de ter apenas valores individuais e passa a ter uma consciência universal, chegando ao estágio mais amplo de eticidade coletiva. A práxis política é elemento central do processo catártico. Catarse é política para o autor sardo.

Através dela, o grupo saiu do momento meramente econômico, egoísta e passional e passa para o momento ético-político. Nesse processo, a estrutura se torna meio para liberdade, rompendo com a condição anterior que era de força exterior que oprimia. O momento catártico é o ponto de partida da filosofia da práxis; pois tal processo ocorre simultaneamente com a cadeia de sínteses que derivam do desenvolvimento dialético (Gramsci, 1999).

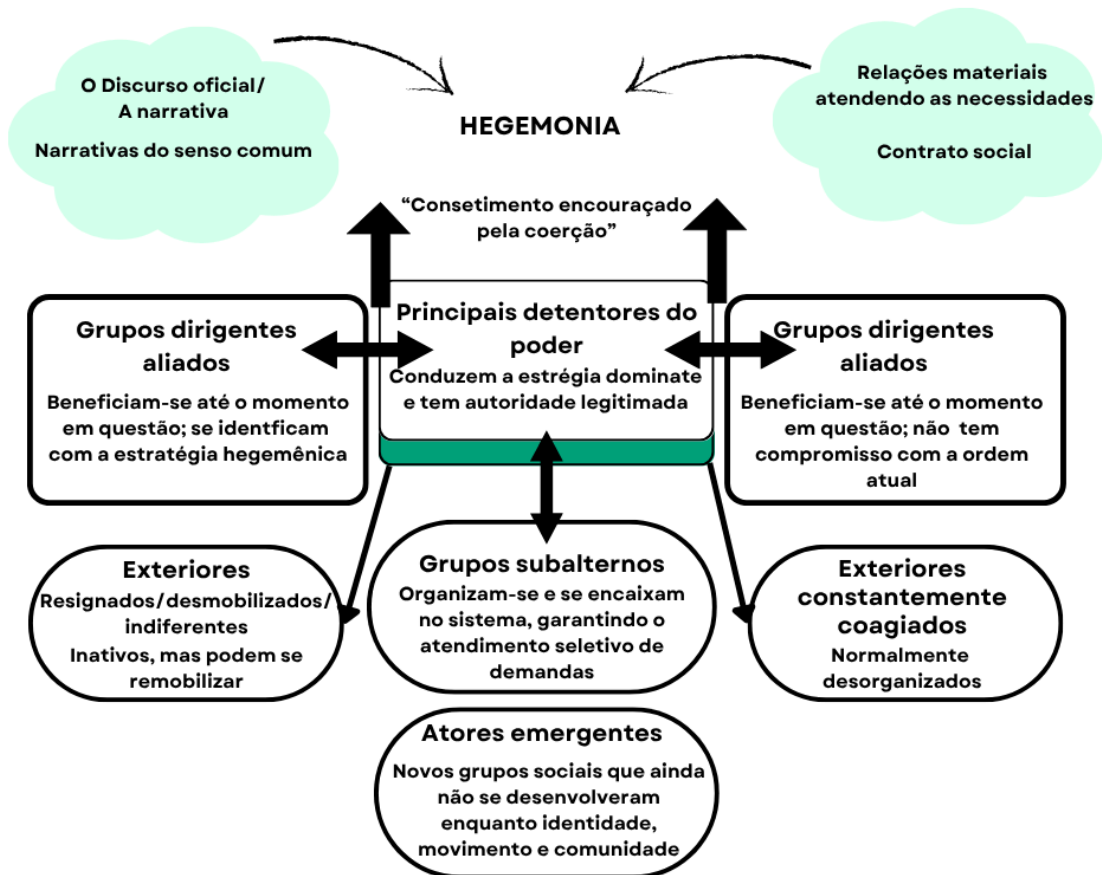
A emancipação dos grupos subalternos, portanto, supõe a emancipação deste nos campos da política, da economia e da cultura ao mesmo tempo, pois são expressões da mesma realidade. Essa emancipação tem como condição necessária a construção de um novo bloco

¹³ Um termo que pode ser relacionado é o da expiação, visto a concepção de capitalismo como religião e coloca uma forma culpabilizante dos grupos sociais subalternos em que eles mesmos são culpados da sua situação. Walter Benjamin utiliza o termo alemão *Umkehr* que pode significar interrupção da história, expiação, purificação e revolução (Löwy, 2021). Portanto, há um rompimento com o *status quo*, se livrando da culpa, agindo na história e podendo levar a revolução, o que pressupõe solidariedade de classe que ocorre após se atingir o nível ético-político.

histórico, também pela construção de uma nova hegemonia e de reforma moral e intelectual (revolução cultural gerada pela auto educação das massas) (Duriguetto, 2014).

A hegemonia é, portanto, entendida como relação política objetiva com convergência do poder, ocorrendo a sedimentação de um discurso particular (do grupo e das relações dominantes) em universal que visa apagar os vestígios de sua construção. Assim, a política é entendida com uma disputa antagônica caracterizada pela subversão do “nós” das práticas hegemônicas instituída por “eles”, sendo que a identidade de ambos não existe antes do conflito, mas sim construídas por essa oposição. A construção do “nós” só é possível quando demonstrada a construção do discurso hegemônico e suas raízes, para que se afirme outra forma de hegemonia. Essa forma de disputa política depende do conflito intenso entre posições políticas distintas para que se tenha como base os princípios de igualdade e liberdade. Não se trata de visões de mundo entre sujeitos em disputa para o alcance da eliminação um do outro. Não se trata também da busca de um consenso racional (Costa; Prado, 2017). Trata-se de um processo no qual se busca romper com a hegemonia do grupo dominante, mediante a construção de um projeto de sociedade em contraponto à lógica de exploração imposta pela atual hegemonia capitalista. A seguir, na figura 1, evidencia-se a dinâmica da hegemonia do grupo dominante, esta hegemonia a ser combatida pelos subalternos.

Figura 1 - Diagrama da dinâmica da hegemonia do grupo dominante



FONTE: Adaptado e traduzido pelo autor: Natasha Adams. In: COX, L. Social movements and hegemonic struggle. In: William K. Carroll (ed.), The Elgar Companion to Antonio Gramsci. Editora: Edward Elgar Publishing.[s.l.] , 2024. p.370-387. Disponível em: <https://mural.maynoothuniversity.ie/id/eprint/18210/1/Social%20movements%20and%20hegemonic%20struggle%20%281%29.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

A Figura 1 apresenta uma síntese da dinâmica de construção e manutenção da hegemonia: o diagrama nela contido organiza, em torno de um núcleo dirigente, os diferentes grupos sociais, os tipos de alianças e os mecanismos pelos quais o consenso é produzido e sustentado, combinando direção político-cultural, por meio do discurso, da narrativa e do senso comum e mediações materiais, relacionadas ao atendimento seletivo de necessidades e ao contrato social, sempre atravessadas pela possibilidade de coerção.

No diagrama, Cox (2024) coloca no centro os principais detentores do poder, compreendidos como aqueles com acesso privilegiado às estruturas estatais, capacidade econômica e influência cultural. Esse núcleo conduz a estratégia dominante e opera a hegemonia ao exercer uma autoridade socialmente legitimada. Ao redor desse centro aparecem dois tipos de grupos dirigentes aliados: de um lado, aliados que obtêm benefícios imediatos e se identificam com a estratégia hegemônica, aderindo ao seu projeto; de outro,

aliados que também se beneficiam no imediato, mas não possuem compromisso estratégico com a ordem, mantendo-se vinculados sobretudo porque a configuração atual lhes é conveniente (Cox, 2024).

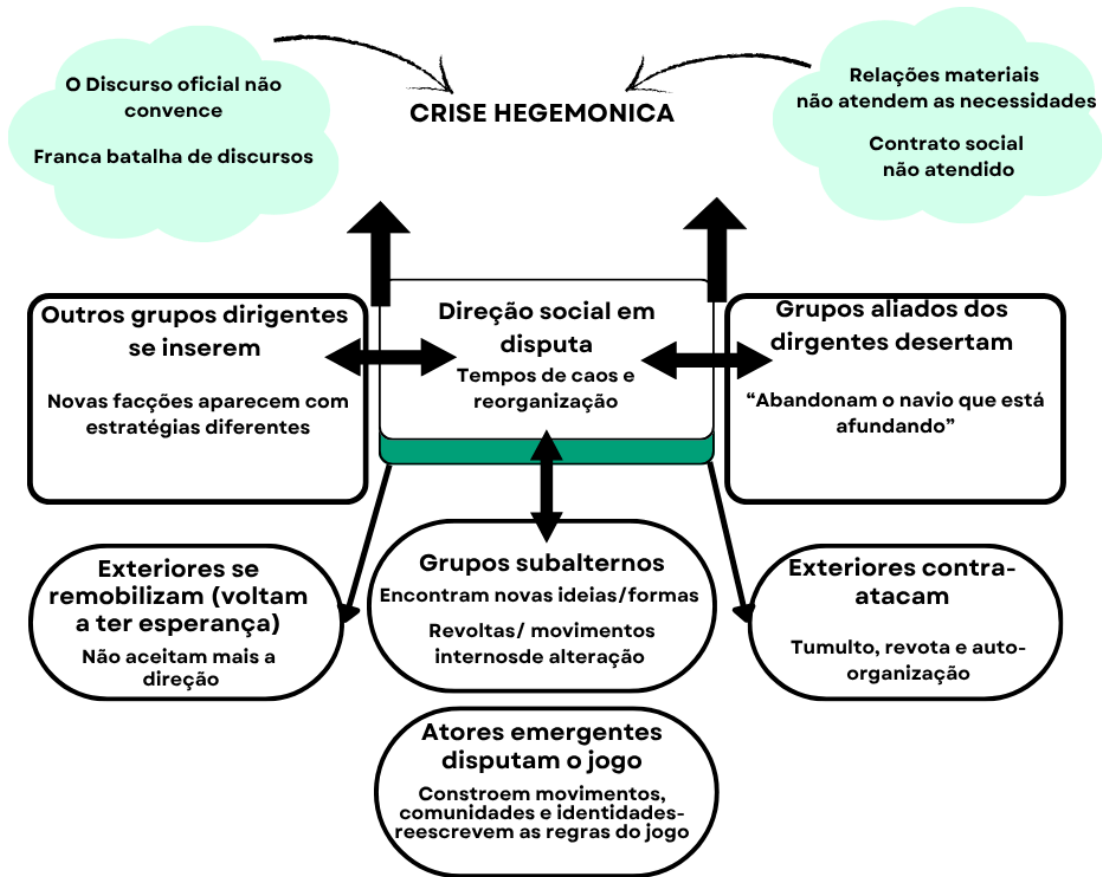
A parte superior do diagrama evidencia como a hegemonia é produzida por frentes articuladas. De um lado, o discurso oficial, a narrativa e as formas de senso comum contribuem para naturalizar a direção do grupo dominante; de outro, as relações materiais que atendem necessidades sustentam um pacto, indicado pela noção de contrato social. Nesse movimento, Cox (2024) destaca que o consentimento é encorajado pela coerção, isto é, a estabilidade hegemônica depende de um consenso continuamente reforçado pela presença, explícita ou latente, de mecanismos coercitivos.

Na parte inferior, Cox (2024) situa os grupos subalternos que conseguem se organizar e se encaixar no sistema, pressionando por demandas e obtendo respostas parciais, geralmente de modo seletivo e controlado. Em paralelo, o diagrama diferencia sujeitos externos ao bloco no poder: os exteriores constantemente coagidos, normalmente desorganizados e submetidos a coerção contínua; e os exteriores resignados, desmobilizados ou indiferentes, que permanecem inativos por um período, mas conservam possibilidade de remobilização. Na base, aparecem os atores emergentes, novos grupos que ainda não se constituíram plenamente como identidade coletiva, movimento ou comunidade, e por isso ainda não operam como força organizada na disputa (Cox, 2024).

Considerando o conjunto, o diagrama explicita que, no modelo idealizado para o grupo dominante, a hegemonia se preserva quando o núcleo dirigente mantém aliados tanto por identidade estratégica quanto por conveniência imediata; administra necessidades por meio de concessões e pactos materiais; controla o campo popular articulando narrativa e coerção; e produz uma subalternidade integrada através de representações e atendimentos seletivos, reduzindo a capacidade de ruptura. Nessa leitura de Cox (2024), a posição mais tensa é justamente a dos subalternos organizados: por um lado, podem arrancar conquistas pela pressão; por outro, tendem a ser mantidos em uma condição de incorporação limitada, que neutraliza a disputa aberta pela hegemonia e faz da participação um modo de estabilizar a ordem

A Figura 2, disposta a seguir, evidencia a dinâmica da crise de hegemonia.

Figura 2 - Crise hegemônica



FONTE: Adaptado e traduzido pelo autor. Natasha Adams. In: COX, L. Social movements and hegemonic struggle. In: William K. Carroll (ed.), The Elgar Companion to Antonio Gramsci. Editora: Edward Elgar Publishing. [s.l.], 2024. p.370-387. Disponível em: <https://mural.maynoothuniversity.ie/id/eprint/18210/1/Social%20movements%20and%20hegemonic%20struggle%20%281%29.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

Conforme disposto no diagrama acima, pode-se perceber que relacionado ao grupo central se tem do lado direito grupos abandonando a aliança, do outro lado se tem novos grupos se alinhando com o poder central com estratégias e necessidades diferentes. Os grupos subalternos (neste caso, os que possuem organização) realizam revoltas e modificam sua estrutura e a exterior. Os grupos representados ao lado (outsiders) provocam motins (por não possuírem organização anterior e serem espontaneístas) e podem caminhar para auto-organização. E outros grupos, como o representado à direita dos grupos subalternos, voltam a ter esperança e se mobilizam. Por conta dessas mudanças também aparecem novos atores ou atores emergentes. E, especificamente, sobre a crise hegemônica, a narrativa oficial ou mesmo o que era mantido no senso comum começa a ser questionado e passa a não convencer mais o restante dos grupos, surgindo a disputa pelo senso comum (batalha de

ideários ou de narrativas). Além disso, o pacto estabelecido não é cumprido pelo grupo central no poder, abrindo uma época de crises, instabilidade e caos que pode levar à transformação social.

Na crise hegemônica há o colapso das alianças devido ao não atendimento ou descontentamento dos grupos sociais. Pode ser provocado pelo rearranjo de alianças provocado pelo grupo social subalterno ou da emergência de um novo grupo. Pode ocorrer pela prática revolucionária dos grupos e se bem sucedida, derruba o grupo dominante e forma de hegemonia anterior. Neste momento, grande parte dos grupos resignados ou considerados inativos se tornam ativos. Nos próprios grupos subalternos há alterações por conta das demandas do próprio grupo alterando suas alianças, podendo aparecer novas lideranças no próprio grupo subalterno por conta de insatisfação.

Assim, conclui-se que um grupo subalterno já organizado mapeia e constrói alianças com outros grupos e auxilia na formação e consolidação de atores sociais populares em formação. Função fundamentalmente do intelectual orgânico (realizando novas alianças, auxiliando outros grupos e atraindo intelectuais tradicionais), (Cox, 2024).

No livro “Os líderes e as massas”, no qual estão presentes as “Teses do Congresso de Lyon”¹⁴, Gramsci apresenta dentre os temas a questão da organização política. Essas organizações, em especial o partido de massa, deveria atuar de forma orgânica, molecular e de forma íntima nas classes populares. Aliada a formação da consciência crítica de classe, ou seja, a busca pela superação da condição de subalternidade pela ultrapassagem de uma forma mais orgânica, casual e mecânica dos sentimentos populares. (Gramsci, 2023b).

¹⁴ As Teses do Congresso de Lyon em 1926 são um ponto de virada na história comunista da Itália, tanto pela concepção de partido quanto pela análise da sociedade. Este congresso ocorre no segundo golpe de Mussolini na Itália, quando se retira os resquícios da pluralidade democrática e das liberdades individuais (Gramsci, 2023b). Nesse congresso de 1926 se chocam duas ideias opostas de partido: a primeira do partido enquanto parte da classe, de ambição de massas, articulada em células nas fábricas e empenhada na formação contínua de seus quadros; já a segunda considerava o partido como órgão externo a classe, portanto restrita a revolucionários intransigentes e incorruptíveis, capazes de ler o quadro social e econômico e de ler as contradições da realidade que brotaria o estopim para a revolução. Na primeira se tem a concepção processual e molecular da revolução, com ambição de aderir organicamente a estrutura produtiva; na segunda, considera a luta cotidiana por melhorias nas condições de vida e conquista de posições de força na sociedade como uma forma de corrupção a pureza revolucionária. Gramsci tinha a segunda posição enquanto a primeira era defendida por Bordiga (companheiro de partido), o autor ainda acrescenta que a posição de Bordiga é um jacobinismo deteriorado, também uma postura paternalista por não reconhecer a possibilidade de autodeterminação dos trabalhadores (Gramsci, 2023b). Assim, os princípios não tratados de seus referenciais e contexto, transformando a ação órfã de reflexão que deveria direcioná-la, levando a ações extremistas ou voluntaristas que levam também ao fracasso. Essa ideia de Gramsci tem a influência de Sorel, apresentando até mesmo um antijacobinismo de forma geral (posição de Gramsci em 1917-1918 que posteriormente seria modificada em relação ao jacobinismo, sendo acrescentada uma “etapa”, da construção da hegemonia). Essa mudança ocorreu com a leitura de Lênin e de sua experiência política de 1923-1926, mas sempre permanecendo seu esforço na valorização da participação efetiva das massas no processo revolucionário (Schlesener, 2018).

O partido, nesse processo, tem uma função pedagógica, que deve elevar a consciência das massas e assim levá-los a uma função dirigente na luta pela emancipação. Isso é fundamental para que a luta ideológica não fique exclusivamente nas mãos de intelectuais burgueses, mas que o trabalhador comunista se transforme em dirigente e participe dessa disputa. Assim, se tem as escolas do partido (Gramsci, 2023b), o que mostra a preocupação de Gramsci com a formação política dos trabalhadores e demais grupos subalternos na ordem do capital.

Segundo Del Roio (2018), Gramsci concebe o partido revolucionário enquanto um intelectual orgânico coletivo como um instrumento capaz de canalizar a rebeldia das classes subalternas, recompondo os fragmentado do ideário de recusa da ordem estabelecida, promovendo a reforma moral e intelectual que negue a subalternidade. Esse projeto de canalização é a condução para um projeto de hegemonia (canalizando e organizando a espontaneidade). Um dos pontos da tese¹⁵ é o da democracia progressiva, uma perspectiva de ampliação permanente dos espaços de democracia econômica, social e política, permitindo ao mundo do trabalho ganhar posições de força em um processo democrático para o socialismo.

No item “Estratégia e Tática do partido” das teses, Gramsci realiza grandes contribuições sobre estas de acordo com o período e contexto do Partido Comunista Italiano (PCI). O autor pontua que a capacidade estratégica e tática do partido está relacionada à capacidade de organizar e unificar em torno da vanguarda proletária e da classe operária todas as forças necessárias à vitória revolucionária e dirigi-las efetivamente à revolução se valendo das condições e oportunidades objetivas. É através da estratégia e da tática que o partido dirige a classe operária no cotidiano e nas lutas históricas, essas duas direções estão relacionadas entre si. Esse princípio da direção do partido não pode ser lido de forma mecânica, de uma posição autoritária e vinda de fora, pois a capacidade de dirigir está no sentido do partido se revelar capaz, enquanto parte da classe, de se ligar a todos os segmentos e imprimir uma direção desejada de acordo com o que está posto na realidade. Somente através da ação do partido nas massas que esta pode reconhecer o partido enquanto “seu”. Somente quando isto ocorrer que o partido pode presumir que está sendo seguido pela classe

¹⁵ As teses foram escritas em conjunto com Palmiro Togliatti baseada em dois eixos: análise da realidade histórica Italiana e segundo os objetivos políticos do proletariado revolucionário. Como tarefa principal se tinha a transformação dos partidos comunistas em partidos bolcheviques (com criação de conselhos de fábricas, por exemplo) o que deve estar relacionado com o desenvolvimento do operariado internacional (internacionalização) e disputa com correntes e princípios que constituem desvio da luta revolucionária marxista. Na qual a corrente marxista mais bem adequada ao momento era o Leninismo, pelo seu anti-imperialismo, adequada ao capitalismo monopolista e da revolução operária (Gramsci, 2023b).

operária. O partido dirige a classe penetrando em todas as organizações e realizando por meio delas a mobilização e canalização de energias segundo o programa da luta de classes (Gramsci, 2023b).

Sabe-se que toda conquista dentro do capitalismo não é duradoura, mas a agitação e reivindicações imediatas são a única forma de atingir as grandes massas e de mobilizá-las contra o capital, permitindo que se conecte a reivindicação imediata a um objetivo revolucionário. (Gramsci, 2023b).

Ainda, como parte do conjunto de estratégias em direção ao horizonte revolucionário, Gramsci (2023) aponta a tática da frente única, tratando-se à época, da unificação do operário da indústria com o camponês do sul para uma luta antifascista e anticapitalista. A manobra ou tática da frente única também busca desmascarar partidos e organizações políticas pretensamente revolucionários e proletários, a fim de ganhar a maioria das massas. Essa tática é aplicável quando as massas aderem a grupos que devem ser combatidos. O êxito da tática está relacionado ao grau efetivo de unificação e mobilização “[...] obtida pelo partido como uma ação a partir de baixo” (Gramsci, 2023, p.351).

Para as massas que aderem a partidos contrarrevolucionários, o partido pode fazer agitação de soluções intermediárias-distantes tanto da palavra de ordem do partido quanto do programa dos grupos que se deseja combater (de grupos pretensamente democráticos e de quando se corre riscos de reacionários), permitindo uma adesão maior ao partido. Essas devem constituir uma ponte para a palavra de ordem do partido. Deve ficar explícito para as massas que a realização das palavras de ordem ocasiona uma aceleração do processo revolucionário e de lutas mais profundas. Assim o partido revolucionário apresenta soluções que pretensamente os partidos democráticos deveriam responder (Gramsci, 2023b).

Assim, a práxis política deve ser desenvolvida e conduzida com base no conceito de hegemonia, condição para a classe subalterna se emancipar. Ou seja, uma hegemonia oriunda da superação da exploração e da opressão (Del Roio, 2018).

Pode-se separar a hegemonia em mínima ou integral, a primeira se refere a uma hegemonia restrita na qual a filosofia atua para garantir coerência interna dos grupos hegemônicos. Já a hegemonia chamada de expansiva ou integral atua para adesão dos grupos subalternos ao projeto dominante. Neste caso, a filosofia intervém para educar o senso comum, tornando mais compatível com o projeto hegemônico. Assim, com a frente única dos grupos subalternos a partir de seus anseios, dos fragmentos de seu ideário sistematizados e transformados em cultura crítica, é que se materializa através do partido revolucionário a nova hegemonia. A obra dos grupos subalternos que conquistam uma nova hegemonia, uma nova

sociedade civil e um novo Estado, supõe o Estado Socialista. Tal Estado é o conjunto da obra dos grupos sociais subalternos que se emanciparam de sua subalternidade (Del Roio, 2018).

O conceito de práxis é uma prática que faz e refaz o que existe, modificando a matéria e/ou mesmo uma realidade social. Portanto, a práxis é um fenômeno criador. (Sánchez Vázquez, 2007). A criação de uma nova hegemonia implica amplo debate, discussão livre e exaustiva dos problemas. Assim, envolve reflexão e ação, ou seja, a práxis. A práxis humana é atividade teleológica (previsão do que vai ser realizado). Então, a atividade humana se adequa a metas e produz determinado resultado. Assim, o sujeito realiza ou modifica sua ação com perspectiva de mudar a matéria, sendo um processo do subjetivo ao teórico e a realização enquanto obra da atividade atualiza o pensamento (Sánchez Vázquez, 2007). Sobre o resultado da prática é necessário escavar a sua verdade e função, não de forma intuitiva. Quando a consciência se projeta na realidade, vai além de suas próprias expectativas visto que é impossível saber com toda a certeza qual será o resultado da ação visto a dinâmica da realidade e mesmo a multiplicidade de outros fatores. (Sánchez Vázquez, 2007).

Assim a práxis é objetiva e subjetiva (superando dicotômicas). A práxis é uma categoria mais ampla do que trabalho. A práxis envolve a categoria trabalho e todas as objetivações humanas. Existem dois tipos de práxis, a primeira relacionada à transformação material (trabalho, objetiva-se materialmente), já a segunda é a relação entre sujeito e sujeito (práxis educativas e práxis política, objetiva-se idealmente). Dependendo da estrutura da sociedade, os produtos dessas objetivações podem aparecer como não sendo produzidos pelo próprio ser, como estranho e opressivo. Neste caso, a criação passa a dominar o criador, convertendo num processo de alienação. Não é esta a práxis política que embasa a teoria e a ação do intelectual orgânico das classes subalternas em direção à sua emancipação. Trata-se de uma práxis intencional cujo objetivo é a materialização de possibilidades de realização humana. Esta práxis pode ser protagonizada por diferentes sujeitos, como organizações da sociedade civil, partidos, sindicatos, escolas, movimentos sociais.

Assim, retomando as diversas características da práxis e suas modalidades, a práxis política é uma atividade criadora e transformadora, que em sua prévia ideação (na subjetividade) pretende transformar a realidade, passando do campo espiritual ao material. No caso da práxis política, esta possui objetivos e finalidades políticas, e por ser política, é coletiva. Então envolve a práxis de um sujeito coletivo (movimento social, Estado ou partido político), com determinadas ações de transformação em diversos aspectos: econômico, social, cultural e das próprias relações de poder. A práxis política pode ser revolucionária, quando sua finalidade é a de alteração do modo de produção. Além disso, envolve o processo de

crítica e autocrítica. Visto que após o resultado, se repensa na prática e ao mesmo tempo, aprender com esta, modifica o indivíduo/sujeito que realizou e o restante da sociedade. A práxis política, uma vez fundamentada pela perspectiva marxista-gramsciana, busca a alteração das relações de poder através da revolução; ou seja, é uma práxis que se coloca na disputa pela hegemonia, almejando a transformação societária. E é no próprio processo da práxis revolucionária que o sujeito vai adquirindo consciência do processo (Bianchi, 2007).

A política, neste sentido, como apontado por Simionatto (1998), está contida na totalidade e atravessada pelo conjunto social e econômico. Gramsci leva em consideração na política a realidade concreta, rica em determinações e possuindo contradições; em que o conjunto de relações do ser social deve ser entendido de forma crítica, levando em conta a historicidade e o social. O que explica a realidade não é o predomínio de questões políticas, econômicas ou culturais, mas é o conjunto da totalidade e seu funcionamento que explica a realidade política.

Conforme indica Filippini (2017) o significado da direção política em Gramsci está relacionado ao critério histórico-político da análise. Trata-se de uma forma consensual de poder, pois a classe antes de chegar ao poder e se tornar dominante, deve se tornar dirigente, ou seja, conquistar o consenso das massas. Nesta situação a direção política é similar a hegemonia, que, nos modernos conflitos, se realiza na guerra de posições.

Bianchi (2007) aponta que Gramsci, ao se utilizar de Maquiavel, buscava criar uma ciência da ação revolucionária. Ao fazer isso, o autor compreendia que a arte, a moral e a filosofia deveriam servir à política. Então, Gramsci colocava a seguinte questão: qual o lugar da atividade política na filosofia da práxis e aponta que toda práxis humana carrega em si uma dimensão política. Se a história é conflito, a política também. Assim, todo o sistema de superestruturas poderia ser considerado sistema de distinções políticas. Para Maquiavel a política deveria se orientar para um objetivo eficaz e realista. Um pensamento dessa maneira, materialista e histórico, ou seja, político. É a ação concreta que opera e transforma a realidade. Assim, na filosofia da práxis a ação política deve ser concreta (não sendo um mero realismo vulgar, onde os meios justificam os fins, mas de acordo com a eficácia da ação). (Bianchi, 2007).

O realismo não exclui a utopia, desde que seja concreto. Gramsci buscava encontrar ou construir um realismo popular, encontrado elementos na realidade popular que possibilitaram esta ser transformada (vontade coletiva encarnada no príncipe moderno-uma fantasia concreta baseada no mito soreliano). Sorel afirmava que um mito permitiria representar a ação imediata sob a forma de imagens de batalha que poderiam evocar para a

ação, despertando a esperança e mobilização necessária para a ação - a exemplo disso ter-se-ia a greve geral e a revolução de Marx. Gramsci critica Sorel porque a atuação deste mito não ultrapassaria o momento econômico-corporativo, e em tal momento prevalece a espontaneidade (Bianchi, 2007).

Em Maquiavel a práxis política assume caráter positivo e construtivo, fundador de um novo Estado. O mito na filosofia da práxis não seria o momento irracional, mas mediação da práxis política que possibilitará a criação de uma nova ordem. Para Gramsci a construção dessa nova ordem necessitaria do mito-príncipe, que seria necessário para a revolução. Assim, política para Gramsci não era somente as atividades que ocorriam no interior da sociedade política e nas instituições, mas compreendendo outras ações políticas e processos políticos. Então além das atividades do Estado, mas que tem por objetivo o Estado (em sentido ampliado). Assim, a função da ciência política não deveria ser justificar o Estado, mas compreender seus processos, com nascem e declinam. Ou até como são conquistados, mantidos e como se perde o poder e o controle do Estado (em exemplo moderno) (Bianchi, 2007).

A partir da concepção ampliada de Estado de Gramsci, a ciência da política, portanto que estuda a política, seria a Ciência do Estado. Estuda, portanto, o conjunto das atividades práticas e teóricas que os grupos dominantes não somente justificam e mantêm seu domínio como também mantêm o consenso ativo de quem é dominado (Bianchi, 2007).

A práxis política como uma forma de participação política, em que se articula esferas sociais e subjetivas. A atuação em movimento social, da práxis política coletiva, é entendida como momento de catarse em que se reorganiza aspectos cognitivos, afetivos e volitivos. Essa concepção se dá a partir da análise e articulação de Gramsci e Vigotski. A política é entendida como elemento de toda práxis humana: todas ações humanas teriam uma dimensão política, a participação política seria intrínseca a estes processos (conscientes ou inconscientes; ativas ou passivas). Assim a práxis política seria uma forma específica de participação política (atividade consciente com finalidade de transformação), é uma atividade prática política consciente que tem por objetivo a transformação da realidade. No sentido ampliado deve considerar a práxis em diferentes relações (comunitárias, familiares, entre outras). Já em sentido estrito, é quando as ações são dirigidas contra o governo ou Estado e/ou intervenções por sujeitos coletivos ou sociais nas relações econômicas, sociais e/ou políticas (Rosa; Silva, 2016).

A base para falar das de ações realizadas em espaços políticos (na situação do artigo ações educacionais), são práxis (capaz de superar a especulação por processo teórico-prático,

em que os problemas filosóficos ganham concretude no terreno do real/da história) capazes de gerar catarses diferentes. pode-se resgatar a concepção de práxis comunitária, em que se altera o microcosmo vivido pelo sujeito e também de práxis social, que é em um sentido mais amplo (além do indivíduo e do ambiente, mas também das estruturas e superestruturas de uma formação socioeconômica) (Martins, 2011).

Dentre as práxis, Martins (2011) aponta práxis social como mais ampla e elevada que a comunitária, assim a catarse provocada pela práxis social seria mais “desejada” em caso de uma mudança profunda nas relações de poder.

Assim, na catarse, há a reorganização das tramas subjetivas dos sujeitos, que gera uma nova participação política, quando se transita para a fora intencional é a práxis política. Subjetividade entendida como dimensão produzida pelo sujeito a partir de suas vivências e um contexto histórico, social e cultural, compondo-se de forma dramática (Rosa; Silva, 2016).

Os processos catárticos aumentam a potência da práxis política, que ao longo da luta isso recompensa de diversas formas (materialmente e subjetivamente por exemplo). Desta forma a práxis política além de gerar o objetivo inicialmente esperado, também gera desejos e sonhos (Rosa; Silva, 2016).

A realização da filosofia da práxis seria elevar intelectualmente as massas populares, o que significa suscitar intelectuais de novo tipo, que surjam das massas e permaneçam em contato com as massas em sua base de sustentação. No partido e em outras organizações sociais Gramsci defende que o centralismo democrático resultaria de um equilíbrio dos impulsos espontâneos dos de baixo com a direção dos de cima, uma relação de diálogo eterno entre base e direção. Evitando um dirigismo, ou seja, dirigentes que não possuam diálogo nem atendam às necessidades da base, nem a espontaneidade das massas (Fresu, 2020).

A passagem ao bom senso significa que os grupos subalternos identificam de forma orgânica os próprios interesses, permitindo que rompam a fragmentação e apresentem propostas alternativas ao projeto dominante. É no contato dos grupos subalternos e seus intelectuais que se produz uma nova concepção de mundo, é aqui que aparece a figura do intelectual orgânico e por isso a sua importância na construção da contra hegemonia (Simionatto, 2009).

Diante do exposto, torna-se fundamental para a superação da condição de subalternidade a atuação de intelectuais orgânicos, para que se supere a sua fragmentação e que estes tenham ferramentas teóricas de análise sobre a sua condição, para poder traçar táticas adequadas para buscar uma nova hegemonia, ou seja, a superação do capitalismo e das suas consequentes iniquidades. Para isso, se deve formar consensos, o que implica valores

compartilhados, conhecimentos, práticas sociais e mesmo imaginário político.

Considerando tais pressupostos marxista-gramscianos e sua especial relevância para a compreensão da práxis política dos intelectuais orgânicos vinculados ou que emergiram dos grupos subalternos na disputa pela hegemonia é que nesta pesquisa, busca-se compreensão da práxis política dos intelectuais vinculados ao MPL-PG na disputa pela hegemonia, a partir da luta pelo direito à moradia. O referido movimento, cria tanto camada de intelectuais que atuam diretamente na Ocupação como também intelectuais que atuam na relação do movimento com demais âmbitos da sociedade civil e da sociedade política.

A partir da compreensão da práxis política desses intelectuais organicamente vinculados ao MPL-PG tem-se a pretensão de colaborar com o conhecimento de sua história, conquistas e desafios na disputa pela hegemonia, em especial, no que se refere às suas lutas pelo direito à moradia no município de Ponta Grossa – Paraná.

2 O MPL-PG NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELO DIREITO À MORADIA NO BRASIL

A história do Brasil é marcada pela profunda desigualdade na distribuição de terras, pelo predomínio do latifúndio e pelos conflitos em torno da posse da terra desde o período colonial. Nesse contexto, grande parte da população foi excluída do acesso à terra, especialmente indígenas e negros: os primeiros foram expropriados de seus territórios originários e, em muitos casos, dizimados pelo colonizador; os segundos, submetidos à escravidão, foram posteriormente lançados à própria sorte no país, sem quaisquer condições de dignidade.

A ocupação do território brasileiro no processo de colonização ocorreu a partir da divisão da terra em 14 capitanias hereditárias, instituídas na década de 1530, as quais foram concedidas a pessoas de confiança da Coroa Portuguesa, em sua maioria integrantes da nobreza. Essa lógica excludente de acesso à terra foi posteriormente reafirmada com a promulgação da Lei de Terras de 1850, que estabeleceu a compra como a única forma legítima de acesso às terras devolutas (públicas). Nessas condições, apenas a população branca e livre, detentora de recursos financeiros, pôde efetivamente adquirir terras. Soma-se a esse contexto a ocorrência de práticas sistemáticas de expulsão violenta de agricultores e povos indígenas de seus territórios, bem como de grilagem e outras formas ilegais de apropriação fundiária, frequentemente perpetradas por grandes proprietários rurais (Nalin, 2013).

Tanto no âmbito rural quanto no espaço urbano a segregação desenha as cidades no Brasil. Particularmente no espaço urbano brasileiro, as mudanças produtivas¹⁶ do século XX e a continuidade do não acesso à terra, provocaram o êxodo rural e a segregação acentuada no espaço das cidades. Os processos de industrialização e urbanização aconteceram no Brasil de forma tardia e pelo predomínio e a consequente superexploração do capital (valor que se valoriza a partir da exploração do trabalho e retorna com valor acrescido no final do processo) em relação ao trabalho (aqueles necessitam labutar para sobreviver), sobre o trabalho. Sob tais determinações estruturais, a classe trabalhadora não teve condições adequadas para acessar o solo e a moradia (Nalin, 2013).

Esse processo teve consequências desiguais nos diferentes territórios do país ao

¹⁶ A questão da moradia tem sua lógica determinada pelas contradições do mundo dominado pelo capital, pois é um espaço de reprodução deste. No Brasil e como consequência desta lógica, no processo de urbanização se gerou problemas de infraestrutura nas cidades e de habitação, potencializando a exclusão territorial e as desigualdades socioespaciais (Munhoz, 2015).

longo de seu desenvolvimento histórico, a depender das características regionais e locais. Conquanto, seus determinantes estruturais permaneceram, mantendo a estrutura de exploração e opressão de classe e de raça, a qual se ergueu e se manteve vigente durante todo o desenrolar do desenvolvimento do capitalismo no país. Esse processo repercutiu no crescimento desordenado das cidades e na ocupação desigual de seus territórios, mantendo-se a perspectiva de desigualdade na distribuição e uso do território urbano, entre as diferentes classes sociais.

Dado tais pressupostos, levando-se em consideração que o histórico de segregação espaço-territorial e de marginalização das classes subalternas no Brasil se dá tanto no espaço urbano como no rural, destaca-se que o foco da presente pesquisa se dá no espaço urbano, com foco na luta pelo direito à moradia no respectivo espaço.

Neste sentido, para o desenvolvimento do presente capítulo, inicialmente se abordará sobre os movimentos sociais de luta pela moradia no Brasil desde a redemocratização e no contexto pós Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, diversos movimentos se destacam por sua atuação, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) e a União Nacional de Moradia Popular (UNMP). Esses movimentos surgem para pressionar o Estado para ampliação de garantias para o atendimento das necessidades básicas daqueles grupos de sujeitos que não acessam o direito à moradia no Brasil, ao mesmo tempo que têm como meta o fim das desigualdades sociais. Em âmbito regional, o foco da reflexão é o Estado do Paraná. Para tanto, aborda-se brevemente sobre o processo de urbanização e os movimentos sociais que atuam em diferentes cidades do referido estado. São elas: Curitiba, Foz do Iguaçu, Campo Magro, Londrina, Cascavel, Pysandu (região metropolitana de Maringá) e São José dos Pinhais e ainda acerca das mobilizações mais recentes como a Campanha Despejo Zero, novas ocupações (realizadas principalmente a partir de 2016).

Logo após, aborda-se o processo de urbanização em Ponta Grossa-PR, contextualizando a atuação de movimentos sociais como a UMP-PR (União por Moradia Popular do Paraná) e o MPL-PG. Em âmbito local o MPL-PG tem se destacado através das ocupações realizadas na cidade de Ponta Grossa e da permanência de uma delas que é a Ocupação Ericson John Duarte, atualmente em fase de regularização. Esta segunda seção tem como função atender ao objetivo específico: contextualizar o MPL-PG em face dos movimentos sociais de luta pelo direito à moradia no Brasil, no Estado do Paraná e no município de Ponta Grossa.

2.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA POR MORADIA NO BRASIL

O homem coletivo sente a necessidade de lutar
 o orgulho, a arrogância, a glória
 Enche a imaginação de domínio
 São demônios, os que destroem o poder bravo da humanidade
 Viva Zapata!
 Viva Sandino!
 Viva Zumbi!
 Antônio Conselheiro!
 Todos os panteras negras
 Lampião, sua imagem e semelhança
 Eu tenho certeza, eles também cantaram um dia.

(Chico Science & Nação Zumbi, 1994).

Como na música “Monólogo ao Pé do Ouvido” de Chico Science & Nação Zumbi (1994), a luta é uma necessidade da coletividade, dos grupos sociais subalternos, a partir da imaginação de um futuro utópico e concreto ao mesmo tempo (um futuro possível sem quixotismos¹⁷). A história do Brasil é repleta de exemplos de luta e resistência, como Zumbi dos Palmares, Antônio Conselheiro e Lampião. Na América Latina, Zapata e sua luta na revolução mexicana que derrubou a ditadura de Porfirio Dias. O revolucionário nicaraguense Augusto César Sandino que inspirou grupos revolucionários e guerrilhas na América Latina. E mesmo os Panteras Negras de orientação marxista-leninista que lutavam contra o racismo em suas diversas formas: violência policial, pobreza e outras formas de desigualdades sociais. A existência desses e de outros movimentos sociais evidencia a necessidade da luta contra as desigualdades e explorações por parte das camadas populares, o que implica em diferentes formas de atuação no contexto de disputas pela hegemonia. Para compreender melhor como ocorre a atuação dos movimentos sociais no contexto das lutas pela construção de uma nova hegemonia, seus motivos e limitações no alcance de seus objetivos é necessário contextualizá-los.

Segundo Gohn (2015) os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural, que se organizam e se expressam de diversas maneiras para que a população consiga apresentar a sua demanda, utilizando de diferentes estratégias como denúncias, pressão direta (concentrações, marchas, mobilizações, passeatas, atos de desobediência civil, negociações) e até pressões indiretas. Os movimentos atuam

¹⁷ Termo utilizado por Michael Löwy (2012), para combater as incompreensões do que seriam as ações/estratégias de marxistas românticos. Quixotismo se referia, assim, às ações de Dom Quixote na sua história, que mesmo bem intencionadas, não produziram os efeitos desejados na realidade pela “romantização” da realidade.

principalmente por redes locais, regionais, nacionais e internacionais. São forças sociais organizadas de experimentação social, as quais são geradoras de criatividade e inovações socioculturais. A experiência dos membros de um movimento social advém da luta cotidiana e das adversidades enfrentadas. São energias de resistência ao velho que oprime, mas também há movimentos sociais que reforçam a força opressora, como no caso de movimentos sociais conservadores. Sobre os movimentos sociais progressistas, como tais atuam segundo uma agenda emancipatória. Ressalta-se que há também movimentos terroristas, que possuem código próprio e são secretos (Gohn, 2015).

Gohn (2015) classifica os movimentos sociais em novos e tradicionais (ou velhos movimentos sociais). Os novos movimentos sociais ganham musculatura a partir dos anos 1990 e se definem pelo caráter da identidade e da cultura, ao mesmo tempo que têm uma perspectiva plural. As pautas envolvem questões de raça, sexualidade, gênero, meio ambiente e cultura. Esses novos movimentos não atuam em confronto com o Estado, mas atuam muitas vezes através de redes de Organizações Não Governamentais (ONGs) ou de associações e fóruns, interferindo de forma a influenciar o Estado dentro dos limites da democracia-liberal. Suas formas de atuação se dão principalmente através de projetos e parcerias, mobilizando muitas vezes, questões pontuais. Já os velhos movimentos sociais são aqueles ligados a questões como moradia, saúde, transporte e educação. Sua forma de atuação opera pela via do questionamento e de confronto com o Estado, com atos performados nas ruas, como passeatas, protestos, e também através de ocupações, no caso de movimentos de luta pela terra e ou por moradia etc. Tais movimentos foram predominantes na cena brasileira a partir dos anos 1970 e foram decisivos para a Constituição Federal de 1988. Ao longo das décadas tais movimentos se enfraqueceram apesar de terem alcançado importantes conquistas no cenário nacional e internacional. De acordo com a referida classificação proposta por Gohn (2015) o MPL-PG pode ser considerado ainda um velho movimento social, dado que sua forma de atuação principal se dá em confronto direto com o Estado, em defesa da moradia como um direito. Também outro fator que permite essa classificação são as pautas do MPL relacionadas à questão da reforma urbana e reforma agrária, realizando ações diretas, como as ocupações.

A partir da década de 1970, na chamada era movimentista, houve uma forte presença de movimentos sociais no cenário político nacional, cuja intensificação se deu durante a ditadura militar, em face da luta pela redemocratização do país, bem como no processo de transição democrática que culminou com a Constituição Federal de 1988 (Gohn, 2011).

Durante o contexto da redemocratização na década de 1980 surge o Movimento Nacional de Reforma Urbana, que tem sua origem na Associação Nacional do Solo Urbano no

ano de 1979, no Rio de Janeiro. De iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o movimento buscou participar ativamente da Constituinte ocorrida no Brasil. O fato que leva ao surgimento deste movimento está ligado à luta pela inclusão de propostas na CRFB/88 e, posteriormente, à realização de fóruns nacionais debatendo questões emergentes da política urbana (Comarú; Barbosa, 2019). Na década de 1990 ocorreu um processo de institucionalização dos movimentos sociais e também houve um declínio das manifestações de rua no Brasil neste mesmo período. Além dos tradicionais movimentos como de luta pela terra, de trabalhadores e por condições de vida, a partir dos anos 1990, passaram a aparecer e se fortaleceram movimentos ligados a mulheres, jovens, indígenas, comunidade LGBTQUIAPN+, ecologistas e movimentos de funcionários públicos. Os anos 2000 foi marcado pela presença de movimentos voltados a questões culturais, religiosas e de nacionalidade (Gohn, 2011).

Ainda no contexto das lutas de 1980 surge a Articulação Nacional do solo Urbano (ANSUR) e UMM, que por ocasião se uniram ao Movimento de Defesa do Favelado (MDF), o Movimento Unificado de Favela (MUV) e a Federação de Associações de Favelas do Rio de Janeiro (FAFERJ). A ANSUR foi criada em 1984 com auxílio da CTP, assessorias e lideranças de movimentos urbanos. Buscando reunir lideranças regionais ou locais a exemplo da Comissão de bairros de Belém (CBB), a Federação de Associações de Moradores do Rio de Janeiro (FAMERJ), União das Associações de Moradores dos Municípios de Porto Alegre (UAMPA) e Federação Riograndense de Centros Comunitários e Associação de Bairros (FRACAB), entre outras. Como uma das ações da ANSUR pode se destacar a ação de emenda constitucional de iniciativa popular de Reforma Urbana à constituinte em 1987 (Fechio; Caricato, 1992).

O contexto atual da América Latina é pano de fundo para os principais movimentos sociais. A partir deste cenário é possível discutir formas, identidade, redes que estruturam, manifestações culturais e as políticas que cada movimento está articulado (Gohn, 2019).

As redes são estruturas da sociedade contemporânea globalizada; é um tipo de relação social que atua segundo objetivos 3 estratégicos: redes de sociabilidade; redes locais e redes de governança. Existe tanto as redes de sociabilidade, como família e amigos; as redes locais: de associativismo local, dada pela territorialidade ou comunidade. Neste tipo estão presentes as associações comunitárias; as redes virtuais; redes temáticas específicas, como na pauta de gênero; redes socioculturais, advinda de práticas sociais e de características que podem ser religiosas ou étnicas; redes históricas que cultua um líder; redes de governança, que articulam experiências nas inovações de gestão pública, como através de fóruns das prefeituras que

adotam orçamento participativo e desde de atividades afins, como por exemplo de ONGs (Gohn, 2015).

Os protagonistas dos movimentos sociais são impactados pelo caráter educativo que a atuação em movimentos sociais permite. Além disso, eles estão presentes nos debates na esfera da sociedade civil, se articulam com outras organizações da sociedade civil, realizam o controle social e por construírem modelos de inovações sociais, tais movimentos podem ser matrizes geradoras de novos saberes (Gohn, 2019).

No âmbito na representação política, após a redemocratização, pode se destacar a participação movimentos sociais populares na formulação de políticas públicas através dos conselhos participativos. Na questão da moradia, juntamente com a aprovação do Estatuto das Cidades em 2001, foi instituído o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), gerenciado pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. Conforme Vieira (2021) com a publicação do Estatuto das cidades e a articulação dos movimentos sociais para a criação do Ministério das Cidades, no respectivo contexto, em 2004, houve a criação do Conselho das Cidades em 2004, o qual previu a participação de representantes do poder público e da sociedade civil (incluindo empresários) (Rodrigues, 2012).

O MNLM surge também como outros movimentos, inclusive o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a partir de 1970 como oposição à ditadura militar ainda vigente no Brasil. Com o fim da ditadura, houve a reorganização desses movimentos em fóruns, plenárias e encontros nacionais. O MNLM surgiu nos anos 1990, durante a realização do Iº Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, tomando corpo enquanto movimento social ao especializar e territorializar-se por meio de grandes áreas ocupacionais e de conjuntos habitacionais. Tem como horizonte a democratização das cidades, com a superação da lógica da mercadoria em relação a cidade e a moradia, portanto o movimento busca a construção de que cidade siga em direção contrária a lógica do capital (Grafeff; Ortiz, 2021)

Entre os movimentos com representação nacional que participam do conselho estão: Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM), Central de Movimentos Populares (CMP), MNLM e UNMP. Tais movimentos ao longo da década de 1980 se articulavam em torno do Fórum Nacional de Reforma Urbana, constituindo uma rede de movimentos sociais (Rodrigues, 2012).

A CONAM nasceu em 1982 em um contexto das demandas e necessidade da unificação comunitárias e populares, faltava uma forma de representação nacional do movimento. O movimento, que veio a culminar na CONAN, emergiu na virada de 1920 para

1930 com o movimento comunitário, sofrendo enfraquecimento com início da ditadura, retornando a se fortalecer em 1970, tendo como marco o Movimento contra carestia e as alianças com partidos políticos e setores da Igreja Católica (através das Comunidades Eclesiais de Base) (Cintra, 2018).

Se destaca no contexto de lutas pelo direito à moradia no Brasil o “Fórum Nacional da Reforma Urbana”, que conta com a participação de diversas organizações sindicais, universidades e organizações não governamentais. O fórum foi criado em 1987 e é uma articulação de movimentos em nível nacional por cidades mais inclusivas e mais justas através da luta social (Comarú; Barbosa, 2019).

Sobre o repertório de ação dos movimentos sociais por moradia, é apontado que nos anos 1980 a ocupação se tornou uma ação importante. Essa ação tem função pragmática e simbólica em torno da luta de moradia e cidadania, pois nega a propriedade privada e de grande impacto. A partir dela o Estado se vê obrigado a agir, podendo ser tanto no sentido da regularização quanto de repressão e da consequente reintegração de posse (Polli; Gusso, 2013).

A UNMP iniciou em 1989, a partir da coleta de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular realizado no Brasil, que deu origem em 2005 ao Sistema, Fundo e Conselho Nacional por Moradia Popular (Lei Federal 11.124/2005). A consolidação do movimento ocorreu em 1993, no primeiro Encontro Nacional por Moradia Popular. O movimento atua em áreas de cortiços, favelas, mutirões e ocupações, com objetivo de articular e mobilizar movimentos sociais de moradia, pelo direito à moradia, reforma urbana, autogestão e tem rumo à uma sociedade sem exclusão social (UNMP, s.d.).

Nos anos 1990 os movimentos sociais ampliaram os objetos de ocupação, passando a ocupar também imóveis vazios, que por muitas vezes estavam localizados nos centros das cidades, o que representa uma nova forma de pressionar as autoridades públicas para se realizassem alguma ação em relação a sua demanda. as ações nesses locais se davam por conta da localização privilegiada, pois são locais com elevada infraestrutura, com grande número de imóveis subutilizados ou abandonados, com fácil acesso a postos de trabalho e grande circulação de pessoas, sendo mais atraente para quem ocupa (Polli; Gusso, 2013). Surgiram dois movimentos sociais em 1991: a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), sob forte influência das pastorais da Moradia e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), além da também União dos Movimentos de Moradia (UMM). Estes movimentos citados tinham como objetivo aglutinar os movimentos sociais envolvidos na luta pela melhoria das condições de habitação e denunciar as condições de vida nos cortiços. Inicialmente de caráter

nacional se expandem à nível estadual devido à expansão das ocupações e formaram vínculos com a CMP de caráter nacional (Tatagiba; Paterniani; Trindade, 2012).

A UMM atualmente possui secretarias e formação política, mulheres, LGBTQUIAPN+ e juventude e integra em nível nacional a União Nacional Por Moradia Popular, Fórum da Reforma Urbana e em nível internacional a Rede Mulher e a Habitat International Coalition América Latina e a Secretaria Latinoamericana Vivienda Popular (Tatagiba; Paterniani; Trindade, 2012).

A CMP foi criada em 1993, como articuladora de movimentos sociais, tendo como uma das suas principais justificativas a superação da fragmentação dos movimentos sociais e organizá-los em uma central de movimentos populares. Na sua criação tinha-se o eixo de luta por reforma urbana e cidadania (Gomes, 2010).

Outro movimento social que se destaca no cenário nacional de luta por moradia, principalmente a partir do século XXI no Brasil, é o MTST. Este movimento social surge em 1997, com as primeiras ações realizadas em Campinas-São Paulo, se formando como uma espécie de braço urbano do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o MST, adquirindo sua autonomia em 2001 (Vieira, 2021).

Tatagiba e Teixeira (2016) destacam que a UNMP havia impactado a política pública referente a programas habitacionais autogestionários, especificamente nas gestões de Mário Covas e Franco Montoro (devido a atuação engajada de técnicos de dentro do Estado) por meio da combinação da capacidade de mobilização e da presença de aliados em posições institucionais de poder, possibilitando a prática de mutirões. Mas, segundo as autoras, a margem de experimentação foi realmente alargada com as gestões do PT. Portanto, a UNMP com suas redes que se estende até a universidade e também nas assessorias técnicas ao Partido dos Trabalhadores (PT) influenciaram nos rumos da política pública de habitação no país. Seu impacto pode ser explicado pelo compartilhamento de projetos políticos pois seus atores pertencem a diversas redes de movimentos sociais, partidos políticos, associações, entre outras organizações, o que permite aos atores expertise por conseguirem atuar em diversas estruturas e escalas de poder. Destaca-se que a mobilização da UNMP empurrou as gestões petistas (tanto em nível municipal em São Paulo e posteriormente quando o PT assumiu o governo federal no início dos anos 2000) a ampliarem os recursos para a construção habitacional autogestionária.

Formado em São Paulo, também existe o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). Fundado em 2001, o movimento possui mais de duas mil pessoas, somando crianças, jovens e adultos. A fundação ocorreu sob a liderança de Carmen, mulher preta e nordestina de 63 anos.

O referido movimento cresceu através de ocupações sob a liderança sempre de mulheres. O movimento além de buscar enfrentar o problema do déficit habitacional da região metropolitana de São Paulo, compreende que o direito à moradia deve estar acompanhado da segurança, educação, saúde, convivência comunitária, cultura e lazer (MSTC, s.d.).

Surge em 2004, oriunda de membros dissidentes da UMM, a Frente de Luta por Moradia (FLM), a cisão ocorre principalmente a partir de divergências na forma de atuação sobre ocupar ou não prédios públicos e terrenos vazios e sobre os limites das possibilidades de diálogo com o Estado (Tatagiba; Paterniani; Trindade, 2012).

No que se refere ao MTST, em razão de sua origem ter sido a partir do MST, o referido movimento herdou concepções, forma de organização e atuação deste movimento, mas ao longo do tempo foi adotando características próprias. O MTST ganhou notoriedade e projeção nacional em junho de 2013 por ser um dos protagonistas das manifestações ocorridas naquele período e também das manifestações em relação a Copa do Mundo realizada em 2014 no Brasil. O referido movimento tem ações além das relacionadas diretamente à moradia, também possui ações voltadas à luta pelo direito à cidade, como acesso à infraestrutura básica de serviços. Como formas de ação tem a ação direta por meio de ocupações, marchas e manifestações, também realização de acampamentos em áreas públicas (inclusive secretarias e câmaras municipais). Também realizam greves de fome, acorrentamento de militantes e a interrupção do transporte em rodovias ou avenidas, conhecidos como “trancamentos” ou “travamentos” (Vieira, 2021).

Além dessas ações diretas de ocupação de terrenos e imóveis abandonados, os movimentos sociais também se inserem na arena institucional. A participação em eleições municipais, por exemplo, possibilita a identificação de parceiros entre membros do poder público local, contribuindo para a construção e o direcionamento de políticas públicas. Essa participação nos espaços institucionais e em aliança com atores políticos, em conselhos, conferências e até mesmo na execução de projetos de moradia, permitiu desenhar a política habitacional, cita-se o SNHIS e o FNMP (Polli; Gusso, 2013). Ainda no repertório de ação movimentos de moradia aqueles mais conflitivos, que geralmente não possuem vínculo com o campo institucional. Essas ações, elaboradas mais ou menos conscientes ou não, compõem a estratégia do movimento e as ações são a tradução destas para atingir a estratégia. Tudo isso, em cada fase permeado pela disputa política dos atores envolvidos. Em que se leva em consideração ganhos e perdas possíveis, a relação com o sistema político, os vínculos já estabelecidos, projetos políticos e mesmo a manutenção ou não destes aliados (Polli; Gusso, 2013).

Compõe o repertório de ação coletiva dos movimentos sociais por moradia no Brasil (além dos já citados): a realização de abaixo-assinados, a participação de seus membros em espaços institucionalizados para o desenvolvimento de projetos em parceria com o poder público, fóruns de debate e audiências públicas, confecção de documentos endereçadas à entes do executivo ou legislativo; denúncias feitas à Organizações Não Governamentais, organismos internacionais, participação em eventos e palestras, publicação de textos nas redes sociais e até mesmo campanhas para legislativo e mesmo à presidência da república; também ações encaminhadas ao Ministério Público e ao Judiciário. Polli e Gusso (2013) apontam a articulação acadêmica para apoio das ocupações, das ações e da formação de lideranças.

A Tabela 1 apresenta a dimensão do déficit habitacional no Brasil, em especial as regiões Sudeste (2.443.642) e Nordeste (1.761.032), além do Paraná (289.326). Os dados mostram um cenário que justifica as ações dos movimentos sociais por moradia digna, realizando as ocupações, denúncias e outras formas de pressionar o Estado. É dessas condições materiais que fazem brotar a necessidade da ação direta e de outras formas de ação política dos movimentos sociais.

Tabela 1 - Déficit habitacional total por situação de domicílio e déficit habitacional relativo: Brasil, grandes regiões, estados do sul do Brasil

Localidade (Região ou estado)	Déficit Habitacional			
	Total	Urbano	Rural	Total relativo
Região Norte	773.329	602.095	171.233	13,2%
Região Nordeste	1.761.032	1.306.000	455.032	8,9%
Região Sudeste	2.443.642	2.347.387	96.255	7,5%
Região Sul	737.626	678.575	59.052	6,6%
Paraná	289.326	266.929	22.397	6,9%
Rio Grande do Sul	258.275	237.148	21.127	5,9%
Santa Catarina	190.025	174.497	15.528	7,3%

FONTE: Adaptado de: FJP-FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional Total e por Componentes - 2016 a 2019 e 2022**. Belo Horizonte: FJP, 2022. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: 04 jun. 2025.

Obs: O déficit habitacional relativo é calculado da divisão habitacional total pelo total de domicílios permanentes acrescidos dos domicílios improvisados e multiplicado por 100, da seguinte forma: (Déficit Habitacional Total/Total de domicílios Permanentes + Domicílio Improvisados) x 100.

Como apresentado pela Tabela 1 o maior déficit é de 2.443.642 no Sudeste e

1.761.032 na região nordeste. Pontua-se que o objeto de análise é referente ao Paraná nesta tabela, comprando o estado com o restante da região sul, possui déficit 0,4 pontos percentuais a menos que Santa Catarina e 1 ponto percentual a mais que o Rio Grande do Sul. Em uma breve constatação, a região sul é a que possui menor déficit habitacional no país. Ao se atentar a comparação entre o déficit urbano e o déficit rural no Paraná, 92,26 % do déficit habitacional encontra-se no espaço urbano.

O déficit é compreendido como as habitações que não possuem as necessidades habitacionais básicas, apontando incapacidade de acesso da população. O indicador aponta quando se tem a necessidade de substituição de habitação construídas de forma precária e sem acesso a água e energia elétrica; ou ônus excessivo com aluguel (quando se ultrapassa 30% da renda); coabitação de família em um mesmo cômodo ou unidade doméstica (Mansur, 2024).

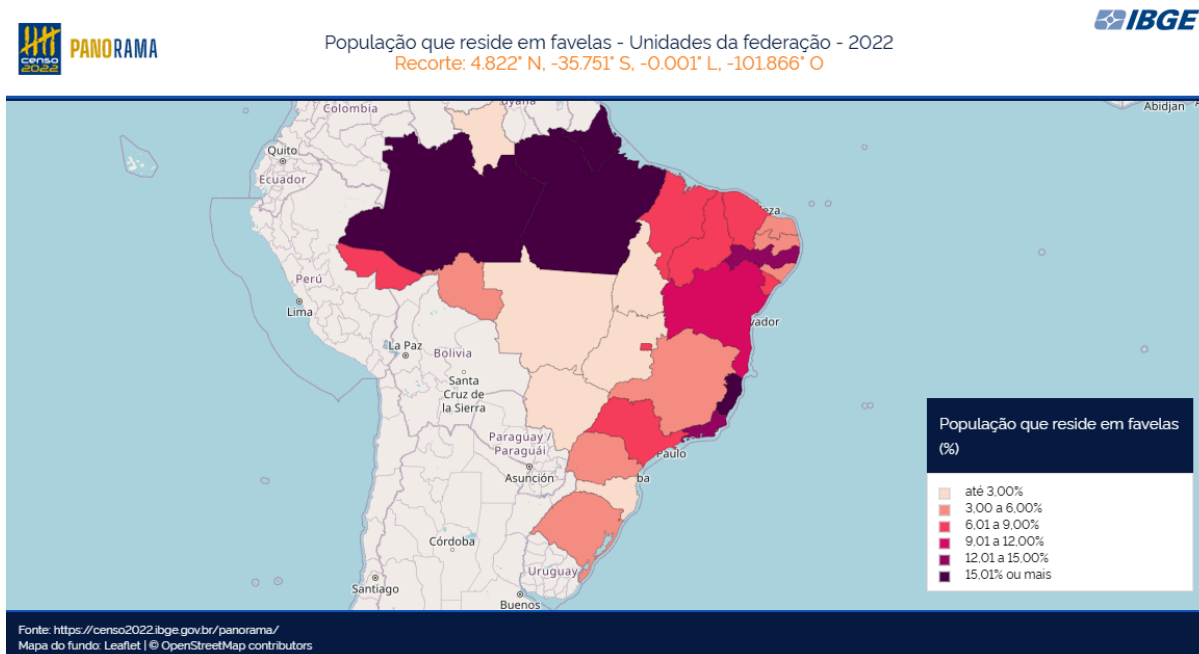
O déficit habitacional brasileiro é de 8,3% do total de municípios do total de domicílios ocupados no país, somando 6,2 milhões. Esses dados de 2022 demonstram um crescimento de 4,2% em relação aos números absolutos de 2019. Em relação ao déficit relativo, é maior no Amapá (18%) e em Roraima (17,2%) (Mansur, 2024). A situação de déficit habitacional em famílias com renda mensal de até 2.640 (74,4%), também em famílias chefiadas por mulheres (62,6%) e entre pessoas pretas ou pardas (66,3%) (Mansur, 2024). No Sul, conforme o autor, é mais acentuada a questão do ônus excessivo do aluguel, principalmente em domicílios que têm renda de até dois salários mínimos. O déficit qualitativo urbano se refere a necessidade de produção de novas moradias. O cálculo é feito da seguinte forma: a parte referente a não consolidável dos assentamentos precários que necessita de reassentamento ou remanejamento; demanda espontânea (coabitação e moradias de aluguel por exemplo) identificada no cadastramento de pretendentes; e cortiços (COHAPAR, 2024)¹⁸. O déficit qualitativo urbano é composto por todas as áreas passíveis de urbanização e regularização fundiária, desta forma são áreas consolidáveis (COHAPAR, 2024). O déficit rural é composto de: pequenos proprietários rurais que tenham renda bruta de até 31.680, de áreas e até quatro módulos fiscais (índice utilizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para a classificação e dimensão do imóvel rural), além de assentamentos rurais e Comunidades Tradicionais (COHAPAR, 2024).

O Brasil possui atualmente uma população de 203.080.756 pessoas, desse total 43,5% se considera branco, 45,3% pardos, 10,2% pretos, 0,6% indígenas e 0,4% amarelos. Com uma

¹⁸ Cohapar é a Companhia de Habitação do Paraná, criada em 1965, empresa de economia mista e que tem por função oportunizar moradia digna no estado (Cohapar, 2014). A qual atua na coordenação e execução de programas habitacionais do Governo do Estado do Paraná, por meio de articulações com outros entes do estado, município e iniciativa privada (Cohapar, 2024).

população de 1.327.802 de quilombolas (0,65% do total da população); 7% da população brasileira não é alfabetizada; 64,69% não tem os seus domicílio conectados à rede de esgoto; 87% da população vive na área urbana, sendo 8,1% da população reside em favelas (IBGE, 2022a). Conforme pode ser visto, a questão da favelização é ainda um problema do país. Esse problema se dá especialmente nos grandes centros urbanos, mas o déficit habitacional é uma realidade em cidades de diferentes características populacionais, uma vez que não se trata de um problema isolado, mas expressa um modo particular de distribuição desigual do acesso à terra no país.

Mapa 1 - População residente em favelas por unidades da federação 2022-Brasil



FONTE: IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2022: Panorama. [S. l.], 2022a. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 01 Jun. 2025.

Obs: 3, 83% no Rio Grande Sul; 1,44% em Santa Catarina; 3,86% no Paraná; 8,17% em São Paulo; 13,34% Rio de Janeiro; 15,61% Espírito Santo; 3,6% Minas Gerais; 0,6% Mato Grosso do Sul; 2,24% no Mato Grosso; 1,34% Goiás; 7,06% no Distrito Federal; 34,71% Amazonas; 18,76% Pará; 8,28% Acre; 2,25% Roraima; 5,25% Rondônia; 24, 43% Amapá; 2,28% Tocantins.

Quando comparado aos demais estados da região Sul, o Paraná apresenta maior proporção de pessoas residentes em favelas (3,86%) do que o Rio Grande do Sul (3,83%) e Santa Catarina (1,44%), conforme dados do IBGE.

Em relação ao Rio Grande do Sul, a diferença observada é de apenas 0,03 ponto percentual, indicando relativa proximidade entre os dois estados. Todavia, quando comparado a Santa Catarina, o índice paranaense é 2,42 pontos percentuais superior, o que representa um

percentual aproximadamente 168% maior. Os estados com menores índices de população vivendo em favelas no Brasil são Mato Grosso do Sul (0,6%); seguido de Goiás (1,34%); Santa Catarina (1,44%); Mato Grosso (2,24%); e Roraima (2, 25%). Destaca-se os dois estados com os menores valores da população vivendo em favelas são do centro-oeste. Já os Estados com maior percentual de pessoas vivendo em favelas são: Amazonas (34,71%); Pará (18,76%); Espírito Santo (15,61%); Rio de Janeiro (13,34%); e Acre (8,28%). Com esses dados se destaca a região Norte com os dois estados com maior porcentagem da população vivendo em favelas. Ressalta-se que na referida região, pela proporção de pessoas vivendo em favelas, uma em cada quatro pessoas reside em favelas. Se comparado com o Censo de 2010, a população vivendo em favelas no Brasil cresceu 43,5% em 12 anos, indo de 11,4 milhões para 16,4 milhões em 2022. De forma geral, no Brasil há 12,4 mil favelas em 656 municípios dos 5.570 municípios do país em 2022.

Acerca do perfil racial das pessoas que vivem em favelas, pardos e pretos representam 56,8% e 16,1% da população. Enquanto que a porcentagem da população brasileira parda e preta é, respectivamente, 45,3% e 10,2%. Já em relação a população branca nas favelas, estas representam 26,6%, enquanto no Brasil 43,5% das pessoas se declaram brancas (IBGE, 2022a). Segundo o IBGE (2022a) o índice de pessoas com 65 anos ou mais é de 6,6% nas favelas, já em relação à população brasileira é de 10,9%. Assim, o perfil da população das favelas é em sua maioria de pretos e pardos. Esse cenário mostra a exclusão territorial do povo negro no Brasil e o não acesso à cidade, o que é também chamado de racismo territorial.

A racialização e feminilização da pobreza¹⁹ também refletem nas ocupações ou nas questões de moradia. Segundo dados do IBGE (2023), sobre a “Proporção da população residindo em domicílios alugados com ônus excessivo com aluguel, segundo as características selecionadas de 2022”, a maioria eram mulheres no recorte por sexo; no recorte por cor ou raça a maioria era negra ou parada e no tipo de arranjo familiar era em sua maioria mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos. Também em relação a inexistência da documentação da propriedade se mostrou superior entre a população preta ou parda (12, 3%) quase o dobro da população branca (6,2%). Ressalta-se que um dos critérios para moradia ser considerada irregular é a insegurança jurídica.

¹⁹ Já quando a questão é “Proporção da população com 15 anos ou mais que declarava se sentir insegura ou muito insegura no domicílio e no bairro de residência, por sexo e cor ou raça - Brasil, 2021” as mulheres pretas ou pardas são as que mais se sentem inseguras (32, 3%) no bairro seguida das mulheres brancas (26,1%), homens negros (25,7%) e de homens brancos (20,9%); quanto ao domicílio, se destaca o recorte de raça em seguida o de gênero, pois se mantém as mulheres negras ou pardas com sensação de insegurança (13,3%), seguido dos homens preto ou pardos (10,2%) depois das mulheres brancas (9,1%) e homens brancos (7,7%) (IBGE, 2023).

No caso brasileiro, existem diversos movimentos e eventos importantes no enfrentamento na luta contra a concentração de terras e do modelo que sustenta essa acumulação (ocorreu no período colonial e se estende ao atual período capitalista). É necessário contextualizar os movimentos sociais no Brasil por moradia para se entender como ocorreu a Ocupação Ericson John Duarte dirigida pelo MPL-PG. Ressalta-se que esse movimento também é um movimento de reforma agrária.

Além da desigualdade na apropriação da terra, por especificidades regionais, integração e relação do país com outros países, recorte por raça/etnia, também se tem o recorte por gênero. Por conta da menor remuneração das mulheres em relação aos homens, essa diferença é ainda maior entre as mulheres negras, sem contar o trabalho doméstico não pago às mulheres, tornando ainda mais difícil o acesso ao mercado de moradia no Brasil. Além disso, muitas vezes a própria projeção da cidade não leva em conta as necessidades das mulheres (além de outros recortes) separando e isolando ainda mais as zonas residenciais do trabalho e a reprodução da vida do espaço da produção. E nesses territórios, por terem uma pior estrutura de serviços e, em grande parte possuírem escassez de água potável e poluição das águas, mulheres e crianças estão mais sujeitas a doenças, pois são elas que neles ficam por mais tempo. Faltam dados efetivos para caracterizar o perfil de gênero das pessoas que compõem os movimentos sociais por moradia, mas a percepção das lideranças do MTST e do MSTC é de que a maioria é formada por mulheres. Pontua-se ainda como a atuação dentro de movimentos sociais possibilita a autonomia e protagonismo das mulheres no próprio movimento e em outras áreas (Helene, 2019).

Segundo Souza (2020) embora, conforme apontado pelas lideranças do MTST e MSTC, a maioria dos participantes desses movimentos sejam mulheres, a elas são negados espaços de fala e de poder. Portanto, há um processo de invisibilização da participação da mulher nos movimentos sociais nos referidos movimentos. A autora aponta ainda como as mulheres racializadas são as que mais possuem condições precárias de trabalho ou mesmo vínculo de trabalho inexistente, o que leva a uma posição de maior vulnerabilidade social, levando inclusive ao desgaste mental. Dessa forma, é necessário se atentar, dentre outras práticas, para não se inviabilizar a atuação de mulheres, principalmente as radicalizadas nos movimentos sociais por moradia.

Nessa toada, a compreensão e a mobilização das categorias gramscianas ao longo desta dissertação não aparecem como um recurso apenas “conceitual”, mas como um caminho metodológico para apreender a política em sua materialidade histórica. Ao tratar hegemonia, subalternidade, intelectuais, cultura e práxis, Gramsci (2012) permite compreender que a

política não se esgota na esfera estatal, pois se realiza também no interior da sociedade civil, nas práticas diárias e nos mecanismos de produção de consensos, isto é, na disputa pela direção moral e intelectual da sociedade. Assim, as lutas sociais deixam de ser vistas somente como respostas imediatas às condições materiais e passam a ser analisadas como processos mais amplos de formação política, cultural e humana, nos quais se disputam valores, sentidos e formas de reconhecimento.

Com base nesse entendimento, a centralidade da organização política e cultural dos grupos subalternos torna-se elemento decisivo para a superação da subalternidade. Em Gramsci, a política não se reduz à tomada do poder por uma via exclusivamente insurrecional, pois envolve a construção gradual de uma nova concepção de mundo, capaz de tensionar o senso comum dominante e produzir formas próprias de pensar, agir e sentir. É nesse movimento, que não é linear e tampouco isento de contradições, que os intelectuais orgânicos vinculados às classes subalternas desempenham um papel determinante, não como sujeitos externos ou superiores, mas como parte da própria luta, operando mediações entre experiência vivida e elaboração crítica, entre necessidades concretas e projeto político.

A práxis política, compreendida como unidade entre reflexão e ação, evidencia que a transformação da realidade exige tanto a organização material das lutas quanto a elevação cultural e intelectual dos grupos subalternos. A formação de uma nova hegemonia passa, necessariamente, pela disputa no campo da cultura, da educação, das ideias e também das emoções, pois é aí que se consolidam disposições, valores e consensos capazes de sustentar uma vontade coletiva popular. Assim, a luta política se apresenta, simultaneamente, como luta econômica, cultural e moral, demandando processos formativos e organizativos que não atuam “à margem” do conflito social, mas constituem parte do próprio enfrentamento às formas de dominação e às rotinas que naturalizam a ordem vigente.

Ao mesmo tempo, é a partir dessa concepção de política e dessa defesa dos interesses dos grupos subalternos, enquanto referencial analítico, que se permite examinar a práxis política dos intelectuais orgânicos vinculados às classes subalternas na disputa pela hegemonia. Busca-se compreender como organização política, produção cultural, formação humana e atuação educativa se articulam no interior das lutas sociais, destacando o papel desses intelectuais na construção de consensos, na crítica do senso comum e na elevação da consciência crítica, sem descolar a direção política da base social concreta. Portanto, o próximo item aprofunda como essa práxis se materializa em situações históricas específicas, evidenciando seus limites, suas contradições e também suas potencialidades no enfrentamento à ordem capitalista e na construção de um projeto contra-hegemônico.

2.2 LUTA POR MORADIA E AS OCUPAÇÕES URBANAS NO PARANÁ

Nesta seção será apresentado o contexto particular do estado do Paraná no que se refere à luta por moradia, tomando como referência alguns exemplos de ocupações ocorridas tanto na capital e região metropolitana quanto em capitais regionais do estado. Diante do aprofundamento das desigualdades sociais e da própria crise habitacional, os movimentos sociais têm se mobilizado historicamente no Paraná na defesa desse direito básico. Desta forma, as ocupações urbanas se colocam como forma de resistência e como tática central para a luta por moradia, porque respondem a necessidades imediatas e, ao mesmo tempo, expõem contradições mais amplas do uso e da concentração da terra urbana.

A apresentação dessas experiências não tem a intenção de “dar conta” de todo o panorama, mas contribuir para reunir elementos que compõem a realidade que ajudem a iluminar o caso de Ponta Grossa. São ocupações que servem para balizar e situar a análise em um quadro regional mais amplo, evitando leituras isoladas ou apenas locais. Assim, a partir desses elementos, articulados também com dados sobre a situação habitacional do estado, buscou-se construir um recorte que aproximasse a discussão da materialidade concreta da crise habitacional e, nesse movimento, situar o MPL-PG nesse mesmo terreno social e urbano, para apreender melhor o contexto no qual o movimento atua, o que será aprofundado em outro item.

Para situar essas experiências no interior de um quadro mais amplo, torna-se necessário expor alguns elementos gerais da formação social e urbana do Paraná. O entendimento das ocupações urbanas e da atuação dos movimentos sociais por moradia exige atenção às particularidades locais e às formas específicas de organização dos movimentos, bem como às características demográficas e raciais e às condições de vida da população, visto que essas dimensões expressam, de maneira concreta, a desigualdade social vivenciada. Esses dados permitem demonstrar como a crise habitacional se manifesta no estado, em territórios distintos e com conteúdos específicos, o que ajuda a compreender por que a luta por moradia assume formas diferentes conforme as regiões.

O Paraná possui uma população de 11.444.380 pessoas, das quais 64,6% se declaram brancas, 30,1% pardas, 4,2% pretas, 0,29% indígenas e 0,9% amarelas. O estado conta ainda com 7.113 pessoas pertencentes à população quilombola. Do ponto de vista das condições de vida, 7% da população não é alfabetizada, 70,25% dos domicílios não estão conectados à rede de esgoto, 3,9% da população reside em favelas e 89% vive em áreas urbanas (IBGE, 2022).

Esses dados explicitam como as desigualdades sociais no Paraná se refletem diretamente nas condições de moradia da população.

Conforme discutido no item 2.1, o déficit habitacional constitui um dos elementos estruturais da questão urbana no Brasil, pois evidencia um conjunto de barreiras e negações a que os grupos subalternos são submetidos, dificultando (ou mesmo impedindo) o acesso à moradia digna. Ainda que o direito à moradia esteja reconhecido formalmente como direito social, ele não se efetiva automaticamente no espaço urbano, justamente porque a legislação, por si só, não produz a cidade real nem altera, de imediato, a lógica concreta da produção do espaço. Conforme discutem Souza e Faria (2020), há uma distância significativa entre o reconhecimento jurídico do direito à moradia e sua materialização, sobretudo em contextos em que a propriedade privada e a mercantilização do solo urbano seguem sendo centrais. No estado do Paraná, isso se expressa na produção desigual do espaço, na retenção especulativa da terra e na exclusão histórica de amplos setores da classe trabalhadora do acesso à moradia, revelando contradições próprias da urbanização capitalista. Em outras palavras, não é apenas “falta de política”, mas um modo de organizar a cidade que tende a produzir escassez para uns e reserva de valor para outros.

A forma como o espaço urbano é gerado e modelado no capitalismo impõe limites concretos às políticas públicas habitacionais e, na prática, intensifica a exclusão de parcelas significativas da população do acesso à moradia. Souza e Faria (2020), ao dialogarem com Henri Lefebvre, pontuam que o direito à cidade não pode ser reduzido à provisão de infraestrutura ou à regularização fundiária, pois diz respeito à possibilidade de apropriação, uso e transformação do espaço urbano pelos sujeitos sociais. A partir dessa compreensão, as ocupações urbanas assumem papel fundamental ao tensionar a função social da propriedade, uma vez que tornam visível a existência de imóveis vazios ou subutilizados e confrontam diretamente a lógica da mercantilização da cidade. Aqui há um ponto que não pode passar batido: quando a “legalidade” aparece com rapidez para proteger a posse e, ao mesmo tempo, a função social da propriedade é tratada como algo sempre adiado, o conflito deixa de ser apenas habitacional e passa a ser político, no sentido mais direto do termo.

As ocupações urbanas promovidas pelos movimentos de luta por moradia passam a expressar, de forma concreta, as contradições presentes na produção do espaço urbano. Conforme analisam Souza e Faria (2020), ao mobilizarem a função social da propriedade, os movimentos tensionam o núcleo jurídico e o próprio Estado, responsáveis pela regulação do uso do solo e pela provisão de habitação popular. Nesse movimento, a disputa não ocorre somente “contra um proprietário”, mas contra uma forma de ordenar a cidade, pois as

ocupações colocam em questão quem tem direito de permanecer, de decidir e de existir no urbano. Dessa maneira, reafirma-se, na prática, a concepção lefebvriana de que o direito à cidade se constrói como síntese política das lutas sociais, articulando necessidade material, organização coletiva e disputa por reconhecimento.

No que se refere à trajetória dos movimentos de luta por moradia no Paraná, com destaque para Curitiba, Polli e Gusso (2013) identificam dois grandes ciclos de mobilização. O primeiro tem início em 1977, protagonizado por militantes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e por associações de bairro vinculadas ao Conselho dos Representantes das Associações de Moradores, o que indica uma base organizativa fortemente enraizada no território e em formas comunitárias de participação. O segundo ciclo inicia-se a partir da década de 1980, marcado pela atuação articulada de movimentos sociais nacionais com representação local, como a CONAM, a CMP, a UNMP e o MNLM. Esse deslocamento é relevante porque aponta uma mudança no modo de organizar a luta: sem abandonar a dimensão territorial, ela passa a incorporar mais redes, articulações e repertórios nacionais, dialogando com a reabertura política, com novas mediações institucionais e também com o próprio aprofundamento das contradições urbanas.

Segundo Tonella (2011), o ano de 1989 encerrou-se com o registro de 180 ocupações em terrenos públicos e 40 em terrenos privados em Curitiba, totalizando cerca de 10 mil famílias acampadas. Nos anos 2000, a atuação dos movimentos por moradia na capital envolveu organizações como a CONAM, a CMP, a UNMP e o MNLM, em um contexto marcado por avanços institucionais importantes, como a aprovação do Estatuto das Cidades e da Lei nº 11.124/2005, que instituiu o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS/FNHIS).

A partir desses marcos institucionais, foi estruturado o Plano Nacional de Habitação (Planhab), e, em 2007, estados e municípios passaram a aderir ao SNHIS, condição que exigia a reelaboração dos Planos de Habitação de Interesse Social e a criação de fundos e conselhos gestores. Nesse período, o governo federal também implementou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado especialmente para obras de infraestrutura e urbanização de assentamentos precários, e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) (Tonella, 2011).

No litoral do estado, destaca-se a Ocupação Jardim Social, em Paranaguá, iniciada em 2009. Em 2017, um grupo de cinco vereadores apontou a necessidade de que a área fosse classificada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), indicando a urgência da regularização fundiária. As ZEIS são instrumentos da política urbana previstos no Estatuto

das Cidades e destinam-se a assentamentos de famílias com baixo poder aquisitivo e acesso limitado aos serviços públicos (Souza; Varella, 2021).

Na região metropolitana de Curitiba, a Ocupação Nova Esperança, em Campo Magro, surgiu durante a pandemia de Covid-19, em abril de 2020 (Pacheco; Pacheco, 2020). Dirigida pelo Movimento Popular por Moradia (MPM), a ocupação se destaca pela presença significativa de imigrantes: 26% das famílias são de origem haitiana, além de imigrantes venezuelanos e cubanos, totalizando cerca de um terço das famílias. Após três anos de ocupação, as famílias receberam a informação de que não havia mais ameaça de reintegração de posse (Pacheco; Pacheco, 2020).

No caso de Foz do Iguaçu-PR, como também em outras ocupações anteriormente citadas, Souza e Varella (2021) descrevem o descaso do poder público em relação ao direito humano à moradia. Souza e Varella (2021) apontam como a maior Ocupação existente no estado do Paraná, a Ocupação Bubas, à época da realização da pesquisa que foi em 2020. Essa Ocupação, teve início no ano de 2012, possui como liderança Rose dos Santos e possui cerca de 1200 famílias. Os autores indicam que não há registros de que a Ocupação tenha sido liderada por algum movimento organizado.

No caso da Ocupação Bubas, a abertura de um processo judicial acabou garantindo a permanência dos ocupantes, porém sem determinação de regularização fundiária, o que, na prática, manteve as famílias em uma situação de negação de direitos básicos, como abastecimento de água, energia elétrica e outros serviços indispensáveis para a reprodução da vida cotidiana (Vargas, 2020). Ou seja, mesmo quando a permanência é “tolerada” juridicamente, a ausência de regularização funciona como um mecanismo de precarização, porque impede que a moradia deixe de ser tratada como provisória e “fora da cidade”. Somente em abril de 2022 foi iniciado o projeto de regularização fundiária da Ocupação Bubas com o apoio da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR), e, segundo dados divulgados pela própria Defensoria, já residiam no local mais de 2 mil famílias (Paraná, 2022).

Ainda em Curitiba, em abril de 2023, a Ocupação Independência enfrentou processos de desocupação individual de residências, com base no Decreto Municipal nº 4022/2020, conforme noticiado pela imprensa, além da presença de sinalização como “Proibido a Entrada”, evidenciando a persistência de ações repressivas e de tentativas de desmobilização do território (Carrano, 2023b). Esse tipo de procedimento, ao mirar casas de forma isolada, também tende a fragmentar a resistência, pois desloca o conflito do plano coletivo para o plano doméstico, tornando a permanência uma disputa diária e desigual.

No norte do estado, em Londrina, destaca-se a Ocupação Flores dos Campos, cuja trajetória se relaciona diretamente com a paralisação de políticas habitacionais. O espaço inicialmente se destinava à construção de um conjunto habitacional da Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-LD), mas as obras foram interrompidas em 2014, devido à suspensão de repasses federais; após cerca de dois anos de paralisação, a ocupação se inicia em outubro de 2016 (Caldeira, 2019). Embora haja referência ao início do processo ainda no final de 2015 (Santos et al., 2023), o que aparece de forma mais nítida, aqui, é como a interrupção de uma política pública abre uma “brecha” urbana que passa a ser preenchida pela necessidade concreta de moradia. Também não há relatos de que a ocupação tenha se constituído, desde o começo, com organização direta de movimentos sociais no interior do território, o que não significa ausência de política, mas indica uma forma distinta de construção da luta, mais gradual e muito marcada pelas condições imediatas.

No que se refere à rede de movimentos que posteriormente apoiou e ainda apoia a Ocupação, Caldeira (2019) aponta a participação do Coletivo Mobiliza Londrina, surgido em 2016 como forma de resistência ao impeachment da ex-presidenta Dilma, e da Consulta Popular Londrina, articulada nacionalmente e que, no município, passa a atuar como Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos, existente desde 1997 (Caldeira, 2019). A Consulta Popular agrega movimentos como o MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos (MTD), entre outros, e em Londrina recebeu apoio institucional do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Norte do Paraná (Caldeira, 2019). Cabe notar que essas articulações vão se constituindo ao longo do tempo e, com elas, a própria ocupação vai conquistando condições básicas de existência, como acesso à água, energia elétrica e a presença de transporte público nas proximidades, entre outros aspectos (Caldeira, 2019). Esse percurso é importante porque mostra que a permanência no território raramente depende de um único fator: ela se sustenta na combinação entre necessidade material, apoios políticos e capacidade de construir alguma estabilidade urbana, mesmo em condições adversas.

Na região metropolitana de Maringá, no município de Paiçandu, ocorreu a Ocupação Dom Helder Câmara, iniciada em janeiro de 2023 e dirigida pela FNL (Carvalho, 2024). Um dado que chama atenção é que, dentre as 240 famílias ocupantes, 53 são imigrantes, em sua maioria venezuelanos (Paraná, 2024c), o que evidencia como a crise habitacional também se articula a dinâmicas migratórias recentes e a situações de vulnerabilidade múltipla. A referida ocupação se mantém ativa até os dias de hoje, indicando, ao menos até aqui, capacidade de sustentação organizativa e permanência territorial.

Como expressão mais recente da atuação dos movimentos por moradia no Paraná, destaca-se, na cidade de Curitiba, a Ocupação Tiradentes II, organizada pelo MPM, cujo desfecho não foi a regularização da área, mas a reintegração de posse. Conforme Carrano (2023a), em 2023, houve uma situação de medo de reintegração de posse. Para isso, o MPM realizou diálogos com o presidente da Câmara de Curitiba, com a Comissão dos Direitos Humanos, parlamentares e com a empresa detentora do título de propriedade e responsável pelo aterro sanitário da Cidade Industrial de Curitiba (Carrano, 2023a). Além disso, também no ano de 2023 organizações montaram acampamento solidário como forma de apoio e de resistência de uma possível reintegração de posse. O movimento também denunciava a forma irregular que a empresa estava atuando no despejo de material no local, pois segundo o MPM estava descumprindo normas básicas de meio-ambiente. O referido movimento teve como um de seus apoiadores o padre redentorista Joaquim Parron (Carrano, 2023a).

Em São José dos Pinhais, pode-se destacar a atuação da UNMP na realização da chamada 1ª Marcha Periferia Vive. Em abril de 2024 houve a mobilização de cinco áreas de ocupações irregulares, mobilização essa convocada pela UNMP. A ação, que foi uma marcha de cerca de 300 participantes até a Câmara de vereadores da cidade, teve fala da UNMP a partir do espaço cedido pelo vereador Wilson Cabelo (PT), foram pautadas reivindicações relacionadas à regularização fundiária e à execução do Programa Minha Casa Minha Vida (Brasil de Fato, 2024).

De forma mais atual a campanha Despejo Zero está tendo uma importante atuação nas mobilizações no Paraná²⁰. Em junho de 2024 realizou em conjunto com 15 ocupações urbanas em Curitiba e em sua região metropolitana, protesto contra o Projeto de Lei (PL) 709 de 2023, que tem como propósito criminalizar as ocupações urbanas e rurais (Fernandes, 2024b). Atualmente, a Campanha Despejo Zero articula 33 ocupações em todo o estado, envolvendo 8.324 famílias, sua importância reside na capacidade de aglutinar forças, pressionar o poder público e enfrentar a criminalização das lutas por moradia. As ocupações analisadas ao longo deste item revelam conflitos entre Estado e sociedade civil, tensionando a lógica da especulação imobiliária e reivindicando o direito à moradia e à cidade. Fazem parte dessa campanha movimentos sociais populares e organizações como o MST, MPM - que pautam a luta pela reforma urbana e pelo direito à moradia em Curitiba e sua região

²⁰ Roberto Baggio, coordenador estadual do MST e da campanha Despejo Zero, relata que em 2023 estaria tentando articulação em nível nacional, propondo uma ouvidoria para assegurar com isso espaços de mediação e regularização de áreas. Nessa reunião que seria com o Ministro das Cidades, Jader Filho, iria uma comitiva paranaense, além de organizações como o MTD, Conam, MTST, MNLM, Contag e Terra de Direitos, entre outras (Carrano, 2023b).

metropolitana: Frente de Organização dos Trabalhadores (FORT) - criada na campanha Despejo Zero em 2023 atuando pelo acesso à Moradia; União de Moradores e Trabalhadores (UMT) - surgida em Curitiba e reúne movimentos sociais e associação de moradores; FNL [que dirigiu a Ocupação Ericson John Duarte até certo período; MTST; MTD - atua em cidades consideradas médias e grandes, em ocupações, favelas e bairros, buscando a auto organização dos trabalhadores; MNLM; Núcleo Periférico, Levante Popular da Juventude - buscam transformação social levando em conta a questão da periferia, violência policial, racismo, entre outras; UMP-PR, MPM, entre outros (Carrano, 2024).

A luta por moradia, no Paraná, se insere no enfrentamento a uma dinâmica urbana excludente própria do capitalismo, que historicamente nega aos grupos subalternos o acesso à cidade e às condições básicas de reprodução da vida. Nesse sentido, compreender as experiências de ocupações e as formas de mobilização torna-se fundamental para apreender a práxis política dos movimentos sociais urbanos, não apenas como resposta imediata à falta de casa, mas como ação que explicita contradições estruturais na produção do espaço e tensiona, na prática, os limites do “direito” quando este não se materializa.

Para iluminar essas experiências e evitar que a análise fique restrita ao plano descritivo, torna-se necessário articulá-las com dados quantitativos que evidenciam a dimensão do déficit e das necessidades habitacionais urbanas no Paraná. Isso permite situar, de forma mais concreta, os limites atuais do acesso à moradia, indicando que as ocupações não surgem por “escolha”, mas em um cenário de desigualdades e de bloqueios estruturais ao direito de habitar. Assim, a tabela a seguir apresenta dados sobre as necessidades habitacionais urbanas no estado, contribuindo para compreender o contexto social no qual essas ocupações se realizam. Em comparação com os dados nacionais, o Paraná apresenta proporção maior de domicílios com esgotamento sanitário ligado à rede e, ao mesmo tempo, uma população vivendo em favelas menor, o que não elimina a crise habitacional, mas indica que ela assume características próprias no território paranaense, exigindo leitura cuidadosa para além de indicadores isolados.

Tabela 2 - Necessidades habitacionais no Paraná em nº de domicílios por município - COHAPAR-Paraná 2023: necessidade habitacional urbana dos 5 municípios mais populosos do Paraná

(Continua)

Municípios	Posição	Urbano					
		Cadastros	Nº de Pessoas em Favelas	Nº de Pessoas em C. Hab. Desagrega dos	Nº de Pessoas em Cortiços	Nº de Pessoas em Loteamen. irregulares	Total

Tabela 2 - Necessidades habitacionais no Paraná em nº de domicílios por município - COHAPAR-Paraná 2023: necessidade habitacional urbana dos 5 municípios mais populosos do Paraná

(Conclusão)

Municípios	Posição	Urbano					
		Cadastros	Nº de Pessoas em Favelas	Nº de Pessoas em C. Hab. Desagregados	Nº de Pessoas em Cortiços	Nº de Pessoas em Loteamen. irregulares	Total
Curitiba	1	58.781	43.461	-	-	7.400	109.642
Londrina	2	57.227	3.634	1.400	-	-	62.261
Ponta Grossa	3	15.396	6.934	-	-	340	22.670
Cascavel	7	9.146	622	214	-	664	10.646
Maringá	19	4.184	-	-	-	-	4.184

FONTE: Adaptado de: COHAPAR-COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ. **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná-30 Municípios com maior Necessidade Habitacional - Paraná-2023**. Curitiba: COHAPAR, 2024. Disponível em: https://www.cohapar.pr.gov.br/sites/cohapar/arquivos_restritos/files/documento/2024-04/pesquisa_2023_resultados_ultima_versao.pdf. Acesso em: 04 jun. 2025.

OBSERVAÇÃO: O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) é um instrumento estratégico que orienta o planejamento das cidades com intuito de garantir o direito à moradia de famílias em situação de vulnerabilidade social (Cohapar, 2024).

Mesmo Maringá tendo uma população maior que Ponta Grossa, a cidade dos Campos Gerais apresenta necessidades habitacionais maiores. Ao se comparar Ponta Grossa e Londrina, percebe-se que Londrina ultrapassa o número de necessidades habitacionais de Ponta Grossa por conta do número de seus cadastros.

A tabela 2 deixa nítida a concentração do déficit habitacional no estado do Paraná, ressalta-se Curitiba com 109.642 pessoas em situação precária e Londrina 62.261, seguida por Ponta Grossa com 22.670, confirmando a necessidade urgente do atendimento da questão da moradia nesses territórios urbanos do estado. Ponta Grossa, encontra-se no terceiro lugar estadual. Esse cenário evidencia, do ponto de vista local, a crise habitacional vivida pela cidade e no conjunto do estado, revela a necessidade urgente de políticas urbanas em diversas localidades do estado.

Em relação às necessidades rurais correlatas à habitação identificadas pela COHAPAR (2024), ressalta-se a existência de 17.996 cadastros; com um déficit habitacional de 48.530. Quando somado ao déficit urbano que é de 545.879 o déficit total é de 594.409, 17,3% acima do déficit do ano de 2022. O referido déficit total se refere a apenas dos Cadastros de Pretendentes ativos nos últimos dois anos, se não tivesse essa linha de corte o número passaria

de 956.048 (COHAPAR, 2024). Isso ocorreu por conta das famílias não atualizarem seus cadastros por algum motivo (pode ser que muitos tenham desistido de “esperar”). (COHAPAR, 2024).

Os dados da Tabela 2 reafirmam que o déficit e as necessidades habitacionais no Paraná têm caráter estrutural, persistem ao longo do tempo e se distribuem de forma desigual pelo território. A concentração das necessidades em Curitiba, Londrina e Ponta Grossa mostra que a crise não se restringe a áreas periféricas ou a municípios pequenos, atingindo também grandes centros e polos regionais que, em tese, teriam maior capacidade de resposta estatal.

No entanto, mais do que o total registrado, o que contribui para compreender o problema é observar como a precariedade assume formas distintas em cada município: em Curitiba, há peso expressivo de pessoas vivendo em favelas e de loteamentos irregulares, o que revela uma urbanização marcada por adensamento e irregularidade do solo; em Londrina, o número elevado de cadastrados como pretendentes indica demanda concentrada nas filas e cadastros, sugerindo bloqueios no acesso institucional à habitação; em Ponta Grossa, a presença significativa de moradores em favelas dentro do total reforça que a crise se materializa de forma concreta no espaço urbano, e não como fenômeno residual (COHAPAR, 2024).

Assim, a tabela permite perceber que não se trata de um problema homogêneo, mas de expressões diferenciadas de uma mesma contradição: o acesso à moradia é restringido ou precarizado conforme a dinâmica local de produção do espaço.

Também por isso é importante explicitar a conceituação utilizada pela COHAPAR (2024), pois ela delimita o que está sendo contabilizado e evita interpretações simplificadoras. A categoria de assentamento precário ou informal se refere a condições inadequadas de moradia e de serviços públicos, muitas vezes sequer reconhecidas como parte integrada da cidade. Para ser enquadrado nessa categoria, o local precisa apresentar ao menos dois critérios combinados, como insegurança na posse do terreno, dificuldades de acesso à água potável, ausência ou precariedade de saneamento e infraestrutura, baixa qualidade das construções ou adensamento excessivo. Já a categoria ocupações irregulares e favelas descreve um conjunto mínimo de dez moradias em área de terceiros, geralmente produzido de forma densa e desordenada, com dificuldades de acesso a serviços públicos (COHAPAR, 2024).

Essas definições indicam que o levantamento não se limita à mensuração do déficit em termos numéricos, mas busca captar as diferentes formas pelas quais a crise habitacional se expressa no espaço urbano, por meio da irregularidade fundiária, da precariedade da infraestrutura e de padrões de ocupação que evidenciam o conflito entre a necessidade social

de habitar e a lógica de mercantilização do solo urbano. Nessa perspectiva, compreender a formação histórica das cidades torna-se fundamental para analisar como essas expressões da questão habitacional se constituíram ao longo do processo de urbanização.

Rodrigues (2004) aponta que a urbanização de Maringá foi resultado de um processo de planejamento iniciado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), responsável pela colonização da região. O plano urbano, elaborado por Jorge de Macedo Vieira na década de 1940, definiu previamente a ocupação do território, estabelecendo áreas destinadas a diferentes funções urbanas e organizando as zonas residenciais de acordo com a condição econômica dos futuros moradores. A autora Rodrigues (2004) pontua que havia áreas classificadas como principais, populares e operárias, de modo que o acesso à terra urbana ocorreu de forma diferenciada conforme a capacidade econômica dos compradores. A segmentação social do espaço, portanto, esteve presente desde a formação da cidade.

Nas décadas seguintes, especialmente entre os anos 1960 e 1970, o crescimento urbano foi acompanhado por leis de zoneamento, planos diretores e outras normas de uso do solo que deram continuidade às diretrizes estabelecidas pela companhia colonizadora. Esses instrumentos definiram a localização de novos loteamentos, disciplinaram a expansão da malha urbana e preservaram a distribuição das funções urbanas prevista no projeto original. Também foram realizados investimentos em infraestrutura, com a ampliação do sistema viário, composto por avenidas largas, vias hierarquizadas e eixos de circulação planejados para conectar as diferentes áreas da cidade, além da expansão das redes de água, esgoto, parques e praças (Rodrigues, 2004).

A partir da década de 1980, políticas de desfavelização e de controle das ocupações consideradas irregulares passaram a integrar as estratégias de gestão urbana. Segundo Rodrigues (2004), a ausência de favelas em Maringá relaciona-se a esse processo, que contribuiu para deslocar parte da população de baixa renda para áreas periféricas e para municípios vizinhos, especialmente Sarandi e Paiçandu. Dessa forma, a cidade conseguiu preservar por longo período características do desenho urbano originalmente concebido. Ao mesmo tempo, a manutenção desse modelo reforçou a segregação socioespacial, concentrando os grupos de maior renda nas áreas mais valorizadas e transferindo parte das expressões da pobreza para os municípios do entorno.

Tabela 3- Necessidades habitacionais Paraná: 2015/2019/2023

Urbano	2015	2019	2023
Assentamentos Precários	182.864	194.075	220.814
Ocupações Irregulares/Favela	86.540	114.130	135.143
Conjuntos Hab. Degradados	3.614	4.055	10.327
Loteamentos Irregulares	92.455	75.670	75.170
Cadastro de Pretendentes*	410.653	413.269	704.700
Total das Necessidades Hab.	605.544	635.694	956.048
Défict habitacional**	482.366	511.713	744.638

FONTE: Elaboração própria a partir de: COHAPAR-COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ. **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná**. Curitiba: COHAPAR, 2024. Disponível em: https://www.cohapar.pr.gov.br/sites/cohapar/arquivos_restritos/files/documento/2024-04/pesquisa_2023_resultados_ultima-versao.pdf. Acesso em: 04 jun. 2025.

Observação: Na tabela da COHAPAR havia uma linha de corte apenas no ano de 2023, não contabilizando os cadastros que não foram atualizados nos últimos dois anos. Assim, contava apenas 343.061 de pretendentes, sendo que essa diferença se deve ao número de cadastrados: 343.061 – com linha de corte e 704.700 sem linha de corte. Se não tivesse a linha de corte como nos outros anos (em que não foram contabilizados 361.639 cadastros por falta de atualização), o total de necessidades habitacionais em 2023 é de 956.048 (COHAPAR, 2023).

*Número referente e soma de cadastros de pretendentes para áreas rurais e urbanas

** Para calcular o déficit habitacional é descontado 30% da quantidade de cadastro de pretendentes para evitar duplicidade de contagem

Como apresentado na Tabela 3 com base nos dados da COHAPAR (2024) houve um aumento de 50,33% das necessidades habitacionais no estado do Paraná em quatro anos (de 2019 com 635.694 para a 2023 com 956.048). Outro dado que pode ser destacado é dos conjuntos habitacionais degradados que aumentou de 2015 até 2019 em 12,2% e de 2019 até 2023 aumentou em 154,67%. Em relação ao déficit habitacional aumentou em 6,08% pontos percentuais de 2015 até 2019, e de 2019 até 2023 houve o aumento de 45,52%. O aumento da população foi a seguinte: 11.163.018 pessoas em 2015, 11.433.957 em 2019 e 11.824.665 em 2023. Representando, respectivamente, um aumento de 0,02% e 0,03%. O que explica então o fato de que entre 2019 e 2023 o aumento populacional tenha sido de 0,03% e o aumento do déficit habitacional no mesmo período tenha sido de 45,52%? Será que somente a pandemia de Covid-19 decifra isso? Importante refletir que para além das questões conjunturais e da crise sanitária experimentada, há um determinante histórico e estrutural que contribui para definir esse quadro cada vez mais alarmante de exclusão do direito à habitação por parte dos paranaenses e dos brasileiros em geral que repercute num modo específico de operar do Estado que privilegia determinados grupos em detrimento de outros, e na política habitacional

isso não é diferente. A democratização do acesso à terra urbana, assim como a rural no país é uma questão estrutural que vem sendo enfrentada, mas que é de difícil superação, por isso a necessária resistência dos grupos subalternizados.

Como apresentado na Tabela 3, a partir dos dados da COHAPAR, observa-se que as necessidades habitacionais no Paraná cresceram de forma expressiva no período recente, sobretudo entre 2019 e 2023, quando o total passa de 635.694 para 956.048. Esse salto não aparece de maneira homogênea entre as categorias: ele é puxado principalmente pelo aumento do cadastro de pretendentes, que sai de 413.269 em 2019 para 704.700 em 2023, e também pela elevação dos conjuntos habitacionais degradados, que passam de 4.055 para 10.327 no mesmo intervalo. Ao mesmo tempo, há crescimento em assentamentos precários e nas ocupações irregulares e favelas, o que indica que a precariedade urbana se amplia tanto pela via da demanda “formalizada” em cadastros quanto pela permanência e expansão de formas de moradia marcadas por insegurança e baixa infraestrutura. Com isso, verifica-se que o acesso ao solo urbano e à moradia digna ainda permanecem sendo uma questão que envolve a exclusão de determinados grupos mais vulneráveis, aos quais o acesso à moradia nesses territórios ainda lhes é negado como direito.

Além disso, a própria COHAPAR registra que em 2023 houve uma linha de corte no cadastro, e que, sem essa restrição, o total de pretendentes seria maior, o que mostra que os números também dependem dos critérios adotados no registro e que parte da variação pode estar ligada ao modo como a demanda é contabilizada. Ainda assim, a tendência geral se mantém: o déficit habitacional total cresce e se acelera no último período, passando de 511.713 em 2019 para 744.638 em 2023. Quando esses dados são comparados com o crescimento populacional, a desproporção fica mais nítida. A população do Paraná passa de 11.163.018 habitantes em 2015 para 11.433.957 em 2019 e 11.824.665 em 2023, o que corresponde, aproximadamente, a aumentos de 2,4% e 3,4% nesses intervalos.

Já as necessidades habitacionais e o déficit avançam em ritmo muito superior, o que indica que o agravamento da crise não pode ser explicado principalmente por crescimento demográfico. Nesse ponto, o dado sugere um problema mais profundo: a forma como o acesso à moradia é organizada, tende a empurrar parcelas crescentes da classe trabalhadora para a demanda reprimida, para a precarização e para situações de degradação habitacional, especialmente quando a produção do espaço urbano segue subordinada à lógica de mercado e quando as políticas públicas não conseguem acompanhar a ampliação das necessidades. Deste quadro, a permanência e a expansão das ocupações urbanas deixam de aparecer como exceção e se afirmam como resposta concreta à exclusão habitacional vivenciada pelos grupos

subalternos, inclusive em um contexto de baixo crescimento populacional.

Considerando todo esse cenário de déficit habitacional traçado e as lutas pelo direito à moradia, que vêm sendo travadas em diferentes municípios paranaenses ao longo da história, pode-se perceber que a existência da Ocupação Ericson John Duarte, no município de Ponta Grossa, portanto, não é um fenômeno isolado, mas deve ser apreendido e elucidado a partir da totalidade, quer dizer, em um contexto mais abrangente de disputa pelo espaço urbano no Paraná, sendo sintoma da exclusão social dos grupos subalternizados na ordem do capital. As ocupações apresentadas durante o item são expressões da disputa da hegemonia, ou da contra-hegemonia, visto que reivindicam o direito à moradia e também à cidade, atacando a lógica da especulação imobiliária.

Portanto as Ocupações de Bubas em Foz do Iguaçu, Tiradentes II em Curitiba; Nova Esperança em Campo Magro e Flores do Campo em Londrina, são formas de disputar resistência e expõe a tensão entre Estado e sociedade civil nos respectivos territórios. Trata-se da existência histórica de um conjunto de lutas pelo direito à moradia, inscrito no âmbito de um Estado dominado pelos interesses do capital, que serve como instrumento de dominação, mas que pode ser também disputado, na perspectiva de sua ampliação em direção à garantia do direito e da cidadania, quando disputado nos limites da ordem capitalista.

Tal disputa se apresenta entre o conflito dos movimentos sociais com o aparato jurídico e repressivo do Estado e ainda na tentativa de ampliação do Estado em perspectiva contra-hegemônica. Nessa direção, no contexto estadual, ressalta-se a organização dos movimentos sociais em redes de movimentos, como no caso da Campanha Despejo Zero, como forma de aglutinar forças para pressionar o poder público. Assim ocorre tanto a ação direta das ocupações, das construções das casas quanto o trabalho ideológico. Também nessa disputa se tem a presença da face coercitiva do Estado e de sua violência, em termos Gramscianos, da dominação dos grupos não aliados. Á exemplo das reintegrações realizadas em Tiradentes II; também de um momento de concessão/vitória da Ocupação Bubas por conta de estar em fase de regularização.

Em relação às formas de discriminação, fica evidente quando segundo os dados do IBGE (2022) 72,9% dos residentes em favelas são pretos, além de que na questão de gênero, como elecado por Manusur (2024), 62,6% dos lares em situação de ônus excessivo com aluguel são chefiadas por mulheres.

Na luta contra o capital é fundamental compreender a dinâmica de lutas na questão urbana. Nessa, assim como em face a outras tantas lutas protagonizadas por movimentos sociais contra-hegemônicos e em favor de grupos subalternos, o Estado, de maneira geral, age

para criminalizar e enfraquecer os referidos movimentos, ao passo que estes buscam se contrapor a lógica do capital através das suas práxis política.

Em conjunto, as experiências de ocupações urbanas e as mobilizações dos movimentos por moradia no Paraná apresentadas neste item evidenciam que a luta pelo direito à moradia não é um fenômeno episódico, mas parte constitutiva do modo como o espaço urbano vem sendo produzido no estado do Paraná, assim como é uma luta histórica de diferentes territórios nacionais e globais. Longe de se tratarem de casos isolados, as ocupações expressam a permanência da desigualdade socioespacial, os limites das políticas habitacionais e o peso da mercantilização da cidade, tornando a organização coletiva uma resposta concreta a bloqueios estruturais de acesso à moradia digna. Ao disputar a função social da propriedade e tensionar a atuação do Estado, os movimentos constroem práticas de resistência que articulam ação direta, articulação política e atuação em rede, como se observa na Campanha Despejo Zero. Dessa forma, apreender essas experiências em conjunto permite situar a Ocupação Ericson John Duarte e a atuação do MPL-PG no interior de um processo mais amplo de disputas pelo espaço urbano no Paraná, cuja materialidade se expressa no plano local e será aprofundada no item seguinte.

2.3 O CONTEXTO DAS LUTA POR MORADIA NA CIDADE DE PONTA GROSSA-PARANÁ

Conforme se verifica na história do desenvolvimento das estruturas do Estado no Ocidente Capitalista, ao longo do tempo, a partir da luta das classes subalternas, o Estado se modifica e passa a incorporar determinadas demandas desses outros grupos da sociedade civil. Um exemplo contemporâneo da cristalização dos direitos sociais no âmbito jurídico através de sua incorporação na CRFB/88, ou Constituição Cidadã. Essa incorporação não se deu sem luta. O fim da ditadura civil-militar se deu através do acúmulo de forças dessas lutas iniciadas nos anos 1970 pautaram a agenda do Estado (em sentido estrito-sociedade política), em favor de sua redemocratização e pelo acesso da população marginalizada à bens e serviços historicamente conquistados, dos quais vinham sendo alijados, que se concretizam os direitos sociais no plano legal com a CRFB/88 (Rocha, 2008). Conforme Carvalho (2002) os direitos sociais buscam reduzir as desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo garantindo o mínimo de bem-estar a todos, baseando-se na justiça social. Estes podem ser considerados como medidas de enfrentamento das desigualdades sociais provocadas pelo sistema capitalista (expressões da questão social). As várias políticas sociais, que visam concretizar os direitos

sociais através do atendimento de necessidades básicas humanas são “concessões/conquistas”. Podem ser ampliadas ou reduzidas, dependendo das correlações de luta de classes e do ciclo econômico. As decisões humanas é que criam estes ciclos, tais decisões é que estruturam as possibilidades e limites da política social. Assim, a política social da disputa econômica e social dos grupos sociais (Behring, 2007).

São direitos sociais na CRFB/88: alimentação, educação, moradia, saúde, segurança, trabalho, entre outros. Falando especificamente sobre o direito à moradia, o referido direito está garantido no seu artigo 6º; sendo expresso no que é da competência dos entes federados promover programas habitacionais, aprimoramento das condições habitacionais e de saneamento básico. Em seu artigo 5º, inciso XXIII, que se estipula que a propriedade deve ter função social (Brasil, 2022).

O direito à moradia inclui três eixos: liberdades, garantias e proteções. As liberdades são: a proteção contra a remoção forçada e a destruição arbitrária da própria casa; direito de ser livre de interferências, preservando a privacidade da família; liberdade de escolher a própria residência, e liberdade de escolha de onde viver. Em relação as garantias são os seguintes elementos: restituição da moradia, terra e da posse; segurança da posse; acesso igualitário e sem discriminação à moradia adequada e a participação nos diversos níveis de tomada de decisão no que diz respeito à moradia. E sobre as proteções, proteção a remoção forçada: definida como a remoção de indivíduos, famílias ou Ocupações contra a sua vontade sem a proteção jurídica ou outra forma de proteção (Brasil, 2013).

Avançando no que diz respeito ao direito à moradia, tem-se o direito à cidade (estritamente ligados). É possível definir o direito à cidade a partir do que está previsto no Estatuto das Cidades da Cidade (Lei nº 10.257/2001) da seguinte forma: o direito ao solo urbano, moradia, saneamento ambiental, transporte, serviços públicos, trabalho e ao lazer. Ainda dentre os princípios é estabelecido a regularização fundiária e urbanização das áreas ocupadas pela população de menor poder aquisitivo (Brasil, 2001).

Como a sociedade civil é espaço de conflito, de contradição e de luta (Silva, 2014), mesmo havendo a garantia legal à moradia, é necessário que movimentos sociais pressionem o Estado para que seja cumprido o que já está estabelecido no plano legal. Conforme visto anteriormente em Gohn (2011) os movimentos sociais possuem uma identidade, um determinado ponto político e social a ser combatido, se articulam e possuem um projeto de vida e sociedade. Tais movimentos contribuem com a organização e sensibilização da sociedade em relação a determinados temas, apresentam estrategicamente determinadas demandas que possuem e por meio de diversas formas de intervenção (protesto, greves,

denúncias, mobilizações, ocupações etc.) na realidade, pressionam o Estado (em sentido estrito) a atender às referidas demandas.

Miranda (2011) aponta que os movimentos sociais quando realizam ações de questionamento da ordem social, propõem projetos alternativos de sociedade e assim assumem um caráter contra-hegemônico. Muitas vezes, como parte da ação hegemônica, grupos ou determinadas pautas são neutralizadas através da criminalização ou mesmo de campanhas difamatórias feitas pelas formas de mídia.

Semeraro (2014) argumenta que os movimentos populares são marcados pela dualidade, tanto pela fragmentação, cooptação e espontaneidade reativa; quanto pela capacidade criativa e transformação da realidade. A Autora gramsciana critica a forma que os grupos dirigentes abordam as revoltas populares como anormais ou bárbaras, em que se deve levar a totalidade, e por tanto o contexto na análise das motivações e ações. Além disso, sem a organização política não é possível a superação da condição de subalternidade, também é necessário um projeto de sociedade que supere a democracia liberal, pois é nos seus marcos que a dominação dos grupos subalternos se forja.

Sob a égide de uma democracia liberal, apesar das garantias constitucionais e infraconstitucionais correlatas à cidadania dos brasileiros, a realidade histórica e conjuntural, mesmo sob a égide do Estado Democrático de Direito, tem mostrado que a garantia legal não é suficiente, apesar de fundamental, para que haja a concretização dos direitos de cidadania, na vida dos nacionais.

Trata-se de uma luta constante, cujas conquistas jurídicas se devem em grande parte à atuação dos movimentos sociais e na incidência de forças progressistas no Estado, as quais modificam a estrutura estatal em direção à uma maior democratização de acesso a bens e serviços públicos, além de oportunizar caminhos para que a própria luta por direitos avance. Esse processo, se dá em todo o território nacional e, no que se refere, ao direito à moradia, as cidades brasileiras são palcos privilegiados dessa luta.

No município de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, não é diferente. Assim, como visto anteriormente, o referido município ao lado de outros municípios paranaenses possui um alto índice de déficit habitacional. A seguir serão apresentados dados do referido município, o respectivo déficit habitacional, as últimas atualizações do Plano Direito Municipal e as políticas habitacionais, nele implementadas, a fim de se aproximar do contexto no qual as lutas dos movimentos sociais por moradia do município são forjadas enquanto resistências em face da realidade de inefetividade do direito à moradia no município. Com isso, busca-se apresentar o contexto da luta por moradia em Ponta Grossa, o qual é composto por esse

conjunto de elementos que se entrelaçam na dinâmica da correlação de forças local.

A cidade de Ponta Grossa-Paraná está localizada no segundo planalto paranaense (mesorregião Centro-Oriental), possui cerca de 358.371 habitantes, desses 71,9% se consideram brancos, 3,7% pretos, 23,9% pardos, 0,3% amarelos e 0,08% de indígenas. Em relação às favelas, cerca de 6,7% da sua população reside em favelas. Em relação à população quilombola são 149; 98,2% residem na área urbana e 91,54% de domicílios são conectados à rede de esgoto (IBGE, 2022). Comparando com os do estado do Paraná, se uma porcentagem de domicílios que não tem esgoto conectado à residência e da população vivendo em favelas menor que o estadual.

O município de Ponta Grossa possui cinco distritos, como apontado na atualização do Plano Diretor do Município de Ponta Grossa de 2022 (Ponta Grossa, 2022) e mantido na revisão ocorrida em 2024. Os distritos de Ponta Grossa são Guaragi, Itaiacoca, Piriquitos e Uvaia, que em conjunto a sede urbana de Ponta Grossa formam o perímetro urbano do município, também da Macrozona urbana, tendo características urbanas, parâmetros específicos para ocupação do solo e edificação, com diretrizes gerais que voa da diversificação econômica do território, da reestruturação e recuperação ambiental, compatibilizar o solo com habitação lazer e atividades produtivas, com horizonte na qualidade de vida da população (Ponta Grossa, 2022).

Ponta Grossa surge de um povoado decorrente de uma encruzilhada do caminho de tropeiros que levavam gado e muars do Rio Grande do Sul para o abastecimento de São Paulo e Minas Gerais (Stefaniak, 2011). A primeira notícia de ocupação da região data de 1704, quando Pedro Taques de Almeida solicitou uma sesmaria em território paranaense, e seu filho e seus cunhados vieram tomar posse. Às margens do caminho das tropas surgiram ranchos ou “pousos”, dando origem a povoados como o de Castro e Ponta Grossa (IBGE, 2026).

Ponta Grossa surge inicialmente como bairro pertencente à Castro. Com o crescimento do bairro os moradores pressionaram para que se tornasse Freguesia para ter mais autonomia. Foi elevada Ponta Grossa à Freguesia no dia 15 de setembro de 1823. O local em que foi escolhida a sede da Freguesia se encontra a Catedral Sant'Ana e no seu entorno passaram a ser construídas casas para moradia e comércio. Em 1855 Ponta Grossa foi elevada à condição de Vila e, posteriormente, à condição de cidade em 1862 (IBGE, 2026).

Ainda, segundo Stefaniak (2011), dois pontos importantes na história de Ponta Grossa para que a cidade tivesse uma população predominante urbana foi a abolição da escravidão em 1888, que instaurou a escassez da mão-de-obra a decadência de atividades agrícolas

tradicionais, levando a burguesia rural a investir nas primeiras indústrias de beneficiamento de erva-mate; outra foi a expansão da malha ferroviária em 1894. Pois conforme apontado pelo IBGE (2026), foi com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro que fez Ponta Grossa se tornar grande centro comercial, cultural e social, decidido a transformar a cidade em um grande entrosamento, tornando o local atrativo para trabalho, estudar e viver.

Ao mesmo tempo, a expansão ferroviária proporcionou o declínio do luar como forma de transporte e pressionando os criadores e fazendeiros a investir nas atividades urbanas ainda em expansão, principalmente na indústria e comércio (Stefaniak, 2011). Assim, já em 1920 Ponta Grossa tinha a maioria de sua população vivendo na área urbana. A expansão fez aumentar a migração no interior, surgindo no final da segunda década bairros operários, como Olarias, Uvaranas e Oficinas. Esta expansão foi freada pelo declínio das ferrovias, perdendo espaço para as novas fronteiras agrícolas criadas com a lavoura do café e posteriormente com a soja (Stefaniak, 2011).

O desenvolvimento da cidade de Ponta Grossa-PR tem grande influência de um grupo dominante. Outro pontos marcantes de sua estão as implantação de ferrovias que possibilitaram a dinamização e o desenvolvimento da cidade, fomento a industrialização e a emigração, no início do século XX apontava que tinha passado a integrar o circuito de cidades em processo de modernização, se figurando ao longo do tempo como polo regional. Atualmente se aponta uma cidade de desigualdade média, base de produção diversificada, principalmente com agropecuária, indústria, comércio e construção civil (Sanson; Costa; Scheffer, 2024).

Tratando, assim, especificamente do processo de expansão urbana e da desigualdade socioespacial de Ponta Grossa, cidade lócus da presente pesquisa, Matias e Nascimento (2011) apontam que o contingente populacional migratório começa a chegar na cidade a partir de 1970.

A desigualdade socioespacial é produto da reprodução do capital. Como forma de resistência a essa lógica tem-se os movimentos sociais de luta pelo direito à cidade. Esta desigualdade expressa a forma desigual de apropriação da terra, que por ser mercadoria, e não apenas a terra, mas também a cidade se torna mercadoria. Por tanto, em uma cenário modulado pelo salário (ou ausência) dos grupos subalternos, legislação de apropriação e propriedade da terra, equipamentos públicos e a infraestrutura, se gera ou ameniza as desigualdades socioespaciais produzidas pelo capital. Assim, quem concentra capital tem acesso à infraestrutura como amplas fachadas, avenidas, praças, iluminação, arborização, espaços de lazer, hospitais modernos, bancos e restaurantes. E assim, de forma dialética, os

grupos subalternos possuem condições de vida diametralmente opostas às de quem concentra capital (Rodrigues, 2007).

Este contingente empobrecido foi expelido para as regiões da cidade com menos dispositivos da estrutura pública (escolas, unidades de saúde, transporte, dentre outros). Essas famílias constituíram favelas ou realizaram outras ocupações irregulares, geralmente em áreas impróprias para moradia, como às margens de rios ou ao lado de ferrovias (Matias; Nascimento, 2011).

São definidas ocupações irregulares em áreas que comportam ocupações ou atividades não previstas na legislação urbana, ou que não possuem título de propriedade ou de cessão. A principal forma de ocupações irregulares é o residencial, especialmente as favelas (Matias; Nascimento, 2006).

O termo favela é utilizado historicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1950. Inicialmente sendo o termo era utilizado para o agrupamento pelo conjunto de residenciais ou agrupamentos prediais com mais de 50 domicílios, sobretudo de barracos ou casebres de aparência rústica, construído com material inadequado; construções sem fiscalização e sem licenciamento; ausência total ou em parte de rede sanitária, água encanada, luz e telefone; e área não urbanizada, com inexistência de arruamento, numeração e emplacamento. No Censo de 2010 [década em que se realizou a publicação de Matias e Nascimento (2011)], o IBGE não utilizou o termo favela, mas o conteúdo da definição conservou parte da definição de 1950, com a terminologia de Aglomerados subnormais, era definido como conjunto de mais de 50 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços essenciais, tendo ocupado ou ocupando propriedade disposta e organizadas as unidades habitacionais de forma densa ou desordenada. Na última atualização da definição do termo (2024), sendo aplicado de forma retroativa a terminologia ao Censo 2022, e sendo utilizado como “Favelas e Comunidades Urbanas”, se refere a domicílios com graus de insegurança jurídica em relação a posse além de mais dos seguintes critérios: ausência ou oferta insuficiente de serviços públicos; ruas e infraestrutura auto produzidas ou que se sejam balizados por parâmetros urbanísticos e de construção diferentes dos estabelecidos por órgãos governamentais; localização com restrição à Ocupação definida por legislação urbanística ou ambiental (IBGE, 2024).

O espaço da cidade é uma representação dialética da relação entre sociedade civil e sociedade política, que modula heranças históricas, culturais e políticas e confere identidade aos habitantes. Especificamente sobre Ponta Grossa, Programas Habitacionais alteram essa relação ou exprimem tal relação dialética; à exemplo disso, temos o programa federal Minha

Casa Minha Vida o qual organiza e produz efeitos na cidade (Scheffer, 2017).

O PMCMV possui dois objetivos, social e econômico: tanto como tentativa de suprir o déficit habitacional e atendimento da demanda por habitação, quanto pelos empregos gerados através das construtoras que realizaram as construções. Aponta-se que em relação à localização, foram realizadas em áreas periféricas os 19 conjuntos habitacionais (Scheffer, 2017).

Em Ponta Grossa dos 19 conjuntos habitacionais criados, 18 tinham como finalidade anterior o espaço vocação rural, com exceção do Residencial Esplendore. Em relação ao perímetro urbano anterior com exceção do Residencial Califórnia II e Jardim Boreal, que possuíam parte do perímetro tanto urbano quanto uma parte rural, e do Residencial Califórnia I, Residencial América, Residencial Esplendore Conjunto Habitacional Jardim Amália (I e II) e do residencial recanto verde, os outros 11 conjuntos habitacionais tinham perímetro exclusivamente rural. Sendo Ponta Grossa um dos municípios que mais haviam recebido conjuntos habitacionais no interior brasileiro, um total de 6209 novas unidades habitacionais (Scheffer, 2017).

Em relação aos pontos fortes do programa, a partir da percepção de sujeitos beneficiários do programa em Ponta Grossa, foi o atendimento da demanda da necessidade da habitação. Sob o aspectos dos pontos fracos pontua-se a distância dos empreendimentos, distância de equipamentos públicos e falta de fiscalização do acesso e venda pós-entrega. Na fase de implementação, a questão da participação da sociedade não foi apontada como relevante (Scheffer, 2017).

Em análise dos instrumentos de zoneamento e uso da ocupação do solo pós CRFB/1988, especialmente em Ponta Grossa, o Poder Legislativo se evidencia como um dos mais importantes atores produtores no espaço urbano, aliado com o poder legislativo do município. Sene (2020) aponta que houve falta de planejamento urbano nas alterações legais, em razão da ausência de estudos técnicos, e identifica o Poder Legislativo Municipal como um dos principais agentes na produção do espaço urbano em Ponta Grossa. No plano espacial, verifica-se que essas emendas favoreceram a verticalização residencial da cidade e, sobretudo após 2011, estimularam empreendimentos de alto padrão em áreas mais valorizadas, voltados às classes de maior renda e alinhados aos interesses do mercado imobiliário.

Essa intervenção se dá no sentido de fomentar a verticalização de alto padrão, principalmente após o ano de 2011 (com a Lei nº 10.731/2011), beneficiando os interesses de agentes imobiliários. Esta lei permitiu a criação de novas zonas comerciais, com usos mais flexíveis, o que permite a edificações com diferentes densidades em locais que anteriormente

se tinha um padrão de ocupação de residências unifamiliares térreas (Sene, 2020). Esse adensamento com ocupações de alto padrão nas melhores localizações da cidade, proporcionou a valorização seletiva destes espaços, apontando para a gentrificação (Sene Sanson; Costa; Scheffer, 2024).

De acordo com a COHAPAR (2024), o total de necessidades habitacionais em Ponta Grossa em 2019 era de 23.656. Conforme a metodologia da referida Companhia, desconta-se 30% dos cadastros com finalidade de não haver duplicação de dados. Assim, o déficit habitacional naquele ano era de 18.803; com 16.088 cadastros urbanos; 87 cadastros para domicílios rurais; 7403 famílias vivendo em favelas; 54 famílias vivendo em assentamentos e 54 quilombolas (COHAPAR, 2019).

Genevois e Costa (2001) conceituam necessidades habitacionais como a totalidade de carências relacionadas à moradia digna, englobando o déficit habitacional/falta de domicílios, a condição inadequada de moradias existentes que não possuem estrutura segura mínima. Tal conceito aponta tanto para necessidade da criação de novas residências quanto de reformas e melhorias.

De acordo com dados disponibilizados pela COHAPAR (2024) em 2023 haviam 15.396 cadastros urbanos e um total de 22.670 de necessidades habitacionais urbanas e em relação ao âmbito rural eram 192 cadastros, sendo um total de 270 de necessidades habitacionais rurais. O total de cadastros urbanos e rurais, portanto, era de 15.588, ao passo que o déficit habitacional em Ponta Grossa era de 18.474 e as necessidades habitacionais de 22.940, tendo-se uma leve queda de 21,80% no déficit habitacional do município em relação à 2019. (COHAPAR, 2024). Dados com linha de corte de famílias que não atualizaram o cadastro nos últimos dois anos e de acordo com COHAPAR (2024) ainda, sem a linha de corte aumentaria em 4629 o número de famílias cadastradas na COHAPAR. Provavelmente o número de necessidades habitacionais de Ponta Grossa é de 27.569. Assim, provavelmente o déficit de ponta grossa em 2023 é 21.714 famílias (somando as famílias que haviam sido excluídas da linha de corte e retirando 30% deste montante para evitar duplicação). Assim se teve um aumento no déficit habitacional de Ponta Grossa de 13,40% de 2019 até 2023.

Como forma de reduzir esse número a COHAPAR anunciou em 2021 três empreendimentos em Ponta Grossa: um condomínio para pessoas idosas através do programa Viver Mais Paraná (40 unidades) e 20 unidades pelo programa Casa Fácil. Além disso, o Residencial Bem Viver Uvaranas é composto por 590 casas. Tendo descontos oferecidos pelo PMCMV, além do governo estadual custear a entrada do imóvel de famílias que possuem até três salários mínimos. Os imóveis podem ser financiados em até 30 anos, de casas com cada

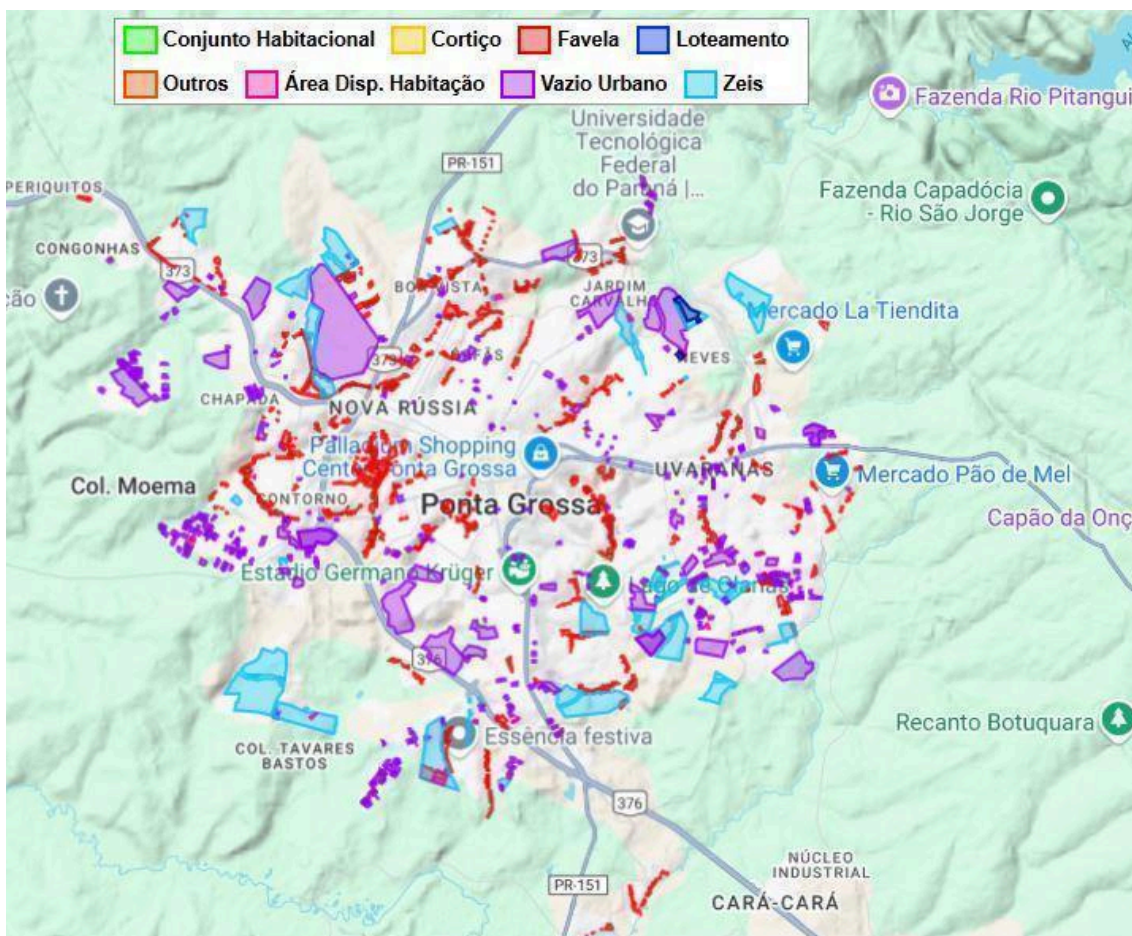
uma tendo 48,64 m², lotes a partir de 160 m². O custo de cada residência está a partir de 176 mil reais e depende da forma de financiamento o valor total (COHAPAR, s.d.)

A primeira fase do empreendimento Bem Viver Uvaranas entregou 408 casas em 2023; na segunda etapa foi concluída e entregue 499 unidades; a terceira etapa tem a previsão de mais 568; totalizando 1.475 (PARANÁ, 2024). A meta do governo estadual é chegar até 100 mil famílias paranaenses beneficiadas por programas habitacionais até o fim de 2026. Para Ponta Grossa já se tinha entregue ou em construção 7.200 imóveis, com meta de atingir 10 mil imóveis construídos na cidade até o fim de 2026 (PARANÁ, 2024b).

O Mapa 2 de Ponta Grossa, com a condição de moradia e áreas habitacionais. Apresenta tanto de conjuntos habitacionais, vazios urbanos, favela e cortiços, quanto de loteamentos e Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)²¹.

²¹ O termo Vazios Urbanos se refere às áreas de terra sem edificação com infraestrutura completa. São áreas localizadas no território urbano na zona residencial com Zoneamento estabelecido pelo Plano Diretor. Já as ZEIS tratam-se de uma parcela do território de área urbana estabelecida no plano diretor ou lei municipal ou distrital, destinada sobretudo a famílias com baixo poder aquisitivo e sujeitas a regras específicas. Pode-se estabelecer ZEIS em áreas vazias ou ocupadas. É estabelecida pela Lei Federal n° 11.977 de 2009, especificamente no artigo 47, inciso V. Foi alterada pela Lei n° 13.465 e sendo regulamentada pelo Decreto n° 9.310 de 2018. Áreas disponíveis para habitação são áreas vazias localizadas em zona residencial, conforme o zoneamento previsto no Plano Diretor, em condições adequadas para construção de moradia (COHAPAR, 2024).

Mapa 2 - Município de Ponta Grossa com a condição de moradia e de áreas habitacionais



FONTE: Adaptado de: COHAPAR- COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ. **GEO/PEHIS - Plano Estadual de Habitação de Interesse Social**. Curitiba: COHAPAR, 2023. Disponível em: <https://www.sistemas.cohapar.pr.gov.br/PEHISPUBLICO/mapaParanaNovo.php>. Acesso em: 04 jun. 2025.

Conforme dados da COHAPAR, existe a previsão de 49 ZEIS para áreas ocupadas em Ponta Grossa com tamanho mínimo de 200 metros quadrados; mas não há previsão de ZEIS para áreas vazias. (COHAPAR, 2024).

Nota-se que as ZEIS estão nas extremidades da cidade, em grande parte ficando mais longe do centro da cidade do que as favelas. Na região noroeste do mapa, no bairro de Nova Rússia próximo à BR-373 há uma porção de área vazia e no seu entorno favelas e no entorno das favelas as ZEIS. Uma área total de 2039835.38451537 m². As favelas começam a se intensificar na medida em que se afasta do centro da cidade. Nota-se que há a presença recorrente de vazios urbanos no perímetro urbano do município, o que revela, entre outros elementos, as consequências de um processo conhecido no Brasil e no mundo capitalista, a especulação imobiliária. Esse processo ocorre, entre outras questões, porque o mercado imobiliário passou por um processo de financeirização e não foram implementadas políticas públicas para controlar os processos especulativos, principalmente os ligados à terra. Assim,

para o mercado imobiliário não é importante o valor de uso das moradias, mas o valor de troca, não interessando, efetivamente, que as residências sejam utilizadas, mas o que importa é seu valor de ativo que valoriza no mercado financeiro. Em razão dessa valorização dos imóveis, a classe trabalhadora não consegue comprar esses imóveis. A construção de políticas urbanas não pode estar separada do controle de processos especulativos. Em uma pesquisa feita pela Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (2023) evidencia-se que no Brasil a quantidade de casas vazias é maior que o déficit habitacional. Assim, não é um problema de falta da construção de moradias, mas sim da sua destinação ou da impossibilidade de compra ou mesmo da lógica de produção e apropriação do capital (ABECIP, 2023).

Dentre os fatores que levaram ao aumento do déficit habitacional brasileiro, está o *boom* imobiliário que ocorreu durante a pandemia de Covid-19 (de 30 de janeiro de 2020 até 5 de maio de 2023), em que cidades brasileiras tiveram o aumento intenso de demolição de casa e estabelecimentos para dar lugar a novos empreendimentos imobiliários, que ocorreu pela convergência da crise econômica agravada pelo coronavírus e pela multiplicação do crédito urbano imobiliário, uma forma de capital fictício²². O *boom* imobiliário se apresentou em diversas faces como o aumento de microapartamentos (empreendimento de alta capitalização), no período as construções civis não param por esta área ser considerada uma área essencial durante a pandemia. Esse *boom* imobiliário pode ser lido como uma forma de adiar a crise financeira ligada às bolhas financeiras; esse *boom* imobiliário endêmico foi a forma mais expressiva das válvulas de escape do capital fictício. Esse desenvolvimento contraditório pode apontar para uma bolha financeira prestes a estourar. Para cada *boom* imobiliário é necessário um aumento da massa de crédito imobiliário (Boligan Neto, 2023).

O *Boom* imobiliário também ocorreu em Ponta Grossa, iniciado em 2018 e intensificado nos anos de 2020 e 2021 com a pandemia do novo coronavírus. O Acréscimo médio desde 2018 foi de 50% no valor de venda de imóveis no município, segundo estimativa de Carlos Ribas Tavnaro, vice-presidente do Sindicato da Habitação e condomínio do Paraná (Secovi-PR) e diretor da Tavnaro Consultoria Imobiliária, não sendo um dado oficial da Secovi²³, mas fruto da análise empírica do vice-presidente. O argumento do diretor da referida consultoria é de que este aumento se deu pelo aumento do custo de produção e o

²² Capital que tem rentabilidade derivada de forma artificial de capital aplicado, é um valor baseado na potencial materialização de um título financeiro, que sua precificação pelo mercado geralmente é artificial (Boligan Neto, 2023).

²³ Foi realizada busca no site do Secovi-PR e dos 18 resultados apresentados referentes à Ponta Grossa, nenhum foi referente a valorização dos imóveis. Pesquisou-se também no site sobre “valorização”, mas não se encontrou nenhum dado referente. O link do site: <https://secovipr.com.br/pontagrossa/page/2/?s=ponta+grossa>

aumento da demanda de imóveis maiores (Rogala, 2023).²⁴ Assim, mesmo levando em conta a questão da liquidez (possibilidade de acessar o dinheiro a qualquer momento) se comparada a títulos financeiros, é robusta a forma de investimento na construção de imóveis devido ao seu rendimento e valorização. Torna-se uma forma atraente de investimento decorrente a certa proteção contra a inflação, ser fonte de renda periódica e com potencial de valorização (Quinto Andar, 2025).

Inscrito nesse cenário de boom imobiliário na cidade, o Plano Diretor do Município de Ponta Grossa teve uma atualização no ano de 2025, sendo entregue no dia 28 de maio de 2025. As quatro principais legislações que tiveram alteração foi a Lei da Transferência do Direito de Construir (TDC), Lei da Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), a Lei de Uso e Ocupação de Solo e a Lei de Parcelamento do Solo (Goytacaz, 2025). O referido plano constitui instrumento básico e estratégico para o desenvolvimento do município. Além disso, o Plano Diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual incorporar as políticas públicas, programas e diretrizes contidas no Plano Diretor. Deve-se respeitar e garantir a participação popular. Como princípios do Plano Diretor está: a função socioambiental da propriedade e da cidade; inclusão social; preservação e conservação de recursos naturais e do meio ambiente; preservação do patrimônio cultura e humanização da cidade; gestão dos recurso hídricos garantindo fornecimento e acesso; mitigação de mudanças climáticas no município e a gestão democrática (Ponta Grossa, 2022b).

Em relação às mudanças na Outorga Onerosa, além da forma pecuniária (pagamento em dinheiro), poderá ser feita através de investimentos em obras, compra de imóveis, doação de unidades habitacionais. Sobre a transferência do direito de construir, o direito à Transferência do Potencial Construtivo poderá ser restabelecido após 10 anos. O destino dos recursos prevê aplicação obrigatória de 5% em regularização fundiária e 5% na manutenção

²⁴ O aumento da valorização dos aluguéis é expressivo juntamente com a valorização de imóveis; A valorização no ano de 2024 em três capitais é maior que outros investimentos no mercado. Chegando aos seguintes patamares nas capitais acumuladas em 12 meses: São Paulo (17,2%); 12,7% Rio de Janeiro; 26,6% Belo Horizonte. No recorte por bairro de cada capital a rentabilidade foi a seguinte no ano de 2024 (acumulado de 12 meses) Centro de Belo Horizonte com valorização de 36,5%; Jardim São Luís em São Paulo, valorização de 24,7% ano e o bairro de Penha no Rio de Janeiro com valorização acumulada em 12 meses de 20,5%. Utilizando como exemplo a valorização do bairro Centro de Belo Horizonte e sua valorização de 36,5% acumulada em 12 meses, significa que um apartamento de 50m² comprada em 2023 por 300 mil, em 2024 estaria sendo cotado por 409,5 mil (Quinto Andar, 2025). Além disso, a valorização média anual do aluguel residencial cresceu 6,2% de 2020 a 2024 (Quinto Andar, 2025). A série histórica está disponível no site do IBECIP, com dados mês a mês desde 2014, mas apenas referente às capitais dos estados brasileiros. A variação brasileira acumulada em 12 meses em junho de 2018 era de 0,15%; em abril de 2019 atinge 1,09% (segundo mês da covid-19); em agosto atinge 2,33%; em junho de 2020 chega há 10,6% variando de 8, 15% e 13,81%% até outubro de 2021 em que atinge o patamar 15,5%. Nos meses de março de 2024 até março de 2025 o índice varia de 10,29% até 13,77% (ABECIP, 2025).

(Goytacaz, 2025).

A Lei de Uso e Ocupação do Solo do município prevê a ampliação de zonas mistas em bairros com infraestrutura compatível. Sendo incluídas novas atividades econômicas em zonas rurais, direcionada ao desenvolvimento econômico e turístico. Também ampliando o zoneamento para atividades de tecnologia e inovação nas Zonas Institucionais (Goytacaz, 2025).

A Lei de Parcelamento do Solo do município permite alterações com redução das vias em condomínios, mediante a criação de bolsões de estacionamento, amplia recuos e sobre áreas institucionais nos loteamentos (Goytacaz, 2025).

Assim, com as mudanças no Plano Diretor de 2025, a prefeitura flexibilizou as regras para construção de empreendimentos, além de aumentar as formas de pagamento por parte dos investidores, ampliando também as atividades em zonas rurais, facilitando as construções que são formas de investimentos para rendimento de capital, portanto de acumulação do capital como forma de capital fictício.

Em relação a ação da Prefeitura de Ponta Grossa no quesito construção de moradias, há a previsão de 86 residências construídas (em que a prefeitura adicionou verba ao recurso já proveniente do governo federal). Em outros momentos a prefeitura se reservou nos últimos anos apenas ao papel de no máximo fornecer terrenos para a construção de casas, mas com a construção ficando a cargo de movimentos sociais e verba para a sua realização proveniente do governo federal, à exemplo da construção das 50 moradias populares a serem construídas no Jardim Ouro Verde. Quando não atuou de forma repressiva aos movimentos sociais por moradia, com aqui abordado sobre o pedido de reintegração de posse feito na madrugada para retirar as famílias da Ocupação Ericson John Duarte, ou mesmo da chancela da regularização após atuação do judiciário (Ponta Grossa, 2025).

Foi assinado no dia 21 de março de 2025 convênio entre a Prefeitura de Ponta Grossa, Caixa Econômica Federal e a União por Moradia Popular de Ponta Grossa (UMP-PG), para a construção de 50 novas casas populares, as quais darão origem ao União Ouro Verde, no bairro Colônia Dona Luíza. Nesta ocasião a prefeita filiada ao União Brasil (cumprindo o primeiro mandato como prefeita pelo Partido Social Democrático, de 2020 até 2024 e anteriormente era vice-prefeita filiada ao Partido Socialista Brasileiro, de 2023 até 2020) assinou o Projeto de Lei do Executivo prevendo a doação da área onde as casas serão construídas, será a primeira construção do Sul do país na modalidade Programa Minha Casa Minha Vida - Entidade, modalidade em que determinada entidade social pode realizar a proposta e obter o financiamento pela Caixa Federal. As famílias inscritas no Cadastro Único

não terão custo nenhum, as outras famílias pagarão 5% do valor total das casas até 5 anos. (Ponta Grossa, 2025).

A prefeita de Ponta Grossa anunciou neste mesmo evento que a prefeitura irá viabilizar um total de 586 residências. Além dessas 50 moradias no Jardim Ouro Verde, 50 na zona rural e outras 86 residências feitas pela prefeitura na região urbana. Além de estar sendo encaminhado projetos para mais 400 residências (não foi dado maiores especificações sobre estas) (Ponta Grossa, 2025).²⁵

Tais habitações são para famílias na Faixa I do programa. Os quatro empreendimentos contemplados foram os seguintes: Chácara São José – R\$ 396.328,96; Rio Tibagi – R\$ 514.284,67; Santa Clara – R\$ 1.532.501,82; Gralha Azul – R\$ 3.871.740,15 (Jornal Ponta Grossa, 2025). Desta forma, a prefeitura complementou a verba do governo federal.

Aponta-se os dados de especulação imobiliária, das desigualdades socio-territoriais porque são fatores que contribuem para a expansão de moradias irregulares; sendo que os programas governamentais de habitação amenizam a situação de pessoas sem moradia.

Em análise sobre a expansão urbana no município, Matias e Nascimento (2011) identificam que o poder público municipal contribuiu com a especulação imobiliária, através da viabilização da ampliação do perímetro urbano. Isso vai ao encontro da concepção de Estado presente no Manifesto do Partido Comunista, no qual os autores afirmam que o Estado moderno é o comitê para gerenciar assuntos da Burguesia (Marx; Engels, 2017), o que implica dizer que apesar de o Estado ter se modificado ao longo da história, incorporando parte das demandas das classes subalternas, ele ainda permanece hegemonicamente vinculado aos interesses da classe dominante como aponta Gramsci em seu terceiro volume de seus cadernos (Gramsci, 2012).

A União Por Moradia de Ponta Grossa (UMP-PG), um dos movimentos sociais populares de luta por moradia atuantes no município, inclusive com representação no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Ponta Grossa (CMHIS-PG) participando assim, dentro dos limites possíveis da institucionalidade, da revisão do Plano Diretor. A atuação do movimento já em 2011 apontava que a construção de unidades residenciais era cada vez mais longe do centro da cidade e dos equipamentos públicos

²⁵ Essas 86 casas advêm de crédito especial de 6,3 milhões de reais para habitação popular, como verba de contrapartida para empreendimentos do PMCMV, esta verba adicional estava prevista e aprovada através da votação em dois turnos na câmara de vereadores do Projeto de Lei nº075 de 2025. O valor foi solicitado pela Superintendência Municipal de Habitação, sendo alocado no orçamento da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social (SMFDS). Essa verba adicional será para o empreendimento de quatro conjuntos de habitação, com financiamento do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) que é um dos principais fundos que apoiam as políticas habitacionais do Governo Federal.

(Stefaniak, 2011).

Além da atuação institucional, UMP-PG, se constitui como uma organização com trajetória consolidada na luta pelo direito à moradia, com atuação marcada tanto pela defesa de políticas habitacionais quanto pela construção de experiências concretas de organização popular. Com mais de duas décadas de presença no município e quatro décadas de atuação em âmbito nacional, a UMP acumulou participação em iniciativas importantes voltadas à moradia popular, incluindo ocupações emblemáticas, como as do Núcleo Santa Bárbara e Ouro Verde, além de contribuições para o debate e para a formulação de políticas públicas na área habitacional (DOC.COM, 2024).

Ao mesmo tempo, a UMP se destaca por uma forma de atuação assentada na autogestão e no envolvimento direto das famílias, que participam não apenas da construção das moradias, mas também das decisões coletivas por meio de reuniões, assembleias e mutirões. Para além da construção de casas, a organização busca fortalecer vínculos comunitários, promover formação e ampliar as condições de participação dos moradores, inclusive com iniciativas de capacitação e com a articulação de novos projetos habitacionais junto ao poder público local e à União (DOC.COM, 2024).

Ainda sobre o estudo realizado em 2011, por Stefaniak (2011), apontou que havia a cooptação de lideranças comunitárias, muitas vezes através de concessões individuais, o que gera por consequência a desmobilização das ações do movimento urbano. Ainda nesta análise, em relação às lideranças entrevistadas havia uma percepção lúcida da relação do Poder Público com os especuladores imobiliários e dos líderes políticos, mas não havia uma concepção mais profunda das raízes das desigualdades vivenciadas. Isso pode ser entendido pela forma mais imediatista de militância das pessoas entrevistadas (foram quatro, uma representando a UMP-PG, outras da CMHIS-PG, e uma da União das Associações de Moradores de Ponta Grossa [UAM-PG])²⁶.

Sobre o panorama do movimento social urbano de Ponta Grossa daquele período, Stefaniak (2011) concluiu que não havia uma tradição de mobilização e combatividade: “Quanto ao movimento urbano, que em Ponta Grossa já não tem a tradição de mobilização e combatividade, sofre com o refluxo que marca o período de crise de mobilização que atravessa os movimentos sociais em geral” (Stefaniak, 2011, p. 208). Ao mesmo tempo as

²⁶ Em face da militância imediatista, faz-se necessária na visão do autor acima, uma formação política mais intensa proporciona uma práxis social dos militantes melhor orientada aos próprios interesses do grupo pertencente. Outro ponto destacado pelo autor foi que os movimentos sociais por moradia não se identificavam com a população moradora das favelas de Ponta Grossa (principalmente na fala da representante da UAM-PG) (Stefaniak, 2011).

lideranças já enxergavam um novo ciclo de lutas e apontavam na participação direta da população (Stefaniak, 2011).

Num contexto mais recente, em matéria do dia 11 de abril de 2024, a UMP-PG anunciou um novo projeto que busca reduzir o déficit habitacional na cidade. A UMP visa a construção de 200 unidades habitacionais, além das 100 já anunciadas pelo executivo federal (Bowens, 2024).

O novo projeto deve seguir o modelo das edificações aprovadas anteriormente que seriam a de apresentar conforto e sustentabilidade, com três quartos, laje, lavanderia, um sistema ou sistemas para captação da água da chuva e áreas comunitárias para atividades sociais. Também poderá ter inclusão de instalação de aquecimento solar (Bowens, 2024).

O financiamento seria de uma parcela única de 750 reais para zonas rurais e para as zonas urbanas 60 prestações ajustadas a 10% do salário mínimo. Para os usuários que possuem Benefício de Prestação Continuada, foram isentos de pagamento. Os critérios para inclusão são de famílias que possuem até dois salários mínimos e não tivessem propriedade em seu nome. Outro critério de seleção prioriza a participação ativa de autogestão. Sobre a participação específica do coordenador da UMP-PG e da UMP estadual, Gerveson Tramontin, argumenta que a construção das casas e a aprovação do último projeto correspondem ao grau de confiança do governo federal em relação ao último edital que participou. Também destaca que está em articulação com as autoridades locais, prefeitura e união para a construção em novas áreas (Bowens, 2024).

Ainda sobre este projeto, em março de 2025, a prefeitura municipal de Ponta Grossa assinou, em conjunto com a Caixa Econômica Federal e a UMP-PG, o convênio que permitirá a construção de 50 novas casas. O valor total financiado é de 7 milhões, beneficiando 50 famílias. As futuras casas darão origem à União Ouro Verde. Para a viabilização, a prefeitura doou os terrenos onde as casas serão construídas. Sendo Ponta Grossa a primeira cidade do sul do país a viabilizar viabilizada dentro do PMCMV construídas por meio da autogestão. Neste momento ainda se estava no processo de elaboração dos projetos. Tais projetos vêm sendo elaborados em parceria com o Grupo de Estudos Urbanos e Regionais (Geur)²⁷ (Ponta Grossa, 2025).

²⁷ Nos dias 19 e 20 de abril de 2024 ocorreu o 1º Seminário de Capacitação em Habitação de Interesse Social e Direito à Cidade na UEPG, organizado pelo Grupo de Estudos Urbanos e Regionais (Geur) em parceria com a UMP local com objetivo de debater sobre moradia digna, regularização fundiária e habitação de interesse social. Estavam presentes autoridades universitárias, entidades da sociedade civil, moradores de Ponta Grossa e membros do Poder Executivo. O evento contou com palestra do desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, Fernando Antônio Prazeres, com o tema “Direito à Moradia e à Cidade” (Miguel; Nadal, 2024).

Ainda sobre a atuação da UMP-PG, esta teve como uma de suas conquistas a publicação da Lei nº 15.610/2025 que visa a produção social de moradias por autogestão com as próprias comunidades participando do planejamento e execução das obras, tendo como objetivo promover o direito à moradia digna. o texto da lei ainda destaca que tal regulamentação busca ser uma alternativa para o combate ao déficit habitacional. Em sua conta do Instagram a UMP-PG tem publicações acerca de capacitações e estudos do projeto de lei nº205/2025 que se tornaria a lei que estabeleceu a produção de moradias por autogestão (UMP-PG, 2025).

O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) é um órgão de controle social, possuindo representações de diversos segmentos da sociedade civil e representação do poder público. Tem caráter deliberativo, aprova planos e diretrizes. Um dos exemplos possíveis é a aprovação do PLHIS, instrumento de planejamento que tem a função legal de garantir moradia digna para a população com menor poder aquisitivo. Já o Plano Diretor é aprovado pela Câmara Legislativa Municipal.

Quem tem por função fiscalizar e auxiliar na construção das diretrizes do Plano Diretor, além de avaliar a política de desenvolvimento urbano, é o Conselho da Cidade (Ponta Grossa, 2015). Tanto no CMHIS quanto no Conselho da Cidade há representação da UAM-PG e da UMP-PG (Ponta Grossa, 2023, 2025). A identificação dessas entidades ocorreu a partir da verificação do Decreto Municipal nº 25.300, de 2025, de Ponta Grossa (Ponta Grossa, 2025).

Dentre os componentes do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, com mandato iniciado em 2025 e encerramento previsto para o final de 2026, encontram-se representadas as seguintes entidades: Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social; Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, Superintendência de Habitação; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento; Secretaria Municipal de Administração; Escritório Regional de Ponta Grossa da Companhia Habitacional do Estado do Paraná; Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; União das Associações de Moradores de Ponta Grossa; União por Moradia Popular de Ponta Grossa; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa; Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Ponta Grossa (Ponta Grossa, 2025).

A partir disso, verificaram-se as ações da UAM-PG. A UAM-PG foi criada em 1988 e possuía um caráter de tensionamento em relação ao Estado, pois, além das funções de apoiar a criação de novas Associações de Moradores, tinha como função, em seu Estatuto Social de

2002, lutar pela implantação de uma política habitacional, além da garantia de outros direitos sociais (Moreira, 2005).

A UAM-PG teve reformulação ou refundação em maio de 2016, possuindo agora relação com associações de condomínio na cidade. No ano de 2016 possuía parceria com cerca de 190 associações de moradores. O principal objetivo após a reformulação era integrar a sociedade civil e o poder público (Luz, 2016). Portanto, buscava parcerias, não envidando um modelo de confronto ou que pudesse gerar conflitos. Também não possuía novas informações sobre as ações da UAM-PG disponíveis de forma on-line desde 2016, além da presença de representação no CMHIS e no Conselho da Cidade.

Em Ponta Grossa, além dos movimentos sociais citados, existem as associações de moradores de bairros, com informações encontradas em redes sociais, blogs e na página oficial da Prefeitura sobre as seguintes associações: Associação dos Moradores dos Núcleos Rio Verde e Pitangui (AMRVNP); Associação de Moradores de Santa Paula (AMSP); Associação de Moradores Monteiro Lobato (AMML), entre outras. Estas, de forma geral, oferecem atividades como pilates, cursos de primeiros socorros, eventos e promoção de atividades físicas.

Destas, destaca-se a AMRVNP, visto que seu ex-presidente, do Partido Republicanos, conseguiu se eleger no âmbito do Poder Legislativo para representar a localidade.

Além dessas organizações, há também ações da Central Única das Favelas (CUFA). A CUFA é uma organização que promove melhorias nos aspectos sociais, culturais e de geração de renda em favelas. A identificação dessa organização ocorreu a partir da verificação da "base social" do Vereador "Professor Careca" (PV), citado em notícia sobre investimentos no bairro Ouro Verde, constatando-se que o vereador exerce a função de Coordenador da CUFA em Ponta Grossa (CUFA, 2026).

Em Ponta Grossa, já realizou projeto para auxílio de genitoras sem recursos financeiros suficientes em 2022; ações de entrega de brinquedos em 2023; realização da Taça das Favelas em 2024; e entrega de cestas de frutas e verduras nas regiões de Ouro Verde, região que já foi ocupação irregular e possui residências ainda em fase de regularização pelo Programa Municipal Minha Casa Legal.

Ao longo dos anos de 2025 e 2026, o MPL-PG desenvolveu outras ações que merecem destaque, entre elas a campanha pela aplicação da REURB-S, a articulação e realização de oficina na IESOL, os encontros de planejamento do movimento e a realização, em outubro de 2025, do primeiro Congresso do Movimento Comunitário. Esse congresso contou com o apoio de sindicatos, da Associação União Mulheres dos Campos Gerais, da Prefeitura

Municipal de Ponta Grossa, da Central de Movimentos Populares e da UEPG, tendo como eixo o debate sobre cidade e orçamento público (UMP-PG, 2025).

Nesse evento, houve a palestra do presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa, com apresentação sobre o orçamento municipal e suas etapas, além da participação do secretário nacional de Periferias, vinculado ao Ministério das Cidades. Também ocorreu o lançamento do documentário História Santa Bárbara: 30 anos de ocupação, que abordou o início da ocupação e sua consolidação pela UMP em Ponta Grossa, na localidade de Santa Bárbara (UMP-PG, 2025).

No dia 11 de fevereiro de 2026 a UMP-PR estava em Ponta Grossa, representada pelo tesoureiro estadual Nilton Gonzaga e pelo colaborador Winderson Silva, esteve reunida com o deputado federal Aliel Machado (PV) e com o vereador Professor Careca (PV) para abordar a continuidade de diferentes projetos de regularização fundiária no município, que deverão beneficiar cerca de 110 famílias (Onorio, 2026).

Entre os projetos em andamento, destaca-se a terraplanagem de terrenos na região de Itaiacoca, o que permitirá a construção de 40 casas para famílias da área rural do município. Além disso, em novembro de 2025, a partir da articulação das lideranças, o município doou terrenos na região do Ouro Verde para a construção de até 70 moradias, cuja execução depende da aprovação do Ministério das Cidades. Liderança no Ouro Verde, o vereador Professor Careca (PV) afirma que a regularização fundiária da região representa a realização de um sonho. Segundo ele, em 2025 a ocupação do Ouro Verde completou 24 anos de história, e ver tantas famílias conquistando a casa própria é motivo de satisfação. Acrescenta ainda que, além dos terrenos, também está sendo viabilizada a ligação de água para muitas famílias, destacando que a comunidade deixa de ser ocupação para se tornar um lugar digno de viver, mantendo a luta pelas periferias da cidade (Onorio, 2026).

Esse percurso permite perceber que a UMP-PG não se limita a reivindicações pontuais por moradia, mas atua também na disputa mais ampla em torno da cidade, do orçamento público e das formas de participação popular. Ao mesmo tempo em que enfrenta limites históricos já apontados em estudos anteriores, como a fragilidade da mobilização urbana e as formas de cooptação de lideranças, o movimento demonstra capacidade de reorganização e de construção de novas mediações políticas no espaço local. Nesse sentido, sua atuação recente indica um esforço de combinar luta institucional, organização comunitária e ação coletiva concreta, buscando fazer da moradia não apenas uma demanda imediata, mas também um eixo de fortalecimento político das periferias e de ampliação do direito à cidade em Ponta Grossa.

Levando em consideração essa realidade política, torna-se necessária a luta constante dos movimentos sociais para reivindicar, preservar e também ampliar pautas ligadas aos direitos fundamentais. No campo da moradia, isso se expressa na atuação de diferentes movimentos que, em meio às contradições da sociabilidade capitalista e aos limites da própria institucionalidade, buscam tensionar o poder público e afirmar a moradia como direito. Nessa direção, para que tais pautas não permaneçam apenas no plano da reivindicação imediata, mas avancem na correlação de forças existente, faz-se necessária a disputa pela hegemonia.

No contexto de Ponta Grossa, destaca-se a atuação do MPL-PG, já abordado anteriormente, cuja compreensão exige atenção ao papel desempenhado por seus intelectuais orgânicos. Isso porque se trata de um movimento que tem na luta pela moradia sua pauta aglutinadora, mas que não se restringe a ela, uma vez que sua atuação se insere em um conjunto mais amplo de relações, mediações, conflitos e disputas presentes no espaço local. Assim, compreender esse movimento implica situá-lo não apenas como expressão de uma demanda social concreta, mas também como parte das disputas políticas travadas em torno da cidade, do território e dos próprios sentidos da organização popular.

Cabe destacar que foram realizadas buscas em artigos, sites, documentos institucionais e outros materiais disponíveis sobre a atuação de movimentos por moradia e por reforma urbana em Ponta Grossa. Entre as organizações identificadas, localizaram-se informações mais consistentes sobre a Frente Nacional de Luta (FNL), o Movimento Popular por Moradia (MPL) e a União por Moradia Popular (UMP). Também foram encontradas referências à atuação da União das Associações de Moradores de Ponta Grossa (UAM-PG) e da Central Única das Favelas (CUFA), especialmente relacionadas à participação em espaços institucionais, ações comunitárias e notícias veiculadas pela imprensa local. Contudo, não foram localizados estudos ou registros sistematizados que permitissem reconstruir de forma mais aprofundada a trajetória dessas organizações no município.

No caso da UMP, também não foram encontrados dados mais precisos sobre sua fundação em Ponta Grossa, nem mesmo em suas redes sociais. Esse aspecto parece indicar mais uma limitação na sistematização e na publicização da trajetória desses movimentos do que uma ausência de relevância histórica. Nesse sentido, o documentário História Santa Bárbara: 30 anos de ocupação, dedicado à trajetória da ocupação organizada pela UMP, constitui uma iniciativa de preservação e divulgação da memória do movimento, trazendo para o espaço público parte da história construída ao longo de sua atuação e reafirmando sua presença na história da cidade.

2.4 FRENTE NACIONAL LUTA CAMPO E CIDADE (FNL) E MOVIMENTO POPULAR DE LUTA (MPL) EM PONTA GROSSA

Este item apresenta um breve histórico da FNL e do MPL. Nessa exposição, destaca-se a atuação de José Rainha e de Diolinda Alves de Souza, lideranças precursoras da FNL, bem como o rompimento das lideranças e militantes da Ocupação Ericson John Duarte, em 2023, com a FNL, passando a se filiar ao MPL.

A FNL surge a partir do rompimento de seus precursores com o MST, uma vez que ambos eram militantes desse movimento. Especificamente sobre o MPL, além de Diolinda Alves de Souza ter sido militante do MST, também integrou a FNL²⁸. Da mesma forma, o fundador do MPL, Jonas Carlos da Conceição, possui trajetória anterior no MST, o que evidencia uma circulação de quadros políticos entre esses movimentos e organizações ao longo do tempo.

Feita essa elucidação e comentários acerca da definição de movimento da FNL, concepções e perspectiva teórica, aborda-se suas ações principais na esfera nacional e regional, mas com destaque na sua atuação em Ponta Grossa-Paraná. A atuação da FNL em Ponta Grossa será descrita até o início de dezembro de 2023, pois, em publicação na “Revista Movimento” do dia 09 de dezembro, as lideranças da FNL e o autor desta dissertação (Dias; Iurk; Dums, 2023) publicaram matéria sobre a “troca de bandeira” pelas lideranças locais, com o rompimento com a FNL e a inserção no MPL dos militantes da FNL em Ponta Grossa²⁹.

2.4.1 Caracterização da Frente Nacional Luta Campo e Cidade (FNL)

A FNL é uma organização social e política que aglutina trabalhadores do campo e da cidade em torno da luta pela transformação da propriedade privada, visando à realização de uma reforma urbana e agrária articulada à superação do capitalismo. A FNL foi fundada entre os dias 29 e 31 de janeiro de 2014, na cidade de Assis, no estado de São Paulo. Seus

²⁸ Além disso, Diolinda era dirigente nacional da FNL ainda em julho de 2024. Diolinda se torna nova dirigente do MPL em março de 2025. É filiada ao PSOL, pertencente à corrente do MES e também trabalha no gabinete da Deputada Federal da mesma corrente e partido citado, Sâmia Bomfim (Revista Movimento, 2025a).

²⁹ Como já mencionado em outro momento, reforça-se aqui essa explicação com a finalidade de manter a fluidez do texto: tanto as publicações da FNL-PG quanto as do MPL-PG nas redes sociais Facebook e Instagram serão referenciadas como MPL-PG. Isso porque, junto com a migração dos militantes locais para o MPL, as próprias redes sociais também foram renomeadas. Dessa forma, as ações realizadas enquanto FNL-PG permanecem registradas nas redes sociais do MPL-PG. Para diferenciar as ações da FNL-PG e do MPL-PG, basta atentar ao período da troca de bandeiras, de modo que as ações registradas nessas redes sociais antes de dezembro de 2023 foram realizadas em nome da FNL-PG.

princípios, estratégias e formas de atuação estão fundamentados no pensamento de Karl Marx e Vladimir Lênin, a partir de uma perspectiva marxista-leninista.

Nesse sentido, a FNL assume o internacionalismo como elemento necessário para a realização da revolução socialista, compreendendo o capitalismo como um sistema de caráter internacional. Essa orientação se expressa também na defesa da solidariedade de classe e na oposição ao colonialismo, ao neocolonialismo e ao imperialismo. A FNL não se define como um movimento social, mas como uma frente composta por outras forças e movimentos sociais, partidos políticos e organizações sindicais (FNL, 2020), ainda que essas forças não componham internamente a organização enquanto tendências partidárias ou de outros movimentos.

De modo geral, para a identificação das ações da FNL em âmbito nacional e regional, utilizaram-se também as publicações do Instagram oficial do movimento, notícias de jornal e revistas de partidos políticos. Sobre o perfil do Facebook da FNL nacional após o ano de 2022, não houve mais atualizações (FNL, 2023). A partir dessa fonte documental, foi possível mapear diferentes iniciativas do movimento em diversos estados.

Em nível nacional, a atuação da FNL em 2022 teve como principal destaque a ação denominada “Carnaval Vermelho”, baseada na realização de uma série de ocupações em diferentes regiões do país. No estado de São Paulo, especialmente na região do Pontal do Paranapanema, a FNL realizou mais de 13 ocupações distribuídas em um conjunto de dez municípios, envolvendo aproximadamente duas mil pessoas (G1 Presidente Prudente e Região, 2022).

Segundo matéria jornalística, um dos dirigentes da FNL justificou as ocupações afirmando que a região do Pontal do Paranapanema possui cerca de 300 mil hectares de terras públicas, classificadas como devolutas, que deveriam ser destinadas à reforma agrária, evidenciando a disputa política e territorial em torno do uso social da terra (G1 Presidente Prudente e Região, 2022).

A ação do Carnaval Vermelho teve continuidade no ano de 2023, ampliando sua repercussão nacional e resultando, inclusive, em processos judiciais contra lideranças do movimento. Nesse contexto, o líder nacional da FNL chegou a ser preso em decorrência das ocupações realizadas, fato amplamente noticiado pela imprensa (CNN Brasil, 2023). Conforme Munhoz (2023), as ocupações daquele ano ocorreram nos estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, reafirmando o caráter nacional da mobilização.

Neste ação da FNL reivindicaram “terra, trabalho, moradia e educação”, articulando a luta pela terra com a denúncia dos cortes no programa habitacional federal então vigente, o

Minha Casa Verde e Amarela (MCVA). Em uma das ocupações realizadas no município de Rosana, no estado de São Paulo, houve disparos de arma de fogo por parte de fazendeiros, que atingiram veículos dos ocupantes, evidenciando o grau de conflito presente nas ações (G1 Presidente Prudente e Região, 2023).

Evidencia-se o processo de criminalização dos movimentos sociais evidenciado na atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou ocupações de terra. Nessa CPI, houve vistoria a um dos acampamentos da FNL, com participação do então ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, à época filiado ao Partido Liberal (PL), e do deputado Tenente-Coronel Zucco, do partido Republicanos, ambos integrantes da relatoria. Conforme publicação do próprio movimento, a deputada federal Sâmia Bomfim, do PSOL e vinculada à corrente MES, utilizou o espaço para expor as contradições estruturais do agronegócio e do latifúndio no Brasil (FNL Brasil, 2023).

No estado do Paraná, as ações da FNL tiveram início com ocupações urbanas realizadas em Ponta Grossa a partir de 2021, entre as quais se destaca a Ocupação Ericson John Duarte, que permanece ativa (Dums, 2022). Além disso, houve ocupação urbana no município de Paçandu e, nos anos de 2024 e 2025, ações no município de Quedas do Iguaçu. Nesse município, registrou-se a presença de aproximadamente 100 famílias em ocupação acompanhada por órgãos estaduais, bem como uma tentativa posterior de ocupação realizada pela FNL em junho de 2025 (Paraná, 2024; Gazeta do Paraná, 2025).

Essas ações, tanto em âmbito nacional quanto regional, mostram a forma como a FNL materializa, na prática, seu projeto político e organizativo. As ocupações urbanas e rurais, a articulação de mobilizações em diferentes estados e a capacidade de coordenar ações simultâneas revelam uma tentativa de unificação de lutas e de construção de alianças em torno de pautas comuns dos grupos subalternos. Ao mesmo tempo, a centralidade dessas iniciativas na própria estrutura da FNL, bem como o protagonismo de suas lideranças na condução das ações, permite problematizar o significado concreto atribuído pelo movimento ao termo “frente”, especialmente no que diz respeito à autonomia das forças aliadas e à forma como se organiza a direção política dessas lutas.

Ao se definir como frente, a FNL expressa o projeto de liderar um bloco histórico composto por diversos aliados. Contudo, em razão de seu funcionamento orientado pelo centralismo democrático, não são permitidas tendências ou correntes internas organizadas com autonomia política, como a existência de jornais próprios ou a identificação pública de frações internas.

A noção de frente, entendida como articulação de diferentes forças políticas que

também disputam eleições, pode ser identificada, em experiências como o PSOL (Santos Junior; Albuquerque, 2020). Nessa perspectiva, a frente deveria constituir uma organização de caráter articulador, responsável por organizar e orientar as forças e os interesses dos grupos que a compõem.

Nesse sentido, observa-se que a FNL, embora apresente um projeto que se propõe como frente de movimentos, configura-se, na prática, como um movimento social que estabelece alianças políticas, e não como uma frente de movimentos sociais propriamente dita. Isso ocorre porque a FNL não está inserida nem atua, enquanto organização, no cotidiano de sindicatos e de outras organizações sociais. Ainda assim, apoia pautas dos grupos subalternos por meio de mobilizações e ações diretas, como as mobilizações contra a reforma da previdência em 2019, os protestos contra o então presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, e, nos anos de 2022 e 2023, as ações articuladas nacionalmente no âmbito do Carnaval Vermelho.

Mesmo nessas ações, a convocação ocorre, sobretudo, junto aos seus militantes assentados e acampados, evidenciando uma base social relativamente delimitada. Essa dinâmica pode ser observada tanto no chamado para a mobilização de 9 de abril de 2019 quanto nas ocupações realizadas nos anos seguintes, como a Ocupação Ericson John Duarte, em Ponta Grossa. Informações sobre essas atuações e convocações encontram-se registradas nas redes sociais da FNL nacional, especialmente em sua página no Facebook para o período até 2022 (FNL Nacional, 2019).

A presente reflexão não tem por objetivo desmerecer a atuação da FNL, mas situá-la analiticamente enquanto movimento social, considerando suas ações, concepções e alianças, que se aproximam das práticas de outros movimentos sociais que disputam a hegemonia, como o MPL, o MST e outros.

A concepção de frente de movimentos também está presente na obra “O que Fazer?”, de Vladimir Ilich Ulianov, Lênin (1977), na qual se discute a necessidade de uma organização revolucionária que atue junto às massas, especialmente nos setores sindical e de moradia. Segundo essa formulação, o trabalhador ou a trabalhadora, sem uma consciência revolucionária, tende a lutar por melhorias nas condições de vida e de trabalho a partir de uma perspectiva trade-unionista, isto é, sindicalista e não revolucionária.

Quando outros setores ou partidos abandonam os operários, deixando-os apenas com sua própria força, desenvolve-se essa consciência trade-unionista, marcada pela luta contra os patrões por meio da organização sindical e pela reivindicação de reformas ou da criação de novas leis. Nessa perspectiva, uma frente estaria presente no cotidiano das lutas dos grupos

subalternos contra o capitalismo, possibilitando maior força política e social, além de avanços na consciência política a partir das ações realizadas pela própria organização.

Assim, a FNL (2020), apesar de seu programa expresso em sua cartilha, atua por meio de alianças com outros setores dos grupos subalternos, mas não desenvolve uma atuação orgânica no cotidiano dos sindicatos nem nas pautas diretamente relacionadas aos direitos trabalhistas. Seu foco central está na luta pela reforma agrária e urbana em médio prazo, ou na realização dessas reformas articuladas, em longo prazo, à perspectiva da revolução socialista.

Por fim, reconhece-se a FNL e o MPL como movimentos frequentemente associados aos chamados “velhos” movimentos sociais, em razão de sua abordagem confrontativa e da centralidade conferida às pautas econômicas e estruturais do capitalismo. No entanto, ambos incorporam também pautas do feminismo, da população negra, dos povos indígenas, entre outras. Essas pautas tornaram-se mais evidentes no Brasil a partir da década de 1990 e passaram a ser identificadas como pautas identitárias e ou culturais, conforme apontado por Gohn. Em ambos os movimentos, tais pautas são reconhecidas e inseridas a partir de uma perspectiva marxista, considerando as relações econômicas, de trabalho, sociais e culturais nas quais os grupos se encontram, conforme expresso nas cartilhas da FNL (2020) e do MPL (s.d.).

2.4.2 Caracterização do Movimento Popular De Luta (MPL)

O MPL foi fundado entre os dias 19 e 31 de janeiro de 2017, em Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul, a partir de uma reunião de militantes que reivindicavam a reforma agrária. O movimento se constitui como uma organização social e política que luta principalmente pela reforma agrária, mas também pela transformação da propriedade dos meios de produção. Seu precursor foi Jonas Carlos da Conceição, conhecido como “Beto do MPL”, que integra a coordenação nacional do movimento e é militante MES de Mato Grosso do Sul (Ribeiro, 2023), ressaltando-se desde então a atuação política de Diolinda Alves de Souza no MPL, após seu rompimento com a FNL.

O MPL se reivindica enquanto marxista-leninista, buscando construir alianças na luta contra o Estado burguês, a exploração internacional, expressa no imperialismo, e todas as demais formas de exploração e opressão (MPL, s.d.). Entre suas pautas também se destacam a demarcação de terras indígenas, o reconhecimento de ocupações quilombolas, a luta antirracista, o combate à homofobia, além da crítica à burocratização dos movimentos sociais e à cooptação de lideranças pelo Estado burguês (Revista Movimento, 2023).

Em conversas com as lideranças do MPL e que já compuseram a FNL, revelam que a cartilha da FNL serviu de inspiração para a construção do MPL. As duas se diferenciam principalmente nas análises de conjuntura política (por serem de período diferentes), mas em sua organização e grande parte do conteúdo, convergem quase que totalmente. Apenas a cartilha do MPL tem uma defesa enfática à Leon Trotsky em sua parte final.

O movimento se reconhece como um movimento social, entendido como um grupo social organizado política e socialmente, que busca atuar tanto nos locais de moradia quanto nos locais de trabalho. O MPL possui atuação em diversos estados do Brasil, articulando lutas no campo e na cidade (MPL, s.d.).

A incidência territorial do MPL compreende os estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo, Alagoas e Bahia, mantendo contato político e organizativo com outros cinco estados. Atualmente, o movimento reúne cerca de sete mil famílias sem-teto e sem-terra, que lutam pela justiça social e pela dignidade (MPL, 2025b).

No plano internacional, o MPL reconhece um cenário marcado por crises globais, devastação ambiental, hiper financeirização da economia e fortalecimento de governos neoliberais. No plano nacional, o movimento destaca as contradições do governo federal, o avanço do centrão no Congresso Nacional e a submissão das políticas públicas aos interesses do agronegócio (MPL, 2025b).

Entre os dias 21 e 23 de fevereiro de 2025 ocorreu o IV Encontro Estadual do Movimento Popular de Luta, realizado em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. O evento reuniu cerca de 150 militantes, com delegações da Bahia, Paraná e São Paulo, registrando a ausência da delegação do Espírito Santo. A reunião teve como objetivo consolidar diretrizes para a próxima etapa de mobilizações, incluindo a retomada de ocupações e ações diretas. Ao final do encontro, foi construída uma resolução política composta por treze pontos centrais (MPL, 2025a).

2.5 A OCUPAÇÃO ERICSON JOHN DUARTE: HISTÓRIA, CARACTERIZAÇÃO E PRINCIPAIS AVANÇOS JURÍDICO, POLÍTICOS E SOCIAIS

No contexto da efetivação dos direitos fundamentais, em especial do direito social à moradia, consagrado na Constituição Federal de 1988, e em meio à pandemia de Covid-19, teve início, em 4 de dezembro de 2021, a Ocupação Ericson John Duarte, no município de Ponta Grossa, Paraná, localizada na Rua Alípio Bueno, nº 142, bairro Neves (Souza, 2021). A ocupação foi conduzida, naquele momento, por lideranças vinculadas à FNL, organizando-se

como resposta a fatores estruturais e conjunturais que historicamente produzem e aprofundam as desigualdades no acesso à terra e à moradia no Brasil. Atualmente a ocupação conta com cerca de 400 famílias.

Em relação aos fatores estruturais que marcam as desigualdades no Brasil, pode-se elencar a concentração da propriedade de terras, o latifúndio, a não reparação histórica em relação ao acesso à terra (Nalin, 2013) e a especulação imobiliária (Matias; Nascimento, 2011). Do ponto de vista conjuntural a Ocupação Ericson John Duarte e outras iniciadas na cidade de Ponta Grossa pela FNL-PG, ocorreram pelo processo de crise econômica agravada pelas políticas neoliberais intensificadas desde a crise econômica internacional (2007-2008), aumento do desemprego e da fome no país, aumento do preço dos aluguéis³⁰ durante a pandemia e mesmo na condução do combate da pandemia pelo governo municipal, estadual e nacional. No contexto municipal, um fator determinante a se considerar foi a extinção da Companhia de Habitação de Ponta Grossa (PROLAR)³¹.

Assim, pode-se inferir que a Ocupação surge das necessidades sociais básicas humanas, como forma de resistência à precarização das condições de vida e como luta pela cidadania, mediada pelo acesso à moradia.

Não se tratando de um fato isolado, mas parte de um conjunto de atos da FNL na cidade de Ponta Grossa, as ocupações iniciaram-se no final do ano de 2021, com a ocupação Ericson John Duarte, seguida pela Ocupação no Parque dos Sabiás, intitulada pelo Movimento de Ocupação Fidel Castro, ocorrida no dia 04 de fevereiro de 2022. Diferentemente da primeira ocupação, esta foi desocupada pela Polícia Militar do Estado do Paraná, juntamente com a guarda municipal de Ponta Grossa.

Sobre a abordagem policial no momento da desocupação, em nota 4º Comando Regional da Polícia Militar nega violência e qualquer ação ilegal, já a FNL-PG aponta truculência e ação ilegal sem reintegração de posse (DCmais, 2022a). Ainda no mesmo ano, no dia 27 de março, houve a Ocupação Rosa Luxemburgo, em terreno vizinho à Universidade

³⁰ O aumento do preço dos aluguéis, está relacionado ao Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), o IGP é um índice concebido na década de 1940 para medir o movimento de preços, sendo o IGP-M o índice que apura informações em relação a variação do dia 21 do mês anterior ao dia 20 do mês de coleta. Este índice é utilizado como fórmula para definir o reajuste de tarifas públicas e aluguéis. O índice acumulado em 2020 foi de 23,14% em 12 meses (em dezembro) (FGV, 2020). Já nas medidas neoliberais, por exemplo, teve-se a diminuição do investimento do Programa Minha Casa Minha Vida (sendo chamada no período de Programa Minha Casa Verde Amarela). Havia sido extinta a faixa 1 do programa, que atende as famílias de menor poder aquisitivo, passando o investimento anual de 1 bilhão para 27 milhões no ano da Ocupação (Dieese, 2021).

³¹ No dia 27 de abril de 2022 foi aprovada a extinção da Prolar, com a extinção acontecendo ainda no mesmo ano. Além disso, os seus serviços, pela lei, foram incorporados pela Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (Ponta Grossa, 2022a). Mantendo-se ainda nesta secretaria e absorvendo as funções de fomento da área de habitação e de interesse social, em substituição a Prolar, foi criada a Superintendência Municipal de Habitação (Ponta Grossa, 2022c).

Tecnológica de Paraná (UTFPR), sendo desocupada no mesmo dia. Havia cerca de 50 famílias no local, posteriormente a desocupação houve protesto e o trecho da PR-151 que dá acesso à Carambei-PR foi fechado. Os envolvidos, inclusive o líder da FNL-PG, foram conduzidos à 13ª Subdivisão Policial para prestar esclarecimentos e responder em relação a Ocupação (Santos, 2022).

No ano seguinte, no dia 17 de fevereiro de 2022, houve outra ocupação em área localizada no Jardim Boreal, sendo a área desocupada no dia seguinte. Segundo o MPL-PG o terreno estava desocupado há cerca de 10 anos pela PROLAR. Desta vez foram detidas 13 pessoas (inclusive o líder do movimento), sendo liberadas no mesmo dia. A prefeitura do município se posicionou em nota afirmando que o terreno havia sido vendido a uma construtora privada. A FNL-PG afirmou que a reintegração de posse ocorreu sem mandado judicial (Dias, 2023). A referida ocupação ocorrida no dia 17 faz parte do chamado Carnaval Vermelho, que foi um conjunto de ações iniciadas em fevereiro pela FNL e, segundo matéria do Portal G1, atingiu mais 100 ocupações (Munhoz, 2023).

Em terreno na região da Vila Lagoa Dourada (próximo a UTFPR) houve duas tentativas de ocupação: a primeira em 30 de abril de 2022 e a segunda em 23 de julho de 2022. Na segunda vez, a tentativa tinha como base e justificativa jurídica a decisão do Ministério Público do Paraná (MPPR). O MPPR se posicionou alegando não existir crime de esbulho possessório [posse irregular; quando o dono perde de forma ilegal propriedade]. Mesmo com este posicionamento, os policiais 1º Batalhão de Polícia Militar realizaram atendimento de ocorrência esbulho possessório, fazendo uma nova desocupação (Santos, 2023).

Outras tentativas de ocupação foram realizadas pela FNL-PG, mas todas foram desocupadas e, segundo o próprio movimento social (FNL-PG), quase sempre de forma truculenta, sem ordem judicial e, por vezes, conduzindo o líder da Ocupação até a delegacia e chegando a ser preso em uma das ocasiões, desrespeitando a decisão do Supremo Tribunal Federal (que impedia desocupações nesse período) nas tentativas realizadas até o dia 31 de março de 2022 (Brasil, 2021).

Compreende o termo Ocupação, neste contexto, enquanto método ou momento e ação direta realizada pelo movimento social (MPL, s.d.). Ao não se contar com esse momento de Ocupação, poderia ser definida como comunidade urbana ou favela, que são entendidas como o conjunto de habitações irregulares (acima de 50) com fragilidade no título da posse, além de precariedade a serviços básicos e à cidade. Tanto favelas quanto comunidades urbanas ocorrem geralmente de forma coletiva e autônoma (IBGE 2024). Ainda de acordo

com IBGE (2024) além de terem tais características as comunidades urbanas e as favelas, elas podem ter engajamento comunitário, representação comunitária e ser definida também pelo vínculo entre os moradores. Desta forma, as ocupações irregulares ou também dos chamados assentamentos precários, poderiam ser consideradas tanto favela quanto comunidades urbanas. No entanto, Lelis (2016) aponta que o termo favela, muitas vezes, é utilizado de forma pejorativa, como se as ações realizadas em seu interior não tivessem planejamento. Lelis (2016) ainda esclarece o que difere uma invasão de uma ocupação. Segundo a autora, a primeira é considerada hostil e injusta, retirando aquilo que é do outro e a Ocupação refere-se a dar função social ao espaço, conforme previsto na CRFB/88, também exigindo o cumprimento do direito à moradia.

As ocupações podem fazer emergir relações alternativas às capitalistas. Pautadas na auto-organização popular, as ocupações podem ser modificadas de acordo com vontade e necessidade dos ocupantes. O ato da ação direta da Ocupação já é uma forma de desafiar a lógica da propriedade, das formações políticas e das atividades comunitárias (Caminha, 2018). Tais elementos podem ser verificados na histórica da Ocupação Ericson John Duarte. Iniciada por meio de uma ação direta da FNL-PG, em seu primeiro dia, ainda no período da noite, a prefeitura municipal de Ponta Grossa, protocolou pedido de reintegração de posse junto ao plantão judiciário do Fórum de Ponta Grossa (Souza, 2021), sendo o mesmo indeferido (MPL-PG, 2021b).

Em menos de uma semana do início da Ocupação, seu líder em Ponta Grossa protocolou ofício com diversas pautas voltadas ao atendimento das necessidades básicas de seus ocupantes e ainda pedido de audiência das lideranças da FNL-PG com a Prefeita. Em meio ao trâmite deste pedido a FNL-PG realizou passeata/marcha como forma de pressão para que a prefeita do município aceitasse recebê-los para conversar. Na ocasião, houve aceite por parte da Prefeita de Ponta Grossa para uma reunião com o dirigente da Ocupação Ericson John Duarte. Para essa reunião, que ficou marcada no dia 16 de dezembro, mais de 400 pessoas caminharam da Igreja Sagrado Coração de Jesus (da Praça dos Polacos) até a sede da Prefeitura [cerca de 1 km de distância] (MPL-PG, 2021a), iniciando-se, assim, as primeiras negociações.

Dentre os pedidos protocolados, constavam os seguintes: solicitação de caminhão pipa, caixa d'água, banheiros químicos, limpeza de entulhos e matos na rua. Além desses, outro pedido realizado foi o de que a UBS mais próxima atendesse a Ocupação (MPL-PG, 2021b). Após essa ação, os representantes da FNL foram recebidos pelo Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos Maurício Silva (MPL-PG, 2021c).

Para o avanço das conquistas da Ocupação, em termos gramscianos, pode-se dizer que houve a efetivação da necessária pressão da sociedade civil em relação à sociedade política, para que as pautas da ocupação pudessem ser atendidas progressivamente. Diante desta constatação, no dia 14 de dezembro de 2021 foi realizada uma marcha saindo da Praça do ponto azul caminhando até a antiga sede da PROLAR, por mais de 50 pessoas ocupantes da Ericson John Duarte.

Outro importante ponto de avanço da direção da regularização da Ocupação foi a visita do desembargador do TJPR Fernando Antônio Prazeres à Ocupação Andorinhas (Ericson John Duarte), no dia 18 de fevereiro de 2022. A visita foi fundamental, visto que a Comissão de Conflitos Fundiários TJPR tem papel relevante na análise do caso. Além disso, o desembargador rejeitou o recurso da liminar da prefeitura que solicitava a reintegração da área da Ocupação (MPL-PG, 2022a).

Outro avanço a se destacar foi o fornecimento parcial de água e luz para os ocupantes. Em audiência realizada no dia 19 de maio de 2022, em uma ação promovida pelo advogado voluntário do MPL, o MPPR apontou parecer favorável à medida liminar pleiteada pelas famílias para a ligação provisória de água, luz e esgoto (ARede, 2022b).

De acordo com Dums (2022) as principais alianças da FNL-PG voltadas ao atendimento das demandas da Ocupação Ericson John Duarte até o ano de 2022 eram a UEPG, o Deputado Federal Tadeu Veneri (PT) e sua assessora Rosangela Rigoni, com fundamental ação do Poder Judiciário, personificado na figura do Desembargador Fernando Antônio Prazeres.

Conforme informações postadas na rede social Facebook, do MPL-PG, no dia 28 de maio de 2023 foi fundada a Associação Ericson John Duarte. Neste mesmo dia foi constituído seu Estatuto Social, o qual foi discutido e aprovado, tendo sido ainda realizada a eleição e posse dos membros de sua administração e de seu conselho fiscal. Para a eleição desses membros, houve inscrição de apenas uma chapa (MPL-PG, 2023a). A associação representa um dos avanços do movimento social e dos ocupantes, pois possibilita que os moradores produzam e comercializem produtos por meio dela, além de captar recursos financeiros e até mesmo maquinários, facilitando o avanço na execução do plano de desenvolvimento da comunidade.

Outro fato importante para a Ocupação foi a visita do Deputado Estadual do Paraná Renato Freitas, em setembro de 2023, pois essas aproximações e alianças com a sociedade política fortalecem politicamente o movimento e a ocupação (MPL-PG, 2023d). Ainda no mesmo ano, em novembro, ocorreu um dia de debate e iniciou-se a organização de setores

para estruturar os mutirões de construção das casas, de acordo com o plano de desenvolvimento já citado. A ocupação foi dividida em sete setores para esse mutirão, e o primeiro passo definido foi a marcação dos lotes de cada família; em seguida, haveria mutirão para calçar as ruas. Para essa segunda etapa, o Deputado Federal Tadeu Veneri, do PT, destinou 580 mil reais ao projeto, por meio da articulação da assessora Rosângela Rigoni (MPL-PG, 2023f).

No dia 29 de novembro de 2023 houve uma reunião da FNL-PG com os sete setores organizados para o mutirão, incluindo o setor do Braquiara. Esse setor se refere à ocupação realizada pela FNL em área particular no dia 09 de dezembro de 2021, estendendo a Ocupação Ericson John Duarte, pois é um terreno ao lado. Para a regularização, essa área seria desocupada e os moradores residentes nela seriam inseridos no terreno público ocupado e em processo de regularização. Nessa reunião, o professor da UEPG Edson Silva conduziu e apresentou o projeto de regularização. Em uma postagem na rede social Facebook do FNL-PG, há um agradecimento ao Deputado Federal e à sua assessora, citados anteriormente, e ao Professor Joel, do Setor de Engenharia Civil (MPL-PG, 2023e).

No ano de 2023, a atuação da FNL-PG continuou com ações diretas de ocupação, com três tentativas, ocorrendo desocupação pelas forças militares. Também ocorreu a constituição da Associação Ericson John Duarte, o que possibilitou posteriormente o recebimento de recursos de deputado federal e de vereador por meio da associação, contribuindo para o avanço do projeto de desenvolvimento da comunidade.

Em 11 de dezembro de 2023 foi registrada na rede social Facebook da FNL-PG, a migração das lideranças e militantes da FNL-PG para o MPL-PG, apresentando o motivo da “troca de bandeira” da Ocupação Ericson John Duarte. Na publicação consta que, desde o dia 05 de dezembro de 2023, a Frente Nacional de Luta de Ponta Grossa decidiu se filiar ao Movimento Popular de Luta. Como justificativa, aponta-se que as lideranças vinham sofrendo uma “cruzada difamatória”, o que teria motivado a mudança de vinculação organizativa (MPL-PG, 2023).

Na publicação citada acima, afirma-se que a escolha do MPL e não de outro movimento por moradia, aconteceu após análise e caracterização do MPL. Segundo a publicação, o MPL possui democracia interna, o que é necessário para construir algo novo na política. Além disso, entendem que as mudanças tentadas estritamente por dentro do Estado são limitadas ou sem mudar o sistema de produção atual (MPL-PG, 2023).

Assim, as ações realizadas em Ponta Grossa, pela atual coordenação e direção do MPL-PG foram feitas quando ainda estavam filiados à FNL, inclusive o ato da ocupação

Ericson John Duarte, reuniões de conciliação e articulação com a Universidade Estadual de Ponta Grossa. Assim, sempre cita as ações deste mesmo grupo como MPL-PG, mas o leitor deve ter em mente que as ações realizadas até fevereiro de 2023 se deram em nome da FNL-PG³².

Na “troca de bandeira” se mantiveram as mesmas lideranças e a mesma direção do MPL-PG em nível municipal, mas houve rompimento em nível regional e nacional. Odisseu relatou ainda que membros da coordenação foram abandonando o trabalho nessa instância do movimento, sendo necessária a inserção de novos coordenadores a depender da demanda e necessidade do MPL-PG³³.

Já sob a direção do MPL-PG na Ocupação Ericson John Duarte, foi noticiado pelo perfil do MPL- PG no Facebook, de que as máquinas e equipamentos destinados à execução do Projeto de Desenvolvimento Comunitário estavam na UEPG. Nesse contexto, membros da Associação Ericson John Duarte e do MPL realizaram visita à universidade e participaram de reunião com o chefe do Gabinete da Reitoria, para tratar dos detalhes da cessão dos equipamentos à associação. Esses equipamentos foram adquiridos pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa com recursos oriundos de emendas parlamentares do Deputado Federal Tadeu Veneri e do vereador de Ponta Grossa Ede Pimentel, do Partido Democrático Trabalhista (MPL-PG, 2024b).

Outra articulação realizada pelo movimento ocorreu no dia 26 de abril de 2024, em reunião com ministros dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e de Direitos Humanos e Cidadania (MDHC). De acordo com o MPL, a reunião, principalmente com o MDA, foi resultado das jornadas de luta em defesa da reforma agrária e da reestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Na ocasião, foi reforçada a reivindicação de que todas as famílias que necessitem de terra sejam assentadas (MPL-PG, 2024c).

³² Sobre como se organizou a coordenação da FNL em Ponta Grossa, Odisseu relatou que: “[...] no começo de tudo era uma coordenação provisória, que foi constituída juntamente com a coordenação estadual do movimento da época da FNL. O MPL segue a mesma estrutura. E aí essa coordenação provisória, que é justamente os que deram início ali, eu, Atena, Apolo e a Têmis. A gente foi somando a mais alguns que a gente foi vendo que se destacava quando a gente ia estudar a cartilha ou a frente das tarefas que a gente tinha lá na ocupação. A gente foi chamando tudo para coordenação. Aí em 2022 teve um encontro estadual, onde foi referendada essa coordenação e eleita a Coordenação Estadual do Movimento e indicados também no Encontro Estadual, quem ia participar da Coordenação Nacional, que eu faço parte da Coordenação Nacional e faz parte da Direção Nacional” (Odisseu).

³³ A composição das instâncias do MPL: Coordenação regional: é composta por dois coordenadores por Ocupação e dois coordenadores por setor, com função de organização e participação da Ocupação; a coordenação estadual-também composta por dois dirigentes, defendendo princípios do MPL e acompanhar as coordenações regionais; a coordenação política nacional- deve ter dois dirigentes por estado, composta por mulheres e homens que tenham atuado por pelo menos 3 anos (MPL, s.d.).

Na primeira semana de julho de 2024, foi realizada a cerimônia de entrega das máquinas adquiridas com recursos da emenda do vereador Ede Pimentel, sendo assinados os termos de cessão para a Associação Ericson John Duarte (MPL, 2024a). Ainda no mesmo mês, foi divulgado no perfil do Facebook do MPL-PG o convite para a Escola Marx, formação política realizada pelo MES, constando o nome deste pesquisador como um dos participantes.

No ano de 2025, houve aprofundamento das alianças do MPL, com reunião em abril com o vereador de Ponta Grossa Fábio Silva, do Republicanos. Na ocasião, foi apresentado o Plano de Desenvolvimento Comunitário para possíveis parcerias e houve encaminhamento para que a Associação da ocupação fosse reconhecida como de utilidade pública (MPL-PG, 2025a). Na mesma reunião, foram reforçados os convites para a IV Páscoa da ocupação. Durante o ano, também ocorreram campanha de arrecadação de agasalhos para os moradores, festas na ocupação e outras ações e projetos (MPL-PG, 2025a), incluindo oficina para utilização de multímetro. Além disso, houve ações de mobilização em apoio ao deputado federal do PSOL Glauber Braga (MPL-PG, 2025b).

Outro fato importante foi a doação de 100 kits de alimentos às famílias da Ocupação, realizada em 01 de outubro de 2025 pela Cáritas Diocesana à Associação da Ocupação, o que foi viabilizado pelo Programa Compra Direta. Trata-se de um programa de compra de alimentos da agricultura familiar pelo governo estadual (MPL-PG, 2025c).

Dessa forma, as ações dos militantes do MPL-PG deram continuidade a iniciativas do FNL-PG. No período de atuação como MPL-PG, houve recebimento de recursos de Deputados Federais do Partido Verde (PV) e do PT, bem como de verba de vereador de Ponta Grossa do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Também se manteve a busca por alianças, como na reunião com vereador do Republicanos, que era liderança de associação de bairro próxima à ocupação, além das reuniões com Ministros do governo federal e das campanhas de doação de agasalhos e alimentos, buscando amenizar a situação de não atendimento das necessidades básicas dos moradores, decorrente da inação do poder público.

Ao longo dos anos, a Ocupação passou a contar com um Projeto de Desenvolvimento, que tem como principal referência o professor da UEPG e aliado do MPL-PG, Edson Silva. Esse projeto busca se efetivar em uma lógica contrária à capitalista, pautando-se em princípios de autogestão, solidariedade social como valor central, protagonismo dos moradores e subsidiariedade dialogada, entendida como uma relação entre os atores de modo a não inibir a iniciativa dos moradores. Todo o processo será conduzido pela 1ª Vara da Fazenda Pública de Ponta Grossa e, ocorrendo dentro do esperado, as famílias moradoras da

ocupação obterão o título de propriedade (Dums; Silva; Silva, 2025).

Sobre a execução do Plano de Desenvolvimento Comunitário (necessária para a regularização de Ocupação de terreno público) da Ocupação e consequente construção das casas dos ocupantes da Ocupação Ericson John Duarte, foi publicado através de comunicado da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Ponta Grossa documento no qual se pactua a execução do Plano de Desenvolvimento Comunitário, entre o movimento social e seus colaboradores, a UEPG, a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), a Companhia Paranaense de Energia (COPEL) e da 1ª Vara da Fazenda Pública. Em virtude da complexidade do conflito em torno da questão da ocupação, deu-se início a Processo Estrutural, utilizado em situações que extrapolam a prática jurisdicional; geralmente utilizado para resolução de problemas coletivos, de negação de direitos e que para a sua resolução estão envolvidos diversos atores (Paraná, 2024).

Em um processo comum, que não o processo estrutural, levaria a mitigação dos direitos fundamentais envolvidos após o requerimento administrativo ajuizando ação de obrigação de fazer confeccionado pelo advogado Alisson Pepe, para a 1º Vara da Fazenda Pública da Comarca de Ponta Grossa, reivindicando que o município lavrasse concordância com a ligação de água e energia elétrica (envolvendo assim a COPEL e SANEPAR). Posteriormente, a juíza designou audiência de conciliação entre as partes e por conta do impasse e das diversas demandas a magistrada propôs uma demanda estrutural para que abarcasse todos os processos mencionados. Foram nomeadas para auxiliar em tal demanda a UEPG e a Secretaria de Infraestrutura e Planejamento do Município de Ponta. (Bomfim; Santos; Costa, 2023). Ao se instaurar o processo estrutural para conciliação das partes passando a discutir os conflitos. Para a conciliação, a juíza nomeou uma perita especial/administrador judicial (em tradução livre de *special master*), figura similar à uma facilitadora com vistas ao melhor andamento do processo (Bomfim; Santos; Costa, 2023)³⁴.

Em relação à regularização fundiária, foi assinado recentemente (05/06/2024) em evento solene³⁵ pela prefeita do município Termo de Cessão de uso entre a Prefeitura de Ponta Grossa e a Associação de Moradores Ericson John Duarte. Este termo possibilita a implantação do Plano de Desenvolvimento Comunitário, construído pela UEPG e

³⁴ O processo estrutural deve ser instaurado quando um problema é estrutural, que sua resolução envolve decisões e mesmo políticas públicas sozinhas são incapazes de resolver determinado litígio. Ou seja, tem por objeto um problema estrutural (que está enraizado na estrutura socioeconômica da sociedade) e assim são exigidos atos em conjunto para solucionar determinado impasse. (Bomfim; Santos; Costa, 2023).

³⁵ Dentre os presentes no evento estavam, além da prefeita do município de Ponta Grossa (Elizabeth Schmidt), o líder do MPL-PG, a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública (Jurema Carolina da Silveira Gomes) e o professor da UEPG responsável pelo Plano de Desenvolvimento Comunitário para a Ocupação Ericson John Duarte (Edson Armando Silva) (Mendes, 2024).

Superintendência de Habitação (pertencente à Secretaria da Família e Desenvolvimento Social). Isso garantirá que os moradores participem das ações do processo estrutural através da regularização fundiária, que redefinirá os lotes, casas e possibilitará a aquisição do título da propriedade. Este processo será coordenado pela 1ª Vara da Fazenda Pública de Ponta Grossa (Mendes, 2024).

A partir do Novo Programa de Aceleração do Crescimento de 2025 (Novo PAC), especificamente do eixo de Habitação, pelo Programa Periferia Viva, orientado a urbanização de favelas e outras formas de Ocupação do solo de forma irregular, no dia 25 de julho de 2025 foi anunciado que a Ocupação Ericson John Duarte irá receber 15,3 milhões para urbanização da área. A articulação contou com a pressão e atuação do MPL-PG e por meio de articulação política-institucional do vereador Guilherme Mazer (PT), da Ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT) e da Secretaria Municipal de Família e Desenvolvimento Social (onde está lotada a superintendência de habitação), cuja Secretária é Camila Calisto Sanches; além da mediação do judiciário e da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Kossoski, 2025).

O Programa “Periferia Viva - Urbanização de Favelas” tem como finalidade, a depender da situação, produzir unidades habitacionais em área de reassentamento, mitigação do conflito fundiário urbano, redução do risco de desastres, reparação de danos, entre outras ações. As intervenções buscam ser de baixo custo e pequena escala, definidas pela Ocupação que visam melhorias imediatas ao local em espaços públicos aliados à mobilização social. (Brasil 2023).

A Lei de Regularização Fundiária Rural e Urbana - Lei Federal nº 13.465 de 11 de julho de 2017, prevê em seu artigo 36 que o projeto urbanístico de regularização fundiária tenha as seguintes condições básicas: sistema de água potável de abastecimento individual e coletivo; sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário tanto coletivo quanto individual; rede de energia elétrica domiciliar; soluções de drenagem caso seja necessário; além de outros equipamentos definidos pelo município de acordo com as necessidades locais e características locais (Brasil, 2023).

De acordo ainda com o documento acerca do Programa Periferia Viva (Brasil, 2023), no item presente no glossário do documento na “Concepção Geral da Intervenção” esta visa melhorar as condições de urbanização do “assentamento precário”; já em relação a Consolidação do assentamento precário” o objetivo é aplicar soluções urbanísticas para melhoria das condições materiais e acesso a bens básicos e à cidade, bem como a habitabilidade e acessibilidade, buscando produzir a inclusão do assentamento precário à

cidade, garantindo a permanência das famílias no local que atualmente ocupam.

Segundo o documento que versa sobre o Programa Periferia Viva (Brasil, 2023), não apenas a regularização de áreas ou ocupações rurais transformam-se em assentamentos, mas também áreas urbanas ocupadas se transformam em assentamentos urbanos. Desta maneira, a ação do MPL-PG no Parque das Andorinhas e a própria configuração do local enquanto Ocupação poderiam ser consideradas comunidade urbana ou favela se fosse levada em conta apenas a definição atual do IBGE (2024). No entanto, considerando a ação de ocupar realizada pelo movimento, uma escolha política, o espaço se denomina Ocupação Ericson John Duarte. Tal denominação não nega nem ignora a existência de organização política e planejamento nas ações desenvolvidas em espaços comumente denominados favelas.

Segue linha do tempo com os principais acontecimentos ocorridos envolvendo FNL-PG, MPL-PG e a Ocupação Ericson John Duarte:

Figura 3 - Linha do tempo da FNL e do MPL em Ponta Grossa (incluindo a Ocupação Ericson John Duarte)

(Continua)

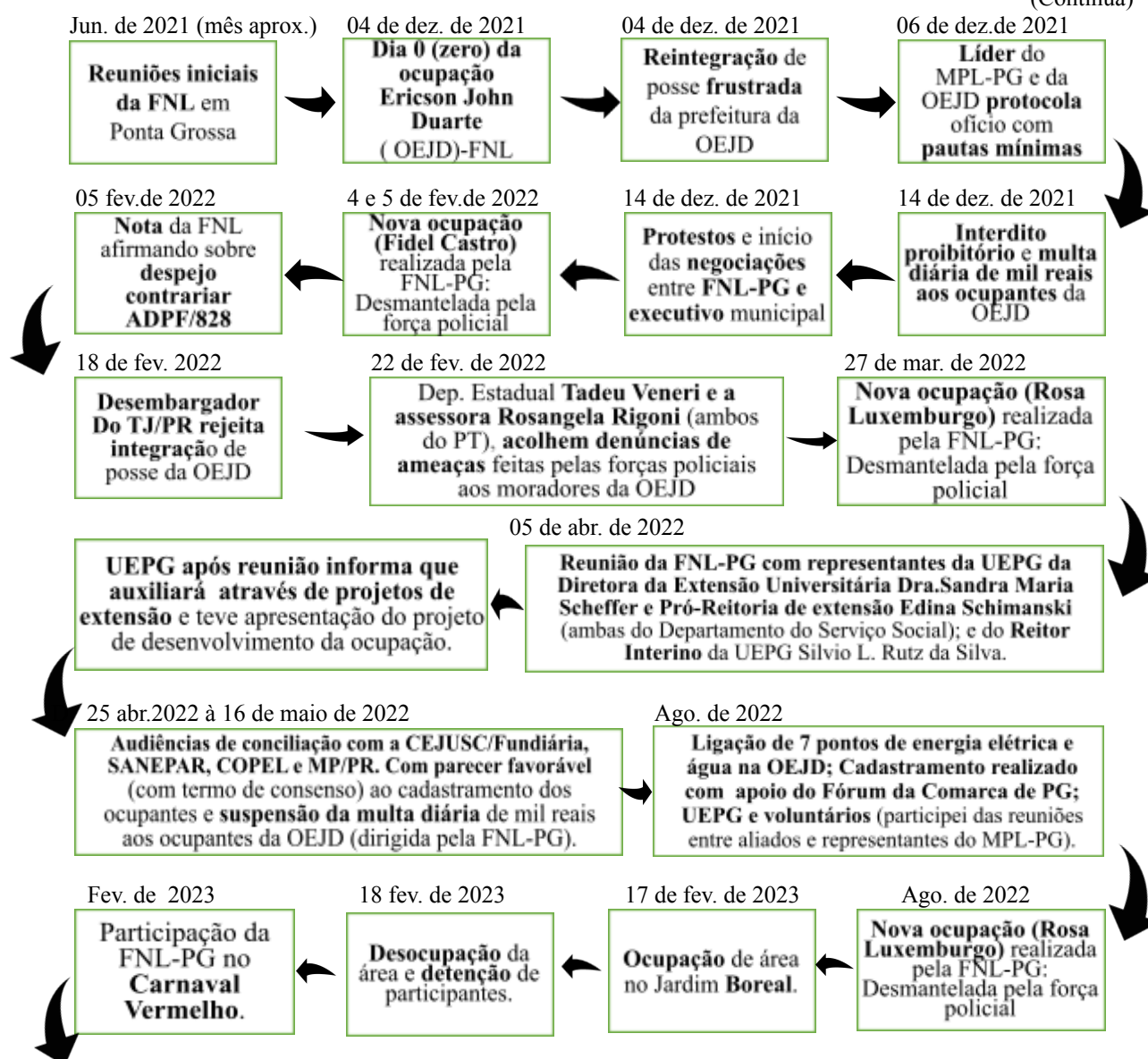
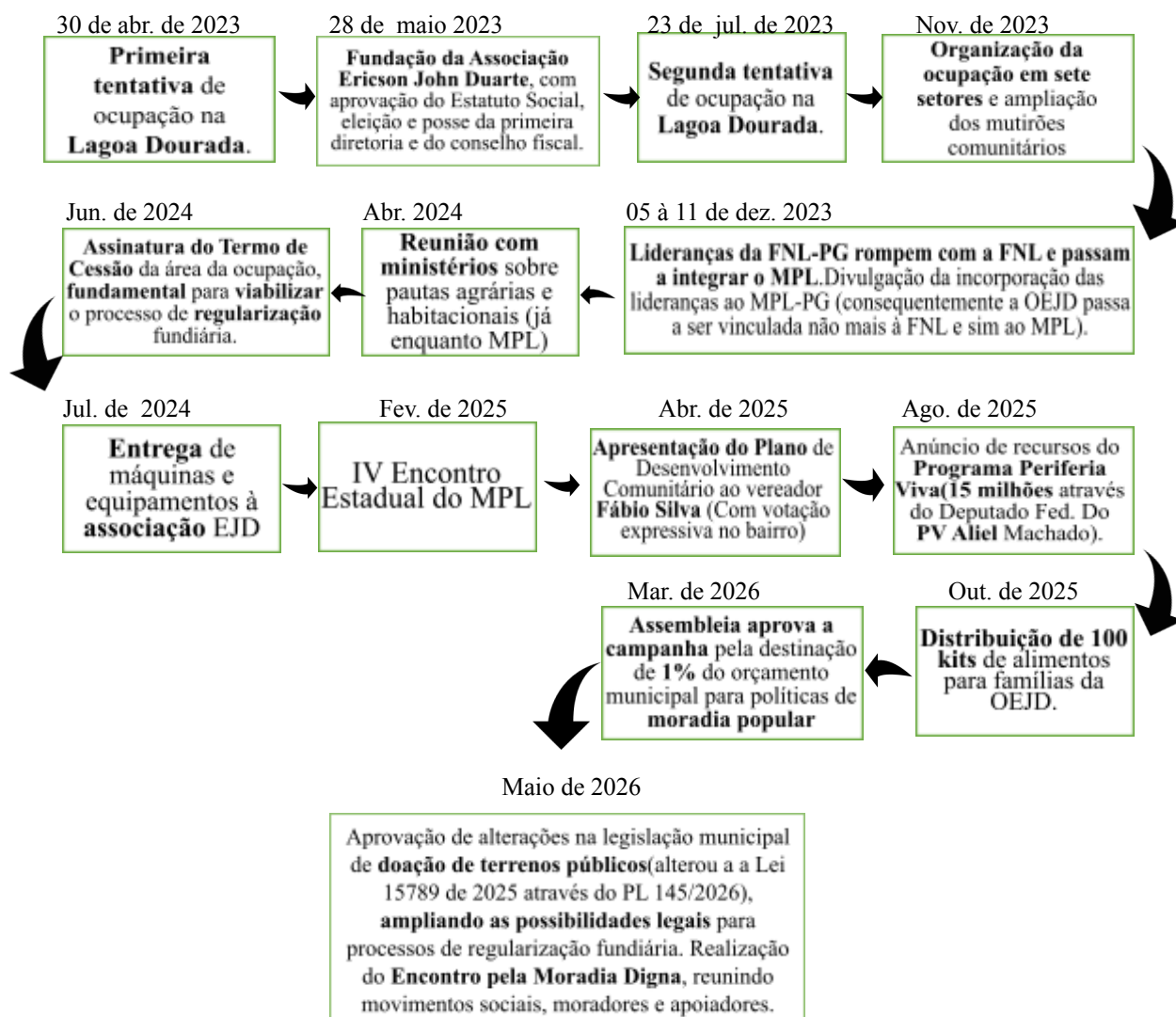


Figura 3 - Linha do tempo da FNL e do MPL em Ponta Grossa (incluindo a Ocupação Ericson John Duarte)
(Conclusão)



FONTE: Organização própria. Síntese das informações citadas sobre a FNL; MPL e da Ocupação Ericson John Duarte na página do facebook e o TCC do referido autor (Dums, 2023).

Nesse contexto de lutas, dos quais a Ocupação goza de conquistas importantes na direção da efetivação de direitos assegurados legalmente, o MPL-PG necessita avançar na disputa pelos espaços no Estado (no sentido amplo) tanto para atender as necessidades internas da própria Ocupação, quanto para a ampliação das ações e da força do movimento, tendo maiores avanços na cidade de Ponta Grossa na direção da garantia de direitos.

3 A PRÁXIS POLÍTICA DOS INTELECTUAIS ORGÂNICOS DO MPL-PG NO CONTEXTO DA OCUPAÇÃO ERICSON JOHN DUARTE NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA NA LUTA PELO DIREITO À MORADIA

No capítulo 2, foi apresentada a atuação dos movimentos sociais por moradia, com foco na FNL e no MPL, especialmente em relação às ações desenvolvidas em Ponta Grossa. Abordou-se a atuação da FNL na realização de diversas ocupações entre 2020 e o final de 2023, registrando-se sete tentativas, das quais duas permanecem e seguem em processo de regularização.

No caso da Ocupação Ericson John Duarte e do setor do Braquiara, que corresponde à parte da ocupação que não se localiza em terreno público, por se tratar de área particular, as famílias que residem nesse espaço serão remanejadas para a área atual da Ocupação Ericson John Duarte, conforme previsto no plano de desenvolvimento.

Após a filiação ao MPL, as lideranças locais deram continuidade às ações de fortalecimento do movimento e aos encaminhamentos relacionados à regularização da área, incluindo a captação de recursos por meio de emendas parlamentares. Além disso, as famílias ocupantes não se encontram sob risco imediato de despejo, em razão da assinatura do termo de cessão.

Considerando o papel central dessas lideranças na manutenção da ocupação, por meio de sua práxis política, e os avanços construídos no interior da sociedade civil, com articulações junto a universidades, parlamentares e até ministros de Estado, essa práxis constitui o objeto deste trabalho e será abordada, neste capítulo, a partir da pesquisa de campo.

Sabe-se que o MPL-PG é um movimento revolucionário, mas que a disputa no interior do Estado também é necessária, além de que a ação do movimento também busca o atendimento de necessidades básicas humanas, como a conquista da moradia via Estado, a exemplo da conquista do termo de cessão e a regularização da área, no caso da Ocupação Ericson John Duarte. Siqueira (2017) refere-se à disputa pela hegemonia, correlacionando-a especialmente ao convencimento que ocorre na organização, na qual a política é compreendida para além do reflexo da economia, como mediadora da produção material e reprodução da vida, portanto, também atravessada pelas relações sociais e pela disputa de ideias. A luta pela transformação da realidade das classes subalternas, portanto, não se dá apenas no plano econômico, mas por meio da formação de um processo político-cultural, pois a hegemonia dominante estabelece normas e valores que atuam sobre essas, perpetuando as

estruturas de poder e dominação. Isso implica na necessidade de seu enfrentamento, associando elevação cultural e política a protagonismo e autonomia.

Assim, este capítulo tem como objetivos identificar os intelectuais do MPL-PG e suas principais frentes de ação política na e pela Ocupação Ericson John Duarte, bem como analisar as estratégias e táticas adotadas por esses intelectuais na luta pelo direito à moradia em favor dos moradores da ocupação, no município de Ponta Grossa.

Através da utilização da técnica de bola de neve foi inicialmente selecionada pelo pesquisador uma semente e a partir dela foram indicadas mais 10 (dez) lideranças, totalizando 11 (onze) lideranças. Das 11 (onze), foram entrevistadas 8 (oito), sendo que 3 (três) delas retornaram ao pesquisador indicando indisponibilidade para participar da pesquisa ou não retornaram ao contato realizado. Para a escolha da semente foi levado em consideração se tratar de uma liderança da Ocupação (reconhecida tanto pela própria Ocupação, tanto internamente como pela comunidade externa). No conjunto de lideranças indicadas pelos participantes da pesquisa, houve certa paridade de gênero, com 5 mulheres e 6 homens. Das lideranças indicadas, as que se dispuseram a participar da pesquisa foram 5 homens e 3 mulheres. Para cada liderança entrevistada, solicitou-se a indicação de cinco (5) a quinze (15) outras lideranças, ordenadas segundo o grau de relevância de sua atuação na práxis política da Ocupação, conforme a percepção do(a) entrevistado(a). A partir dessas indicações, procedeu-se à entrevista do primeiro nome da lista; caso este já tivesse sido anteriormente entrevistado, passava-se ao nome subsequente, e assim sucessivamente. Uma vez esgotadas as indicações do último entrevistado. Isto é, quando todos os nomes já haviam sido contemplados, retomava-se a lista do entrevistado anterior, seguindo o mesmo procedimento, até alcançar a lista inicial (semente).

A seguir será explicado como foram definidos os nomes atribuídos às lideranças entrevistadas, seguido da justificativa da escolha de cada um. Os nomes escolhidos levaram em consideração um conjunto de figuras mitológicas gregas. Odisseu (reconhecido como principal líder da Ocupação, como Odisseu personagem da *Iliada* e da *Odisseia*); Atena (pela questão da coragem; sabedoria e da formulação de estratégias); Apolo (por sua habilidade em organizar cursos quando necessários para Ocupação, ligado às “artes do espírito”; e por sua habilidade na realização de atividades manuais na Ocupação, como no caso de Apolo com habilidade arco e flechas); Têmis (por sua atuação junto à Ocupação a partir de movimentos feministas, articulando justiça e equidade). A quinta liderança indicada nomeou-se Dédalo (pela sua habilidade em construção e em referência a figura mitológica do notável construtor). A sexta indicada é Deméter (por ser a deusa da agricultura, está ligada à manutenção da vida

humana, inclusive da alimentação). O sétimo nomeou-se Hércules (em razão de sua capacidade de resolução de conflitos em alusão à morte de serpentes enviadas por hidra e de matar a Hidra de Lerna em de seus doze trabalhos). Por fim, Hermes (pela defesa da comunicação e divulgação de informações, o que se assemelha com Hermes no sentido dessa divulgação estar relacionada à comunicação e interpretação hermenêutica das informações).

Quadro 1 - Lideranças do MPL-PG e a nomeação à partir de figuras mitológicas gregas

Liderança	características
Odisseu	Por ser reconhecido como líder, como Odisseu personagem da <i>Iliada</i> e da <i>Odisseia</i>
Atena	Pela questão da coragem; sabedoria e da formulação de estratégias
Apolo	Por sua habilidade em organizar cursos quando necessários para Ocupação, ligado às “artes do espírito”; e por sua habilidade na realização de atividades manuais na Ocupação, como no caso de Apolo com habilidade arco e flechas
Dédalo	Relacionado à sua habilidade de construção – devido a ter auxiliado construção da sede da ocupação e dédalo ser conhecido como figura mitológica de construção
Têmis	Por sua atuação junto à Ocupação a partir de movimentos feministas, articulando justiça e equidade
Deméter	Por ser a deusa da agricultura, está ligada à manutenção da vida humana, inclusive da alimentação
Hércules	Em razão de sua capacidade de resolução de conflitos em alusão à morte de serpentes enviadas por hidra e de matar a Hidra de Lerna em de seus doze trabalhos
Hermes	Pela defesa da comunicação e divulgação de informações, o que se assemelha com Hermes no sentido dessa divulgação estar relacionada à comunicação e interpretação hermenêutica das informações

Fonte: Organização própria a partir de: WIKINSON, Philip. Grécia Antiga. In: WIKINSON, Philip. **O livro da mitologia**. Tradução Bruno Alexandre. São Paulo: Globo Livros, 2018.

Para a delimitação das lideranças, à medida que estas eram indicadas pelos sujeitos participantes da pesquisa, foi estruturado um sistema de pontuação, nos seguintes termos: quando a liderança fosse indicada em primeiro lugar, atribuíram-se 10 (dez) pontos; quando indicada em segundo lugar, 9 (nove) pontos, e assim sucessivamente. A pontuação máxima passível de atribuição a uma mesma liderança foi de 70 (setenta) pontos, sendo vedada a indicação do próprio sujeito de pesquisa.³⁶ Diante do exposto, o resultado foi o seguinte:

³⁶ Os indicados que não concederam entrevistas, não receberam o nome de uma figura mitológica e sim apenas o termo “Indicado/a” acrescido da ordem de aparição de indicações ao longo das entrevistas. Segue a sequência de indicações e pontuação por indicação:

Odisseu indicou: Atena (10); Têmis (9); Apolo (8); Dédalo (7) e Deméter (6).

Atena indicou: Odisseu (10); Apolo (9); Dédalo (8); Têmis (7);

Apolo indicou: Odisseu (10); Atena (9); Têmis (8); Dédalo (7);

Têmis Indicou: Odisseu (10); Atena (9); Apolo (8);

Dédalo Indicou: Odisseu (10); Atena (9); Deméter (8); Hércules (7);

Quadro 2 - Lideranças do MPL-PG por ordem pontuação de acordo com as indicações

Posição	Liderança	Pontuação
1	Odisseu	70 pontos
2	Atena	64 pontos
3	Apolo	41 pontos
4	Dédalo	36 pontos
5	Têmis	24 pontos
6	Deméter	18 pontos
7	Hércules	14 pontos
8	Indicada nove	13 pontos
9	Hermes	12 pontos
10	Indicado dez	5 pontos
11	Indicada onze	3 pontos

Fonte: Entrevistas realizadas com as lideranças do MPL-PG (organização própria).

Em relação ao Quadro destaca-se o fato de todas as lideranças indicadas reconhecerem como principais lideranças da Ocupação e na mesma ordem, Odisseu e Atena. Odisseu foi indicado por todas as sete lideranças entrevistadas como a principal entre elas e Atena foi indicada por seis lideranças como a segunda maior liderança e por uma delas como a maior liderança da Ocupação. No quadro acima é possível ter uma noção das principais lideranças do MPL-PG e do seus reconhecimentos entre pares.

Hércules, uma das lideranças do MPL-PG, aponta que é “graças à direção”, referindo-se à direção do MPL-PG, que existe a Ocupação, por encabeçar inicialmente o movimento e a Ocupação, destacando-se a legitimidade desses entre o grupo das lideranças entrevistadas.

Sobre o contexto e o local de aplicação de entrevistas, são dados que podem auxiliar na compreensão do perfil e dos entrevistados. Triviños (1987) aponta que é recomendado em uma entrevista semiestruturada anotar sobre as atitudes, período do dia, anotar situações,

Deméter indicou: Odisseu (10); Atena (9); Dédalo (8); Hércules (7); Indicada nove (6); Hermes (5);

Hércules indicou: Odisseu (10); Atena (9); Apolo (8); Hermes (7); Dédalo (6); Indicado dez (5); Deméter (4); Indicada onze (3);

Hermes indicou: Odisseu (10); Atena (9); Apolo (8) e a indicada nove (7).

objetos, ações e outras questões relevantes durante a sua aplicação.

A realização da entrevista das quatro primeiras lideranças ocorreu em um encontro de formação política específica da corrente interna do PSOL, o MES (a qual faço parte também), no período noturno durante um momento de formação política. O sujeito da entrevista estava com boné do MPL, atrás dele estava um quadro com anotações feitas por ele no primeiro dia (12/04/2025) de formação política de caráter trotskista (estando de acordo com a linha política do MES) e com a bandeira do PSOL do lado esquerdo. Estava sentado na cabeceira da mesa, lugar simbólico onde lideranças e anfitriões costumam ocupar, representando um lugar de poder.

No segundo dia de formação política (dia 13/04/2025), após ela ocorrer de manhã, foi realizada entrevista com a outra liderança indicada, a Atena que concedeu a entrevista no mesmo local da anterior, posicionando-se também na cabeceira da mesa.

Logo em seguida (no mesmo dia) foi feita entrevista com a terceira liderança, que preferiu que a entrevista fosse realizada em outro local, por ser mais reservado. A entrevista surpreendeu o pesquisador, pois se tratava de uma liderança que era desconhecida em parte por esse, dentre outros motivos desse desconhecimento, atribui-se o fato de se tratar de uma pessoa mais reservada e o motivo da maior sensibilização do pesquisador, possivelmente, se deu por questão de contrarreferência³⁷. Não que outras também não o tivessem sensibilizado, mas o que mais o surpreendeu e talvez seja o conteúdo de tal sensibilização, foi a atuação e posicionamento em relação à disciplina do movimento e a noção de solidariedade de classe presente e de sua atuação no trabalho manual. A quarta liderança foi entrevistada no mesmo dia das duas anteriores, mas através de videochamada, devido a compromissos de trabalho e cuidado de familiares.

Apresentado o processo de organização da pesquisa de campo, seleção e caracterização geral dos sujeitos pesquisados. O capítulo segue estruturado em um conjunto de subitens, os quais foram organizados a partir da síntese das categorias de análise (teóricas e empíricas) que permitiram a reconstrução do objeto da pesquisa à luz do referencial teórico sistematizado, conforme segue:

³⁷ Obviamente o termo foi construído sobre a relação entre psicanalista e sujeito, mas pode apontar uma possível compreensão da situação (não sendo também a única forma, podendo ter outras formas de compreensão da situação de perspectiva marxista-também poderia ser analisado pela categoria de solidariedade de classe). Obviamente a contrarreferência e a reação do pesquisador foi controlada. De forma sintética, a categoria contratransferência é apontada Zabelli (2013) a partir de compreensões do termo de Ferenczi, são os sentimentos evocados no entrevistador, podendo ocorrer como resposta emocional à transferência (emoções do sujeito entrevistado projetado no entrevistador).

Quadro 3 – Categorias de análise da pesquisa

CATEGORIAS TEÓRICAS	CATEGORIAS EMPÍRICAS
MOVIMENTOS SOCIAIS GRUPOS SUBALTERNOS	- A relação com outros movimentos sociais; - A participação institucionalizada; - A precariedade das condições de vida; - A práxis crítica e coletiva;
PRÁXIS POLÍTICA INTELECTUAIS ORGÂNICOS LUTA PELO DIREITO À MORADIA	- As principais estratégias e táticas do MPL-PG - A luta pelo direito à moradia no município de Ponta Grossa;
HEGEMONIA SOCIEDADE POLÍTICA	- Processos de desagregação no MPL-PG; - Fortalecimento do MPL-PG na disputa pela hegemonia no âmbito da sociedade política;

Fonte: O autor.

3.1 A RELAÇÃO COM OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS, A PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONALIZADA, A PRECARIÉDADE DAS CONDIÇÕES DE VIDA E A PRÁXIS CRÍTICA E COLETIVA COMO ELEMENTOS CARACTERIZADORES DA TRAJETÓRIA DE MILITÂNCIA DAS LIDERANÇAS DO MPL-PG

A seguir, será apresentado um quadro comparativo com o perfil geral das lideranças abordando os seguintes itens: residência; gênero; faixa-etária; escolaridade; profissão; filiação partidária; participação em espaços de representação; participação em movimentos sociais; se já foi e se pretende ser candidato eleitoral e se considera uma liderança.

Quadro 4 - Caracterização das lideranças do MPL-PG pesquisadas

(Continua)

Elementos	Lideranças da direção do MPL-PG	Lideranças da coordenação do MPL-PG
Residência	Nenhum reside na ocupação (iniciaram e planejaram a ocupação).	Todos residem na ocupação.
Gênero	Paridade de gênero.	Houve paridade de gênero nas indicações; mas não houve na concessão das entrevistas (três homens e uma mulher).
Faixa etária	Varia de 37 até 43 anos.	Varia de 54 até 65 anos.
Escolaridade	Três possuem ensino superior completo e um com superior incompleto.	Uma liderança possui ensino médio completo e as outras três possuem ensino fundamental incompleto.
Profissão	Três são profissionais liberais e uma atua no serviço público.	Duas lideranças trabalham em cozinhas e restaurantes e os outros dois como pedreiros.
Filiação Partidária	Todos participantes do MES/PSOL.	Três lideranças são filiadas ao PSOL e uma liderança não possui filiação partidária.

Quadro 4 - Caracterização das lideranças do MPL-PG pesquisadas

(Conclusão)		
Elementos	Lideranças da direção do MPL-PG	Lideranças da coordenação do MPL-PG
Participação em espaços de representação	Uma participou representando o MPL em audiências de conciliação; três foram presidente da associação; três participaram de eventos na universidade; e três participaram de reuniões com movimentos sociais.	Três já participaram de eventos representando o MPL.
Participação em movimentos sociais	Todos participaram da: FNL; estudantil; duas lideranças participaram de movimentos feminista; uma de movimento em defesa dos animais; uma de movimento pela questão ambiental; e duas participaram de ocupação pelo MST.	Todos participaram da FNL; três participaram do MST, uma já havia participado de uma ocupação, sem vínculo com movimento social.
Experiência em candidatura eleitorais	Três lideranças já foram candidatas.	Uma liderança foi candidata.
Disponibilidade para futuras candidaturas eleitorais	As quatro lideranças se colocaram à disposição do movimento para candidatura eleitoral.	Duas lideranças se colocaram à disposição para uma eventual candidatura.
Autorreconhecimento como uma liderança	Três se consideram uma liderança.	Três não se consideram uma liderança.

Fonte: Entrevistas realizadas na pesquisa. Organização própria.

A comparação entre direção e coordenação do MPL-PG permite perceber, em primeiro lugar, diferenças importantes na forma como essas lideranças se inserem no movimento e nas condições objetivas a partir das quais atuam. Enquanto nenhuma das lideranças da direção reside na ocupação, todas as da coordenação residem nesse espaço, o que já evidencia uma distinção entre quem está mais diretamente vinculado ao cotidiano vivido no território e quem exerce, em maior medida, funções de formulação, planejamento e articulação política mais ampla. Essa diferença também aparece em outros elementos do quadro. A direção apresenta faixa etária menor, maior escolarização formal e inserção profissional concentrada entre profissionais liberais e serviço público; já a coordenação possui faixa etária mais alta, menor escolaridade formal e ocupações mais diretamente marcadas pelo trabalho manual e por condições mais precárias. Em termos gramscianos, esses dados indicam que a coordenação se encontra mais imediatamente situada na experiência concreta dos grupos subalternos, ao passo que a direção reúne mais condições objetivas para exercer funções de elaboração, organização e mediação política.

Essa diferença de inserção também aparece quando se observa a trajetória política de cada grupo. A direção apresenta uma participação mais diversificada em movimentos sociais,

passando pela FNL, movimento estudantil, feminista, ambiental, de defesa dos animais e MST. A coordenação, por sua vez, aparece com uma trajetória mais concentrada na própria luta por moradia, na FNL e, em parte, no MST. O mesmo ocorre em relação aos espaços de representação. A direção participou de audiências de conciliação, associação de moradores, atividades na universidade e reuniões com outros movimentos sociais, enquanto a coordenação aparece com participação mais restrita, sobretudo em eventos representando o próprio MPL. Em chave gramsciana, isso sugere que a direção concentra com mais força funções conectivo-organizativas, atuando na articulação entre o movimento, a sociedade civil e, em alguma medida, a própria sociedade política. Já a coordenação aparece mais vinculada à sustentação cotidiana da luta no interior da ocupação, o que também é parte fundamental da construção de uma práxis política contra-hegemônica.

As diferenças também se expressam na relação com a organização partidária e com a disputa institucional. Na direção, todos os participantes são vinculados ao MES/PSOL, o que demonstra maior homogeneidade partidária e um vínculo mais sistemático com formas mais estruturadas de organização política. Na coordenação, embora a maioria também tenha filiação ao PSOL, há maior heterogeneidade, inclusive com uma liderança sem filiação partidária. Isso também aparece quando se observa a experiência em candidaturas eleitorais e a disponibilidade para futuras candidaturas: a direção apresenta maior acúmulo nesse campo e todas as lideranças se colocaram à disposição do movimento para eventual candidatura, enquanto na coordenação isso aparece de forma mais limitada. Em termos gramscianos, pode-se dizer que a direção demonstra maior aproximação com mediações mais amplas da luta política, inclusive com a dimensão institucional, o que evidencia uma atuação voltada não apenas à organização imediata da luta, mas também à disputa por direção em outros espaços.

Chama a atenção o autorreconhecimento como liderança. Na direção, três se consideram liderança; na coordenação, três não se reconhecem dessa forma, ainda que exerçam funções importantes no movimento. Esse dado é relevante porque mostra que a função dirigente não diz respeito apenas ao exercício prático de tarefas organizativas, mas também ao modo como o próprio sujeito elabora politicamente o lugar que ocupa na luta.

Assim, o quadro sugere que a direção concentra mais fortemente a autoconsciência de sua função dirigente, enquanto na coordenação permanecem marcas mais fortes da subalternidade também no plano da autopercepção. Há uma diferenciação de funções no interior da mesma práxis política: de um lado, maior concentração de mediação externa, elaboração e articulação; de outro, maior enraizamento na experiência imediata da ocupação.

Também não se descarta, como citado por Odisseu em parte de sua entrevista, que a organização não tem um modelo pronto, assim pode-se alterar inclusive incorporando membros da ocupação na direção. Como já havia ocorrido três vezes, mas na primeira os conflitos com o novo integrante chegaram até mesmo ser resolvido através de questão judicial.

Quadro 5 - Elementos caracterizadores da trajetória de práxis política das lideranças do MPL-PG pesquisadas (Continua)

Lideranças MPL-PG	Elementos caracterizadores da trajetória da práxis política das lideranças
Odisseu	“[...] milito desde os 15 anos. Comecei na campanha do Lula, em 2002. Depois, fui presidente do Grêmio estudantil do meu colégio [...], 2003-2004. Vencemos nas três turnos: manhã, tarde e noite. E desde então, segui na construção partidária, na construção estudantil até desaguar, em 2021, na construção do MPL” (Odisseu)
Atena	“[...] Comecei a militar através do direito dos animais e, a partir disso, avancei nos estudos marxistas para compreender a realidade [...]. Fui para o movimento estudantil e, conforme amadureci, avancei para o movimento de luta por terra e moradia. Minha relação com o MPL começou com a ideia inicial de ocupar, [...] [buscando] as famílias que precisavam; [...] também fiz parte do planejamento [...]” (Atena).
Apolo	“A minha vida na luta por moradia e reforma agrária já começou em 2009, mais ou menos. Em 2009 eu conheci o movimento, conheci pelo menos mais aprofundadamente o MST. Eu já tinha contato com o MST na escola, [...] tinha alunos ali que me falavam do MST e tal, [...]. Através de quando minha companheira entrou na universidade [...] e do conhecimento de algumas lideranças do MST começamos a frequentar a jornada de agroecologia do MST, [também fui conhecendo outras pessoas com] pensamento mais radical, que não se conformava com o capital [...]. Através disso fomos indo para ocupações, conhecer o método de trabalho, como eles se organizavam, até chegarmos nos dias de hoje” (Apolo). “O momento mais crítico foi quando a polícia começou a ameaçar os ocupantes” (Apolo).
Têmis	“[...] Participei de outras ocupações aqui na cidade. Quando era estudante de direito, participei de uma ocupação do MST e depois da ocupação do Ericson de John Duarte, mais outras três tentativas de ocupação na cidade [...] e também em Paiçandu nos prédios lá na cidade de Paiçandu” (Têmis). “[...] Nós iniciamos a movimentação para fazer a Ocupação Ericson John Duarte, eu, o Odisseu, Atena, e Apolo, debatemos a necessidade de uma ocupação, tínhamos o conhecimento do terreno da ocupação, que possuía a estrutura básica para fazer essa ocupação. Era época de pandemia, muitas pessoas sendo despejadas, pessoas morando em situação de risco, amontoadas em casa de parentes, então a gente, em uma reunião de um cursinho popular [...], surgiu essa ideia de fazer uma ocupação. E a gente partiu para o planejamento da ocupação Ericson John Duarte” (Têmis).
Dédalo	“Eu nasci em Mato Grosso, mas minha história começa em São Paulo. Fui criado na roça, trabalhando. Comecei a trabalhar com sete anos, naquela época era difícil. Ajudava a família a colher café. Comecei a trabalhar muito novo. Casei em São Paulo com 17 anos, fui casado por 25 anos e aí me separei. Arrumei serviço em uma empresa de Curitiba, e vim para cá. Era uma construtora. Atualmente estou afastado por 10 meses por conta de problemas de saúde” (Dédalo). “Praticamente eu estou aqui desde o começo. Tem altos e baixos. Ocupação tem altos e baixos. Tem vezes que tá lá em cima, ocupação tem isso. Mas às vezes a fé cai, porque não depende só da gente. Depende de político, depende da prefeitura. Hoje a universidade está dando esse apoio para nós. Mas tem momentos bons e momentos ruins” (Dédalo).

Quadro 5 - Elementos caracterizadores da trajetória de práxis política das lideranças do MPL-PG pesquisadas

(Conclusão)

Lideranças MPL-PG	Elementos caracterizadores da trajetória da práxis política das lideranças
Deméter	“Nasci em Ponta Grossa mesmo. Morei na 31 de março. Com 11 anos comecei a trabalhar de babá. Com 13 anos, comecei a trabalhar em lanchonete, como chapeira. Até que eu me tornei cozinheira. Minha infância não foi muito boa com meu pai e minha mãe, [...]. Não foi boa a minha infância. Casei com 16 anos. Tive minha primeira filha em 1975. Daí pra frente só trabalhando e cuidando da família” (Deméter). “Minha história na ocupação... eu sempre vinha para Ponta Grossa porque já estava morando com meu filho que mora lá na invasão em Curitiba. Minha filha soube da ocupação que iria ter no sábado de noite no dia 4 de dezembro... invadi, ela estava junto. Eu fui para Curitiba porque eu tinha um filho que usava droga e estava no hospital. Voltei dia 2 de fevereiro e desde então nunca mais vou ficar lá. Fiquei com minha filha até conseguir um lugar. Foi difícil no começo aqui, mas consegui” (Deméter)
Hércules	“Eu nasci no município de Congonhinhas, no norte do Paraná, próximo a Londrina. Fui sempre por aí no sítio. É sempre no sítio. Essa é a minha história. Na cidade [que comecei a morar fora do sítio], de 2010 pra cá. Estive em Curitiba, e de Curitiba para Ponta Grossa” (Hércules). “Minha história foi bem sofrida. A barraca tá ali atrás ainda (ao lado da residência), nunca desmontei pra guardar de lembrança. Mas dormi na barraca um bom tempo até construir a minha casa. E fui devagarzinho, e hoje, vamos dizer que tá um palácio perto da barraca” (Hércules). “[Havia] Muita cobra. Nossa! aqui achei muita cobra. [havia] muito frio; vento, porque aqui venta bastante. [...]quando eu cheguei aqui, rapaz... Ventava pra caramba. Vento gelado no inverno, que olha...É uma história minha, que a gente lembra assim” (Hércules).
Hermes	“Eu tenho um irmão que participava já de ocupações no Rio Grande do Sul, mas eu inicialmente não conseguia participar por ser muito corrido. Casei, me separei. Eu estava então pagando aluguel, um amigo meu soube da ocupação e me contou. Ai hoje faço parte da coordenação, mas me distanciei um pouco por conta das questões da vida. Mas faço o que está ao meu alcance” (Hermes).

Fonte: Entrevistas realizadas na pesquisa. Organização própria.

Sobre os elementos caracterizadores da trajetória de práxis política das lideranças pesquisadas, conforme exposto no quadro acima, tem destaque o início da participação em movimentos sociais e ou participação partidária e em campanhas eleitorais.

O quadro evidencia que a práxis política das lideranças do MPL-PG não se constitui a partir de uma trajetória única, linear ou homogênea. Ao contrário, o que aparece é a convergência de percursos bastante distintos, que vão desde trajetórias já marcadas por militância estudantil, partidária e em outros movimentos sociais, até trajetórias atravessadas mais diretamente pelo trabalho precoce, pela migração, pela pobreza, pelo aluguel, pela instabilidade familiar e pela própria necessidade concreta de moradia. Em termos gramscianos, isso é importante porque mostra que a formação de lideranças no interior do movimento não nasce apenas de espaços formais de elaboração política, mas também da experiência vivida pelos grupos subalternos em suas contradições mais concretas. Assim, a ocupação aparece como espaço de encontro entre diferentes níveis de acúmulo político, no qual se articulam elaboração, necessidade material, experiência coletiva e organização.

De um lado, lideranças como Odisseu, Atena, Apolo e Têmis apresentam trajetórias em que a inserção política antecede a própria construção do MPL-PG. Nesses casos, aparecem a militância partidária, o movimento estudantil, a aproximação com o marxismo, a atuação junto ao MST e a participação em outras ocupações, o que revela um acúmulo político anterior e uma formação mais diretamente vinculada à elaboração estratégica da luta. Não por acaso, são trajetórias em que aparecem com mais força o planejamento da ocupação, a leitura da conjuntura, a identificação da necessidade social e a construção intencional de uma ação coletiva. Em chave gramsciana, trata-se de um conjunto de lideranças que tende a concentrar funções conectivo-organizativas mais nítidas, isto é, funções de articulação, formulação e direção política, ligando a experiência imediata da falta de moradia a um horizonte mais amplo de luta por terra, moradia e transformação social. Nesses casos, a práxis política se mostra de forma mais explícita como unidade entre reflexão, organização e ação.

De outro lado, trajetórias como as de Dédalo, Deméter, Hércules e Hermes revelam um caminho mais diretamente marcado pelas expressões da subalternidade no cotidiano da vida. São histórias atravessadas pelo trabalho desde muito cedo, por deslocamentos territoriais, por dificuldades familiares, adoecimento, aluguel, precariedade e sofrimento concreto até a chegada à ocupação. Ainda assim, essas trajetórias não aparecem apenas como lugar de carência ou de necessidade imediata, mas como percurso a partir do qual também se produz experiência política, memória coletiva e capacidade de organização. Quando relatam os altos e baixos da ocupação, o tempo vivido em barraca, o frio, o vento, as cobras, a dependência em relação ao poder público ou o ingresso na ocupação como saída diante da impossibilidade de continuar pagando aluguel, o que se evidencia é a dimensão concreta da luta por moradia como processo formativo. Em termos gramscianos, isso permite perceber como a experiência vivida pelos grupos subalternos pode se transformar em base para a construção de consciência, de vínculos coletivos e de participação política, ainda que nem sempre essa elaboração apareça inicialmente de forma teórica ou sistematizada.

Desse modo, o quadro mostra que a práxis política das lideranças do MPL-PG se forma justamente na relação entre esses diferentes percursos. Há, de um lado, trajetórias em que a militância anterior permite maior elaboração e capacidade de planejamento; de outro, trajetórias em que a própria experiência da expropriação e da luta pela sobrevivência impulsiona o ingresso no movimento e a construção de novas formas de participação. O mais relevante, portanto, é que o MPL-PG aparece como espaço em que essas trajetórias se encontram e se transformam mutuamente. Em termos gramscianos, isso sugere que a ocupação não é apenas um espaço de reivindicação imediata, mas também um terreno de

formação de intelectuais orgânicos vinculados às classes subalternas, no qual a experiência prática, a direção política e a organização coletiva podem se combinar na construção de uma vontade coletiva. Assim, o quadro revela que a luta por moradia, no interior do movimento, também opera como processo educativo-político, por meio do qual sujeitos antes dispersos ou marcados pela subalternidade passam a participar, organizar, interpretar a própria realidade e atuar sobre ela.

No caso de Odisseu, sua trajetória de militância política se iniciou pela via da política eleitoral, conforme pode-se observar na passagem seguinte de seu depoimento:

“[...] milito desde os 15 anos. Comecei na campanha do Lula, em 2002. Depois, fui presidente do Grêmio estudantil do meu colégio [...], 2003-2004. Vencemos nas três turnos: manhã, tarde e noite. E desde então, segui na construção partidária, na construção estudantil até desaguar, em 2021, na construção do MPL” (Odisseu)

Em relação à sua história destaca-se sua experiência política, com ênfase em espaços institucionalizados de participação, seja em grêmios estudantis, seja na militância política partidária e eleitoral. Diferente dos que iniciaram suas trajetórias via movimentos sociais, Odisseu inicia sua militância, atuando em campanhas eleitorais para mais tarde passar a militar em movimentos sociais.

Atena sintetiza sua trajetória de militância, demonstrando que iniciou em movimentos de defesa dos animais, perpassando por atividades de estudos marxistas. O movimento estudantil também é destaque na vida da referida liderança até sua atuação na Ocupação, o que segundo ela veio com o amadurecimento.

“[...] Comecei a militar através do direito dos animais e, a partir disso, avancei nos estudos marxistas para compreender a realidade [...]. Fui para o movimento estudantil e, conforme amadureci, avancei para o movimento de luta por terra e moradia. Minha relação com o MPL começou com a ideia inicial de ocupar, [...] [buscando] as famílias que precisavam; [...] também fiz parte do planejamento [...]” (Atena).

Destaca-se na fala da referida liderança a importância do conhecimento teórico-político em concomitância com a prática política coletiva como mediadores de sua elevação de consciência e capacidade de ação política.

Quanto a Apolo nota-se que a participação e as experiências junto ao MST foram fundamentais para a sua trajetória de militância. Segundo seu depoimento a vivência junto ao movimento proporcionou aprender o método de trabalho do movimento, sua forma de organização, etc. e atribuir a essa experiência o fator determinante para a sua militância no MPL no contexto da Ocupação Ericson John Duarte.

“A minha vida na luta por moradia e reforma agrária já começou em 2009, mais ou

menos. Em 2009 eu conheci o movimento, conheci pelo menos mais aprofundadamente o MST. Eu já tinha contato com o MST na escola, [...] tinha alunos ali que me falavam do MST e tal, [...]. Através de quando minha companheira entrou na universidade [...] e do conhecimento de algumas lideranças do MST começamos a frequentar a jornada de agroecologia do MST, [também fui conhecendo outras pessoas com] pensamento mais radical, que não se conformava com o capital [...]. Através disso fomos indo para ocupações, conhecer o método de trabalho como eles se organizavam, até chegarmos nos dias de hoje” (Apolo).

Apolo ainda destaca que o momento mais crítico de sua militância no MPL-PG se deve a atuação violenta da polícia. Nas suas palavras: “O momento mais crítico foi quando a polícia começou a ameaçar os ocupantes” (Apolo). Ao ser indagado se eram ameaças formais ou informais, contou o seguinte:

“Formalmente e informalmente, polícia e a guarda-municipal. Também faziam gestos para os moradores” (Apolo). Demonstrando as ameaças do Estado e tentativa de enfraquecer o movimento e de repressão, atuando fora do que está estabelecido legalmente.” (Apolo);

A repressão policial, enquanto manifestação da face coercitiva do Estado Ampliado é presença marcante na trajetória de militância em movimentos sociais no Brasil.

Têmis conta sua história, relatando sua trajetória acadêmica, participação no MST e em outras ocupações:

“[...] Participei de outras ocupações aqui na cidade. Quando era estudante de direito, participei de uma ocupação do MST e depois da ocupação do Ericson de John Duarte, mais outras três tentativas de ocupação na cidade [...] e também em Paiçandu nos prédios lá na cidade de Paiçandu” (Têmis).

Ainda sobre sua trajetória de militância no MPL, Têmis conta que iniciou com o planejamento e realização da ocupação:

“[...] Nós iniciamos a movimentação para fazer a Ocupação Ericson John Duarte, eu, o Odisseu, Atena, e Apolo, debatemos a necessidade de uma ocupação, tínhamos o conhecimento do terreno da ocupação, que possuía a estrutura básica para fazer essa ocupação. Era época de pandemia, muitas pessoas sendo despejadas, pessoas morando em situação de risco, amontoadas em casa de parentes, então a gente, em uma reunião de um cursinho popular [...], surgiu essa ideia de fazer uma ocupação. E a gente partiu para o planejamento da ocupação Ericson John Duarte” (Têmis).

Outro elemento que se sobressai na trajetória de militância das referidas lideranças, trata-se das dificuldades enfrentadas, as quais se relacionam com situações precárias de vida. Dédaló aponta momentos bons e ruins. Sobre os momentos ruins destaca que ocorrem nas chuvas, por conta da estrutura precária das residências, telhas são quebradas, entra lama nas casas e “cai o barraco”.

“Momento ruim é quando chove, não tem estrada. Entra barro nas casas, são todos barracos, entra água também. Não é casa, é barraco. E os barracos são todos fracos. Muitos dos problemas ocorrem quando chove. Quebra telha, cai o barraco” (Dédaló).

Os momentos bons são situações em que ocorrem graças à ocupação, em que essa liderança não precisa mais pagar contas de energia elétrica, água nem mesmo aluguel. Cita que a esperança de melhora está depositada na UEPG:

“Temos esperança com esse apoio da universidade, de dar uma melhorada. Mas tem um bom momento também. Para mim é bom que desde que eu estou aqui não preciso mais pagar aluguel. Pagava no período de 10 anos em Ponta Grossa 600 reais por mês, mais luz e água, já dava 800 e pouco. Além da comida e dos remédios, porque minha mulher sempre foi doente” (Dédalo).

Nas suas palavras, portanto: “Ocupação tem altos e baixos. Tem vezes que tá lá em cima, ocupação tem isso. Mas às vezes a fé cai, porque não depende só da gente. Depende de político, depende da prefeitura. Hoje a universidade está dando esse apoio para nós.” (Dédalo). Destaca-se, nesta passagem de seu depoimento, a relação de dependência que os ocupantes mantêm com a sociedade política. A universidade, nessa relação, comparece exercendo papel de apoio ao movimento. Esta liderança destaca ainda questões como sua realidade de trabalho infantil desde os sete anos de idade, por conta da situação de vulnerabilidade social de sua família (fazia isso como forma de buscar auxiliar a família), sua trajetória é marcada pelo trabalho, suas mudanças de estados e de cidades foram decorrentes dos trabalhos formais que conseguiu.

“Eu nasci em Mato Grosso, mas minha história começa em São Paulo. Fui criado na roça, trabalhando. Comecei a trabalhar com sete anos, naquela época era difícil. Ajudava a família a colher café. Comecei a trabalhar muito novo. Casei em São Paulo com 17 anos, fui casado por 25 anos e aí me separei. Arrumei serviço em uma empresa de Curitiba, e vim para cá. Era uma construtora. Atualmente estou afastado por 10 meses por conta de problemas de saúde” (Dédalo).

Após 49 anos de trabalho no espaço rural e como pedreiro, está adoecido e afastado do seu trabalho. Outra contradição explícita é que este trabalhador atuou por tanto tempo na construção de casas e imóveis e não tinha seu próprio imóvel. Símbolo da expropriação e da alienação entre produto e produtor. Dédalo contou que já realizou oito ocupações em sua vida.

Nascida em Ponta Grossa, Deméter conta o seguinte:

“Nasci em Ponta Grossa mesmo. Morei na 31 de março. Com 11 anos comecei a trabalhar de babá. Com 13 anos, comecei a trabalhar em lanchonete, como chapeira. Até que eu me tornei cozinheira. Minha infância não foi muito boa com meu pai e minha mãe, [...]. Não foi boa a minha infância. Casei com 16 anos. Tive minha primeira filha em 1975. Daí pra frente só trabalhando e cuidando da família” (Deméter).

Assim como Dédalo, Deméter também retrata um histórico de trabalho infantil, o que

reforça o histórico de precárias condições de vida, por parte das lideranças pesquisadas. A função de babá foi substituída pela de cozinheira (campos de atuação de reprodução social do trabalho) e a função de cuidado da família. Sua trajetória na Ocupação Ericson John Duarte, relata o esforço que fez para compatibilizar o cuidado do filho que se encontrava hospitalizado em Curitiba e o suporte à filha que se manteve na Ocupação, em Ponta Grossa.

“Minha história na ocupação... eu sempre vinha para Ponta Grossa porque já estava morando com meu filho que mora lá na invasão em Curitiba. Minha filha soube da ocupação que iria ter no sábado de noite no dia 4 de dezembro... invadi, ela estava junto. Eu fui para Curitiba porque eu tinha um filho que usava droga e estava no hospital. Voltei dia 2 de fevereiro e desde então nunca mais vou ficar lá. Fiquei com minha filha até conseguir um lugar. Foi difícil no começo aqui, mas consegui” (Deméter)

Hércules, por sua vez, conta que sua história começa no campo.

“Eu nasci no município de Congonhinhas, no norte do Paraná, próximo a Londrina. Fui sempre por aí no sítio. É sempre no sítio. Essa é a minha história. Na cidade, de 2010 pra cá. Estive em Curitiba, e de Curitiba para Ponta Grossa” (Hércules).

Na ocupação, sua trajetória é marcada pelo sofrimento. Durante a entrevista chegou a mostrar a barraca que montou quando chegou na ocupação, a qual ainda está montada ao lado de sua residência, como forma de lembrar de como tudo começou.

“Minha história foi bem sofrida. A barraca tá ali atrás ainda (ao lado da residência), nunca desmontei pra guardar de lembrança. Mas dormi na barraca um bom tempo até construir a minha casa. E fui devagarzinho, e hoje, vamos dizer que tá um palácio, perto da barraca. (Hércules).

O referido sujeito de pesquisa ainda pontua sobre as adversidades encontradas na ocupação dizendo o seguinte:

“[Havia] Muita cobra. Nossa! aqui achei muita cobra” [havia] muito frio; vento, porque aqui venta bastante. [...]quando eu cheguei aqui, rapaz... Ventava pra caramba. Vento gelado no inverno, que olha...É uma história minha, que a gente lembra assim” (Hércules).

O depoimento acima evidencia a precariedade das condições de vida experimentadas pelos ocupantes durante o processo de ocupação, as quais foram sendo amenizadas ao longo do tempo, com a construção de residências pelos ocupantes, mas que não se extinguiram pois muitas delas dependem da atuação do poder público.

Por fim, Hermes. Esta liderança sintetiza em uma fala sua trajetória de militância e sua história na ocupação:

“Eu tenho um irmão que participava já de ocupações no Rio Grande do Sul, mas eu inicialmente não conseguia participar por ser muito corrido. Casei, me separei. Eu estava então pagando aluguel, um amigo meu soube da ocupação e me contou. Ai

hoje faço parte da coordenação, mas me distanciei um pouco por conta das questões da vida. Mas faço o que está ao meu alcance” (Hermes).

Como elementos da fala se sobressai a relação com movimentos sociais a partir da participação junto com seu irmão no MST e ainda as suas condições precárias de vida que o levaram à ocupação e de como soube sobre essa ação direta.

Considerando o conjunto das trajetórias de militância apresentadas pelas lideranças entrevistadas, evidencia-se que a participação política no interior do MPL-PG não surge de forma abstrata ou desvinculada da realidade concreta vivida pelos sujeitos. Ao contrário, trata-se de trajetórias forjadas no interior de experiências materiais, sociais e políticas distintas, mas atravessadas, em maior ou menor grau, por situações de subalternidade. Em Odisseu, Atena, Apolo e Têmis, a militância se inicia em espaços como campanhas eleitorais, movimento estudantil, cursinhos populares, organizações partidárias e outros movimentos sociais, funcionando como instâncias formativas de acúmulo político e elaboração crítica. Já em Dédalo, Deméter, Hércules e Hermes, a trajetória política emerge mais diretamente das contradições da própria vida concreta, marcada pelo trabalho precoce, pela precariedade, pela migração, pelo aluguel, pela ausência de políticas públicas e pela necessidade objetiva de lutar por moradia. Assim, o que se evidencia é que a militância política, em todos os casos, nasce da realidade social e das contradições vividas, ainda que mediada por percursos distintos.

Em termos gramscianos, esse dado é relevante porque demonstra que a formação da consciência não se dá como resultado de uma motivação puramente ideal ou metafísica, mas como desdobramento histórico de experiências concretas, reelaboradas no interior da luta coletiva. A vivência da exploração, da insegurança habitacional, da instabilidade do trabalho e da ausência de direitos, quando articulada à organização política, passa a constituir um terreno fecundo para a elevação intelectual e moral dos sujeitos. É nesse sentido que a militância vai deixando de se situar apenas no plano da necessidade imediata e passa a se deslocar para um momento ético-político de consciência. Tal movimento remete ao processo gramsciano de passagem do senso comum ao bom senso, isto é, da experiência fragmentada e muitas vezes vivida de forma dispersa, para uma compreensão mais crítica e articulada da realidade. Também se aproxima da noção de catarse, entendida como elevação da consciência a um nível em que o sujeito deixa de perceber sua condição apenas como drama individual e passa a compreendê-la como expressão de determinações sociais mais amplas, vinculadas à luta de classes.

Outro elemento que se destaca no conjunto das entrevistas é a organicidade diferenciada que se expressa entre as lideranças da direção e da coordenação. Embora

componham o mesmo movimento e integrem a mesma práxis política coletiva, suas trajetórias indicam funções distintas no interior da luta. Odisseu, Atena, Apolo e Têmis, que compõem a direção e são externos à ocupação, aparecem mais fortemente vinculados às tarefas de articulação, planejamento, formulação e mediação política, tanto no processo de construção da ocupação quanto nas relações com outros movimentos, com a universidade e com a sociedade política. Já Dédalo, Deméter, Hércules e Hermes, enquanto lideranças da coordenação e moradores da ocupação, aparecem mais diretamente vinculados à experiência concreta do território, à resistência cotidiana, à construção da moradia, à memória da luta e aos saberes práticos produzidos na própria dinâmica da ocupação. Trata-se, portanto, de uma diferenciação que não separa teoria e prática de forma rígida, mas que explicita formas distintas de organicidade no interior do movimento.

Essa diferenciação é importante porque permite compreender que os intelectuais orgânicos vinculados às classes subalternas não se formam apenas a partir do domínio teórico ou da inserção em espaços institucionalizados de debate, mas também a partir da própria experiência de organização da vida, da resistência e da luta cotidiana. Os saberes produzidos pelos membros da coordenação, enraizados na vivência direta da ocupação, não são inferiores aos saberes da direção, mas expressam outra dimensão da práxis política, igualmente necessária à construção de uma vontade coletiva. Ao mesmo tempo, o acúmulo político e organizativo das lideranças da direção permite realizar mediações mais amplas e conectar a luta imediata por moradia a um horizonte mais geral de enfrentamento da hegemonia burguesa. Assim, o que se evidencia não é uma oposição entre dois tipos de liderança, mas uma relação de complementaridade contraditória, na qual diferentes formas de inserção e experiência se articulam na constituição do movimento.

Portanto, pode-se afirmar que a trajetória de militância das lideranças do MPL-PG é marcada por uma unidade de diversidade. As histórias são distintas, os pontos de partida não são os mesmos, os níveis de escolarização, inserção política e condições de vida também variam, mas todas convergem para um processo de organização coletiva que vai consubstanciando a formação de uma consciência de classe. Em outras palavras, embora atravessadas por formas distintas de subalternidade, tais trajetórias se encontram na luta concreta e, por meio dela, produzem processos de elevação política, crítica do senso comum e construção de novos modos de compreender e agir sobre a realidade. É justamente nesse movimento que a práxis política das lideranças do MPL-PG pode ser apreendida, em chave gramsciana, como parte de um processo contra-hegemônico, no qual sujeitos oriundos de experiências diversas passam a elaborar coletivamente uma direção política vinculada aos

interesses das classes subalternas.

3.2 AS PRINCIPAIS AÇÕES, ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DA PRÁXIS POLÍTICA DAS LIDERANÇAS DO MPL-PG ENQUANTO INTELECTUAIS ORGÂNICOS NA LUTA PELO DIREITO À MORADIA

Considerando o exposto sobre a constituição do MPL-PG e a inserção de suas lideranças na luta pelo direito à moradia, este item analisa as principais ações, estratégias e táticas que compõem a práxis política dessas lideranças enquanto intelectuais orgânicos. Parte-se do entendimento de que sua atuação não se limita ao encaminhamento das demandas imediatas da ocupação, mas abrange também a organização coletiva, a formação política, a direção moral e intelectual e a construção das mediações necessárias à permanência e ao fortalecimento do movimento na correlação de forças local. Busca-se, portanto, apreender como essa atuação se expressa no cotidiano da luta e na disputa pelo direito à moradia em Ponta Grossa.

3.2.1 Atributos e ações das lideranças do MPL-PG enquanto intelectuais orgânicos

Ao serem questionados acerca dos principais atributos de uma liderança, os sujeitos da pesquisa, apontaram em síntese atributos que remetem à práxis de um intelectual orgânico, nos moldes do que dispõe Gramsci (2004) foram desde boa comunicação, capacidade de realizar análise de conjuntura, assumir responsabilidades com o movimento até a promoção da elevação cultural e política e a capacidade de direção moral e política. Estes e outros elementos podem ser verificados no quadro a seguir:

Quadro 6 – Atributos de uma liderança do MPL-PG na visão dos sujeitos pesquisados

(Continua)

Membros do MPL-PG	Incidências	Atributos de uma liderança do MPL-PG
Direção	2	a) Capacidade de realizar análise de conjuntura; b) Assumir responsabilidades; c) Promover elevação cultural e política; d) Habilidade de organização política;
	1	a) Boa Comunicação; b) Promover união; c) Respeitar as diferenças; d) Paciência;

Quadro 6 – Atributos de uma liderança do MPL-PG na visão dos sujeitos pesquisados

(Continua)

Membros do MPL-PG	Incidências	Atributos de uma liderança do MPL-PG
Direção	1	e) Distribuição de tarefas; f) Aplicação das decisões da organização; g) Capacidade de direção moral e política.
Coordenação	1	a) Capacidade de realizar análise de conjuntura; b) Estar em diálogo com a comunidade; c) Deve estar próximo do grupo; d) Assumir responsabilidades; Garantir as necessidades básicas humanas Exemplo de conduta; e) Orientar a conduta do indivíduo; f) Capacidade de direção moral e política; g) Assegurar a transparência dos processos legais da ocupação; h) Não realizar promessas com prazos incorretos
Síntese Direção/Coordenação	3	a) Capacidade de realizar análise de conjuntura; b) Assumir responsabilidades.
	2	a) Promover elevação cultural e política; b) Habilidade de organização política; c) Capacidade de direção moral e política; d) Boa Comunicação; e) Promover união; f) Respeitar as diferenças; g) Paciência; h) Distribuição de tarefas; i) Aplicação das decisões da organização.
	1	a) Estar em diálogo com a comunidade; b) Estar próximo da comunidade; c) Garantir as necessidades básicas humanas; d) Exemplo de conduta ética; e) Assegurar a transparência dos processos legais da ocupação f) Não realizar promessas com prazos incorretos.

Fonte: Entrevistas realizadas na pesquisa. Organização própria.

Conforme pode-se observar no quadro 6, os dois atributos de uma liderança do MPL-PG que tiveram maior incidência entre os sujeitos de pesquisa e foram mencionadas tanto por um grupo como pelo outro, foram: a capacidade de realizar análise de conjuntura e assumir responsabilidade, o que mostra a necessidade de uma liderança do movimento de

pensar criticamente sobre a realidade como também assumir responsabilidades no movimento, o que evidencia o sentido crítico da práxis, enquanto ação/reflexão crítica na/da realidade social. Crítica no sentido trabalhado por Netto (2011) de ir à raiz das situações, a fim de conhecer os seus fundamentos e trazê-los à consciência. No processo do abstrato ao concreto, tornando possível a reprodução ideal do movimento do real. Tal é o fundamento também para se aproximar e pesquisar a realidade.

No caso da codificação sobre a capacidade de realizar análise de conjuntura, a maioria dos sujeitos citaram explicitamente esse atributo, outros disseram com outras palavras mas com o mesmo sentido, como Dédalo: “Uma liderança, ele tem que ter conhecimento do caso que ele está liderando”. (Dédalo). O trecho de Têmis em que foi extraído a unidade codificada de “assumir responsabilidades” foi: [Uma] [...] liderança **precisa ter coragem**, coragem para fazer o enfrentamento (Têmis, grifo nosso).

A construção da contra hegemonia por parte do MPL-PG se inicia com a ação direta das ocupações realizadas em Ponta Grossa, as quais já apontam elementos concretos que materializam a sua capacidade de mudar a realidade e a própria consciência política de seus membros e dos ocupantes. Nesse sentido, Dédalo ao ser questionado se o seu trabalho na Ocupação não poderia ser configurado como o de uma liderança, este afirma que se trata na realidade do movimento, apontando para a direção de um momento ético-político de consciência. Quando indagado sobre as ações de sua trajetória que assumiram caráter de liderança, a liderança relatou o seguinte: “Não, esse é o trabalho da comunidade.”

Entre as ações protagonizadas pelos intelectuais orgânicos do MPL-PG destacam-se as formações políticas realizadas em articulação com grupos aliados e mesmo pelos militantes na ocupação, como as que Têmis relata ter feito, as quais contribuíram com a produção de conhecimento crítico em relação à realidade, conforme segue:

“Na formação usamos a cartilha do MPL, com foco em conceitos básicos e prática militante; além disso atos e manifestações também são formas de formação política, pois deixa mais nítido que é o adversário da classe trabalhadora e consequentemente como poder político opera, que é favor da classe dominante.” (Têmis).

Em articulação com esses atributos dois dos membros da Direção mencionaram a promoção da elevação cultural e política o que dialoga com outro atributo mencionado por dois dos membros da coordenação quanto a capacidade de direção moral e política. Pode-se dizer que esse é um atributo essencial para a disputa da hegemonia. A capacidade de direção é fundamental para uma práxis política contra hegemônica.

No trecho em que foi extraído a unidade “Promover elevação cultural e política”, um dos exemplos é este: “Quanto à liderança e ao intelectual, é fazer com que as pessoas expandam a sua consciência, de que o problema da falta de moradia não é um problema essencialmente de não ter casas, é um problema do capitalismo [...]”. (Odisseu).

Outros atributos também foram ressaltados por ambos os grupos, como: promover elevação cultural e política; habilidade de organização política; capacidade de direção moral e política; boa comunicação; promover união; respeitar as diferenças; paciência; distribuição de tarefas e aplicação das decisões da organização. A seguir, destaca-se um trecho do depoimento de Apolo que faz referência a alguns desses atributos.

“Uma liderança deve juntar pessoas, não espalhar. [...]. Reunir, promover debates. Porque se uma liderança não consegue se reunir, então ele vai espalhar. [...] **uma liderança deve reunir para construir, nem que a pessoa tenha ideias divergentes** temos que tentar através do debate e do diálogo fazer da melhor forma possível. Com **respeito**, sabendo que a formação de cada um não é igual a sua, que a sua criação também não foi igual a do outro, **as orientações das pessoas são diferentes**” (Apolo, grifo nosso).

Nota-se que os atributos dialogam entre si, comportando-se como uma unidade de diversidades que corrobora com o movimento de direção coletiva necessária para a disputa pela hegemonia. Tais atributos são fundamentais para o enfrentamento da fragmentação e desagregação dos grupos subalternos. Dédalo aponta a necessidade de estar junto com o grupo subalterno, estar em diálogo com a comunidade e compreender além do imediato a situação específica. Associando sua visão a outros atributos já mencionados, Deméter aponta:

“Eu acho que a liderança aqui, geralmente, eles vão atrás de doação pras pessoas que mais necessitam, gente que tinha sacola de verdura; tem uma liderança aqui atrás. Eu acho que a liderança aqui é ter mais responsabilidade. Que vai atrás quando precisa de *eternit*” (Deméter).

Entre os depoimentos compareceram questões como o atendimento de necessidades básicas e urgentes dos ocupantes, como atenção à questão da fome e a busca por material de construção para telhado dos ocupantes.

Hércules aponta desde a liderança sem exemplo de conduta, quanto orientar e convencer a comunidade sobre a necessidade de seguir os princípios do MPL:

A liderança é procurar orientar o pessoal a ir num caminho certo sobre... De organização, né? Não deixar a pessoa se extraviar [...] e fazer coisa errada. E sempre tá conversando com a pessoa pra ele entender que o caminho é aquele caminho correto conforme a coordenação ensina, né? Ser um bom vizinho. Não ficar com briga. Não colocar fogo no mato. [...] Eu acho que isso aí é liderar (Hércules).

Portanto, a liderança na visão do referido sujeito tem a função da direção moral,

organizar politicamente o grupo, seguir as regras do próprio MPL e ser exemplo de conduta de acordo com as regras da ocupação.

“Em primeiro lugar, é passar o correto e o que está acontecendo; por exemplo, se eu falar que vai passar um trator na rua em dois meses, o trator tem que passar na rua em dois meses. Então passa um ano, dois anos e nada. Então esse é um problema sério que divide as pessoas. As coisas demoram um pouco, sabemos que tem que formalizar tudo. É muita enrolação” (Hermes).

Hermes destaca a questão da transparência em relação à situação, ou mesmo da forma de comunicação que explicita a situação sobre os prazos e demora de algumas ações. A ausência de transparência é um fator que pode levar à desagregação do grupo, como se observa no que se refere à questão da demora no processo de construção das residências e a não compreensão do motivo desta.

Considerando o conjunto de atributos, pode-se notar que são diversificados os atributos de uma liderança do MPL-PG na visão dos sujeitos e que elas dialogam entre si na perspectiva da garantia e efetivação da direção social, política e cultural que o referido movimento deseja imprimir na realidade, sem perder de vista o atendimento das necessidades básicas mais urgentes dos ocupantes e a transparência das ações.

Questionados se auto reconhecem enquanto lideranças do MPL-PG, inclusive considerando os atributos por eles mencionados, de forma geral, quase todos da direção se consideram como lideranças, já os coordenadores nenhum se considera líder e disseram que são “apenas coordenadores”.

A seguir, algumas das falas das lideranças e suas percepções dos motivos que os levaram a se auto reconhecer como tal.

[...] Me considero uma liderança, e consigo ter certeza disso é o quanto influenciemos a vida das pessoas. Então, teve momentos bem interessantes, que ainda acontecem, das mulheres da ocupação falarem, ah, me espelho em você; você é inteligente [...]. Então, o fato de influenciar muitas pessoas, principalmente as mulheres (Atena).

A partir dessa fala, foi codificada a unidade de Exemplo de Conduta Ético-política (por ser exemplo para outras mulheres).

Apolo e Têmis destacam, entre outras questões, o planejamento da ação direta da ocupação e ações contra o despejo, conforme segue:

“Eu acho que foi reconhecido como liderança, porque a junção das 4 lideranças que fez ocorrer o plano de ocupação, da direção [...]. Fui reconhecido porque, junto com o Odisseu, a Têmis e Atena, fui um dos idealizadores da ocupação durante a pandemia. Havia companheiros meus do trabalho com ameaça de despejo por conta do aluguel, e nisso surgiu essa vontade de ocupar. Deu certo. E nos momentos mais

críticos estávamos juntos, todos sabem o sofrimento que foi” (Apolo).
 Considera-se liderança pelo planejamento, execução e manutenção da ocupação. Já realizou trabalho de formação política e realizou outras ocupações pela organização (ainda quando o grupo era filiado à FNL) (Têmis).

Apolo em outro momento já destacou sua atuação em formações políticas, além da atuação no trabalho intelectual e ora destaca a atuação de organização de atividades, além do trabalho manual na infraestrutura da ocupação. Apolo, diferentemente de Têmis, não se reconhece individualmente como uma liderança, afirmando não se considerar um exemplo. Para o referido sujeito, Odisseu e Atena possuem uma determinação maior no movimento. No seu depoimento acima citado, já é possível perceber que Apolo reconheceu a existência de uma liderança coletiva no movimento, quando se refere à junção das 4 lideranças que fizeram o plano da ocupação acontecer.

A fala de Dédalo em relação a se considerar uma liderança foi a seguinte:

“Rapaz, eu não me considero como um líder. Eu me considero como um coordenador, porque eu sou coordenador e atuo no movimento aqui e sou vice-presidente da associação. O líder tem mais responsabilidade do que um coordenador, por que você conheceu como era aqui antes? Porque tudo isso aqui eu fiz sozinho, vários sábados e domingos (mostrando a construção da sede).” (Dédalo).

Não se considera liderança por não fazer parte da direção e compreende que assim não possui a mesma responsabilidade, correlacionando a liderança do movimento com a dimensão formal de sua organização. Portanto, compreende como um dos atributos fundamentais a responsabilidade da direção em relação à ocupação, reconhecendo-a como liderança do movimento. Quanto às suas ações na coordenação, Dédalo destaca a construção e cuidado da sede e o trabalho na conquista de doações de materiais para a sua construção, reforçando que tais ações não o configuram uma liderança, mas que se trata de um trabalho comunitário. Nas suas palavras:

“Não, esse é o trabalho da comunidade. Cuido daqui, uma vez mentiram que tinham roubado as máquinas daqui e eu tive que vir de noite filmar e mandar o vídeo para a prefeitura que as máquinas estavam aqui. Tem pessoas que lutam para não sair das casas” (Dédalo).

Ainda que não se reconheça como liderança, Dédalo destaca que acredita que seu reconhecimento pelos companheiros do MPL-PG se deve a um encontro com o Zé Rainha (liderança da FNL) e que ele o reconheceu como “um cara forte” no movimento e que o recomendou para uma liderança local para ocupar a coordenação na ocupação, conforme segue:

“Porque quando teve aquele encontro que o Zé Rainha veio, ele me reconheceu e falou para o Odisseu que eu sou um cara firme. Ele me acompanhou por vários anos,

então falou para me colocar na coordenação. Já estou há 3 anos na coordenação. Às vezes para ajudar a construir a sede, além das doações, eu tirava dinheiro do meu bolso.” (Dédalo).

Ainda sobre não se reconhecer como liderança, atribuindo ao seu trabalho a natureza comunitária, atribuindo um caráter executório às suas ações. Neste sentido, Deméter fala o seguinte:

“Não, eu não me considero uma liderança, eu me considero uma coordenadora da vila que eu entrego [objetos no endereço]. Eu sou responsável pela sede de abrir e fechar quando tem algum evento. Quando tem evento aqui, eu vou para a cozinha fazer comida. Eu sou mais uma coordenadora mesmo. Eu não me sinto da liderança, assim” (Deméter).

Ao não se reconhecer como liderança, Deméter se define como “apenas uma coordenadora”, mesmo realizando atividades do cuidado da sede (em conjunto com Dédalo), cozinhar em eventos e cuidar de envio de objetos pelo correio e da própria sede. Sobre os motivos de ter sido indicada pelos companheiros de movimento, Demeter relata o seguinte: “Porque eu acho que sempre eu estava junto aqui com eles. Sempre eu estava junto nas ações. Abrir e fechar a sede, fazer comida, doações de roupa. Organizo as doações” (Deméter). Além disso, conta: “Por talvez defender essas causas que a gente defende, né? E saber do meu passado, que eu já fui [...]” (Deméter).

Hércules menciona que atualmente se reconhece como uma liderança, mas que já ficou em dúvida quanto a isso, mas destacou sua atuação pela ocupação. Hércules presume que os motivos que levaram à sua escolha como liderança são: “Por talvez defender essas causas que a gente defende, né? E saber do meu passado, que eu já fui...Fiz parte do movimento” (Hércules).

Hermes conta sobre suas ações e proatividade:

“[...] quando aparece atividades para eu fazer e estou em casa, eu faço. Corremos atrás. Temos que ter esperança. Eu quando entrei aqui, fiz questão de participar da ocupação, acho que é pelo meu esforço; pelo meu empenho. Fazíamos baile para arrecadação de dinheiro, buscamos doações de tijolos; corremos atrás de doações.[...] Então pedra, cimentos e outros materiais; além de arrecadarmos dinheiro”. (Hermes).

Destacando além do que já foi apontado sobre ele, a arrecadação de doações e recursos financeiros. Sobre a visão que este tem sobre motivos de ter sido indicado respondeu:

“Olha, se quando aparece atividades para eu fazer e estou em casa, eu faço. Corremos atrás. [...]. Temos que ter esperança. Eu quando entrei aqui, fiz questão de participar da ocupação, acho que é pelo meu esforço; pelo meu empenho. Participei também da ocupação no Borato, mas tivemos que desistir”.

Para sintetizar as percepções do motivo que foi indicado tem-se o quadro 7, apontando

as percepções pelas lideranças; de forma geral pela direção e também pela coordenação.

Quadro 7 – Visão dos sujeitos acerca dos motivos de suas indicações como lideranças do MPL-PG

(Continua)

Lideranças	Percepção do motivo da indicação	
Direção		
Odisseu	Realizar análise de conjuntura; experiência prática e teórica e por assumir responsabilidades	
Atena	Exemplo de conduta ética	
Apolo	Por iniciar a ocupação; Atuação na elevação política e cultural (por meio de formações políticas) trabalho manual da infraestrutura da ocupação	
Têmis	Por iniciar, executar e realizar a permanência da ocupação. Também pelo trabalho de formação política (elevação política e cultural)	
Síntese Direção	Incidência	Motivo
	2	a) Elevação cultural e Política (através de formações políticas); b) Por iniciar, executar e realizar a manutenção da ocupação;
	1	a) realização de trabalho manual na infraestrutura da ocupação; b) exemplo de conduta ética (disse que pessoas lhe veem como exemplo); c) pela capacidade de realizar análise de conjuntura; d) experiência prática (em experiências em movimentos sociais por reforma agrária); e) experiência teórica; f) Por assumir responsabilidades.
Coordenação		
Dédalo	Por conta de José Rainha (FNL) contar seu histórico ao líder da ocupação durante evento (experiência em movimentos); pela construção da sede e conseguir doações;	
Deméter	Estar próximo à comunidade; cuidar da sede; conseguir doações; cozinhar em eventos da ocupação	
Hércules	Experiências de atuação em movimentos e pelas pautas políticas que defende	
Hermes	Dedicação nas ações que forem necessárias à ocupação; arrecadação de dinheiro e de doações	
Síntese da Coordenação	Percepção do motivo da indicação	
	3	a) Angariar doações de materiais de construção, comida e roupas; b) Realizar as ações necessárias para a ocupação se manter (cuidado com a sede; c) Trabalhar construção civil; d) Cozinhar em eventos na ocupação; e) Arrecadação de dinheiro;
	2	a) Experiências em movimentos sociais por reforma agrária.
	1	a) Estar próximo à comunidade; b) Experiência de atuação pelas pautas políticas que defende.

Quadro 7 – Visão dos sujeitos acerca dos motivos de suas indicações como lideranças do MPL-PG (Conclusão)

Lideranças	Percepção do motivo da indicação	
Síntese Geral	Incidência	Motivo
	3	a) Angariar doações de materiais de construção, comida e roupas; b) Experiências em movimentos sociais por reforma agrária;
	2	a) Elevação cultural e Política (através de formações políticas); b) Iniciar, executar e realizar a permanência da ocupação; c) Realizar as ações necessárias para a ocupação se manter (cuidado com a sede; d) Construção civil; e) Cozinhar em eventos na ocupação; f) Arrecadação de dinheiro-além das doações.
	1	a) Exemplo de conduta ética; b) Capacidade de realizar análise de conjuntura; c) Experiência teórica; d) Assumir responsabilidades; e) Estar próximo à comunidade; f) Experiência de atuação pelas pautas políticas que defende.

Fonte: Entrevistas realizadas na pesquisa. Organização própria.

Conforme pode-se observar, no quadro acima (Quadro 7), foi mencionado pela direção como parte das atividades desenvolvidas por ela, tem as formações políticas (de acordo com a cartilha do MPL (s.d.) as formações são de responsabilidade da direção), além de terem planejado e realizado a ação direta de ocupação. Já a coordenação tem como ações principais e que percebem que por isso foram indicadas como lideranças, angariar doações, realizar atividades de manutenção da estrutura física da sede (construção e vigia contra furtos), cozinhar em eventos, além da experiência em outros movimentos e a defesa das putas de acordo com a orientação do MPL.

Além disso, os sujeitos da pesquisa também citam a questão de que as lideranças do MPL-PG devem possuir responsabilidade, devem estar próximos aos moradores e devem ter conhecimento da situação, ou mesmo a capacidade de análise de conjuntura sobre as diversas situações. Considerando tais atributos reconhecidos pelas lideranças como de fundamental importância para a práxis do próprio movimento, a seguir apresentam-se as suas principais ações, enquanto intelectuais orgânicos do MPL-PG.

As ações das lideranças foram sintetizadas conforme o disposto no Quadro 8 que resume e elenca em unidades de codificação as ações das lideranças do MPL-PG.

Quadro 8 - Ações das lideranças pelo MPL-PG

Membros do MPL-PG	Incidências	Ações pelo MPL-PG
Direção	4	a) Planejamento da ocupação.
	3	a) Ações de reforma intelectual e moral.
	2	a) Projetos relacionados ao fortalecimento de vínculos com a comunidade e à promoção de autoestima.
	1	a) Contribuição na construção e manutenção da estrutura física da sede; b) Orientações; c) Planejamento e distribuição de tarefas do MPL-PG.
Coordenação	3	a) Angariar doações.
	2	a) Administração do espaço físico da sede, incluindo eventos e segurança do material presente.
	1	a) Trabalho na cozinha em eventos; b) Trabalho na construção civil; c) Orientações; d) Fiscalização em relação às regras da ocupação, como a queima ilegal de entulhos e de vegetação; e) Organização das doações; f) Realização de eventos para arrecadação de recursos.
Síntese Direção/Coordenação	4	a) Planejamento da ocupação, desde seu início e seus passos subsequentes.
	3	a) Ações de reforma intelectual e moral; b) Angariar doações.
	2	a) Projetos relacionados ao fortalecimento de vínculos com a comunidade e à promoção de autoestima; b) Trabalho na construção e manutenção da estrutura física; c) Orientações.
	1	a) Planejamento e distribuição de tarefas do MPL-PG; b) Fiscalização em relação às regras da ocupação, como a queima ilegal de entulhos e de vegetação; c) Organização das doações; d) Realização de eventos para arrecadação de recursos.

Fonte: Entrevistas realizadas na pesquisa. Organização própria.

Dentre as lideranças entrevistadas, Odisseu destaca o trabalho no nível ideológico das ações, no sentido da formação do ideário dos moradores da Ocupação em face da importância da compreensão que devem ter sobre o direito à moradia, principalmente daquelas que, nas palavras do entrevistado, se destacam: “[...] medida do possível, também, trabalhar ideologicamente para que as famílias, não todas, mas pelo menos aquelas que mais se destacam, digamos assim, compreendam o que é o direito à moradia” (Odisseu).

O enfoque dado pelo sujeito acima citado aos moradores que se destacam ainda releva a dificuldade do movimento de democratizar o processo de formação para todos os moradores da Ocupação. Essa realidade pode acarretar ainda dificuldades no processo de agregação de

novos militantes para o movimento, evidenciando a necessidade de se ampliarem as formas de elevação cultural e política no âmbito do movimento, o que pode ocorrer através de formações políticas de diversas naturezas para atingir a ocupação de forma geral (além das ações já realizadas nas redes sociais, assembleias e nos dias que ocorrem eventos). Torna-se evidente, considerando o conjunto dos depoimentos, essa ampliação não ocorre devido à falta de militantes, ou mesmo pela falta de tempo suficiente das lideranças, pois como bem apontado por Apolo, para ele, Atena e Odisseu “não se cansam”, demonstrando o trabalho, responsabilidade, e dedicação já fora do comum.

Atena, ao ser entrevistada, elencou como uma ação importante realizada na Ocupação, o dia da beleza, porque para além da realização das atividades imediatas de maquiagem e manicure e pedicure, foi um momento de criação de vínculo, de escuta e de troca de experiências. Ocorrendo duas ou três vezes por ano.

“Destaco o ‘Dia da Beleza’, embora pareça uma futilidade, porque podem pensar ‘ah, é o dia das mulheres pintarem as unhas, colocar cílios, fazer maquiagem, arrumar o cabelo’, mas é um momento de troca que em um momento mais formal, por exemplo nas formações [políticas] [...], não conseguimos. [...] entre um serviço e outro, na organização da atividade, trocando muitas experiências entre as mulheres, conversando. O que é bem importante para as mulheres (Atena).

A atividade do Dia Beleza aparece, no depoimento acima, como ação fundamental da troca de experiência, de escuta, promoção de autoestima e vínculo com os moradores, elementos estes fundamentais para o fortalecimento dos vínculos interpessoais e intersubjetivos entre as pessoas da Ocupação.

Apolo, como militante fiel aos princípios do centralismo-democrático, afirma que a partir do que for decidido nas reuniões do MPL-PG, ele irá executar. A seguir, tal compreensão é demonstrada, na suas palavras:

“Nos reunimos [direção e coordenação] para decidir e no que for preciso eu ajudar, eu vou ajudar, desde limpar um lote, nem que seja para receber a universidade, nem que seja para ajudar um morador no que for preciso de orientações, até mesmo para a formação política. Estou sempre à disposição” (Apolo).

Dédalo especifica algumas das ações por ele desenvolvidas como de arrecadação de material e de construção civil pela ocupação: “[...] Compro materiais de forma mais barata para a ocupação onde trabalho, como as portas e as janelas da sede. Converso com o setor de vendas e compro. Não é para mim, é para a comunidade (Dédalo). Conforme o referido depoimento, percebe-se que as ações dessa liderança são voltadas para o bem coletivo da ocupação.

Deméter, sobre suas ações, acrescenta “sempre eu estava junto aqui com eles. Sempre eu estava junto nas ações [...]” (Deméter). Têmis também, ao retratar sobre suas ações, reforçou a sua contribuição no início e planejamento da ocupação, além de sua atuação em formações políticas.

Conforme pode-se observar no quadro acima e ainda nos trechos destacados anteriormente, que há uma variedade de ações desenvolvidas pelas lideranças do MPL-PG, as quais foram sistematizadas conforme o nível de organização do movimento. Trata-se de uma unidade de diversidade que revela a complexidade e a organização do trabalho no movimento e ainda a sua distribuição por entre suas lideranças, destacando-se o senso de coletividade que lhe é inerente e o protagonismo de cada uma no referido processo coletivo de trabalho que compõe a práxis política coletiva do MPL-PG, o que remete à necessária elevação da consciência egoísta-corporativa para a ético-política, conforme ensina Gramsci (2012), ao retratar o processo catártico enquanto mediação da práxis política.

3.2.2 Estratégias e táticas do MPL-PG na luta pelo direito à moradia no município de Ponta Grossa das lideranças pelo MPL-PG

A estruturação do MPL se baseia nos princípios organizativos de Lenin, de um movimento social disciplinado, centralizado e orientado estrategicamente. Em todos acampamentos e assentamentos devem ocorrer reuniões periódicas, possuírem uma coordenação e assim debaterem os rumos do movimento. Também que deve existir coordenações estaduais, responsável para estruturar o trabalho em cada estado, e uma coordenação nacional que deve se reunir pelo menos trimestralmente para traçar diretrizes e ações conjuntas (MPL, 2025b).

Assim, coloca-se como necessário fortalecer a comunicação do MPL por este ser o elo entre o movimento e as massas. Como direção, o movimento busca fazer a revolução socialista; reconhece-se que a luta precisa de alianças e pactos táticos, sempre com objetivo de fortalecer e avançar as pautas. Em relação às alianças existentes, destaca-se a aliança do MPL com o MES. Trata-se de uma aliança estratégica que vai além de uma convergência pontual, mas se reconhece como parceria fundamentada em um projeto revolucionário comum, reconhecendo o PSOL como o partido que querem consolidar. A direção do movimento compreende que com essa estratégia será possível derrotar a burguesia (MPL, 2025b).

A direção não é simplesmente implementada ou tomada, mas deve ser conquistada o seu status de direção legítima. Buci-Glucksmann (1980), destacando no debate específico

entre Bordiga e Gramsci, mostra que Gramsci na sua opção pelo centralismo democrático afirmava que a direção do movimento ganhava legitimidade por sua práxis e por sua luta diária ao lado do movimento, sendo uma direção de vanguarda e de massas ao mesmo tempo. E, assim, as massas escolheriam o que seria legítimo e adequado para si como direção (no debate se falava sobre o PCI).

Assim era com base em uma ação política dos intelectuais orgânicos que se conquista à direção do movimento e na própria sociedade civil.

Na cartilha do MPL é apresentada a organização, objetivos e posicionamento ideo-político do movimento. Tal cartilha é destinada a todos os militantes. O MPL é uma organização formada por trabalhadores da cidade e do campo que luta pela terra, pela alteração no modo de produção e também das relações sociais. (MPL, s.d.).

Quando o MPL fala em disciplina, é um compromisso voluntário que se segue com responsabilidade, no qual militantes e coordenadores devem respeitar os princípios de luta. As Ocupações que são organizadas o MPL devem ter um coordenador e uma coordenadora, assegurando a representação de gênero e igualdade de tarefas, cabendo organizar de acordo com a necessidade a organização por setores. Busca-se assegurar que todos devem participar de debates e lutas, além disso os coordenadores devem ser escolhidos (MPL, s.d.).

Marta Harnecker (2012) no texto “Estratégia e tática”, aborda tal temática em Lênin. Harnecker (2012) aponta que não há propriamente uma divisão entre estratégia e tática em Lênin, variando a conotação de acordo com o texto produzido pelo autor em questão. Não tendo um termo duradouro definido explicitamente, dependendo assim do contexto utilizado.

O termo estratégia começa a sofrer mutações em sua utilização quando Lenin, próximo dos anos 1920, aponta a Nova Política Econômica (NPE) como recuo estratégico, com uma maior diferenciação e destaque ao tema quando Lenin aborda a questão na 7ª Conferência do Partido Comunista Russo da Província de Moscou, no texto “Informe sobre a NPE”(Harnecker, 2012).

Harnecker (2012) aponta que Lenin, utilizando-se de analogias com termos e ações militares, apontava que o momento da URSS estava passando do momento do assalto (guerra de movimento) para a guerra de cerco (guerra de posição), passando para uma guerra de produção de fortalezas. A autora entende que o teste das forças inimigas foi errado, mas serviu para que a URSS compreendesse a conjuntura e verificasse a própria força.

A estratégia significa a orientação mais geral, é o caminho a seguir a partir de determinado objetivo geral de acordo com a análise concreta da situação e da correlação de forças, é o planejamento que serve aos combates e para as direções. Já as táticas, seriam as

orientações concretas para colocar em prática a estratégia. Além disso, a própria tática, em determinado momento e recorte pode se converter em estratégia momentânea. Exemplos de táticas são: panfletagem, inserção em sindicatos, em partidos e a organização de protestos (Harnecker, 2012).

Quando posta a relação entre estratégias e táticas, está retratando dois elementos fundamentais para a luta pela hegemonia. A hegemonia tem origem e é referenciada desde a antiguidade grega para descrever a influência de uma ou mais cidades-estados como potência regional. Lênin utiliza a categoria para refletir sobre o papel dirigente do proletariado em aliança com o campesinato, com finalidade de estabelecer a ditadura do proletariado³⁸. A partir da concepção leninista de hegemonia, Gramsci avança e aponta a necessária utilização do consenso (indissociável do coerção) (Okada, 2023), na disputa pela hegemonia. Nesse processo, Gramsci valoriza desde as pequenas ações, que mesmo sem potencial inicial de ruptura, contribuem para o processo de disputa de hegemonia e, consequentemente, para o processo revolucionário. Estas são consideradas rupturas moleculares (Luiz, 2013).

O processo molecular deve permitir ou possibilitar ou trabalhar na direção de uma democracia que permita que os dirigidos possam ser dirigentes por modificações moleculares. Nesse processo podem ocorrer rupturas moleculares que podem compor gradualmente a estratégia de guerra de posições. Tais podem ser apresentadas nas lutas cotidianas e até mesmo como procedimento metodológico de uma pesquisa. As rupturas em questão, portanto, podem elevar os sujeitos da subalternidade ao protagonismo; isso também pode ocorrer com a criação de espaços de participação, pois a práxis política nesses espaços é pedagógica (Luiz, 2013). As rupturas moleculares são, portanto, ações concretas que transformam a realidade, mas não tem a magnitude de alterar um sistema social, mas processo na direção da emancipação social e processo de elevação da consciência crítica (Luiz, 2013).

Tem-se a necessidade de manter fortalecida a luta pela hegemonia política em Ponta Grossa. Hegemonia aqui entendida na acepção gramsciana, é a capacidade de direção ideo-política de diferentes grupos, ao mesmo tempo que de dominação (em menor escala) (Buci- Glucksmann, 1980). A disputa pela hegemonia faz parte do conflito de interesses na luta de classes, neste caso e a partir do olhar de um grupo subalterno (MPL), pretende-se

³⁸ Em relação a categoria hegemonia em Lênin, ela aparece 167 vezes nas obras completas de Lênin, no conjunto de 55 volumes. O volume em que mais aparece o termo é no volume 17, aparecendo 68 vezes. O período compreende os debates de dezembro de 1910 à abril de 1912, período que marca, principalmente, pela disputa de discussão filosófica e luta política contra os liquidacionistas do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) (Okada, 2023).

entender a correlação de forças para disputar a hegemonia. Considera-se que, nesse processo, há o estabelecimento por parte dos diferentes grupos de um conjunto de estratégias e táticas, consideradas pertinentes na visão de cada um deles, para a respectiva disputa.

Para alcançar o poder político, sendo o grupo dirigente do Estado em sentido ampliado, é necessário força e convencimento, ou seja, coerção e hegemonia (Buci-Glucksmann, 1980).

Para triunfar o sujeito revolucionário deveria combinar força e hegemonia. A transição para o Estado de Massas, com a sociedade civil fortalecida, alteraria a ação política da revolução. Ao invés da guerra de movimento, de ataque frontal; passa-se para a guerra de posições. Sendo considerada a questão mais importante da teoria política a ser resolvida no período. A guerra nos Estados mais avançados civil e industrialmente, deveria tratar mais das questões táticas do que das questões estratégicas, em razão da sociedade civil ter se complexificado e ser mais resistente às erupções econômicas imediatas, como as crises (Nogueira, 1998).

A sociedade civil então, enquanto superestrutura funciona como um sistema de trincheiras na guerra moderna, fazendo com que o momento da “guerra”, fosse um momento parcial. Não apenas a conquista do aparato governamental, mas a legitimidade com a capacidade de direção intelectual e moral. Assim, a sociedade civil é um espaço inerente ao exercício da dominação política, devendo ser apreendida como espaço de disputa dos diversos grupos sociais e quem tem a possibilidade de realizar a direção intelectual e moral são os intelectuais (Nogueira, 1998).

A relação entre intelectual orgânico e a “base”, é uma relação dialética no sentido que é a interação da organização, da direção e da espontaneidade da base que deve dar a direção do partido (Buci-Glucksmann, 1980), que no caso da presente pesquisa, considerando-se a acepção gramsciana de partido, trata-se do MPL-PG. Assim, a importância do estudo das lideranças enquanto intelectuais orgânicos do movimento, e de sua influência na direção e na própria organização do movimento, é de fundamental relevância para a compreensão do próprio processo de disputa pela hegemonia. Tais intelectuais, têm a capacidade de produzir consenso, mas não pela atividade professoral, mas pela organização e pela apreensão que o próprio movimento social tem ao longo de sua práxis, contribuindo tanto para as estratégias quanto para as táticas praticadas politicamente pelo movimento. Isto se torna possível, quando as classes subalternas geram um grupo de intelectuais orgânicos, que faça a recomposição dos fragmentos do ideário subalterno e organize seus impulsos de rebeldia. São orgânicos porque estão/são da própria classe ou grupo e porque atuam ao longo

do tempo de acordo com os interesses do grupo e/ou classe que pertencem/originaram. Quando estão organizados constituem o chamado príncipe moderno, ou o partido de vanguarda revolucionário, que inicia a concretização da vontade coletiva e se realiza na ação (Del Roio, 2018).

Conforme visto anteriormente, a estratégia principal do MPL é a tomada do poder político, alterando o regime político de modo a acabar com as diversas formas de dominação e exploração. Para atingir esse objetivo pode-se desenvolver inúmeras táticas. O MPL define por estratégia: onde se pretende chegar, para onde se caminha - ou seja, a sociedade socialista. Isso significa uma sociedade nova, onde os meios de produção e o Estado estejam sob o controle das classes trabalhadoras e quem deve dar a direção é uma organização política que assegure a unidade e direção revolucionária dos trabalhadores e das camadas populares, para que então se caminhe em direção ao comunismo e à plena emancipação humana (MPL, s.d.).

Sobre a concepção de partido do MPL, concebe este como ferramenta de militância política, combativa e democrático, em que as estratégias e táticas reflitam, concretamente, os verdadeiros problemas da classe trabalhadora. Seguindo a concepção marxista-leninista, é fundamental um partido para construir a revolução socialista. No que tange os dirigentes políticos, estes são organizados em quadros (militantes com grande capacidade de análise de teórica de atividade prática) da organização política e tem obrigação de pensar as linhas políticas, táticas e estratégias do MPL (MPL, s.d.).

A função do dirigente, conforme o MPL, é a de transmitir a teoria revolucionária e ouvir a base social; só assim é possível elaborar táticas e estratégias socialistas e que atendam os reais anseios da população. Outras táticas do MPL são: Ação direta; a Frente Única (entre reformista, revolucionários e trabalhadores de forma geral); também a Frente Antifascista, agitação e propaganda (agitação significa a difusão de ideias de forma ampla e mais simples, por conta da urgência da situação e realizar ação direta; propaganda - ideias mais complexas do marxismo transmitidas à um pequeno grupo de dirigentes), entre outras (MPL, s.d.). Talvez aqui haja uma diferença entre Lênin e Gramsci. Diferentemente de Lênin, Gramsci busca, de diversas formas, que todos possam acessar as ideias mais complexas da teoria e que isso não se restrinja a um pequeno grupo de dirigentes.

Conforme visto anteriormente, no item dos atributos e ações realizadas pelas lideranças do MPL-PG, tais ações figuram como formas de contribuir com as táticas ou mesmo táticas realizadas de acordo com as particularidades, ou à nível da singularidade e da situação da ocupação, sem perder de vista estratégia de longo prazo (a revolução socialista), pois uma tática pode-se converter momentaneamente em estratégia, dependendo da

conjuntura e necessidade do grupo.

Levando em consideração que já foi definido sobre o que estratégia e tática, e da consonância da cartilha do MPL com os princípios do leninismo, acrescentando de uma visão ampliada de Estado e suas consequências, como a disputa da hegemonia no sentido gramsciano, abaixo apresenta-se uma síntese dos depoimentos das lideranças do MPL-PG entrevistadas, no que se refere às principais estratégias e táticas do movimento.

Quadro 9- As principais estratégias e táticas do MPL-PG

Membros do MPL-PG	Dimensão	Incidências	Principais estratégias e táticas do MPL-PG
Direção	Estratégias	3	a) Moradia digna, sendo que uma liderança detalha a defesa de moradias populares de baixo custo com autogestão.
		2	a) Direitos sociais, em médio prazo; b) Ação direta de ocupar.
		1	a) Revolução socialista, como estratégia maior; b) Disputa eleitoral, compreendida como tática que se torna estratégia.
Direção	Táticas	2	a) Ocupação, como tática para alcançar o direito à moradia.
		1	a) Eventos em dias-chave, como Dia das Crianças, Páscoa, Natal e Dia da Beleza; b) Mobilização; c) Agitação e propaganda; d) Manutenção e melhoria da estrutura física da ocupação.
Coordenação	Estratégias	4	a) Direito à moradia.
	Táticas	1	a) Ocupação; b) Mobilização; c) Hastear bandeira em ocupações sem representantes.
Síntese Direção/Coordenação	Estratégias	7	a) Moradia digna.
		3	a) Ação direta de ocupação.
		2	a) Direitos sociais.
		1	a) Revolução socialista; b) Disputa eleitoral.
	Táticas	2	a) Mobilização.
		1	a) Eventos em dias-chave, como Dia das Crianças, Páscoa, Natal e Dia da Beleza; b) Agitação e propaganda; c) Manutenção e melhoria da estrutura física da ocupação; d) Hastear bandeira em ocupações sem representantes.

Fonte: Entrevistas realizadas na pesquisa. Organização própria.

Destaca-se que onde se aborda estratégias e táticas, tem momentos que ação pode aparecer como tática quanto como estratégia, devido a determinada tática poder se tornar uma

estratégia (momentaneamente); mas, como bem apontado pela cartilha do MPL-PG, algumas lideranças do MPL e mesmo a perspectiva marxista (tanto leninista e a gramsciana), a grande estratégia é a revolução socialista e o ato de ocupar é uma tática.

Na síntese dos depoimentos, conforme pode-se verificar no quadro acima, aponta-se como principal estratégia (no momento), a conquista à moradia digna – ou seja, a luta pelo direito à moradia. Como tática principal ocorre a ação direta, momento de práxis que promove por ela que ocorre a catarse. Além disso, a ampliação de direitos sociais e como estratégia final a revolução socialista.

Das táticas, também é apontado os eventos em dias-chave e agitação e propaganda. Pensando em uma perspectiva gramsciana (levando em conta a disputa pela hegemonia cultural e política), poder-se-ia pensar a questão da agitação e propaganda como estratégia momentânea. Odisseu coloca que mesmo disputando a opinião pública, entende que, na sua visão, nunca se chegará ao momento de que a opinião pública esteja ao lado da Ocupação. Gramsci (2012) apontava como uma possibilidade histórica a construção de uma nova hegemonia, de uma contra hegemonia, construída na sociedade civil. Essa nova hegemonia se dará primeiramente quando os grupos subalternos se unirem e formarem uma nova forma de direção, o que torna possível serem dominantes a assumirem o poder da coerção formando um novo bloco histórico transitório que caminha para sua própria superação, em busca da autogestão das classes populares.

Posicionando essa possibilidade, momentaneamente, na hipótese de disputa pela opinião pública, verifica-se que essa é uma das estratégias adotadas pelas lideranças do movimento, através da estratégia eleitoral. Trata-se do interesse do movimento de que as suas lideranças assumam uma vaga ou até mais de uma, no legislativo municipal (projeto para as próximas eleições ao legislativo), ou seja, há uma declarada tática de ocupação da sociedade política local, por parte do MPL em Ponta Grossa, ainda que esta não tenha ainda ultrapassado o nível do debate político em contextos de campanha eleitoral, haja vista que até o presente momento nenhuma liderança do movimento fora eleita, que se insere como elemento de uma estratégia de disputa pela sociedade política. Sobre a disputa do legislativo municipal, uma das lideranças aponta:

O legislativo nós já disputamos, entendemos como importante, mas que não deve ser a única estratégia; ou um fim em si mesmo. Muitas vezes o processo de institucionalização dos movimentos foi uma forma de cooptar e retirar a radicalidade do movimento ou de retirar a essência do movimento [...]. Esses espaços devem ser

uma conquista do movimento da ação direta e da capacidade de massificação do movimento (Candidato eleitoral)³⁹.

Têmis aponta a moradia como principal estratégia apontada para a ocupação “Nossa principal estratégia é ocupar. No movimento de moradia, nossa principal estratégia é a ocupação (Têmis)”. Esta liderança pontua como estratégias posteriores, a conquista de direitos sociais.

Sobre a estratégia do Direito à Moradia Deméter disse: “Eu acho que o MPL quer uma moradia digna para as pessoas [...]. Eu acho que eles lutam por causa disso” (Deméter).

Apolo detalha ainda mais a questão do direito à moradia, contando para autossuficiência e autogestão da localidade, considerando como estratégia a questão da moradia como horizonte Apolo aponta:

“Em relação à ocupação, é a construção das casas [...]. Nossa estratégia é mostrar que é possível construir moradias populares de baixo custo com autogestão, mostrando este enquanto projeto modelo. A ocupação Ericson John Duarte é um modelo: os próprios moradores constroem suas casas, com apoio técnico e jurídico. Queremos criar bairros autossuficientes, com cooperativas de reciclagem, padarias e mercadinhos geridos pela comunidade” (Apolo).

Sobre a estratégia em uma perspectiva ampla, principalmente atingindo o socialismo, Odisseu afirma: “Como a gente trabalha com a consigna terra, moradia, trabalho e liberdade” (Odisseu). Este aponta ainda que além da questão da moradia, também deve se ter o direito à cidade, além dos direitos sociais de educação, saúde, trabalho, reforma agrária e que além da luta pela moradia, a luta é contra o capitalismo:

“A liderança tem que fazer com que as pessoas expandam a sua consciência, de que o problema da falta de moradia não é um problema essencialmente de não ter casas, é um problema do capitalismo. Que, por sua vez, a gente tem que combater o capitalismo, que ele é mundial, um sistema de dominação mundial, e que a gente luta pela moradia é o início de uma luta que precisa desembocar em outras lutas também” (Odisseu).

Sobre a visão de socialismo, Odisseu afirma o seguinte: “Eu caracterizo isso como uma maratona. A ideia de chegar ao socialismo, fazer uma evolução. Não é uma corrida de 100 metros. É uma maratona” (Odisseu).

Assim, a estratégia a curto prazo é do direito à moradia; a médio, o avanço de outros direitos e por conta do limite da democracia-liberal, a superação do capitalismo é apontada com a condição para a conquista de uma verdadeira democracia. Na perspectiva de Gramsci e de Lênin, trata-se de uma democracia operária (a qual são necessárias alianças, como a defendida pelos autores naquele momento entre trabalhadores urbanos e rurais).

³⁹ Não será apontado nem o ano da candidatura nem o pseudônimo da liderança, para não comprometer o sigilo e a identidade das lideranças.

Atena, ao retratar as estratégias de táticas do movimento, sintetiza: “A nossa estratégia é conquistar o direito à moradia, e a tática que usamos é ocupar” (Atena).

Como táticas são citadas a ação direta da ocupação, entre outras, conforme seguem:

“Nós somos um movimento que chamamos de ação direta [...]. Como a tentativa de levantar bandeira em ocupação do Ouro Verde [que se concretizou]. Existe o exemplo nacional de uma ocupação sem bandeira em Rio Preto que passou construir com nós” (Odisseu).

Sobre a tática dos eventos em dias-chave, foram identificadas as seguintes: o dia das crianças, aniversário da Ocupação, Páscoa, Natal, Dia da Beleza, entre outros. Nesses dias se trabalha com necessidades sociais e culturais da Ocupação, o que contribui com a elevação cultural e política de seus membros, além de potencializar o vínculo com e entre seus moradores.

Sobre agitação e propaganda são definidas ações de mobilização e de um trabalho com o ideário das pessoas:

“Além disso tem as ações de agitação e propaganda, participar de atos públicos, hastear bandeira, formular uma coluna de pessoas nos protestos; também participando dos debates da UEPG ou que outro movimento chame, este é um combate mais ideológico [...]” (Odisseu).

Hermes aponta também essas ações de agitação, além de apoio a outras ocupações, como elementos que compõem as estratégias e táticas do movimento.

“Através de protestos, também tentamos levantar bandeira em ocupações mais antigas, porque tem lugares ainda que não estão cadastrados (ocupações sem representantes). O MPL pode dar apoio. À exemplo da ocupação de Ouro Verde [...]” (Hermes).

Sobre as formações políticas, Têmis refere-se às que realizou e conta como foi:

“Fazemos cursos, de estudo da cartilha, nós, de alguma forma, acabamos colaborando, sim, com a questão política na ocupação, com outras ações também. Primeiro de maio, por exemplo, é, algumas outras datas importantes da classe trabalhadora, então procuramos sempre estar trabalhando questões políticas dentro da ocupação” (Têmis).

Têmis exemplifica e dá detalhes da formação política baseada nos princípios do MPL. Em resumo das principais estratégias, a principal é a luta pelo direito à moradia, já a principal tática é a ação direta de ocupar. Cita-se como estratégias também a luta por outros direitos sociais, da disputa eleitoral, e a longo prazo, a revolução socialista. Como táticas, além da ação direta de ocupação, outras mobilizações (como parte da tática de agitação), ação em dias-chave e da propaganda (também compondo a temática da agitação e propaganda, mas como foco na promoção da elevação cultural e política).

Como sugestão já apontada, apresenta-se como possibilidade da mudança de status da propaganda, elevado à estratégia. Pois colocaria assim também a estratégia da hegemonia, principalmente do consenso nesse nível, o que é necessário conquistar dentro e fora da

ocupação (na ocupação, atualmente se tem o domínio político, mas não a direção cultural). Contribuindo para a estratégia de disputa eleitoral também.

A estratégia de hegemonia, entendida como direção ideopolítica dos diferentes grupos, relaciona-se ao consenso, isto é, ao convencimento das pessoas. Trata-se da capacidade de direção moral e intelectual, como aponta Nogueira (1998), que se estabelece na sociedade civil. Quem exerce essa direção são os intelectuais, neste caso, os intelectuais orgânicos do MPL. São esses intelectuais que possuem a capacidade de produzir consensos, organizando os impulsos de rebeldia por meio do partido revolucionário (Del Roio, 2018). Para isso, para além do que já vem sendo feito e como possibilidade de ampliação de atividades e de militantes, volta-se às ações consideradas de “propaganda”. Não apenas de caráter comunicacional, mas como bem apontado por Têmis ao afirmar que a ação de ocupar é forma de propaganda.

Em uma perspectiva Gramsciana, que verificou mudanças na relação no Estado e na Sociedade Civil, e assim concebeu novas categorias, também aponta para uma relação entre base e direção de forma a linha política não vem apenas da direção após ouvir demandas da população, mas que direção também aprenda com a base. Em ambos, sejam alunos e mestres nessa relação. Permitindo ações do movimento mais direcionadas e atendo de forma mais efetiva as demandas do próprio grupo, aumentando o senso de unidade e de coletividade.

No conjunto das estratégias e táticas do movimento em direção à forja de processos revolucionários, o MPL-PG mantém um também um conjunto de alianças que contribuem para o fortalecimento do movimento na disputa pela hegemonia.

Dentre seus principais aliados, se destaca a UEPG, citada por sete das oito lideranças. Em que por Odisseu é destacada como aliada estratégica, portanto uma aliança de longo prazo também. São citadas as diversas atividades realizadas, projetos e cursos que realizam diversas ações, como Jornalismo e Serviço Social. Dédalo destaca que a universidade “[...] está 24 horas [...]” na ocupação, em fala anterior disse que é a UEPG mantém suas esperanças. No trecho já utilizado “Temos esperança com esse apoio da universidade, de dar uma melhorada. Mas tem um bom momento também.” (Dédalo).

O Quadro 10 apresenta os principais aliados do MPL-PG, conforme apontado pela direção, coordenação e de forma geral pelas lideranças entrevistadas.

Quadro 10- Os principais aliados do MPL-PG

(Continuação)

Membros do MPL-PG	Incidências	Principais aliados do MPL-PG
Direção	4	a) UEPG.
	2	a) MES e PSOL; b) PT; c) Sindicatos, especialmente Sindicato dos Docentes da UEPG (SINDUEPG) e Sindicato dos Trabalhadores Em Estabelecimentos Estaduais de Ensino Superior de Ponta Grossa (SINTESPO-PG).
	1	a) Igrejas; b) UTFPR; c) Instituto Federal do Paraná (IFPR); d) Defensoria Pública; e) Setores da prefeitura; f) PDT; g) PCdoB; h) Juntos (coletivo); i) Emancipa (coletivo).
Coordenação	3	a) UEPG.
	2	a) Dep. Fed. Tadeu Veneri, além de militantes locais do PT; b) Dep. Fed. Aliel Machado.
	1	a) Igrejas; b) Sindicatos.
Direção	4	a) UEPG.
	2	a) MES e PSOL; b) PT; c) Sindicatos, especialmente Sindicato dos Docentes da UEPG (SINDUEPG) e Sindicato dos Trabalhadores Em Estabelecimentos Estaduais de Ensino Superior de Ponta Grossa (SINTESPO-PG).
	1	a) Igrejas; b) UTFPR; c) Instituto Federal do Paraná (IFPR); d) Defensoria Pública; e) Setores da prefeitura; f) PDT; g) PCdoB; h) Juntos (coletivo); i) Emancipa (coletivo).
Coordenação	3	a) UEPG.
	2	a) Dep. Fed. Tadeu Veneri, além de militantes locais do PT; b) Dep. Fed. Aliel Machado.
	1	a) Igrejas; b) Sindicatos.
Direção	4	a) UEPG.
	2	a) MES e PSOL; b) PT; c) Sindicatos, especialmente Sindicato dos Docentes da UEPG (SINDUEPG) e Sindicato dos Trabalhadores Em Estabelecimentos Estaduais de Ensino Superior de Ponta Grossa (SINTESPO-PG).

Quadro 10 - Os principais aliados do MPL-PG

(Conclusão)

Síntese Direção/Coordenação	7	a) UEPG.
	4	a) PT, incluindo Rosângela, Professor Edson e o Dep. Fed. Tadeu Veneri, além de militantes locais.
	3	a) Sindicatos, especialmente SINDUEPG e SINTESPO.
	2	a) Dep. Fed. Aliel Machado (PV); b) Igrejas; c) MES e PSOL.
	1	a) UTFPR; b) IFPR; c) Defensoria Pública; d) Setores da prefeitura; e) PDT; f) Partido Comunista do Brasil (PCdoB); g) Juntos (coletivo); h) Emancipa (coletivo).

Fonte: Entrevistas realizadas na pesquisa. Organização própria.

Odisseu respondendo quem são os principais aliados do MPL-PG, conta que o movimento separa aliados estratégicos (uma aliança mais duradoura) e aliados táticos (pontuais ou para determinadas situações apenas). “Um aliado estratégico é o próprio MES. Um aliado também é o PSOL, assim como outros movimentos são nossos aliados. A própria universidade já trabalha como um aliado. [...] o jornalismo da UEPG nos apoia muito” (Odisseu).

A UEPG é apontada como aliada não somente por suas ações institucionais diretas na Ocupação, mas também pela sua função na produção e difusão de conhecimento científico. “A relação com a universidade UEPG [...]. Então, para nós, é estratégico a relação, não com a universidade enquanto instituição, mas com a universidade enquanto produção de conhecimento [...]” (Odisseu).

Atena ao abordar sobre a UEPG, aponta que após o apoio da referida instituição à Ocupação, mudou radicalmente a posição desta e do próprio movimento na correlação de formas municipal:

“Não posso deixar de destacar, a mais importante, que foi a universidade (UEPG). Que existe um movimento antes e depois da universidade entrar na jogada, nós estávamos muito vulneráveis. Porque sabemos como funciona em uma cidade pequena, a influência, da classe dominante, que não dá para chamar de burguesia, da classe média alta” (Atena).

Interessante que ao apontar os principais aliados por parte dos coordenadores, além de citarem a UEPG, é citado Deputados Federais, além de uma diminuição na quantidade de indicações de alianças.

“O MPL tem bastante força aqui dentro, porque tem a força do deputado Tadeu Veneri, é um grande parceiro nosso através da aliada do PT. Ele sempre veio na ocupação, desde o começo através dela, que o Tadeu Veneri conseguiu suspender o processo. Talvez se não tivesse o apoio dele, todo mundo tinha saído. O Deputado Federal do PV (Aliel Machado) apoia de forma financeira, ele havia se comprometido a doar os padrões de luz para a construção das casas. Tadeu Veneri também enviou dinheiro, mas através da prefeitura. A universidade também está aqui 24 horas, principalmente a UEPG. Precisávamos do apoio da prefeitura.” (Dédalo)

Dédalo também aponta a falta de apoio da prefeitura de Ponta Grossa.

Deméter cita apenas deputados nominalmente, apontando que pela condição de deputado, por ter ouvido as pessoas, presume que irá apoiar a ocupação. Além de citar dois militantes do PT que sempre atuam e apoiam a ocupação.

“Tem uns vereadores também que sempre estão. O primeiro que eu vou ter é o Deputado Federal Aliel Machado (PV), como ele é deputado e escutou as pessoas acho que ele vai ajudar. Tem a Rosângela e o Professor Edson. Eles sempre estão ajudando.” (Deméter).

Hermes também cita UEPG, Aliel Machado e Tadeu Veneri como aliados do movimento, mas concebe que a relação de apoio em nada tem a ver com os partidos que pertencem: “Posso destacar a UEPG. De partido político, ajuda quem quer, tem o Aliel Machado, e o Tadeu Veneri. Mas não é por partido, quem quiser ajuda” (Hermes). Hermes já havia citado sua aversão à política partidária em outro momento.

Em relação aos principais aliados, quase todos os entrevistados afirmaram que o principal ou maior aliado do MPL-PG é a UEPG. Entre suas diversas ações, destacam-se mais recentemente os projetos anunciados no dia 12 de setembro de 2025: Biblioteca Comunitária; Oficina de Corte e Costura; Oficina de Estética (para habilidades profissionais); Oficina sobre Violência contra Crianças e Adolescentes. Estes projetos estão vinculados ao Projeto de Extensão Tecendo Direitos da UEPG (MPL-PG, 2025) e às ações da Curricularização da Extensão do Curso de Graduação em Serviço Social da UEPG. Tais projetos contribuem para fortalecer os vínculos dos moradores, buscando contribuir com a independência financeira, contribuir com a saúde e com o combate à violência contra crianças e adolescentes.

Destaca-se a fala também de Odisseu, na qual aponta que liderança não tem apenas o papel da organização política, mas da elevação do nível de consciência. Deméter aponta o caráter necessário da responsabilidade de ser uma liderança, reconhecendo como estratégia maior do movimento a luta por moradia. Assim, as alianças são apontadas pelo referido sujeito como parte do conjunto de táticas do movimento, destacando as alianças com a UEPG, PSOL e o MES, além da busca por outras alianças e o fortalecimento das existentes. Sem se esquecer da principal tática, da ação direta de realização de ocupações. Obviamente, no

conjunto de táticas, não se pode esquecer da importância de o MPL-PG manter-se articulado com as instâncias a nível estadual e nacional, aponta Odisseu.

Ainda, a partir das entrevistas, foram destacadas pelas lideranças as seguintes táticas, que estão diretamente associadas à formação das alianças estratégicas para o MPL-PG: a disputa institucional (tanto eleitoral quanto nos conselhos de direitos- mas não como um fim em si mesmo); atendimento de necessidades materiais urgentes (garantir alimentação e materiais de construção para os moradores); agitação e propaganda (cursos de formação política, participação em protestos e na prática da ação direta); necessidade de fortalecimento da organização e a conquista do termo de cessão. Todas essas táticas dependem diretamente da força de alianças estratégicas, conforme visto.

Acerca das ações cotidianas na Ocupação que materializam as estratégias e táticas do movimento, Deméter afirma: “No meu geral, é ver o que está acontecendo[...]” e analisa a situação, caso fique fora de controle [...] é acionado ou Odisseu ou Atena. Nesse conjunto geral de verificação dos acontecimentos, Odisseu avalia como importante tática a realização de alianças, principalmente com a UEPG. Também a relação com outros aparelhos privados de hegemonia como igreja, partidos e outros apoiadores.

Odisseu também destaca no conjunto das estratégias e táticas do MPL-PG, a defesa da reforma urbana popular. Pontua que as expressões da questão social como a fome, a miséria, desemprego e mesmo a lógica da cidade orientada seu planejamento urbano ao lucro além do capitalismo, devem ser enfrentadas.

As entrevistas demonstram como as lideranças do MPL-PG buscam seguir o centralismo democrático, com elementos decorrentes das adversidades e falta de militantes, de centralismo burocrático, no caso de decisões que partem diretamente da direção e mesmo a linha política formulada; possuem hierarquias bem definidas para as linhas de ação traçadas sempre em discussões coletivas do movimento.

Analisando os problemas e conflitos desse processo, Dédalo apontou que além da articulação com os moradores, é necessário fortalecer o vínculo entre moradores e Ocupação. Sugere-se, diante do exposto, conforme consta no Projeto de Comunicação do MPL, formações políticas para ampliar o número de quadros políticos ou de intelectuais orgânicos da própria ocupação. Outra sugestão seria a de ampliar espaços de discussão e encaminhamento de demandas dos moradores (talvez associado às formações políticas - como em um grupo de protagonismo e mobilização), sendo um espaço de formação política, discussão e encaminhamento de propostas dos moradores ao MPL.

Destaca-se como lideranças do MPL-PG: Odisseu e Atena com centralidade nas ações,

já Dédalos e Deméter apontam a importância do trabalho concreto e da própria convivência na Ocupação. Além disso, as falas de Hércules apontam para precariedade da vida humana no capitalismo que é colocada pela falta de programas de habitação popular, além da fala de Deméter acerca desta enquanto mulher, apontando para a ampliação de ações de protagonismo no setor das mulheres.

Isto posto, verifica-se que o conjunto de estratégias e táticas não se efetiva de forma linear e harmônico na realidade. Trata-se de um processo complexo, contraditório, trabalhosos que demanda tempo, dedicação e grande esforço psicofísico, intelectual moral por parte das lideranças do movimento e ainda de seus aliados, cujo direcionamento ético político não se descole do enfrentamento dos desafios impostos pelos processos de luta por direitos e pela própria finalidade revolucionária do movimento.

3.3 ENTRE PROCESSOS DE DESAGREGAÇÃO E DE FORTALECIMENTO: O MPL-PG NA DISPUTA PELA HEGEMONIA NA SOCIEDADE POLÍTICA EM PONTA GROSSA

As ações hegemônicas incidem na Ocupação, entre outras formas, seja pela omissão em relação ao atendimento das necessidades das famílias ocupantes, seja pela ação direta em oposição à Ocupação, através das forças coercitivas, como também pela manifestação pública contrária ao protagonismo dos ocupantes e ao não reconhecimento da legitimidade do movimento.

Um movimento que se propõe revolucionário como o MPL-PG e, portanto, contra-hegemônico, se insere nos processos de disputa pela hegemonia, sem livrar-se de um conjunto de contradições que se materializam por meio de processos de desagregação, como também de processos de fortalecimento do movimento. A dialética cotidiana da práxis política evidencia essas contradições. Assim,

3.3.1 A desagregação como consequência do enfraquecimento do consenso interno do movimento

Dentre os motivos que contribuem para a desagregação do movimento, entre outros, estão afastamentos e desligamentos de militantes. Tais questões se dão, em grande parte, conforme apontaram os sujeitos da pesquisa, em razão de atividades de trabalho formal por parte dos militantes, o trabalho do cuidado de familiares (por motivo de doença ou mesmo cuidado de crianças); também há afastamentos, em que os militantes se retiraram por não

compreenderem e ou não concordarem com determinadas alianças mantidas pelo movimento. Além desses elementos, a desesperança por parte dos militantes também é apontada como um elemento desagregador.

Galastri (2014), destaca que uma das características dos grupos subalternos é a desagregação, e de que a tendência à agregação e qual só se realizaria de fato após uma vitória permanente destes grupos. Seguindo a linha de raciocínio e das categorias classe e grupo no texto de Galastri, no caso do MPL-PG, pode ser classificado como uma fração de classe subalterna, utiliza-se classe pois se coloca em confronto/em choque com interesses e ações de outra classe, também por não ser uma simples soma de atributos dos indivíduos que pertencem ao grupo. Defina assim consciência de si e para si a partir do processo da práxis política.

Para que a práxis política seja saída para a própria expansão de práxis políticas do movimento social, o que permitiria maior alcance, mais militantes, maiores mobilizações e assim alterando a correlação de forças que esta fração de classe se encontra. O que vai ao encontro da categoria rupturas moleculares da professora Danuta E. C. Luiz (2013), permitindo que através de ações educativas, promovendo participação nos espaços decisórios, protagonismo político, entre outras ações, tais rupturas enquanto práxis políticas caminhassem no sentido da emancipação humana (a qual só é possível fora do capitalismo).

Então, sobre a condições de vida e trabalho atual que impedem um maior protagonismo de alguns setores da ocupação, Atena aponta: “Tem a questão que tenho dificuldade de participar em horário comercial, por isso não consigo representar mais vezes o MPL. Gostaria de representar bem mais.” (Atena). No sentido da superação das dificuldades, Atena pontua a situação de Têmis: “[...] destaco Têmis, que apesar da dificuldade por ser mãe de três, ajuda e lidera quando está presente. São esses que tem condições de peitar algo se aparecer.” (Atena). Esses são exemplos de situações que impedem uma maior proximidade como os moradores ou mesmo a realização de outras atividades.

Nesses dois exemplos, fica visível a questão de gênero e o trabalho com o cuidado. Pois a questão de classe, não somente essa, é consubstanciada pela questão de gênero⁴⁰. Lisboa (2010) aponta que questões de classe e de gênero não são apartadas e se encontram em processos da realidade, mas sim das dimensões que está interligada e produzem síntese que rebate na vida das mulheres da classe trabalhadora. Como o exemplo citado, que dificulta o protagonismo de mulheres em diversos movimentos.

Um elemento apontado também como desagregador do movimento é o afastamento de

⁴⁰ Sobre a questão da consubstancialização ver Lisboa (2010).

lideranças. Sobre esta questão Odisseu destaca que a oscilação ou mesmo afastamento de coordenadores do movimento possui um componente ideológico também: “São companheiros que oscilam. Estão na coordenação. Oscilam, não é uma coisa assim, homogênea, que faz parte da nossa batalha ideológica de sempre” (Odisseu). Acrescenta também que as expressões da Questão Social fazem com que militantes se afastem:

“[...] os problemas estruturais, como fome, miséria, crime organizado, são anos e décadas, às vezes até de séculos atrás. Então não vai ser nós que vai resolver que eles carregam, e isso faz com que as pessoas oscilam, no seu ímpeto, na construção do movimento” (Odisseu).

Então, questões pessoais e de condição de vida, como fome e as condições de trabalho (formal e o trabalho do cuidado), interferem na participação da militância. A batalha sobre os ideários também. Outro fator, como apontado, é a formulação da linha política, que deveria iniciar da base do grupo, ou seja, dos moradores; não ao contrário. Sem perder de vista a dialética entre ideias do senso comum da base, que sejam superadas pela filosofia da práxis e assim se construa uma nova cultura. E que esse processo se repita até chegar à direção nacional.

Hermes conta sobre a desistência de alguns militantes e os motivos que percebe:

“[...] tem muita gente desistindo. Tem muita gente que é contra a regularização da ocupação. O tempo já está se esgotando e acredito que o tempo que nos deram não vai ser possível alcançar, então teremos que buscar mais tempo. Porque tínhamos a meta de 8 anos para começar o projeto, mas já passaram três anos e pouco. Então não vamos alcançar. Muitas pessoas se afastaram” (Hermes).

Hermes destaca que a demora na realização do projeto faz com se tenha desistências e destaca ainda a diminuição dos membros da coordenação do movimento, o que denota uma maior centralização na tomada de decisões: “Hoje na coordenação são poucos, antes eram 20 e talvez hoje somos 10” (Hermes). Odisseu já afirma que são 15 coordenadores atualmente: “A coordenação hoje é mais ou menos 15. Já teve 20, mas hoje é 15” (Odisseu). Assim não se tem um número exato de quem está ativo na coordenação do MPL-PG. Consoante à questão da maior centralização de poder para tomada de decisões, destaca-se o depoimento de Têmis. Esta liderança aponta que inicialmente existia comissões que deixaram de ser necessárias, mas também talvez pela falta de militantes passaram a não existir mais:

“[...] tinha comissões de segurança, comissão de alimentação, questão de medir lote, então a gente tinha essas comissões que organizavam alguns setores. Com o passar do tempo, foi deixando de ser necessárias as comissões e passou a ser só a coordenação e a direção (Têmis).”

Hermes elenca ainda outros motivos para as desistências, como informações incorretas: “[...] não podemos passar informações sem ter certeza de que aquilo vai

acontecer” (Hermes). Critica principalmente a associação: “Muita coisa precisa mudar, a associação tem que trabalhar pela comunidade” (Hermes).

Uma fala que expressa o combate à segregação e fragmentação, que é uma das características que compõem os grupos subalternos, é a fala de Apolo.

[...] Uma liderança deve juntar pessoas, não espalhar. Temos que ao máximo tentar reunir as pessoas, mesmo com as diversas dificuldades; devemos reunir as pessoas, tentar resolver no que for possível as questões que ela tenha, mesmo com ideias divergentes da sua, mas se deve reunir. Reunir, promover debates. Porque se uma liderança não consegue se reunir, então ele vai espalhar. Desta forma, uma liderança deve reunir para construir, nem que a pessoa tenha ideias divergentes temos que tentar através do debate e do diálogo fazer da melhor forma possível. Com respeito, sabendo que a formação de cada um não é igual a sua, que a sua criação também não foi igual a do outro, as orientações das pessoas são diferentes. Mas a liderança deve sempre tentar reunir, nunca espalhar.

Em relação a quantos militantes o MPL possui em Ponta Grossa, Odisseu conta:

Não sei cara, se considerar todas as famílias são mais de 300, mas não dá para considerar todas as famílias. As famílias estão conosco, tem um vínculo, mas é um vínculo que vai ficando precário. No início mais forte, hoje mais precário. E militante mesmo é quem tem mais assiduidade, digamos assim, nos movimentos. E a gente considera militante quem está fora da ocupação também. Então dá para pôr aí coisa de 80, 100, mais ou menos (Odisseu).

Ao ser questionado Hermes sobre o motivo dessas desistências de membros ou afastamentos disse: “O pessoal começa a desacreditar na promessa” (Hermes). Em que já havia mencionado a demora na regularização, nesta processo o no período de realização. Essa fala de Hermes também ocorreu antes do anúncio de 15 milhões para ocupação pelo PAC 3 (anunciado em julho de 2025). A desesperança das famílias em face do projeto do movimento acaba determinando a fragilização das famílias com a ocupação, ou elemento destacado é o fato de muitos militantes não quererem a regularização das casas e do espaço.

Sobre a questão de quem se mantém na coordenação, detalhando mais sobre a desesperança, fragmentação e fragilização do MPL-PG e da organização política de forma geral da ocupação: “[...] fica ainda quem tem esperança. Então tem alguns que são a favor, e a maioria é contra. Porque muitas coisas que foram pactuadas há 3 anos, não aconteceram. Pela demora, o pessoal se afasta e o grupo enfraquece” (Hermes). Contando que muitos moradores são contra a regularização. Sobre essa situação pode ser complementada com o trecho da entrevista de Dédalo:

“Muitas vezes tem o nome sujo, porque muitas vezes se pega a casa e não consegue manter. Não consegue pagar para a prefeitura, também porque tem que pagar água, luz. Assim, se tem 100 famílias querendo que saia a construção das casas, tem outras 100 querendo que não saia” (Dédalo).

Dédalo analisa a situação de que muitas pessoas são contra a regularização não porque não querem acessar o direito à moradia, mas porque a conquista de manter a residência sem total regularização, pode ser perdida durante o processo. Outro ponto é o aumento do custo de vida com a cobrança das contas de água e luz, que em determinados casos já existe a possibilidade de isenção em Ponta Grossa (para famílias cadastradas no cadastro único e que não ultrapassem o limite de uso). Talvez com a divulgação desta informação, mais algumas famílias possam defender a regularização. Uma questão a ser refletida como uma alternativa para enfrentar tais questões, seja o angariamento de subsídios para auxiliar as famílias com maior vulnerabilidade financeira na quitação do terreno. Pelo Projeto de Desenvolvimento de Comunidade da Ocupação, as casas serão realizadas com baixo custo e com autogestão, mas terá os custos do título da posse, sendo geralmente um valor menor do que o comumente praticado. Tais questões, tornam ainda mais urgente as ações para busca de autonomia financeira e geração de renda já presentes no Projeto de Desenvolvimento de Comunidade (Silva *et al.*, 2022) e ainda a importância do desenvolvimento do projeto de Economia Solidária que iniciou no final de outubro de 2025.

Odisseu acrescenta que foram as famílias com condições mais precárias de vida que foram se afastando primeiramente do MPL-PG. Justamente pela urgência de várias situações da condição social vivenciada. As famílias que acabam permanecendo são aquelas que possuem melhor vínculo justamente por terem participado de algum evento ou debate promovido pelo movimento, destacando-se nesse processo as formações políticas como espaços que mantêm a união e organização do grupo.

“Muito tempo, de desilusão, desesperança, que a gente vai trabalhando. Essas mais precárias foram as primeiras que a gente foi, digamos assim, perdendo [...]. Daí começou o declínio, a partir do segundo pro terceiro ano, vai declinando, vai ficando aquelas famílias que [...] participaram de alguma outra ocupação com a gente, participou de um debate ali na sede, foi num debate na universidade [...]” (Odisseu).

Dédalo reforça que a solidariedade e união entre os moradores é frágil: “Mas a união aqui é pouca, se descobre o telhado da casa do vizinho o outro não ajuda. Mas a união faz a força” (Dédalo). Reconhecendo que a força do grupo vem da união e organização.

Ao ser perguntado como aumentar essa união Dédalo responde:

“Primeiro, o movimento realmente tem que representar os ocupantes; temos que ir nas casas e ver o que cada um precisa, perguntar que tipo de força o movimento pode dar para melhorar a vida de cada um. Então, escutar melhor os moradores” (Dédalo).

Dédalo em sua fala coloca a importância da sintonia da direção e coordenação do MPL, com os moradores, identificando as demandas e apoiando os moradores no que for

preciso, promovendo ações de levantamento de demandas e de escuta ativa de casa em casa. Na sua visão tais ações contribuem para a união e fortalecem o MPL na disputa pelo consenso dentro da ocupação.

3.3.2 A hegemonia político-cultural e a disputa do consenso interno na Ocupação

Justifica-se a escolha dessa categoria, por conta de que lideranças como Hermes e Dédalo relataram que não querem a regularização da ocupação, também pela fala de Odisseu respondendo como conseguir ampliar o convencimento dos moradores da Ocupação, afirmando que é o desafio maior. Ou seja, é possível perceber que há um dissenso entre os moradores quanto à regularização do terreno. De um lado, aqueles que são favoráveis e de outros os que são contra e esse dissenso perpassa também as lideranças do movimento, não somente os moradores da Ocupação. Dessa forma, tem um lugar importante no debate acerca da direção política do movimento em relação ao futuro da ocupação.

Neste sentido, considera-se que as ações de formação política realizadas enfrentam esse dissenso como elemento concreto que emerge do posicionamento divergente dos moradores em face da questão da regularização. Segundo Têmis, nas formações é utilizada a cartilha do MPL como referência para trabalhar conceitos básicos e a prática militante na tentativa de mostrar quem é o adversário da classe trabalhadora. Nas suas palavras:

Na formação usamos a cartilha do MPL, com foco em conceitos básicos e prática militante; além disso atos e manifestações também são formas de formação política, pois deixa mais nítido quem é o adversário da classe trabalhadora e consequentemente como o poder político opera, que é a favor da classe dominante. Sobre as questões que dificultam a participação, tem a questão da escolaridade, e também porque falta o básico para a subsistência (Têmis).

Além do adversário maior que é hegemônico, Têmis ressalta as precárias condições de vida dos moradores, que também são determinantes para a fragilidade desses, o que tem impacto inclusive na não participação. Diante desse cenário de dificuldades e de dissenso, Têmis destaca a luta como uma consequência mais da necessidade do que resultado da consciência dos militantes, destacando a importância dos eventos promovidos pelo movimento como estratégias de politização dos moradores.

A luta se dá mais por necessidade do que por consciência. Sobre os eventos com maior adesão temos as assembleias com anúncios importantes; já sobre outros eventos, têm a Páscoa e o Natal. Em todas essas atividades procuramos politizar, às vezes de forma sutil e outras de forma mais incisiva. Trabalhando princípios de solidariedade de classe, coletividade, pertencimento e cultura popular (Têmis).

Tais eventos são importantes para elevação cultural e para o fortalecimento do vínculo com as famílias moradoras da Ocupação. Se sobressai, nesse contexto, a questão da cultura popular, como ponto de partida essencial para a formação do consenso.

Odisseu diz o seguinte sobre a ampliação do convencimento em torno das lutas do MPL na ocupação: “Cara, esse é o mais difícil, é porque a consciência das pessoas é muito conservadora, além de estarmos lidando com gente analfabeta, semianalfabeta, com o que estudou, mas muito mal, então é uma dificuldade terrível [...]” (Odisseu).

A hegemonia é condição fundamental para o rompimento da condição de subalternidade, para isso se faz necessária a elevação das massas da condição de subalternidade para a de protagonistas da sua história. Nessa situação, tanto ações para promover a alfabetização de adultos, formações políticas em linguagem adequada e a partir dos interesses dos ocupantes são elementos necessários. Lembra-se que há constantes assembleias na ocupação com finalidade de promoção da participação.

Apolo e outras lideranças da coordenação do movimento, acabam, por vezes, não se reconhecendo como protagonistas (talvez por não participarem de todas as decisões): “Não me vejo como uma liderança, como alguém que as pessoas devam se espelhar. Eu não tenho a mesma determinação que o Odisseu e a Atena possuem, que eu tiro o chapéu” (Apolo). Embora Apolo acabe, por reconhecer, que em algumas situações chega a realizar ações no nível intelectual e relacionadas à infraestrutura da ocupação também, o que na sua visão podem ser reconhecidas como ações de uma liderança do movimento.

Deméter também trata da necessidade de trabalhar o protagonismo com recorte de gênero no contexto da Ocupação: “Eu acho, assim, que eu como mulher, eu não tenho nada, assim, sabe? Eu já não tenho nada” (Deméter). Ao retratar a sua condição de vida desprovida de bens e de propriedade, Deméter evidencia uma vida negada por conta da condição de mulher nesta sociedade.

Ainda sobre a frase emblemática de Deméter, apontando para a questão de gênero dentro da ocupação, vale ressaltar que um dos trabalhos que Atena realiza pelo MPL-PG é o “Dia da Beleza”, em conjunto com outras alianças, buscando promover a autoestima das mulheres e o seu fortalecimento enquanto lideranças, haja vista que nesses eventos há ações de politização e de fortalecimento de vínculos entre as moradoras e dessas para com as lideranças do movimento.

Além de ações de protagonismo como questões de informações e mobilização, pode ser interessante realizar ações de reconhecimento das lideranças (como dos principais coordenadores), além de espaços diversos nos quais possam exercer o protagonismo.

Dédalo coloca que a situação de protagonismo, pelo menos na política institucional, é uma barreira para ser candidato. Conta que nunca foi candidato, ao ser perguntado se pretendia um dia ser, disse: “Rapaz, muitos políticos já me chamaram na minha região. Mas não pretendo” (Dédalo). Então, sendo perguntado se tem algum motivo para a não participação ou mesmo se não gostava de política partidária, Dédalo complementa: “Gosto, mas é por conta do meu conhecimento ser pouco, principalmente do pessoal aqui da região” (Dédalo).

Em sua fala, evidencia que o desconhecimento da realidade local se torna uma barreira para o seu ingresso na vida política.

Para a ampliação de adeptos, é colocado por Odisseu a principal ação que é a ação direta de ocupar. “As ações para ampliar os adeptos da MPL, cara, a gente é um movimento que faz aquilo que a gente chama de ação direta. Ação direta contra o capitalismo, contra a propriedade” (Odisseu).

Ao ser questionado sobre disputa da opinião pública para ampliar o número de simpatizantes de militantes, é dito o seguintes:

“Mesmo trabalhando e dialogando com a opinião pública, não temos a ilusão de termos ela do nosso lado. Podemos diminuir a rejeição, mas a maioria vai entender o movimento como um conjunto de desocupados e outros xingamentos que podem ser vistos nas nossas redes sociais” (Odisseu).

Conforme pode-se perceber, na fala de Odisseu, a disputa da opinião pública se faz até mesmo em razão da criminalização desses movimentos, do preconceito e do estigma que os movimentos sociais, sobretudo, os revolucionários enfrentam na sociedade capitalista burguesa. Como Hermes identifica quando busca doações “Falam, ah, é ocupação que só tem bandido. E aí o pessoal não vem” (Hermes).

Dédalo e Hermes haviam citado que se deve realmente representar os ocupantes, Dédalo acrescenta a questão da escuta ativa e buscar atender as demandas possíveis através do MPL-PG. A fala anterior de Odisseu apontando que as famílias que ainda estão próximas do MPL, estão na sua visão, em função dos resultados dos debates e formações políticas realizadas.

Assim, na medida em que se trabalha, houve e busca atender as demandas da base, bem como a realização de formações políticas, as famílias tendem a se reaproximar. Sem contar a questão da comunicação (sobre possibilidade de isenção tarifária e de transparência nos processos envolvendo a ocupação), pois se comparar com a Figura 1, elaborada por Cox (2024), a manutenção da hegemonia ocorre com o atendimento das necessidades e interesses

dos grupos e pessoas aliadas, o que também mantém o discurso dos dirigentes como oficial e presente no senso comum.

Ao comparar a situação atual com a Figura 2 (Cox, 2024), pode-se identificar alguns elementos de crise de hegemonia do MPL enquanto direção da ocupação. Ocorre a batalha de discursos, a deserção de lideranças aliadas (como coordenadores, dirigentes e famílias). Nesse contexto de certa reorganização, é possível formular novas alianças com moradores, garantia das necessidades materiais ao mesmo tempo que se amplia os espaços para ouvir as demandas em conjunto com formações. A horizontalização da relação entre direção e base faz com que se aproxime da direção por justamente entendê-la como realmente sua representante.

Como possível consequência da disputa da opinião pública e do consenso interno na Ocupação, pode-se reconhecer as estratégias de ocupação da sociedade política, seja através das candidaturas eleitorais, seja ainda a ocupação de espaços de democracia participativa como é o caso dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. Ressalta-se que a disputa de espaços institucionais também é importante na guerra de posições. Odisseu pontua que o movimento tem uma aliada que faz parte do Conselho Municipal de Saúde, reconhece como importante pois não tem militantes o suficiente para maior atuação em conselhos de direitos, além do que o movimento acaba sendo pautado por situações mais urgentes, que o impedem de ampliar seus braços em diferentes frentes de participação institucional.

Uma das lideranças (não identificada para não causar conflitos internos ao MPL) considera que as rivalidades atrapalham o andamento da associação, perguntada se a associação seria o maior desafio então da ocupação disse: “Sim. A Associação hoje faz muita coisa, mas falta muita coisa para fazer. Por conta das diferenças e desavenças entre uns. Aí uns querem ajudar e outros não, mas a associação é aberta para todo mundo”. A referida liderança ainda aponta que as lideranças locais têm pouca força política na Ocupação. Sobre outras forças políticas que influenciam na ocupação disse: “Mas vem o pessoal de fora, e entra. Então tem pessoas de fora que têm mais votos que [...]. Esse é o problema, aí o pessoal não vota nem em um nem no outro e vota no de fora. Ninguém é obrigado a votar em ninguém [...]”.

Quanto à disputa eleitoral, o candidato eleitoral do MPL-PG conta sobre a disputa eleitoral e sua percepção sobre a necessidade de não institucionalização:

“O legislativo nós já disputamos, entendemos como importante, um fim em si mesmo. Muitas vezes o processo de institucionalização dos movimentos foi uma forma de cooptar e retirar a radicalidade do movimento ou de retirar a essência do movimento” (Candidatura Eleitoral).

Sobre a decisão da candidatura afirma que foi uma decisão do próprio MPL-PG: “Foi uma decisão do movimento, de ter uma candidatura que representasse a nossa luta”. Sobre os objetivos da candidatura eram: “Eleger um representante do movimento dentro da Câmara que desse visibilidade à pauta e fizesse com que ela avançasse, né? [...]” (Candidatura Eleitoral).

Sobre as ações que falharam ou mesmo que melhor funcionaram aponta:

“O que falhou não foi exatamente da nossa parte, teve falhas da administração da campanha, na questão da comunicação tem o exemplo de determinados elementos que patrocinamos no Facebook travou nos últimos dias da campanha, o que já sabíamos que poderia ocorrer por conta da eleição passada. Mas desconfio que mesmo acertando estas questões, não teríamos obtido êxito, pois foi uma eleição, em termos geral e inclusive no Brasil inteiro, da vitória do centrão” (Candidatura Eleitoral).

Verifica-se que a candidatura foi importante para o movimento, enquanto estratégia de visibilidade de suas pautas, não tendo sido um processo isento de dificuldades, pelo contrário, além de questões administrativas da campanha eleitoral, a candidatura elenca questões da própria conjuntura nacional que revelou uma vez mais a cultura política conservadora liberal da sociedade brasileira, com o avanço do chamado “centrão”, também chamado de direita fisiológica. Ainda sobre os desafios da campanha:

“[...] Os desafios da campanha são os desafios do cotidiano nosso cara, da questão ideológica da questão da consciência de classe trabalhadora, [...] as pessoas votam em um candidato que não é realmente interessado em que a classe trabalhadora se liberte [...]” (Candidatura Eleitoral).

Assim, os reflexos da disputa pelo consenso também aparecem no espaço eleitoral e nas formas de relação com a sociedade política. Isso não surge “do nada”, mas se vincula às condições materiais e de vida dos ocupantes e ao cotidiano da ocupação: a falta de militantes para sustentar tarefas permanentes, a demora na execução do projeto, a desesperança que se acumula quando as melhorias não chegam no tempo esperado, e mesmo falas que indicam subalternidade no interior do próprio movimento. Soma-se a isso a tendência ao centralismo burocrático, que não é apenas uma opção política abstrata, mas também uma consequência prática da sobrecarga, das urgências e do pouco espaço para debates mais amplos quando o movimento precisa responder, ao mesmo tempo, a demandas imediatas e a pressões externas.

Como já apontado, possíveis caminhos para enfrentar essa situação passam pela criação de espaços de escuta ativa e formação política, por exemplo, por meio de um grupo de protagonismo e mobilização popular. Nesses espaços, torna-se importante que as reuniões não sejam restritas apenas aos coordenadores e à direção, mas que incluam, na medida do

possível, os próprios ocupantes, ampliando a circulação de informações, a participação e a capacidade de decisão coletiva. Também se coloca a sugestão, atribuída a Dédalo, de que as lideranças realizem visitas de casa em casa para identificar demandas concretas e encaminhar soluções, o que pode fortalecer vínculos e reduzir a distância entre direção e base. Nesse processo, a linha política precisa ser construída a partir da base e, ao mesmo tempo, elevar o senso comum por meio da filosofia da práxis, formando uma nova cultura como síntese, sem perder de vista que cada ocupação carrega particularidades e uma cultura popular local que exige autonomia relativa em relação à direção nacional, sobretudo nos aspectos de organização cotidiana.

Hermes e Odisseu relatam que o afastamento de alguns militantes, ou mesmo a diminuição da frequência de participação, ocorre devido à falta de tempo decorrente de questões laborais e dos cuidados com familiares que possuem problemas de saúde. Também é citado o cuidado com crianças como outro fator impeditivo.

Assim, destacam-se as expressões da questão social oriundas do próprio capitalismo em sua particularidade local, como empregos precarizados com carga horária que impede a realização de outras atividades, a falta de serviços públicos e de rede de apoio para o cuidado de pessoas, bem como o tempo de deslocamento entre o trabalho e a residência (caso de Hermes, que trabalha em outra cidade).

A própria solicitação e reivindicação de determinadas pautas relacionadas às condições de vida pode permitir maior participação e mobilização social. Nesse caso, a expansão dos serviços públicos de saúde, com atendimento domiciliar ou mesmo medicação assistida, possibilitaria que a esposa do usuário tivesse menor ônus em relação ao seu próprio tratamento. A regulamentação da profissão de cuidador e a contratação desses profissionais pelo governo municipal também liberariam familiares para outras atividades. Tal perspectiva pode ser fortalecida pela Política Nacional de Cuidados: Brasil que Cuida (Brasil, 2024). A pauta do fim da escala 6x1 também beneficiaria muitos brasileiros, que poderiam dispor de mais tempo livre (no início de mês de junho de 2026 estava na etapa de apreciação no senado brasileiro).

Já para as formações políticas, é necessário garantir condições básicas de acesso. Entre elas, destacam-se os custos da participação, uma vez que muitas pessoas deixam de realizar atividades remuneradas para participar desses espaços. Também são importantes a escolha de temas de interesse dos participantes, a utilização de linguagem acessível e a realização das atividades em horários que facilitem a presença dos militantes (Azeredo, 2015).

Outro aspecto relevante refere-se ao cuidado com crianças e adolescentes. A realização de atividades voltadas a esse público, prática que já ocorre em diversos momentos, pode favorecer a participação dos pais em assembleias e formações. Lembra-se que as crianças e adolescentes também participam das assembleias e esses espaços já existem na ocupação. Recomenda-se, neste caso, a realização de ações para o fortalecimento e ampliação da participação.

A disponibilização de atas e áudios para aqueles que não conseguirem participar das atividades pode contribuir para ampliar o acesso às informações do movimento. Também é importante analisar as ações que vêm sendo realizadas e identificar quais delas possuem potencial para ampliar a participação, mesmo diante da limitação de militantes. Como exemplos, podem ser citados projetos de extensão, eventos e a campanha para a destinação de recursos do município para a participação. Ainda, buscar parcerias para aumentar a capacidade de ação e de captação de novos militantes com alianças, pois faltam diversos recursos.

A divulgação dos resultados da presente pesquisa ara os ocupantes da Ocupação Ericson John Duarte e para outros militantes do MPL pode ser realizada de diversas formas. Entre elas, a divulgação do trabalho na íntegra por grupos de WhatsApp; publicações no Instagram e no Facebook com os principais resultados da pesquisa, vinculando e marcando as contas do MPL para ampliar seu alcance; a apresentação da pesquisa em assembleia; e, possivelmente, a realização de uma formação política, buscando contribuir com uma das necessidades apontadas pela própria pesquisa. Também pode ser considerada a publicação dos resultados em artigos e, na medida do possível, a contribuição para a elaboração de uma nova cartilha do movimento.

Outra questão refere-se à construção, ao longo do tempo, de mecanismos de arrecadação de recursos que possam contribuir para a participação social. Atualmente, isso ocorre principalmente por meio de doações vinculadas à realização de eventos.

O movimento não possui CNPJ, o que limita as possibilidades de arrecadação e de organização de uma política econômica própria do MPL. A existência de recursos mais estáveis também poderia contribuir para a construção de mecanismos de proteção social aos militantes.

Existe a associação da Ocupação Ericson John Duarte, que não possui vínculo de subordinação ao MPL. Contudo, trata-se de um espaço que pode ser disputado politicamente em sua direção, especialmente diante da ausência de uma ocupação efetiva desses cargos.

Sugere-se reforçar o mecanismo já existente de avaliação das propostas em assembleias e a criação de outros espaços decisórios, possibilitando maior reflexão dos participantes antes das deliberações. Para isso, podem ser utilizados instrumentos como agendas de eventos e divulgação antecipada das pautas; articulação dos grupos de formação política com as propostas que serão apresentadas na assembleia, ocorrendo espaço de estudos antes da realização da assembleia e fornecendo mais elementos sobre a questão para que seja tomada a decisão em assembleia.

Nesses processos é importante explicitar a importância da práxis política e que os participantes atuem como multiplicadores do processo que participam, buscando também que outras pessoas atuem nos processos de participação e recebam formações políticas; ou seja de intelectuais orgânicos produzem novos intelectuais orgânicos.

Reforçar ações ou aprimorar as já existentes (como uso de redes sociais com maior alcance como vem ocorrendo por parte da liderança do mpl-pg); participação em eleições (como a realizada em outubro deste ano), podendo criar uma camada de delegados por localidade na ocupação, localizados logo abaixo da hierarquia dos coordenadores, esse espaço servirá também para formação destes delegados em novos coordenadores. Raichelis (2018) aponta a necessidade de ampliação dos processos de democratização da vida social, especialmente por meio da incorporação dos interesses populares nos espaços de decisão. Tal perspectiva pressupõe a multiplicação dos sujeitos sociais e o surgimento de novos protagonistas coletivos capazes de intervir nos debates públicos e disputar os rumos das políticas e das ações estatais. Nesse processo, a esfera pública constitui um espaço de aparecimento e visibilidade das demandas sociais, permitindo que diferentes grupos estabeleçam interlocuções, apresentem projetos e participem das deliberações enquanto comunidade politicamente organizada.

A autora Raichelis (2018) destaca que a publicização dos conflitos, das propostas e das práticas sociais possibilita explicitar os interesses em disputa, tornando-os passíveis de confronto, negociação e construção de consensos. A esfera pública apresenta-se, portanto, como um espaço de escuta das demandas coletivas e de formulação de projetos voltados ao interesse comum. Nessa direção, a transparência na definição e execução do orçamento público assume papel relevante, pois amplia as possibilidades de acompanhamento e intervenção da população nos processos decisórios.

Esse movimento também está relacionado à ampliação do direito à participação social e à democratização dos espaços de decisão. As redes de articulação e os meios de comunicação, incluindo as plataformas digitais e os aplicativos de mensagens, podem

contribuir para a circulação de informações, para a mobilização coletiva e para a construção de canais de diálogo entre diferentes sujeitos sociais. Trata-se, em última instância, da ampliação do direito a ter direitos, por meio do fortalecimento da participação popular na definição dos rumos da vida pública.

Pontua-se que a leitura e a concepção da relação entre sociedade civil e Estado em Raichelis são de corte habermasiano. Tal perspectiva não é utilizada nesta pesquisa, mas as construções e interpretações da autora fornecem elementos para pensar a ampliação do Estado em direção a setores da sociedade civil vinculados aos grupos subalternos, ou mesmo para fortalecer e ampliar a participação dos grupos subalternos já inseridos nesses espaços. Ainda sobre a crítica gramsciana-marxista à concepção habermasiana, Duriguetto e Montañó (2010) apontam uma inconsistência nessa perspectiva, qual seja, a ideia de que o ideal de esfera pública e de bem comum seria alcançado quando todos estivessem em condições perfeitas de participar da esfera pública, desconsiderando os interesses conflitantes e a própria natureza do Estado.

Um possível complemento a essa crítica é a leitura que Vladimir Safatle faz dessa posição, pois ela apenas reforçaria um modelo liberal de Estado. Bastaria que todos reconhecessem as regras da cooperação e, assim, negociassem compromissos. Com isso, os conflitos, inclusive os de classe, tenderiam a ser apaziguados, afastando qualquer perspectiva revolucionária. Permaneceram, portanto, as relações de exploração e reificação, mantendo-se o Estado capitalista como modelo de gestão social.

A forma pela qual o Estado é ampliado não possui como horizonte a sua superação. Assim, reforça-se a contradição de fortalecer o Estado capitalista também em sua função de dominação pelo consenso, constituindo um caminho para a administração total da vida social pelo Estado.

Esse processo também pode ser relacionado às chamadas armadilhas ou artimanhas da hegemonia discutidas por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, como Costa e Prado (2017) demonstram, nas quais os aspectos mais revolucionários ou mesmo determinados grupos são excluídos dos processos de construção do consenso no interior do Estado capitalista. Tal modelo também é defendido por Safatle (2019), o qual propõem, então, um modelo adversarial de política, justamente para que posições antagônicas possam ser representadas. Apontam ainda que posições excessivamente próximas do centro do espectro político tendem a perder capacidade de mobilização e adesão, o que ajudaria a explicar, entre outros fatores, o crescimento recente da nova direita em diversos países.

Vale destacar que Mouffe e Laclau possuem influência de Michel Foucault. Safatle (2019) tenta mostrar certa aproximação de Gilles Deleuze em relação às conclusões e análises de Theodor Adorno, mesmo chegando a essas conclusões por caminhos epistemológicos diferentes. Deleuze recebeu influência de Foucault e era anti-dialético, tendo como uma possível divergência com o pensamento gramsciano a formação do consenso das classes populares. Safatle, utilizando uma interpretação da dialética negativa e também da tentativa de manter "espaços de diferença" em Deleuze, coloca que a relação entre determinados grupos não deve produzir sínteses (interpretando, de forma mais ampla, que toda síntese entre grupos seria uma questão de conciliação), o que não permite compreender que justamente o processo dialético mantém, no processo de conservação, parte dos elementos e nega outros, não alterando completamente o objeto anterior, além de impedir que os grupos passem para a fase ético-política. Safatle faz isso neste livro com o intuito de criar espaços "livres", dando como exemplo o campo da estética. Isso parte justamente da ideia de que essas áreas são livres a priori e não possuem disputa de poder, nem mesmo que a pretensa ideia de não interferir também se refere à manutenção da dominação e da influência da hegemonia atual no campo da estética. Contradizendo suas próprias ideias, pois, por essa lógica, todos os outros espaços de disputa de poder deveriam funcionar da mesma forma, sendo, assim, uma concepção anarquista de luta fragmentada por considerar que a formação de consenso é necessariamente a subordinação de um grupo subalterno a outro, quando, na realidade, trata-se de uma potencialização. Talvez essa concepção esteja baseada em premissas liberais, nas quais a liberdade de um indivíduo se encerra onde começa a do outro, impossibilitando certa convergência, ao passo que a compreensão dialética seria a de que a liberdade do outro potencializa a minha. Ao mesmo tempo que busca manter espaços de liberdade ou não submetidos ao controle.

Diante desse ponto de convergência entre representação política e disputa na sociedade civil, ainda que por caminhos teóricos distintos, presente em Safatle (2019) e Gramsci (1980; 2012), não é possível conceber a criação de espaços ou proposições políticas que surjam desvinculados do conflito. Tal conflito é inerente à própria sociedade de classes e aos interesses contraditórios das classes sociais. Isso não implica negar a possibilidade de acordos, mas compreender que eles não podem constituir um fim em si mesmos nem o horizonte geral da ação dos grupos subalternizados.

Para não incorrer nessas armadilhas da hegemonia, deixando de representar adequadamente os grupos subalternos ou mesmo de construir a hegemonia, o pensamento gramsciano destaca que a camada dos intelectuais orgânicos deve se elevar conjuntamente ao

grupo social ao qual está vinculada. Na relação dialética entre senso comum e filosofia da práxis, produzem-se sínteses que negam e conservam elementos desse senso comum, tanto aqueles que apresentam potencial transformador quanto aqueles que passam a adquiri-lo a partir da interação com a filosofia da práxis. Tais elementos podem assumir a forma de ideias ou de práticas individuais e coletivas. Esses elementos potencialmente revolucionários Del Roio (2018) chama de espírito popular criativo e um exemplo possível são os conselhos de fábricas da Itália criados a partir já de certa organização interna das fábricas (articulado com o jornal *L'Ordine Nuovo*). A partir desse processo, os grupos subalternos interagem entre si, formam alianças e constroem novos consensos a partir de sua própria base social, em um movimento contínuo de elaboração política.

Com a possível ampliação do consenso interno na ocupação, a disputa pela opinião pública e a atuação na sociedade política também podem avançar de forma mais organizada, inclusive no legislativo municipal, em conselhos e nos espaços de participação vinculados ao planejamento urbano. Isso inclui, por exemplo, acompanhar e disputar a construção do Plano Diretor, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, já que são instrumentos por meio dos quais se pode direcionar recursos para a área de habitação no município. Ao mesmo tempo, esse deslocamento não pode significar abandono da ação direta e das mobilizações, nem perda da identidade do MPL ou de sua radicalidade. Trata-se de ampliar o repertório sem diluir o horizonte socialista, mantendo viva a perspectiva de transformação.

Raichelis (2015), para ampliação da participação popular nos espaços decisórios, utiliza-se o termo de democratização. Para tanto, se reporta a elementos da democracia representativa e participativa ao mesmo tempo, o que pode ser relacionado à categoria de guerra de posição, em que a posição ocupada (tanto na sociedade civil quanto na sociedade política) não é um fim, mas um espaço que possa permitir tal democratização. Trazendo para a situação específica da participação dos ocupantes em espaços de formação política, assembleias, ou seja, de formação de opinião pública e espaços decisórios, além da criação de mecanismos equitativos, também pode ocorrer a publicização de procedimentos; também a criação de nova arquitetura de participação e controle social (partilhando o poder; pautando diretamente suas demandas e menos burocratizado às demandas populares) (Raichelis, 2015). Quanto à Formações políticas, assembleias e divulgação das decisões (através de redes sociais), o MPL-PG já realiza à sua maneira. Sobre a possibilidade de uma nova arquitetura/mecanismo de participação, poderia ocorrer desde que fosse a partir de demanda popular dos ocupantes e da própria direção do movimento, ou mesmo através de novas

eleições para ampliação dos coordenadores da Ocupação. Fóruns de debate sobre temas específicos, como fundo público funcionamento do Estado (em sentido estrito) também poderiam ocorrer.

Na apresentação das propostas, os motivos para essa devem ser transparentes e deve ser submetido ao crivo do debate e deliberação coletiva; também que se faz necessário analisar quais projetos de sociedade estão em disputa nessas propostas. Outro elemento, se refere à possibilidade de tornar público ou facilitando o acesso a atas das reuniões; divulgação de canais de prestação de contas, atuar na esfera institucional (não se limitando a este). E de uma participação social que contribua na definição da macroeconomia, tanto local quanto nacional.

É o que o MPL-PG e a UMP-PG estão fazendo. A UMP-PG debateu em outubro de 2025 sobre a necessidade de o direito à cidade estar no orçamento público municipal de forma efetiva. Já o MPL-PG (2026) possui campanha para que 1% do orçamento público municipal seja direcionado à moradia. Tal decisão ocorreu a partir de assembleia geral do movimento realizada em 05 de março na ocupação Ericson John Duarte.

Em síntese, se evidencia que a disputa pela hegemonia no interior da ocupação não se reduz a “convencer” indivíduos, mas depende de organização, de formação e de capacidade de transformar necessidades imediatas em direção política coletiva. Como apontado por Buci-Glucksmann (1980), a direção coletiva se dá mediante um diálogo constante entre base e direção, captando os interesses potencialmente revolucionários, presente em contradições de ações e pensamentos, ou até mesmo em elementos revolucionários já presentes na base.

Os limites observados, como desagregação, burocratização e dificuldades de participação, não anulam a potência da experiência, mas indicam que a consolidação de uma vontade coletiva popular exige trabalho contínuo, mediações concretas e enfrentamento das contradições que atravessam a vida cotidiana. Assim, ao final do percurso analítico, torna-se possível encaminhar as considerações finais retomando o que este estudo permitiu apreender sobre a luta por moradia no Paraná, a atuação do MPL-PG e a práxis política das lideranças na Ocupação Ericson John Duarte, destacando seus avanços, seus impasses e os desafios colocados para o aprofundamento de um projeto contra-hegemônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação partiu do entendimento de que a luta pelo direito à moradia não pode ser explicada como um problema isolado, pontual ou apenas administrativo. Ao longo da pesquisa, buscou-se demonstrar que a questão da moradia está vinculada ao conjunto das relações sociais produzidas no capitalismo, de modo que a desigualdade no acesso à terra, à casa e à cidade não decorre de falhas casuais, mas de uma forma histórica de organizar a sociedade, o espaço urbano e a própria vida social. Nessa direção, a concentração fundiária, a especulação imobiliária, a mercantilização da cidade e a insuficiência das políticas habitacionais aparecem como determinações centrais para compreender por que amplos setores da classe trabalhadora seguem submetidos à insegurança da posse, ao aluguel excessivo, à precariedade habitacional e à marginalização territorial.

O referencial marxista-gramsciano foi fundamental para sustentar essa leitura. As categorias hegemonia, subalternidade, intelectuais orgânicos, cultura e práxis permitiram compreender que a luta por moradia não se limita à busca de uma necessidade imediata, ainda que esta seja central, mas envolve também disputa política, cultural e ideológica. Em Gramsci, a política não se esgota no Estado em sentido estrito, porque se realiza também na sociedade civil, na formação da opinião pública, na produção de consensos e na disputa pela direção moral e intelectual da sociedade. Isso foi importante para esta pesquisa porque permitiu enxergar a ocupação não apenas como resposta à falta de casa, mas como espaço de organização, de formação e de enfrentamento, ainda que contraditório, à ordem vigente.

No caso do Paraná e, especialmente, de Ponta Grossa, os dados trabalhados ao longo da dissertação reforçam que a crise habitacional está longe de ser algo secundário. Ao contrário, trata-se de uma expressão concreta da desigualdade socioespacial. O estado apresenta crescimento das necessidades habitacionais, ampliação de assentamentos precários, de ocupações irregulares e de diferentes formas de insegurança habitacional. Em Ponta Grossa, esse quadro ganha peso particular quando se observa sua posição entre os municípios com maiores necessidades habitacionais do Paraná, além da existência de favelas, loteamentos irregulares e expressiva demanda reprimida por moradia. Soma-se a isso a contradição entre o número de imóveis vazios e a permanência de famílias sem acesso à moradia digna, o que mostra que o problema não é simplesmente falta física de casas, mas a forma desigual como a terra urbana é apropriada. Nessa chave, a categoria da subalternidade aparece de forma bastante explícita, porque são justamente os grupos subalternos, atravessados pela

precarização do trabalho, pela renda insuficiente, pelo peso do aluguel e pela exclusão histórica do acesso à terra urbana, que acabam suportando os efeitos mais duros dessa forma de organizar a cidade. É nesse terreno que a atuação dos movimentos sociais se torna indispensável, não apenas por pressionarem o poder público, mas por transformarem uma necessidade vivida de modo disperso em luta coletiva, organizada e politizada.

Foi nesse contexto mais amplo que a pesquisa procurou compreender a atuação do MPL-PG no interior da Ocupação Ericson John Duarte. O que se observou é que o movimento não se limita a levantar uma pauta abstrata sobre moradia, mas atua concretamente na organização da ocupação, na defesa da permanência das famílias, na articulação com aliados, na busca de recursos, na realização de atividades formativas e no encaminhamento de demandas junto à universidade, a parlamentares e a setores do poder público. As entrevistas mostraram que as lideranças do MPL-PG exercem papel importante na sustentação cotidiana da ocupação e na construção de mediações necessárias para que a luta não fique restrita ao momento inicial da ação direta. Nesse processo, a ocupação deixou de ser apenas um espaço de necessidade imediata e passou a constituir também um espaço de organização política, de produção de vínculos, de conflito e de construção de alguma direção coletiva.

Ao mesmo tempo, a pesquisa mostrou que essas lideranças não se constituem a partir de uma única trajetória. Algumas apresentam acúmulo anterior em movimento estudantil, campanhas eleitorais, partidos e outros movimentos sociais. Outras têm sua inserção política muito mais ligada à própria experiência concreta da pobreza, do trabalho precoce, da migração, do aluguel, da insegurança e da falta de moradia. Isso é importante porque evidencia que a formação das lideranças não surge de uma motivação abstrata ou exterior à realidade, mas da própria vida concreta dos sujeitos. Em termos gramscianos, isso ajuda a compreender que a passagem da subalternidade para formas mais organizadas de ação política depende dessa elaboração da experiência vivida no interior da luta coletiva. Ou seja, a consciência não aparece pronta. Ela vai se formando no processo.

Nesse sentido, a dissertação também permitiu identificar as lideranças do MPL-PG como intelectuais orgânicos vinculados às classes subalternas. Não porque se situem fora do povo ou acima dele, mas justamente porque realizam funções de organização, direção, mediação, elaboração e formação no interior da própria luta. Em alguns casos, isso aparece mais claramente nas tarefas de planejamento, articulação e formulação política. Em outros, aparece nos saberes práticos do território, na memória da ocupação, na resistência cotidiana e no trabalho de sustentação material da comunidade. Assim, não se trata de uma oposição

rígida entre quem pensa e quem executa, mas de uma unidade contraditória entre diferentes funções no interior da mesma práxis política. Isso ajuda a entender que a luta por moradia, no caso estudado, também é um processo educativo-político, no qual sujeitos antes dispersos vão se reconhecendo como parte de uma ação comum, ainda que esse processo seja incompleto, desigual e atravessado por limites.

A pesquisa identificou processos de desagregação, enfraquecimento do vínculo com parte das famílias da ocupação, dificuldade de participação por conta do trabalho formal, do cuidado com familiares, do adoecimento e da própria dureza da vida cotidiana. Também surgiu, em mais de uma fala, a questão da desesperança e da fragilização do consenso interno, especialmente em razão da demora do processo de regularização e da dificuldade de manter as famílias mobilizadas por um longo tempo. Em alguns casos, apareceram inclusive marcas de subalternidade no plano da autopercepção, como quando coordenadores que desempenham funções fundamentais não se reconhecem como lideranças. Isso mostra que a construção de uma nova hegemonia não depende apenas da existência de uma direção política formalmente reconhecida. Ela exige trabalho permanente de formação, escuta, fortalecimento de vínculos, criação de confiança e ampliação do protagonismo coletivo.

A partir do que consta na dissertação, alguns caminhos possíveis para a disputa pela hegemonia no espaço local pelo MPL-PG passam, em primeiro lugar, pelo fortalecimento do vínculo político e organizativo com as famílias da ocupação. Isso envolve ampliar a escuta das demandas concretas, criar espaços mais permanentes de debate, estimular a participação dos moradores nos encaminhamentos do movimento e investir mais intensamente na formação política e cultural. Também aparece como necessário ampliar a hegemonia cultural no interior da própria ocupação, porque a permanência da direção política não se garante apenas pela legitimidade da ocupação inicial ou pela capacidade de articular apoios externos, mas pela capacidade de enraizar uma visão de mundo no cotidiano dos ocupantes. Em outros termos, trata-se de fazer com que a luta pela moradia deixe de ser compreendida apenas como saída individual ou familiar e passe a ser vista como parte de uma luta mais ampla contra a exploração, a desigualdade e a forma capitalista de produção da cidade.

No plano externo, a própria pesquisa indica que o MPL-PG tem possibilidades de avançar na disputa pela hegemonia local se seguir combinando ação direta com articulações na sociedade civil e na sociedade política. As alianças com a UEPG, com sindicatos, com parlamentares e com outros setores aliados já se mostraram importantes para a sustentação da ocupação e para o avanço de conquistas concretas. Mas esse movimento pode se ampliar, inclusive na disputa de espaços institucionais locais, como conselhos, orçamento público,

política habitacional, plano diretor e demais instrumentos que interferem diretamente na produção da cidade. Isso, contudo, só faz sentido se mantiver relação orgânica com a base social concreta do movimento, porque a entrada na institucionalidade, isolada da ação coletiva e da escuta dos moradores, pode enfraquecer o movimento ao invés de fortalecê-lo. O desafio, portanto, não é escolher entre ação direta ou atuação institucional, mas combinar ambas sem perder a autonomia política, o horizonte estratégico e a centralidade da organização popular.

Desse modo, considera-se que a principal contribuição desta dissertação está em evidenciar que a luta por moradia, no caso do MPL-PG e da Ocupação Ericson John Duarte, é ao mesmo tempo luta material, política, cultural e moral. Não se trata apenas de conquistar uma casa, embora isso por si só já seja decisivo, mas de disputar a cidade, de enfrentar a lógica da propriedade e da especulação, de organizar sujeitos historicamente subalternizados e de construir formas de ação coletiva capazes de alterar, ainda que parcialmente e com contradições, a realidade vivida.

A pesquisa mostrou que a práxis política das lideranças do MPL-PG tem produzido efeitos reais na organização da ocupação, na conquista de apoios, na resistência ao despejo e na abertura de caminhos para a regularização. Mas mostrou também que esse processo permanece aberto, tensionado e inacabado. Há avanços importantes, mas há também impasses, fragilidades e desafios que não podem ser ignorados. Assim, mais do que encerrar um debate, este estudo pretende contribuir para o acúmulo de reflexões sobre a luta por moradia em Ponta Grossa e no Paraná, reafirmando que a superação da subalternidade depende da capacidade dos grupos subalternos de se organizar, de produzir seus próprios intelectuais e de disputar, no terreno concreto da vida social, uma nova direção para a sociedade.

Considera-se que a principal contribuição desta dissertação está em evidenciar que a luta por moradia, no caso do MPL-PG e da Ocupação Ericson John Duarte, é ao mesmo tempo luta material, política, cultural e moral. Não se trata apenas de conquistar uma casa, mas de disputar a cidade, de enfrentar a lógica da propriedade e da especulação, de organizar sujeitos historicamente subalternizados e de construir formas de ação coletiva capazes de alterar, ainda que parcialmente e com contradições, a realidade concreta. A pesquisa mostrou que a práxis política dos intelectuais orgânicos do MPL-PG tem produzido efeitos reais na organização da ocupação, na conquista de apoios, na resistência ao despejo e na abertura de caminhos para a regularização. Mas também revelou que esse processo permanece em disputa, exigindo continuidade da luta, ampliação da formação política e fortalecimento da organização coletiva. Assim, mais do que encerrar um debate, este estudo busca contribuir

para o acúmulo de reflexões sobre a luta por moradia em Ponta Grossa e no Paraná, apontando que a superação da subalternidade depende da capacidade dos grupos subalternos de se organizar, de produzir seus próprios intelectuais e de disputar, no terreno concreto da vida social, uma nova direção para a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABECIP- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO E POUPANÇA. Paraná tem mais de 540 mil casas e apartamentos vazios (Bem Paraná). Notícias. **Abecip**, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.abecip.org.br/imprensa/noticias/parana-tem-mais-de-540-mil-casas-e-apartamentos-vazios-bem-parana>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- ABECIP- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO E POUPANÇA. Série histórica IGMI-R ABECIP. Série Histórica-Mês a mês [arquivo]. Abecip, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.abecip.org.br/igmi-r-abecip/serie-historica>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- AMADOR, Milton Cleber Pereira. Guerra do Contestado: marca o fim e o início de modelos de desenvolvimento na região Oeste Catarinense. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 22, n. 31, p. 499-507, 2010. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/download/562/384/0>. Acesso em: 11 jan. 2025
- ARECO, Sabrina. A questão política dos intelectuais Balzac nos Quaderni. **Revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 75-93, 2019.
- AREDE. Justiça faz cadastramento em Ocupação no Andorinhas. **ARede**, Ponta Grossa, 07 ago. 2022a. Disponível em: <https://arede.info/ponta-grossa/433145/justica-faz-cadastramento-emOcupação-no-andorinhas?d=1>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- AREDE. MP concede direito à ligação de água e luz em Ocupação de PG. **ARede**, Ponta Grossa, 20 maio, 2022b. Disponível em: <https://arede.info/ponta-grossa/423650/mp-concededireito-a-ligacao-de-agua-e-luz-em-Ocupação-de-pg?d=1>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- AVRITZER, Leonardo. Os limites e a segmentação da participação social (1990-2013) e as manifestações de junho de 2013 e a ruptura do consenso participativo. In: AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 49-82.
- AZEREDO, C. Os desafios da participação social. **Instituto Nossa Ilhéus**, [s.l], 30 jun. 2015. Disponível em: <https://nossailheus.org.br/participacao-social-desafios/>. Acesso em: 25 abr. 2026.
- BANDA B. Cerca de 200 famílias ocupam terreno que pertence à União, em São José dos Pinhais. **Banda B**, Curitiba, 11 out. 2023. Disponível em: <https://www.bandab.com.br/regiao-metropolitana-de-curitiba/cerca-de-200-familias-ocupam-terreno-sao-jose-dos-pinhais/>. Acesso em: 23 fev. 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 3 reimp, 2016.
- BASTOS, P.N. Modelo teórico-metodológico para a compreensão das disputas por hegemonia na práxis de movimentos sociais: uma proposta oriunda de pesquisa com o Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Comunicação & Sociedade**, v. 3, pág. 201–231, 2024. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/index.php/comunicacaosociedade/article/view/404/775>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BEHRING, E. Fundamentos de Política Social. Separata de: **Serviço Social e saúde - Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez, 2007.

BERMAN, M. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**: A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERTHOLINO, Maria Luiza f. *et al.* Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos [livro eletrônico]. 5. ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2023. 157 p. il. ISBN: 978-65-86234-56-5. Disponível em: <https://www.editora.uepg.br/ciencias-humanas/metodologia-cientifica/manual-de-normalizacao-bibliografica-para-trabalhos-cientificos-4a-edicao-revista-e-atualizada-ebook>. Acesso em: 06 out. 2025

BIANCHI, Alvaro. Uma crítica à economia política da terceira via. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, n. 23, p. 179-184, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/nX3r3LGKBythLmZYVLMZH5x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BIANCHI, Álvaro. Croce, Gramsci e a “autonomia da política”. **Revista Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 2,9, p.15-30, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/qCQ8g73TTgBgmBS6T6kjKXJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BOLIGIAN NETO, Artur. Pandemia imobiliária: notas críticas sobre o boom do setor residencial durante a crise do Coronavírus. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. doi:10.11606/D.8.2023.tde-04072023-120409. Acesso em: 10 jun. 2025.

BOMFIM, Kimberly Ferreira; SANTOS, Leandro Augusto Oliveira dos; COSTA, Igor Sporch da. A Ocupação DAS ANDORINHAS COMO UM PRISMA DE PESQUISA.. In: Anais do Simpósio Jurídico dos Campos Gerais. **Anais...Ponta Grossa(PR) Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)**, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/simposiojuridicodoscamosgerais/719371-A-Ocupação-DAS-ANDORINHAS-COMO-UM-PRISMA-DE-PESQUISA>. Acesso em: 22 jan. 2025

BOTTURA, Ana Carla. O lugar do conflito e da naturalização da pobreza: uma leitura da luta por moradia na periferia de Palmas - TO. **Pós FAUUSP**, São Paulo, Brasil, v. 25, n. 46, p. 102–117, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/139557>.. Acesso em: 3 jan. 2025.

BOUTIN, A. C. B. D.; SCHEIFFER, C. S.; SOUZA, C. G. de; LUIZ, D. E. C.; BISCAIA, F. R.; ALVES, G. A.; JUNIOR, M. I.; SILVA, S. C. e. Perfil quantitativo das categorias teóricas gramscianas dos artigos do Mapa do International Gramsci Society do Brasil . **Emancipação**, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 18, n. 2, p. 386–398, 2018. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.18i2.0010. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/11205>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BOWENS, R. Justiça manda Prolar cadastrar famílias de Ocupação em PG. **ARede**, Ponta Grossa, 25 mar. 2022a. Disponível em: <https://shorturl.at/NfC1P>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BOWENS, R. Projeto busca viabilizar 200 novas moradias em Ponta Grossa. **Arede**, Ponta Grossa, 11 abr. 2024. Disponível em: <https://arede.info/ponta-grossa/516262/projeto-busca-viabilizar-200-novas-moradias-em-ponta-grossa>. Acesso em: 23 fev. 2025.

BOWENS, R. TJ suspende multas às famílias que estão no Andorinhas. **ARede**, Ponta Grossa, 21 mar. 2022b. Disponível em: <https://shorturl.at/U8CDY>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2022. 257 p. Atualizada até a EC n. 116/2022.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, jul. 2001. Disponível em: <<https://shre.ink/leiplanalto>>. Acesso em: 03 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados. **Diário Oficial da União**, Brasília, Secretaria de Documentação, 2024.. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/115069.htm. Acesso em: 04 jun. 2026.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Periferia Viva** - Urbanização de Favelas. Anual de instruções para apresentação de propostas. Programa Moradia Digna. Ministério das Cidades: Brasília, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/novo-pac-selecoes/arquivos/urbanizacao-de-favelas/manual_urbanizacaoafavelas.pdf. Acesso em 03 ago. 2025.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 maio de 2016. Disponível em: <<https://shorturl.at/MUuae>>. Acesso em: 21 maio 2024.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada**. – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: <<https://shre.ink/D7jW>>. Acesso em: 03 jul. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Preceito de Descomprimento Fundamental (ADPF) 828**. Relator: Min. Roberto Barroso. Distrito Federal, 2021. Disponível em: <https://shorturl.at/lPBMa>. Acesso em: 09 jul. 2024.

BRASIL DE FATO. Cinco áreas de Ocupação de São José dos Pinhais fizeram ato ontem (25) na Câmara municipal. Cidades. **Brasil de Fato**, Curitiba, 26 abr. 2024. Disponível em: <https://omaringa.com.br/noticias/regiao/Ocupação-dom-helder-camara-em-predios-construido-s-com-dinheiro-publico-e-abandonados-festeja-um-ano/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

BRUNELLO, Yuri. O Dante Alighieri de Antonio Gramsci: um realismo sem mimese. **Acta Scientiarum**-Language and Culture, Maringá, vol. 40, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3074/307458305002/html/>. Acesso em: 01 jun. 2025.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BUDZIAK, Amanda; KOSH, Ana Paula Alece. **Projeto habitacional horizontal e vertical para adequação da Ocupação Ericson John Duarte em Ponta Grossa - Pr**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil). Universidade Estadual de Ponta Grossa: Ponta Grossa, 2023. Disponível em: <https://ri.uepg.br/monografias/handle/123456789/310>. Acesso em: 23 jan. 2025.

CALDEIRA, Tatiane Monteiro. **Cidade Ocupada**: conflito fundiário de moradia urbana e a atuação dos movimentos sociais na Ocupação Flores do Campo - Londrina- PR, 2029. 154f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) -Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019. Disponível em: Acesso: <https://repositorio.uel.br/srv-c0003-s01/api/core/bitstreams/d41eee8d-e769-4481-b557-07dc80d0e3cc/content>. 28 fev. 2025

CAMINHA, J.V. Sobre as ocupações urbanas e suas potencialidades como comum. **XV Colóquio Internacional de Geocrítica Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista**, Barcelona, 2018. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/JuliaCaminha.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Luiz de. Ocupação Dom Hélder Câmara, em prédios construídos com dinheiro público e abandonados, festeja um ano. **Direitos Humanos. O Maringá**, Maringá, 27 Fev. 2024. Disponível em: <https://omaringa.com.br/noticias/regiao/Ocupação-dom-helder-camara-em-predios-construidos-com-dinheiro-publico-e-abandonados-festeja-um-ano/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

CARRANO, Pedro. Dia 24 de outubro, ocupações ameaçadas de despejo fazem protesto no centro de Curitiba. **Política. Brasil de Fato**, Curitiba, 18 out. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/18/dia-24-de-outubro-ocupacoes-ameacadas-de-despejo-fazem-protesto-no-centro-de-curitiba/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

CARRANO, Pedro. No Paraná, organizações montam acampamento solidário na Ocupação Tiradentes 2. **Direitos Humanos. Brasil de Fato**, Curitiba, 27 mar. 2023a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/27/no-parana-organizacoes-montam-acampamento-solidario-na-Ocupação-tiradentes-2/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

CARRANO, Pedro. Ocupação Independência: a negociação e o método dos tratores. **Cidades. Brasil de Fato**, Curitiba, 04 abr. 2023b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/04/Ocupação-independencia-a-negociacao-e-o-metodo-dos-tratores/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

CINTRA, André. Há 36 anos, o movimento comunitário começou a história da Conam. **Vermelho**, [s.l.], 17 jan. 2018. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2018/01/17/ha-36>

-anos -movimento -comunitario -dava -inicio -a -historia -da -conam/ . Acesso em: 6 jan. 2025.

CNN BRASIL. Entenda a prisão de José Rainha, líder de movimentos por reforma agrária. **CNN Brasil**, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-a-prisao-de-jose-rainha-lider-de-movimentos-por-reforma-agraria>. Acesso em: 22 out. 2025.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ -COHAPAR. **Bem Viver Uvaranas - Empreendimento Encerrado**. Curitiba: COHAPAR, [S.D.]. Disponível em: <https://www.cohapar.pr.gov.br/Ponta-Grossa/Bem-Viver-Uvaranas>. Acesso em: 10 jun. 2025.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ -COHAPAR. Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná [Resumo]. Curitiba: COHAPAR, 2019. Disponível em: https://www.cohapar.pr.gov.br/sites/cohapar/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/resumo_2019_pehis.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

COMARÚ, Francisco; BARBOSA, Benedito. Movimentos sociais e habitação. **Escola de Administração; Superintendência de Educação a Distância**. Salvador: UFBA, 2019. Disponível em: https://sp.unmp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Movimentos_Sociais_e_Habitacao.pdf. Acesso em: 24 jan. 2025.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ -COHAPAR. **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná**. Curitiba: COHAPAR, 2024. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: 04 jun. 2025.

COUTINHO, Carlos Nelson. Nota Prévia. *IN*: GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. v. 6. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

COSTA, F. A.; PRADO, M. A. M. Artimanhas da hegemonia: obstáculos à radicalização da democracia no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2017. Associação Brasileira de Psicologia Social. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/CzQ356mCpWRG9rWfJkcMw3G/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

COX, L. Social movements and hegemonic struggle. In: William K. Carroll (ed.), *The Elgar Companion to Antonio Gramsci*. Editora: **Edward Elgar Publishing**. [s.l.], 2024. p.370-387. Disponível em: <https://mural.maynoothuniversity.ie/id/eprint/18210/1/Social%20movements%20and%20hegemonic%20struggle%20%281%29.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

D'ANNA, G. Hegemonia. *In*: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2017. 831p.

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando. Indígenas em movimento. Literatura como ativismo. **Remate de Males**, Campinas, SP, v. 38, n. 2, p. 919–959, 2018a. DOI: 10.20396/remate.v38i2.8652191. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8652191>. Acesso em: 15 jul. 2024.

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando. Uma literatura militante: sobre a correlação de movimento indígena e literatura indígena brasileira contemporânea. Aletria: **Revista de Estudos de Literatura**, [S. l.], v. 28, n. 3, p. 163–181, 2018b. DOI: 10.17851/2317-2096.28.3.163-181. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/18818>. Acesso em: 15 jul. 2024.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. In: DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. São Paulo: UNESP, 2018.

DCMAIS. FNL relata violência, mas PM nega uso de força em desOcupação. Redação. **DCmais**, Ponta Grossa, 02 fev. 2022a. Disponível em: <https://shorturl.at/Jxgsw>. Acesso em: 09 jul. 2024.

DCMAIS. Justiça proíbe novas invasões em Ponta Grossa através de multa. **DCmais**, Ponta Grossa, 14 fev. 2022b. Disponível em: <https://shorturl.at/jxXXt>. Acesso em: 10 jul. 2024.

DIAS, Matheus. Após Ocupação, presos no Jardim Boreal são liberados. **DCmais**, Ponta Grossa, 20 fev. 2023. Disponível em: <https://shorturl.at/CVSCn>. Acesso em: 09 jul. 2024.

DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Impactos econômicos do corte do Programa Casa Verde e Amarela em 2021**. Edição Especial. São Paulo: DIEESE, 2021. Disponível em: <http://library.fes.de/pdffiles/bueros/brasilien/18565.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2024.

DOC.COM. União por moradia popular avança com novo projeto para construção de mais casas em PG. **Blog do Doc.com**, Ponta Grossa, 12 abr. 2024. Disponível em: <https://blogdodoc.com/2024/04/12/uniao-por-moradia-popular-avanca-com-novo-projeto-para-construcao-de-mais-casas-em-pg/>. Acesso em: 30 mar. 2026.

D'OTTAVIANO, Camila;OTERO, Estevam Vanale. OCUPAÇÕES: MORADIA E RESISTÊNCIA. Interfaces - **Revista de Extensão da UFMG**, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/36683>. Acesso em: 19 jan. 2025.

DUMS, Matheus. **Análise da conjuntura sociopolítica das ocupações da Frente Nacional Luta Campo e Cidade (FNL) em Ponta Grossa-Paraná (PR) de dezembro de 2021 a novembro de 2022**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Estadual de Ponta Grossa: Ponta Grossa, 2022.

DUMS, Matheus; SILVA, Silmara Carneiro e; SILVA, Gustavo Canuto da. Herança colonial, dependência nacional e luta por moradia no Brasil. **Revista Observatório de La Economía Latinoamericana**, v.23,n.7, [S.l.], 2025.

DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 118, abr./jun. 2014, p. 265-293. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n118/a04n118.pdf> . Acesso em: 18 set. 2022.

DUTRA, Enio Moraes. O mito de Medéia em Eurípedes. **Letras**, [S. l.], n. 1, p. 66–75, 1991. DOI: 10.5902/2176148511403. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11403>. Acesso em: 31 maio. 2025.

FALCÃO Mayala. Líder sem-terra analisa 'Rei do Gado'. TVfolha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 jul. 1996. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/07/tv_folha/9.html. Acesso em: 21 out. 2025.

FERNANDES, Mayala. Mais de 60 famílias são despejadas na Ocupação Tiradentes II em Curitiba. Cidades. **Brasil de Fato**, Curitiba, 09 jul. 2024a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/07/09/mais-de-60-familias-sao-despejadas-na-Ocupacao-o-tiradentes-ii-em-curitiba/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

FERNANDES, Mayala. Ocupações urbanas vão às ruas de Curitiba por moradia e contra criminalização. Política. **Brasil de Fato**, Curitiba, 20 jun. 2024b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/20/ocupacoes-urbanas-vao-as-ruas-de-curitiba-por-moradia-e-contra-criminalizacao/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **IGP-M varia 0,96% em dezembro e acumula alta de 23,14% em 12 meses**. Portal FDV, [s.l.], 30 dez. 2020. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/igp-m-dezembro-2020>. Acesso em: 08 jul. 2024.

FILIPPINI, Michele. Direção. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017. 831p.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Grupo Artmed, 2009.

FNL-FRENTE NACIONAL DE LUTA. FNL Brasil. Instagram: @fnl_brasil, 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/fnl_brasil/%5C%3E. Acesso em 21 dez. 2025.

FNL-FRENTE NACIONAL DE LUTA. **Princípios organizativos e formação política**. Brasília: FNL, 2020.

FNL-FRENTE NACIONAL DE LUTA. **FNL Nacional**. Facebook, 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentenacionaldelutacampoecidade/>. Acesso em 21 dez. 2025.

FREIRE, J.R.B. A História, Diolinda. Crônicas **Taquipraqui**, [S.l.], 15 maio 1996. Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/412-a-historia-diolinda>. Acesso em: 22 out. 2025.

FRESU, Gianni. **Antonio Gramsci, O Homem Filósofo**- uma biografia intelectual. São Paulo: Boitempo, 2020.

G1. Minha Casa, Minha Vida: veja como ficam as regras do programa com nova 'Faixa 4' para a classe média. Economia. **G1**, Brasília, 21 jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/04/16/minha-casa-minha-vida-veja-como-ficam-as-regras-do-programa-com-nova-faixa-4-para-a-classe-media.ghtml>. Acesso em: 04 jun. 2025.

G1 PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO. Movimento social inicia Carnaval Vermelho e ocupa 13 fazendas no extremo oeste do estado de São Paulo. **G1**, 26 fev. 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2022/02/26/movimento-social-inicia-carnaval-vermelho-e-ocupa-13-fazendas-no-extremo-oeste-do-estado-de-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 22 out. 2025.

G1 PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO. Integrantes da Frente Nacional de Luta campo e cidade ocupam fazendas do oeste paulista durante Carnaval Vermelho. **G1**, 18 fev. 2023.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2023/02/18/integrantes-da-frente-nacional-de-luta-campo-e-cidade-ocupam-fazendas-do-oeste-paulista-durante-carnaval-vermelho.ghtml>. Acesso em: 22 out. 2025.

GALASTRI, Leandro. Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política. **Crítica Marxista**, n.39, p.35-55, 2014. Disponível em:

https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2015_11_09_16_27_2082.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.

GALLIO, Andressa Karina Pfeffer. **A luta pelo acesso à moradia das famílias do Jardim Gramado e as medidas judiciais no processo de reintegração de posse**. 2019. 217 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná,

Toledo, 2019. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/4740#preview-link0>. Acesso em: 23 fev. 2025.

GAZETA DO PARANÁ. Famílias da FNL invadem fazenda em Quedas do Iguaçu; polícia acompanha situação. **Gazeta do Paraná**, 2025. Disponível em:

<https://gazetadoparana.com.br/artigo/familias-da-fnl-invadem-fazenda-em-quedas-do-iguacu-policia-acompanha-situacao>. Acesso em: 22 out. 2025.

GENEVOIS, M. L. B. P.; COSTA, O. V.. Carência habitacional e déficit de moradias: questões metodológicas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 1, p. 73–84, jan. 2001.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

GOHN, M.G.M. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, maio-ago, 2011. Disponível em:

<https://shorturl.at/5GPtV>. Acesso em: 07 jul. 2024.

GOHN, M.G.M. Movimentos sociais e ações coletivas no Brasil em 2020 com a COVID-19: solidariedade, protestos, conflitos, confrontos e interpretações teóricas. **44º Encontro Anual da ANPOCS**, [s.l], 2020. Disponível em: <https://shorturl.at/w2klP>. Acesso em: 21 nov. 2022.

GOHN, Maria da Glória. Redes de mobilizações no Brasil contemporâneo: a conjuntura e as categorias que se destacam. In: GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis**. Petrópolis: 2019.

GOMES, Francisca Genilce. **A Central de Movimentos Populares (CMP) e os desafios da articulação dos movimentos sociais**. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

GOYTACAZ Cícero. Revisão do Plano Diretor de PG: o que muda com cada proposta?. **DCmais**, Ponta Grossa, 2025. Disponível em: <https://dcmais.com.br/ponta-grossa/revisao-do-plano-diretor-de-pg-o-que-muda-com-cada-proposta/>. Acesso em: 05 jun. 2025.

GRAEFF, B., ORTIZ, C. A. Cultura corporal e movimentos sociais: explorando perspectivas e possibilidades. In: VAGO, T. M., LARA, L. M., and MOLINA NETO, V., eds. **Educação física e ciências do esporte no tempo presente**: desmonte dos processos democráticos, desvalorização da ciência, da educação e ações em defesa da vida [online]. Maringá: EDUEM, 2021, pp. 310-327. ISBN: 978-65-86383-82-9.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**: Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política. V.3. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Disponível em: <https://shorturl.at/7wVTV>. Acesso em: 02 maio 2024.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. v. 2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. v. 6. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023a.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, A. **Os líderes e as massas**: escritos de 1921 a 1926. Boitempo: São Paulo, 2023b.

GUERRA, A. *Historicismo ed etica libertaria nel giovane Gramsci*. In: *Gramsci e La Cultura Contemporanea*. Roma: Instituto Gramsci, 1975.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e tática**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 128p.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana; tradução Jefferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrôpole**, v. 21, n. 46, p. 951–974, set. 2019. Disponível: <https://www.scielo.br/j/cm/a/VwmjbmMZB7PYMvxTwZrXf9t/>. Acesso em: 27 fev. 2025

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022**: Panorama/Ponta Grossa. [S. l.], 2022a. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 01 mar. 2023.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Centro de Sobre a mudança de aglomerados subnormais para favelas e Ocupações urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. p. 79. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102062>. Acesso: 01 jul. 2024.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Ponta Grossa** [catálogo]. Biblioteca. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=31666&view=detalhes>. Acesso: 02 jan. 2026.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Síntese de indicadores sociais uma análise das condições de vida da população brasileira 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. p. 156. Disponível em:
<https://static.poder360.com.br/2023/12/sis-ibge-2023.pdf>. Acesso: 01 jul. 2024.

IMBORNONE, J. S. Realismo político e histórico. *In*: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017. 831p.

JASMIN, M.G. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 2005. Disponível em:
<https://shorturl.at/6Yx4G#>. Acesso em: 02 maio 2024.

JORNAL PONTA GROSSA. Câmara aprova crédito especial de R\$ 6,3 milhões para habitação popular em Ponta Grossa. **Jornal Ponta Grossa**, Ponta Grossa, 2024. Disponível em:
<https://www.jornalpontagrossa.com.br/noticia/133568/camara-aprova-credito-especial-de-r-6-3-milhoes-para-habitacao-popular-em-ponta-grossa>. Acesso em: 10 jun. 2025.

KOSSOSKI, Danilo. ‘Ocupação Andorinhas’ terá R\$ 15,3 mi para urbanização. **DCmais**, Ponta Grossa, 2025.
<https://dcmais.com.br/ponta-grossa/Ocupação-andorinhas-tera-r-153-mi-para-urbanizacao/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

LEITE, Josimeire de Omena; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Hegemonia e filosofia da práxis: os desafios ao Serviço Social. **Revista Katálisis**[S. l.] , v. 1, pág. 37–46, 2017. DOI: 10.1590/1414-49802017.00100005. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/rk/v20n1/1414-4980-rk-20-01-00037.pdf>.

LELIS, N.. Ocupações urbanas: a poética territorial da política. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 3, p. 428–444, set. 2016.

LESSA, S. **Serviço Social e Trabalho**: Porque o Serviço Social não é trabalho. 3 ed. Coletivo Veredas: Maceió, 2016.

LICHTENBERG, Jéssica Fernanda. **Movimento Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL)**: o processo de territorialização da Ocupação Ericson John Duarte em Ponta Grossa - Pr. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia). Universidade Estadual de Ponta Grossa: Ponta Grossa, 2023. Disponível em:
<https://ri.uepg.br/monografias/handle/123456789/212?show=full>. Acesso em: 23 jan. 2025.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017. 831p.

LISBOA, T. K.. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. *Revista Katálysis*, v. 13, n. 1, p. 66–75, jan. 2010.

LÖWY, M. **A revolução é o freio de emergência**: ensaios sobre Walter Benjamin. Autonomia literária: São Paulo, 2021.

LÖWY, M. **Estrela da manhã**: Marxismo e Surrealismo. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUIZ, Danuta E. Cantoia. **Emancipação e Serviço Social**: a potencialidade da prática profissional 2ª Ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013.

LUZ, A. Nova União de Associações de Moradores integra condomínios de Ponta Grossa. **Portal Comunitário Ponta Grossa**, Ponta Grossa, 17 maio 2016. Disponível em: <https://memoria.apps.uepg.br/portalcomunitario/index.php/uam/pg/4693-nova-uniao-de-associacoes-de-moradores-integra-condominios-de-ponta-grossa.html#zf--main-content--skin>. Acesso em: 20 jun. 2026.

MAIRA ALEJANDRA AMARIS BUELVAS, Maira Alejandra. 2018, 227f. **Reforma agrária e território: entre Ocupação, reprodução e diversidade no Assentamento Contestado, Lapa / PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

FECHIO, Fermínio; MARICATO, Ermínia. A luta pelo direito de morar. *TRAVESSIA - Revista do migrante*, [S. l.], v. 5, n. 14, p. 25–29, 2020. DOI: 10.48213/travessia.i14.328. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/328>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MANSUR, Rafaela. Brasil tem déficit habitacional de mais de seis milhões de domicílios; veja ranking de estados. *Cidades. G1 Minas*, Belo Horizonte, 16 abr. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2024/06/21/brasil-tem-deficit-habitacional-de-mais-de-seis-milhoes-de-domicilios-veja-ranking-de-estados.ghtml>. Acesso em: 04 jun. 2025.

MARTINELLI, M.. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In: MARTINELLI, M.L. **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Ed., 1999.

MARTINS, M. F.. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-Posições**, v. 22, n. 3, p. 131–148, set. 2011a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/FKsBMn3N4njmwQvYW6C3Z5k/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar, 2024.

MARTINS, M. F. "Práxis e “catarsis” como referências avaliativas das ações educacionais das

ONG'S, dos sindicatos e dos partidos políticos", Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 16, n. 3, p. 533–558, 12 set. 2011b. DOI: 10.1590/S1414-40772011000300003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n3/v16n1a03.pdf>.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MATIAS, L. F.; NASCIMENTO, E. Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa (PR) **RA'E GA: o Espaço Geográfico em Análise**, v. 23, p. 65-97, 2011. Disponível em: <https://shorturl.at/SYjaU>. Acesso em: 06 jul. 2024.

MATIAS, L. F.; NASCIMENTO, E. Geoprocessamento aplicado ao mapeamento das áreas de Ocupação irregular na cidade de Ponta Grossa (PR). **Revista Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 2, p. 317-330, mai./ago. 2006. Disponível em: <https://shorturl.at/uyPoN>. Acesso em: 06 jul. 2024.

MENDES, Carlos Eduardo. PG assina termo de cessão com a associação de moradores do Ericson . **ARede**, Ponta Grossa, 06 jun. 2024. Disponível em: <https://arede.info/ponta-grossa/524141/pg-assina-termo-de-cessao-com-a-associacao-de-moradores-do-ericson?d=1>. Acesso em: 09 jul. 2024.

MIGUEL, G.; NADAL, J. **Direito à moradia digna é tema de debate em Seminário do Geur-UEPG**. UEPG, Ponta Grossa, 23 abr. 2024. Disponível em: <https://www.uepg.br/seminario-direito-a-cidade-geur/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia na encruzilhada. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). **Por que gritamos golpe?:** para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 61-68.

MILITÃO, Maria Socorro Ramos. O MST e a reforma intelectual e moral gramsciana. **Filosofia e Educação**, Campinas, SP, v. 2, n. 1, p. 204–223, 2010. DOI: 10.20396/rfe.v2i1.8635531. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635531>. Acesso em: 18 fev. 2025.

MIRANDA, Luiz Cezar dos Santos. Gramsci, Hegemonia, Contra-Hegemonia e Movimentos Sociais. **V Encontro brasileiro de educação e marxismo marxismo, educação e emancipação humana**, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://diegodelpasso.com/wp-content/uploads/2016/05/gramsci-hegemonia-contra-hegemonia.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

MOREIRA, T. PAPEL DA UAMPG NA ORGANIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES PARA A CONQUISTA DAS REIVINDICAÇÕES POPULARES. **Emancipação**, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 5, n. 1, 2009. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/68>. Acesso em: 29 jun. 2026.

MPL-MOVIMENTO POPULAR DE LUTA. Cartilha MPL. [s.l.]: MPL, s.d.

MPL-MOVIMENTO POPULAR DE LUTA. Coordenação Nacional. Fazer a Reforma

Agrária para combater a extrema direita e a carestia. **Revista Movimento**, [s.l.], 2025a.

Disponível em:

<https://movimentorevista.com.br/2025/01/por-moradia-terra-e-trabalho-o-mpl-e-a-necessidade-de-radicalizar-a-luta/>. Acesso em: 05 jun. 2025.

MPL-MOVIMENTO POPULAR DE LUTA. Coordenação Nacional. Por Moradia, Terra e Trabalho: O MPL e a Necessidade de Radicalizar a Luta. **Revista Movimento**, [s.l.], 2025b.

Disponível em:

<https://movimentorevista.com.br/2025/01/por-moradia-terra-e-trabalho-o-mpl-e-a-necessidade-de-radicalizar-a-luta/>. Acesso em: 05 jun. 2025.

MPL-PG - MOVIMENTO POPULAR DE LUTA DE PONTA GROSSA. **Agora somos MPL**. Ponta Grossa, 11 dez. 2023. MPL-PG. Disponível em:

<https://www.facebook.com/share/p/t6nwZM1Aqk7VNjJQ/>. Acesso em: 06 jul. 2024.

MPL-PG - MOVIMENTO POPULAR DE LUTA DE PONTA GROSSA. **Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná Fernando Prazeres visitará a Ocupação do Andorinhas, nessa sexta**. Ponta Grossa, 17 fev. 2022a. Movimento Popular de Luta PG.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid02Uw56D9msir3PPgnXR4aGCenLLivYrxWZrfEPxxtab8fLJXedF9ctGMrFmsAaRdrSl>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MPL-PG - MOVIMENTO POPULAR DE LUTA DE PONTA GROSSA. **E nasce a nossa associação**. Ponta Grossa, 13 jun. 2023a. Movimento Popular de Luta PG. Disponível em:

<https://www.facebook.com/share/p/17d5Cw9ryt/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

MPL-PG - MOVIMENTO POPULAR DE LUTA DE PONTA GROSSA. **Famílias Sem Terra ocupam terreno abandonado há mais de 10 anos em Ponta Grossa**. Ponta Grossa, 18 fev. 2023b. Movimento Popular de Luta PG. Disponível em:

<https://www.facebook.com/share/p/1B8AcV9S8a/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

MPL-PG - MOVIMENTO POPULAR DE LUTA DE PONTA GROSSA. **Hoje foi um dia super especial na nossa Ocupação!** Ponta Grossa, 2025. MPL-PG. Disponível:

<https://www.facebook.com/share/p/1BNGdfTKg7/>. Acesso em: 02 out. 2025.

MPL-PG - MOVIMENTO POPULAR DE LUTA DE PONTA GROSSA. **Luta por Terra e Trabalho em PG enfrenta abuso de autoridade e Covardia**. Ponta Grossa, 23 jul. 2023c. Movimento Popular de Luta PG. Disponível em:

<https://www.facebook.com/share/p/1GYe3mxsxr/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

MPL-PG - MOVIMENTO POPULAR DE LUTA DE PONTA GROSSA. **Mais um passo**. Ponta Grossa, 03 jul. 2024a. Movimento Popular de Luta PG. Disponível em:

<https://www.facebook.com/share/p/19VCv9tGRj/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

MPL-PG - MOVIMENTO POPULAR DE LUTA DE PONTA GROSSA. **Máquinas e Equipamentos do Projeto já estão na UEPG**. Ponta Grossa, 24 abr. 2024b. Movimento Popular de Luta PG. Disponível em:

<https://www.facebook.com/share/p/181iwMRXd6/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

MPL-PG - MOVIMENTO POPULAR DE LUTA DE PONTA GROSSA. **MPL se reúne com vereador Fabio Silva.** Ponta Grossa, 07 abr. 2025a. Movimento Popular de Luta PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1GtLcm1juE/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

MPL-PG - MOVIMENTO POPULAR DE LUTA DE PONTA GROSSA. **Neste dia 25 de abril.** Ponta Grossa, 26 abr. 2024c. Movimento Popular de Luta PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/19VCv9tGRj/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

MPL-PG - MOVIMENTO POPULAR DE LUTA DE PONTA GROSSA. **O deputado estadual Renato Freitas visitou a Ocupação Ericson John Duarte em Ponta Grossa.** Ponta Grossa, 23 set. 2023d. Movimento Popular de Luta PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/r/1NMPeSiiM2/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

MPL-PG - MOVIMENTO POPULAR DE LUTA DE PONTA GROSSA. **O povo dando exemplo.** Ponta Grossa, 17 dez. 2021a. MPL-PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/posts/pfbid02yaUweAMmor3sudDTZMK TQNzvaQBKbEX59c6g3X2VRFgr4TiVKLb1i9LEC2VdjYMMI>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MPL-PG - MOVIMENTO POPULAR DE LUTA DE PONTA GROSSA. **Oficina Comunitária.** Ponta Grossa, 27 ago. 2025b. Movimento Popular de Luta PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1GB3CERSys/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

MPL-PG - MOVIMENTO POPULAR DE LUTA DE PONTA GROSSA. **Parceria que transforma!.** Ponta Grossa, 02 dez. 2025c. Movimento Popular de Luta PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1FbgvRwgyT/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

MPL-PG - MOVIMENTO POPULAR DE LUTA DE PONTA GROSSA. **Protocolização.** Ponta Grossa, 08 dez. 2021b. MPL-PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentenacionaldelutapg/videos/299590418721124/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MPL-PG - MOVIMENTO POPULAR DE LUTA DE PONTA GROSSA. **Reintegração negada!.** Ponta Grossa, 06 dez. 2021c. MPL-PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=419824206519624>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MPL-PG - MOVIMENTO POPULAR DE LUTA DE PONTA GROSSA. **Reunião com o setor do braquiara.** Ponta Grossa, 29 nov. 2023e. Movimento Popular de Luta PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1ALc44bw7t/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

MPL-PG - MOVIMENTO POPULAR DE LUTA DE PONTA GROSSA. **Sábado de muito debate na ocupa.** Ponta Grossa, 12 nov. 2023f. Movimento Popular de Luta PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1Ak5qeNBf7/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

MPL-PG - MOVIMENTO POPULAR DE LUTA DE PONTA GROSSA. **Trecho da reunião com secretário!.** Ponta Grossa, 08 dez. 2021d. MPL-PG. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=577207953348118>. Acesso em: 10 jul. 2024.
MTSC - Movimento Sem-Teto do Centro. **Quem Somos?.** São Paulo, [s.d.]. Disponível em: https://mstc.org.br/?page_id=138. Acesso em: 17 fev. 2025.

MUNHOZ, Bárbara. Integrantes da Frente Nacional de Luta Campo e Cidade ocupam fazendas do Oeste Paulista durante ‘Carnaval Vermelho’. **G1**, Presidente Prudente, 18 fev. 2023. Disponível em: <https://shorturl.at/FDGqD>. Acesso em: 09 jul. 2024.

MUNHOZ, M.R. “**Eles passarão, eu passarinho**”: o processo migratório das famílias vinculadas ao Programa Integrado Entrada da Cidade de Porto Alegre/RS”. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Serviço Social) - PUC-RS, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://shorturl.at/560VY>. Acesso em: 01 jul. 2024.

NAÇÃO ZUMBI & CHICO SCIENCE. **Monólogo ao Pé do Ouvido**. Rio de Janeiro: Sony, 1994. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jDI5rZCtPc>. Acesso em: 11 jan. 2025.

NAVARRO, V. Existe uma terceira via? uma resposta à "terceira via" de Giddens. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 48, p. 175–186, dez. 1999.

NALIN, N. M. **O trabalho do assistente social na política de habitação de interesse social: o direito à moradia em debate**. Tese de Doutorado (Doutorado em Serviço Social) - , Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://shorturl.at/CmWLG>. Acesso em: 01 jul. 2024.

NETTO, J.P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci, a crise política e a esquerda em crise. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, Nº 43, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://shorturl.at/xH6RT> Acesso em: 10 jul 2024.

OKADA, Vinícius. Quem quer os fins deve também querer os meios (Notas sobre Lênin e a luta pela hegemonia proletária). In: ULIÁNOV, Vladímir Ilitch. **Estratégia e tática da hegemonia proletária**. 1ª ed. São Paulo: Lavra Palavra, 2023.

OLSARETTI, A. Croce, Philosophy and Intellectuals: Three Aspects of Gramsci’s Theory of Hegemony. **Critical Sociology**. [s.l.], p.337–355, 2014. doi:10.1177/0896920514540184.

PACHECO, J. T. R.; PACHECO, M. Z. Luta pelo direito à moradia: Ocupação NOVA Esperança – Campo Magro– PR. **Revista Foco**, [S. l.], v. 17, n. 11, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n11-082. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6492>. Acesso em: 24 fev. 2025.

PALAZÓN MAYORAL, Maria Rosa. A filosofia da práxis segundo Adolfo Sánchez Vázquez. Tradução de Simone Rezende da Silva. Buenos Aires: **CLACSO**, 2007.

PARANÁ. 499 famílias de Ponta Grossa recebem chaves da casa própria com apoio do Estado. Curitiba: **Paraná-Agência Estadual de Notícias**, 2024b. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/499-familias-de-Ponta-Grossa-recebem-chaves-da-casa-propria-com-apoio-do-Estado>. Acesso em: 10 jun. 2025.

PARANÁ. Defensoria Pública do Estado do Paraná. **Maior Ocupação do Paraná, Ocupação do Bubas inicia projeto de regularização fundiária com apoio da DPE-PR.** [Curitiba]: Defensoria Pública do Estado do Paraná, 29 abr. 2022. Disponível em: <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Noticia/Maior-Ocupação-do-Parana-Ocupação-do-Bubas-inicia-projeto-de-regularizacao-fundiaria-com>. Acesso em 23 fev. 2025.

PARANÁ. Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR). **Na Justiça, Defensoria Pública do Paraná impede despejo de 1.500 pessoas em Paicandu.** [Curitiba]: SUDIS, 18 mar. 2024a. Disponível em: <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Noticia/Na-Justica-Defensoria-Publica-do-Parana-impede-despejo-de-1500-pessoas-em-Paicandu>. Acesso em 23 fev. 2025.

PONTA GROSSA. Lei Municipal nº 15.542 de 08 de julho de 2025. Institui o Plano Plurianual do Município de Ponta Grossa para o quadriênio 2026/2029. **Diário Oficial**, 2025. Disponível em: https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/ged-api/api/file/get-file-content?key=oxy_diario_oficial/diario-oficial-ordinaria-4261-07-09-2025-16:16:24_signed. Acesso em: 25 nov. 2025.

PARANÁ. Ministério Público do Paraná. **Comunicado do processo estrutural da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Ponta Grossa Ocupação Andorinhas/Ocupação Ericson John Duarte.** Gabinete da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 14 abr. 2024b. Disponível em: <https://shorturl.at/3yByq>. Acesso em: 09 jul. 2024.

PARANÁ. Superintendência Geral de Diálogo e Integração Social (SUDIS). **Movimento Social por moradia, apresenta projeto Minha Casa Minha Vida - Entidades na Câmara municipal de São José dos Pinhais.** [Curitiba]: SUDIS, 26 out. 2023a. Disponível em: <https://www.sudis.pr.gov.br/Noticia/Movimento-Social-por-moradia-apresenta-projeto-Minha-Casa-Minha-Vida-Entidades-na-Camara>. Acesso em 23 fev. 2025.

PARANÁ. Superintendência Geral de Diálogo e Integração Social (SUDIS). **Movimento social de moradia visita a SUDIS.** [Curitiba]: SUDIS, 03 maio 2023b. Disponível em: <https://www.sudis.pr.gov.br/Noticia/Movimento-social-de-moradia-visita-SUDIS>. Acesso em 23 fev. 2025.

PARANÁ. Superintendência Geral de Diálogo e Integração Social (SUDIS). SUDIS participa de visita técnica na Ocupação Dom Helder Câmara, em Paicandu. [Curitiba]: **SUDIS**, 15 abr. 2024c. Disponível em: <https://www.sudis.pr.gov.br/Noticia/SUDIS-participa-de-visita-tecnica-na-Ocupação-Dom-Helder-Camara-em-Paicandu>. Acesso em 23 fev. 2025.

PARANÁ. Superintendência de Diálogo e Interação Social (Sudis). SUDIS realiza visitas técnicas no município de Quedas do Iguaçu, **Sudis**, [S.l.], 2024. Disponível em: <https://www.sudis.pr.gov.br/Noticia/SUDIS-realiza-visitas-tecnicas-no-municipio-de-Quedas-do-Iguacu>. Acesso em: 22 out. 2025.

PICANÇO, Deise Cristina de Lima; LOPES, Fernanda Cristina; OLIVEIRA, Pamela Cristine de. **As Ocupações quilombolas do litoral do Paraná e suas histórias.** Curitiba: Ed. UFPR, 2019. Disponível em:

<http://www.proec.ufpr.br/maiscultura/download/2020/Qulombolas.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2025.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, [s.l.], p. 179-195, 2001.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. da; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 10, n. 2, 2012.

POLLI, S.A.; GUSSO, R.J. Movimentos de moradia em Curitiba: história, repertórios e desafios (1977-2011). **Anais do XV ENANPUR** [s.l.], 2013. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/159/156>. Acesso em: 22 fev. 2025.

PONTA GROSSA. Lei nº 14.229, de 05 de maio de 2022. Extingue a Companhia de Habitação de Ponta Grossa - PROLAR, mediante incorporação, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas. **Diário Oficial**, 2022a. Disponível em: <https://shorturl.at/4ldvw>. Acesso em: 08 jul. 2022.

PONTA GROSSA. Lei nº 14.305, de 22 de julho de 2022. Dispõe sobre a Revisão do Plano Diretor do Município de Ponta Grossa. **Diário Oficial**, 2022b. Disponível em: <https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2023/07/Plano-Diretor-LEI-N-14305.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2025.

PONTA GROSSA. Lei nº 14.504, de 14 de dezembro de 2022. Dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, altera a Lei nº 9.305, de 27/12/2007; Lei nº 13.212, de 13/07/2018, a Lei nº 14.110, de 16/11/2021, e dá outras providências. **Diário Oficial**, 2022c. Disponível em: <https://shorturl.at/Zzc8j>. Acesso em: 08 jul. 2022.

PONTA GROSSA. Prefeitura assina convênio para construir mais 50 moradias populares. **Prefeitura de Ponta Grossa**, Ponta Grossa, 21 mar. 2025. Disponível em: <https://www.pontagrossa.pr.gov.br/2025/03/21/prefeitura-assina-convenio-para-construir-mais-50-moradias-populares/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

PORTELA, R.C.; MENEZES JÚNIOR, E.E.; SILVA, S.S. Marco temporal: o projeto político do agronegócio e a ameaça aos direitos dos povos indígenas. **Revista Serviço Social e Sociedade**: São Paulo, v.147, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Hq8cYhN5CHt9q8YTJmH6GM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 13 jan. 2024.

QUINTOANDAR. Rentabilidade total de imóveis cresce após a pandemia e passa de 19% ao ano, revela estudo do FGV IBRE e do QuintoAndar. **QuintoAndar**, [s.l.], 25 mar. 2025. Disponível em: <https://imprensa.quintoandar.com.br/2025/03/25/rentabilidade-total-de-imoveis-cresce-apos-a-pandemia-e-passa-de-19-ao-ano-revela-estudo-do-fgv-ibre-e-do-quintoandar/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

RAICHELIS, R. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social**: caminhos da construção democrática. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

REED, J. Theorist of Subaltern Subjectivity: Antonio Gramsci, Popular Beliefs, Political Passion, and Reciprocal Learning. **Critical Sociology**. 2013; 39. <https://doi.org/10.1177/0896920512437391>.

REVISTA MOVIMENTO. Coordenação Nacional. Movimento Popular de Luta é vanguarda da resistência em Mato Grosso do Sul. **Revista Movimento**, [s.l.], 2023. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2025/01/por-moradia-terra-e-trabalho-o-mpl-e-a-necessidade-de-radicalizar-a-luta/>. Acesso em: 05 jun. 2025.

RIBEIRO, L. Acampamento cresce e soma cerca de 400 famílias às margens do anel viário. Cidades. **Correio do Estado**, [S.l.], 09 jun. 2023. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/acampamentos-crescem-na-262-e-somam-cerca-de-400-familias-as-margens/416037/>. Acesso em: 22 out. 2025.

ROCHA, Enid. A Constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: **20 anos da constituição cidadã: avaliação e desafio da seguridade social**. IPEA, Brasília, 2008.

RODRIGUES, A.M. Desigualdades socioespaciais - a luta pelo direito à cidade. 20 anos da constituição cidadã: avaliação e desafio da seguridade social, **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, Brasília, 2007.

RODRIGUES, Cibele Maria Lima. Os movimentos populares e o fetiche da participação no governo Lula. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 178–197, 2012. DOI: 10.5007/1984-9222.2012v4n7p178. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2012v4n7p178>. Acesso em: 6 jan. 2025.

ROGALA, Fernando. Imóveis à venda em PG registram valorização de 50%. Dinheiro. **ARede**, Ponta Grossa, 18 nov. 2023. Disponível em: <https://arede.info/jornaldamanha/dinheiro/496535/imoveis-a-venda-em-pg-registram-valorizacao-de-50?d=1>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ROSA, Leandro Amorim; SILVA, Ana Paula Soares da. Práxis política no MST: uma leitura a partir de Vigotski e Gramsci. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 75-86, abr. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872016000100006&lng=pt&nrm=iso. acessos em 09 dez. 2024.

SAFATLE, V. **Dar corpo ao impossível**: O sentido da dialética a partir de Theodor Adorno. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2007 [1967].

SANTOS, Alysson. Manifestantes fecham estrada em PG; veja vídeo. **ARede**, Ponta Grossa, 27 mar. 2022. Disponível em: <https://shorturl.at/lcoqn>. Acesso em: 09 jul. 2024.

SANTOS, Alysson. Polícia Militar interrompe Ocupação no Lagoa Dourada; veja vídeo.

ARede, Ponta Grossa, 23 jul. 2023. Disponível em: <https://shorturl.at/7nKmv>. Acesso em: 09 jul. 2024.

SANTOS, B. B.; ZANON, E. R.; VEIGA, L. A.; CORDEIRO, S. M. A.; DE SOUZA, T. A. A Ocupação Flores do Campo: o acesso dos moradores aos serviços públicos e sociais do território e entorno. **Observatório De La Economía Latinoamericana**, [S. l.], v. 21, n. 7, p. 7660–7682, 2023. DOI: 10.55905/oelv21n7-101. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/991>. Acesso em: 6 ago. 2025

SANTOS, J. S. Gramsci e o papel dos intelectuais nos movimentos sociais. **Revista Espaço Acadêmico** (UEM), Maringá, n. 102, nov. 2009, p. 147-153.

SANTOS JUNIOR, M. A. DOS .; ALBUQUERQUE, A. DE .. PSOL versus PSOL: facções, partidos e mídias digitais. *Opinião Pública*, v. 26, n. 1, p. 98–126, jan. 2020.

SCHEFFER, Sandra Maria. **A construção do espaço local por políticas nacionais de habitação: o Programa Minha Casa Minha Vida em Ponta Grossa – PR**. Tese (Doutorado em Gestão Urbana). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5009821. Acesso em: 16 fev. 2025.

SCHLESENER, Anita Helena. **Revolução e Cultura em Gramsci**. 3ª Edição/1ª Edição Revisada. Curitiba: Editora UFPR, 2018. 206 p.

SEMERARO, Giovanni. Da sociedade de massa à sociedade civil: A concepção da subjetividade em Gramsci. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 126, jan.-mar. 2014, p. 61-76. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Q4DLfmXKNVDzJKm9GrKGrnj/?lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2025.

SEMERARO, Giovanni.. Gramsci e os movimentos populares: uma leitura a partir do caderno 25. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 126, p. 61–76, jan. 2014.

SENE, T. S.; COSTA, L. C. da; SCHEFFER, S. M. **Indicativos de gentrificação na cidade de Ponta Grossa, PR: uma análise a partir da relação entre a legislação urbana municipal e as transformações no espaço urbano**. *Terr@ Plural*, [S. l.], v. 18, p. 1–19, 2024. DOI: 10.5212/TerraPlural.v.18.2422539.010. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/22539>. Acesso em: 27 jan. 2025.

SENE, T. S. **A regulamentação do uso e Ocupação do solo urbano para fins residenciais na cidade de Ponta Grossa/PR no período de 1988 a 2018**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3241>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SETO, G.; WITZEL, N. Rainha se tornou face pública das invasões e teve ruptura nebulosa com MST. **Política**, [S.l.], 22 jan. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/01/rainha-se-tornou-face-publica-das-invasoes-e-teve-ruptura-nebulosa-com-mst.shtml?origin=folha>. Acesso em: 22 out. 2025.

SIERBE, A. A. A. *et al.* **Relatório de Projeto de Extensão Biblioteca Comunitária**. UEPG (Trabalho referente à disciplina de Projetos e Práticas Sociais III), Ponta Grossa, 2022.

SILVA, E. A. *et al.* **Plano de Desenvolvimento Comunitário**: Ocupação Ericson John Duarte. Ponta Grossa, 2022.

SILVA, Silmara Carneiro. **A sociedade civil no município de Carambeí/PR**: trajetória de suas relações com o poder público municipal. Tese de Doutorado (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

SILVA, Silmara Carneiro e; MENDES, Marli de Freitas; NAVARRO, Luis Jesús Teneú. Uma unidade de multiplicidade: categorias teóricas e âncoras em artigos do mapa bibliográfico de Gramsci – IGS/BR. **Emancipação**, Ponta Grossa - PR, Brasil., 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/13678/209209211588>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, luta de classes e hegemonia. **Revista Katálisis**, Florianópolis-SC, 2009.

SIMIONATTO, Ivete. O social e político no pensamento de Gramsci. In AGGIO, Alberto (org.). **Gramsci**: a vitalidade de um pensamento. São Paulo: UNESP, 1998.

SIMIONATTO, Ivete; SIQUEIRA, Mirele Hashimoto. Sobre a noção de classes e grupos subalternos em A. Gramsci. **Serv. Soc. Soc**, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ZfdFGxTnB9FNSzTKwN4m48H/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 01 mar. 2025

SINGER, André. Por uma frente ampla, democrática e republicana. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 61-68.

SIQUEIRA, Rosângela Bujokas. **Rede Puxirão de Povos e Ocupações Tradicionais**: possibilidades de disputa de hegemonia política no Paraná – entre 2007/2015. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/265/1/ROSANGELA%20BUJOKAS%20SIQUEIRA.pdf> . Acesso em: 30 jun. 2024.

SOLEK, Karen Alessandra. A urgência na produção do espaço urbano irregular. **I Congresso internacional e multidisciplinar sobre o urbanidades brasileiras**: perspectivas a partir do sul global, [s.l.], 2024. Disponível em: <https://www.urbano2024.laboratoriosocial.com.br/arquivo/downloadpublic?q=eyJwYXJhbXMiOiJ7XCJIRF9BUiFVSZPXCi6XCI3MDNcIn0iLCJoIjoiZDlmOTBjZjI4ZGRjMDVhMTAxMzEzMDk0YWQ1YjVhZGYifQ%3D%3D> . Acesso em: 28 fev. 2025.

SOUZA, L. Justiça indefere liminar de reintegração de posse em terreno ocupado por famílias de PG. **DCmais**, Ponta Grossa, 2021. Disponível em: <https://shorturl.at/fEfKo>. Acesso em: 30 jun. 2024.

SOUZA, M. C. de. Protagonismo feminino nos movimentos por moradia: condições coloniais

e possíveis rupturas. In: Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo. **"XII Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, São Paulo-Lisboa, 2020"**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2020. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/handle/2117/336548>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SOUZA, Mayara Vieira De; FARIA, José Ricardo Vargas De. Os sentidos da função social da propriedade na luta por habitação em Curitiba. *Finisterra*, Lisboa, n. 114, p. 157-172, ago. 2020. Disponível em http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0430-50272020000200010&lng=pt&nrm=iso. acessos em 11 jan. 2026.

SOUZA, R.M.; VARELLA, M.C. Cartografia Social na Ocupação Jardim Social: Descolonizando narrativas. *Projectare: Revista de Arquitetura e Urbanismo*. Pelotas-RS, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Projectare/article/view/21391>. Acesso em: 21 fev. 2025

STEFANIAK, João Luiz. **Entre a miragem e a utopia**: a efetividade do direito humano e fundamental à moradia na cidade capitalista. 2011. 220 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Direito e Cidadania) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, Ponta Grossa, 2011.

TATAGIBA, L.; PATERNIANI, S. Z.; TRINDADE, T. A.. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública**, v. 18, n. 2, p. 399–426, nov. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/nmDKVQ4JqcQ573bqX6g53Pm/>. Acesso em: 16 fev. 2025.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A.C.C. Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/mSN5HdXQwVtkTDtxs4RTPqg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 jan. 2025.

TAVARNARO, C. P. **Ocupações da faixa de domínio das ferrovias em Ponta Grossa-PR**: processo de urbanização, eficácia de políticas públicas e judicialização do direito à moradia. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa: Ponta Grossa, 2025.

TONELLA, C. Duas décadas de ocupações urbanas em Curitiba. Quais são as opções de moradia para os trabalhadores pobres, afinal?. **Cadernos Metrópole**, [S. l.], v. 12, n. 23, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5932>. Acesso em: 21 fev. 2025.

TORTORELLA, Aldo. O Fundamento Ético da Política em Gramsci. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. **Revista Lua Nova**, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/NdhMHvpvWNwb8bTTKYC8Vkt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Estratégia e tática da hegemonia proletária**. 1ª ed. São Paulo: Lavra Palavra, 2023.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O que Fazer?** São Paulo: Editorial Avante, 1977. p 79-214.
Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/fazer.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2025.

UNIÃO POR MORADIA POPULAR PONTA GROSSA. @umppg. Instagram, 2025.
Disponível em: <https://www.instagram.com/umppg/>. Acesso em: 30 mar. 2026.

UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR- UNMP. **História**. UNMP, [sd].
Disponível em: <https://unmp.org.br/o-que-e-a-unmp/historia/>. Acesso em: 6 jan. 2025.

VARGAS, Ian Martin. **O papel do estado e o direito humano à moradia: estudo de caso sobre a Ocupação Bubas em Foz do Iguaçu-PR**. 2020. 104 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2020.

VIEIRA, B. T. Imprensa e inefetividade do direito à moradia: o MTST na Folha de S.Paulo. Animus. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, [S. l.], v. 20, n. 44, 2021. DOI: 10.5902/2175497743604. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/43604>. Acesso em: 3 jan. 2025.

VIEIRA, C. E.. Cultura e formação humana no pensamento de Antonio Gramsci. **Educação e Pesquisa**, v. 25, n. 1, p. 51–66, jan. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Pnbnf3MVRVR4LvYyhjJwsRr/>. Acesso em: 20 maio 2025.

VINUTO, J. A amostragem em Bola de Neve na pesquisa Qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, 2014. Disponível em: <https://shorturl.at/N2Kni>. Acesso em: 22 maio 2024.

VOZA, Pasquale. Intelectual orgânico. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017. 831p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WANDERLEY, L. E. W. Sociedade civil e Gramsci: desafios teóricos e práticos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 5-30, 2012.

XU, L., CORTESE, C., ZHANG, E. Difusão de ideologia e o papel da contabilidade: uma abordagem gramsciana para compreender a transição da China de 1949 a 1957. **Accounting History**, [s.l.], p.434-451, 2014. <https://doi.org/10.1177/1032373214542554>.

ZAMBELLI, Cássio Koshevnikoff et al. Sobre o conceito de contratransferência em Freud, Ferenczi e Heimann. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 179-195, jun. 2013. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652013000100012&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 18 out. 2025.

**APÊNDICE A - ESTADO DO CONHECIMENTO COLHIDO E PLATAFORMAS,
BASE DE DADOS E REPOSITÓRIOS**

Na plataforma CAFE da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a partir da qual foram identificados 15 artigos a partir de busca realizada na modalidade avançada, com os seguintes descritores e filtros: “Hegemonia” com os filtros de busca “assunto” e “é exato”; operador booleano “E” o descritor “Intelectuais”, “Assunto”; e para o restante dos descritores “Práxis de intelectuais”, “ações de intelectuais”, “Prática de intelectuais” e “Lideranças” foram utilizados em cada um o operador booleano “OU” e os filtros “Assunto”, “é exato” e “revisado por pares”. Esse processo de busca resultou em 2 artigos.

Ambos os artigos remontam o Movimento indígena Brasileiro como iniciado nos anos de 1970, relacionando com a produção literária indígena brasileira a partir dos anos de 1990. A literatura teria assim por função a disputa, promoção e expressão dos povos indígenas e apresenta a figura do intelectual indígena, sendo fundamental para as denúncias de opressão e violência sofridas por estes grupos (Danner; Dorrico; Danner, 2018a; Danner; Dorrico; Danner, 2018b). Os autores apontam como uma das táticas utilizadas pelas lideranças indígenas, a de articulação com os partidos tradicionais (Danner; Dorrico; Danner, 2018a). Ambos os artigos trazem apenas uma das formas que o intelectual orgânico pode assumir, que é a figura do literato. Os trabalhos focam no diálogo e na divulgação político cultural realizada por esses, mas com interesses de hegemonia, apontando como a articulação do movimento indígena e a divulgação de sua causa-condição, permitiu romper com mediações tecnocráticas e assim a voz do indígena não mais aparecia de forma distorcida (Danner; Dorrico; Danner, 2018b).

A difusão de ideologias pode se dar no sentido de manutenção de hegemonias políticas, podendo até mesmo ser feito através de estudos e difusão de ideias em diversos campos, a exemplo até mesmo da área da contabilidade. Visto que esse campo, como outros, é uma tecnologia capaz de privilegiar classes sociais específicas e perpetuar posições de dominação e poder. Assim estas e outras profissões e atividades contribuem tanto com a direção; convencimento podem ser práticas que aumentem a legitimidade dos grupos; então até mesmo atividades técnicas com fins racionais podem ser práticas que contribuem para a construção da hegemonia. Essas mudanças também podem se dar pela mudança de regras e normas que também estabelecem as diretrizes de ações de uma instituição ou estado; podendo reorientar uma área de atuação e estudos. Assim a prática dos intelectuais pode visibilizar para facilitar as ações ideológicas. Em relação a hegemonia, a transformação social com base em uma perspectiva gramsciana vem das iniciativas políticas que mudam o equilíbrio de poder e disputam a hegemonia (XU; Cortese, Zhang, 2014).

A lacuna presente nesses dois artigos analisados e que em alguma medida o presente projeto de pesquisa visa explorar, refere-se ao enfoque no intelectual orgânico, na sua acepção gramsciana. Os referidos artigos não fazem essa correlação de forma mais profunda (visto que até refere-se a ação das lideranças nas articulações com partidos tradicionais). Outra lacuna identificada, refere-se à utilização de categorias como hegemonia cultural. Ambos abordam a referida categoria na revisão de literatura como forma de disputa da hegemonia, mas não a partir de uma abordagem mais concreta, explorando-a a partir da práxis política de intelectuais vinculados organicamente a um movimento, sendo este o objetivo do presente trabalho. Danner, Dorrico e Danner (2018b) compreendem que apenas a forma de denúncia e superação da condição de exclusão, seria a voz ativa em espaços indígenas. O que demonstra a importância da organização própria do grupo subalterno, mas reduz as saídas (ou mesmo as táticas e estratégias) a apenas a disputa no espaço literário, denúncias e articulações. O que pode constituir um processo de resistência, mas reduzem as táticas e estratégias que podem compor a hegemonia.

Então, o atual projeto também se diferencia no nível científico tanto pela perspectiva de análise, quanto pelo grupo subalterno em questão vinculado às lutas do MPL-PG, haja vista não haver nenhum trabalho identificado com os descritores “Ocupação Ericson John Duarte” ou “Frente Nacional de Luta Campo e Cidade” ou “Movimento Popular de Luta – Ponta Grossa” ou “Ocupação Parque das Andorinhas”. Pois não irá reduzir as práticas de intelectuais a apenas a literatura, mas a toda prática dos intelectuais orgânicos/lideranças do movimento.

Ao pesquisar o banco de teses e dissertações online da UEPG (TEDE), foram encontrados cinco trabalhos: (Stefaniak, 2011), (Siqueira, 2017), (Amaris Buelvas, 2018) e Sene (2020). A primeira dissertação utilizada é a de Stefaniak (Entre a miragem e a utopia: a efetividade do direito humano e fundamental à moradia na cidade capitalista), que teve como fio condutor da pesquisa realizada a ausência de efetividade do direito à cidade apesar de suas previsões minuciosas na legislação urbanística. Se utiliza principalmente esta dissertação devido aspectos conjunturais da estrutura fundiária de Ponta Grossa apresentados, e principalmente as análises e o conteúdo apresentado sobre o recorte do movimento social por moradia em Ponta Grossa naquele período.

A Segunda foi a tese produzida por Siqueira (2017), nela há a utilização da perspectiva teórica gramsciana, tem como objeto movimentos sociais que carregam as marcas dos problemas estruturais gerados no período colonial, especialmente na questão fundiária. A tese possui foco nos povos tradicionais e uma das questões que a anima é: se a Rede Puxirão é

ou não um movimento social; se tem projeto sociopolítico já estão dadas no caso no MPL-PG. O objetivo da tese que mais se familiariza com a desta dissertação é se o movimento em questão, a Rede Puxirão, tem força para disputar a hegemonia política no Paraná. Assim foi selecionada pelas questões citadas.

A terceira foi a dissertação “Reforma agrária e território: entre Ocupação, reprodução e diversidade no Assentamento Contestado, Lapa / PR” de Maria Alejandra Amaris Buelvas (2018). A referida dissertação estudou as dinâmicas territoriais do Assentamento Contestado entre 1999 e 2017. Dentre os fatores que foram levados em consideração na pesquisa está a luta pela terra, levando em conta aspectos políticos, culturais e de reprodução social, o que é importante para identificar a atuação dos sujeitos nesse movimento social.

Em relação Thaís Sanson Sene (2020), que trata da política urbana, realizando uma análise dos instrumentos urbanísticos de zoneamento, uso e Ocupação do solo urbano para fins residenciais da cidade de Ponta Grossa-PR, contextualizados no período pós Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) até o ano de 2018. A referida tese contribuirá para a presente pesquisa pois auxiliará na compreensão do contexto sociopolítico local no qual se insere a Ocupação do MPL em Ponta Grossa-PG. A outra tese identificada é a seguinte: “Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais: possibilidades de disputa de hegemonia política no Paraná – entre 2007/2015”, de autoria da Dra. Rosângela Bujokas de Siqueira, a qual teve orientação da Dra. Danuta E. Cantóia Luiz, sendo publicada em 2017. Tal tese foi encontrada em busca exploratória que não se teve o cuidado com procedimentos impessoais, mas diante da similaridade do tema e da linha teórica, será utilizada como referência para o presente trabalho.

Ao se pesquisar nas plataformas “*Scispace*” e “*Consensus*” “Ericson John Duarte”, Movimento Popular de Luta e Frente Nacional de Luta Campo e Cidade não se encontrou nenhum resultado sobre os descritos utilizados

Em relação às monografias se encontram três relacionadas a Ocupação Ericson John Duarte. A primeira monografia de graduação publicada na UEPG é do curso de serviço social, de autoria do próprio autor desta pesquisa; a segunda se refere a uma análise do processo de territorialização da Ocupação Ericson John Duarte no Bairro Neves (Lichtenberg, 2023). E, por último, um trabalho na área da engenharia civil que teve por objetivo geral desenvolver um projeto arquitetônico e urbanístico em nível de estudo preliminar apresentando uma proposta de complexo habitacional de acordo com os parâmetros da legislação local de uma área ocupada irregularmente (da área da Ocupação Ericson John Duarte) (Budziak; Koch, 2023).

Se encontrou nos “Anais do Simpósio Jurídico dos Campos Gerais” o artigo “A Ocupação as Andorinhas como um prisma de pesquisa” o qual teve por objetivo compreender como o caso em análise tenciona institutos jurídico-políticos atuais, além de apontamentos sobre possíveis pesquisas a serem desenvolvidas, em torno dele voltados a essa questão. Neste texto são narrados quatro processos que integram o caso, buscando expor o cenário político-social em torno da Ocupação e do processo estruturante.

Assim, a partir dos 100 textos apresentados pela plataforma *Consensus*, foram selecionados 10 textos, por manterem relação com o tema, os demais foram excluídos por não apresentarem tal relação.

A partir da pesquisa na plataforma *Consensus*, com a utilização das palavras-chave Hegemonia”, “Intelectuais”, “Práxis de intelectuais”, “ações de intelectuais”, “Prática de intelectuais” e “Lideranças”, as quais foram convertidas nas seguintes perguntas “Como os intelectuais exercem a hegemonia por meio de suas práxis e ações na formação de lideranças sociais?” para a realização da busca, considerando que a plataforma trabalha com perguntas e temas e não com descritores. Nela foram identificados os seguintes artigos: Sobre a questão de práxis, intelectuais foram selecionados Olsaretti (2014); Xu; Cortese e Zhang (2014); Reed (2013) por abordar sobre a questão dos intelectuais, subalternidade, cultura popular e ideologia, respectivamente. Foi incluída a questão da relação de hegemonia e filosofia da práxis, visto que apresenta e coloca as categorias para compreender desafios e superar desafios, neste caso a pós-modernidade; o avanço neoliberal e conservador (Leite; Arcoverde, 2017).

Ainda na plataforma *Consensus* foram selecionados o texto “Artimanhas da hegemonia: obstáculos à radicalização da democracia no Brasil” de Costa e Prado (2017) por apontar caminhos para radicalização da democracia e consequente avanço na conquista de direitos e da participação, mesmo este texto sendo de orientação pós-marxista/pós-estruturalista (Ernesto Laclau e Chantal Mouffe). São considerados, pelos autores, modos de resistência à hegemonia ou artimanhas da hegemonia, a expansão hegemônica e o expurgo à diferença. A compreensão desses modos contribui para análise das estratégias políticas e com a descrição de movimentos sociais que constam no item “.2.1” (Costa; Prado, 2017). O texto de Martins (2011) “Práxis e “catarsis” como referências avaliativas das ações educacionais das ONG’S, dos sindicatos e dos partidos políticos “também foi escolhido na plataforma *Consensus* por conta da relação que faz entre práxis e *catarsis* (dois temas abordados na dissertação), e em ONGS, sindicatos e partidos políticos (contexto similar a de movimentos sociais e por isso selecionado).

Como resultados relacionados à luta por movimentos sociais e luta pela hegemonia foram identificados na plataforma *Consensus*: o texto de Cox (2024) “Social movements and hegemonic struggle” apresenta ferramentas ou recursos para movimentos sociais resistirem à ascensão da extrema direita e construir uma ordem social diferente; e o artigo de Bastos (2024) “Modelo teórico-metodológico para a compreensão das disputas por hegemonia na práxis de movimentos sociais: uma proposta oriunda de pesquisa com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)” propõe um modelo para análise da disputa de hegemonia por parte de movimentos sociais a partir de pesquisa realizada com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST); e o artigo intitulado “O MST e a reforma intelectual e moral gramsciana”, da autora Maria Socorro Ramos Militão (2010), que investiga a partir de ideário gramsciano se o MST contribuiu para a construção da hegemonia por meio de uma reforma intelectual e moral, analisando a trajetória de luta do MST. Grafeff e Ortiz (2021) destacam que talvez o movimento social mais conhecido no Brasil seja o MST, considerado o maior movimento social da América Latina. O MST surgiu em 1984 a partir de um encontro de trabalhadores rurais na cidade de Cascavel/PR e no ano de 1985 realizou o seu 1º Congresso Nacional. Na última década tem se consolidado como o maior produtor de arroz orgânico da América Latina.

APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA

ROTEIRO DAS ENTREVISTA

1 – Caracterização do Sujeito

Nome do entrevistado: _____

Gênero: _____

Idade: _____

Escolaridade: _____

Profissão: _____

É morador da Ocupação Ericson John Duarte? () sim () não

Se sim a quanto tempo? _____

Se é morador da Ocupação, fez parte de outras ocupações?

Se não é morador da Ocupação, tem histórico de luta por moradia, vinculado a outras ocupações?

Além do MPL, participa ou participou de outros movimentos sociais? () sim () não

Representa ou já representou o MPL-PG em alguma instância de participação no município?

Ex: conselhos, comissões, audiências públicas, etc. () sim () não. Se sim, em quais? Se não, por quê?

É filiado de algum partido político? () sim () não. Se sim, em qual? Se não por quê? _____

Já se candidatou e ou foi pré-candidato e ou ainda pretende se candidatar para algum cargo eleitoral ? () sim () não. Comente se tem alguma relação com o MPL-PG e ou com a Ocupação Ericson John Duarte Ericson John Duarte.

2 – Questões da entrevista

1 - Qual a sua história e qual a sua relação com o MPL-PG e com a Ocupação Ericson John Duarte Ericson John Duarte?

2 - Quem e como são resolvidos os problemas/questões da Ocupação Ericson John Duarte Ericson John Duarte internos (cuidado de crianças, construção civil, educação popular, conflitos interpessoais, resolução de problemas jurídicos, segurança, posicionamentos internos e externos à Ocupação, frentes de luta, participação em espaços da Ocupação, realização de manifestações, protestos, etc)?

3 - O que é um/a liderança/intelectual, na sua visão? Descreva quais as principais características dos/as lideranças/intelectuais do MPL-PG e quais são as suas principais ações na/pela Ocupação Ericson John Duarte?

4 - Você se considera um/a liderança/intelectual? Justifique.

5 - A qual fato você atribui ter sido reconhecido/a por outras lideranças do MPL-PG como

uma de suas lideranças/intelectuais? Comente.

6 - Você desenvolve e ou colabora com alguma ação/ações políticas no MPL-PG e ou na/pela Ocupação Ericson John Duarte, dentro ou fora dela? Qual/quais?

7 – Quais são as principais estratégias do MPL-PG na luta pelo direito à moradia no município de Ponta Grossa e como elas se organizam/se materializam enquanto táticas de ação nas diferentes disputas travadas pelo MPL-PG, em face do referido processo de luta?

8 – Quais são os principais parceiros do MPL-PG na luta pelo direito à moradia, em termos de alianças políticas na disputa pela hegemonia no município?

9 – Indique, na sua visão, outras pessoas que você reconhece como um/a liderança/intelectual do MPL-PG (de 5 a 15 se possível)? Justifique suas indicações e busque colocar na ordem da maior liderança que considera (menos o próprio sujeito), a segunda maior liderança e assim por seguinte.